

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

**A POUPANÇA EXTERNA NO DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO
E NO NOVO DESENVOLVIMENTISMO**

SÃO PAULO

2015

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

**A POUPANÇA EXTERNA NO DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO
E NO NOVO DESENVOLVIMENTISMO**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo

Linha de pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Orientador Professor Doutor Luiz Carlos Bresser-Pereira.

SÃO PAULO

2015

Roberto Eduardo Seracinskis Jr..

A poupança externa no desenvolvimentismo clássico e no novo desenvolvimentismo / Roberto Eduardo Seracinskis Jr.. - 2015.

205 f.

Orientador: Luiz Carlos Bresser Pereira

Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Desenvolvimento econômico. 2. História econômica. 3. Estruturalismo. 4. Poupança e investimento. I. Pereira, Luiz C. Bresser (Luiz Carlos Bresser), 1934-. II. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 330.34

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

**A POUPANÇA EXTERNA NO DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO
E NO NOVO DESENVOLVIMENTISMO**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo

Linha de pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Orientador Professor Doutor Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Data da aprovação:

27/05/2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser-Pereira (orientador) – FGV-EAESP

Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho
PUC-SP

Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a concretização dessa pesquisa.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação na graduação: Antônio Corrêa de Lacerda, Claudemir Galvani, Daniel Arias Vazquez, Giuliano Contento de Oliveira, João Ildebrando Bocchi, José Geraldo Portugal, Maria Angélica Borges, Rosa Maria Marques, Rosa Maria Vieira, Waldemir Quadros (Vavá), José Márcio Rego.

Agradeço a Pâmela Tonsa da Secretaria de Registro de Alunos.

Agradeço a Cecília Heise.

Agradeço aos colegas e professores do programa de Administração Pública e Governo, em especial aos professores Francisco Fonseca, Kurt Eberhart Von Mettenheim, Maria Rita Loureiro, Marta Ferreira Santos Farah e Peter Kevin Spink.

Agradeço aos professores da banca de qualificação Rosa Maria Vieira e Giuliano Contento de Oliveira e aos professores presentes na banca de defesa Carlos Eduardo Carvalho e Giuliano Contento de Oliveira.

Agradeço ao meu orientador professor Luiz Carlos Bresser Pereira.

Agradeço ao coordenador de mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo, professor Mario Aquino Alves.

Agradeço a EAESP-FGV pelo apoio.

Agradeço a CAPES pelo financiamento concedido.

[...] in our time these new nations need help for a special reason. Without exception they are under Communist pressure. [...]. We are, I am convinced, on the threshold of a truly united and major effort by the free industrialized nations to assist the less-developed nations on a long-term basis. [...] The 1960's can be - and must be - the crucial "Decade of Development" - the period when many less-developed nations make the transition into self-sustained growth (KENNEDY, 1961)

[...] Ao contrário do que se pretende veicular, o princípio da nacionalidade é vital na atual fase do desenvolvimento latino-americano. Toda autentica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. [...]. Toda medida que se venha a tomar no sentido de enfraquecer os estados latino-americanos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar populações em torno de ideais comuns, terá como resultado limitar as possibilidades de desenvolvimento da região. Assim, a integração econômica latino-americana somente se justifica se for concebida como definição de política comum entre estados nacionais, e não como articulação entre grandes empresas estrangeiras que operam na região. (FURTADO, 1968, p. 46)

RESUMO

Esta dissertação discute a crítica do Novo Desenvolvimentismo ao Desenvolvimentismo Clássico em relação ao crescimento com poupança externa. Por meio da análise de trabalhos dos principais autores do Desenvolvimentismo Clássico que são considerados os pioneiros da Teoria do Desenvolvimento Econômico, identificou-se que de forma geral seus autores têm posição favorável ao financiamento do desenvolvimento por recursos externos para sanar os problemas de carência de poupança e restrição externa dos países subdesenvolvidos, colocando, porém, condicionalidades para o uso desses recursos. Já a Teoria Novo Desenvolvimentista apresenta uma crítica contra intuitiva a essa estratégia por meio da construção de um modelo teórico no qual demonstra que ter o desenvolvimento financiado com poupança externa, na verdade, é uma armadilha que é sustentada por alto patamar de juros e traz a apreciação da moeda nacional, reduz o acesso dos empresários nacionais ao mercado externo e interno, traz semi-estagnação econômica e crises cíclicas de Balanço de Pagamentos, o que torna a economia nacional instável financeiramente. Esse modelo é corroborado por evidências em diversos trabalhos que testaram algumas das hipóteses da Teoria Novo Desenvolvimentista. Por fim, a Teoria Novo Desenvolvimentista pode ser considerada uma nova teoria que embora se baseie no Desenvolvimentismo Clássico consegue mostrar as causas e consequências dessa estratégia de crescimento com poupança externa, incorporando em sua teoria o que para o Desenvolvimentismo Clássico não era teoricamente explicado ou era visto como panaceia para o desenvolvimento, algo inevitável. Por fim, a Macroeconomia Desenvolvimentista conclui e propõe que o desenvolvimento econômico é financiado por recursos nacionais, que o capital se faz em casa.

Palavras-chave: Poupança Externa; Economia do Desenvolvimento; Estruturalismo; História do Pensamento Econômico

ABSTARCT

This paper discusses the criticism of the New Developmentalism to Developmentalism Classic in relation to growth with foreign savings. Through the analytical work of the main authors of Developmentalism Classic who are considered the pioneers of Theory of Economic Development, it was found that in general their authors have favorable position to finance development by external resources to address the savings shortage problems and external constraints of developing countries, placing, however, conditions on the use of these resources. Already the New Developmental Theory presents a critical counter-intuitive to this strategy by building a theoretical model in which shows that have development financed by foreign savings actually is a trap that is supported by high level of interest and brings appreciation of the domestic currency reduces the access of the nationals entrepreneurs to domestic and international markets, it brings economic stagnation and semi-cyclical crises of balance of payments, which makes the unstable national economy financially. This model is supported by evidence in several studies that tested some of the assumptions of the New Developmental Theory. Finally, the New Developmental Theory can be considered a new theory that although it is based on Developmentalism Classic can show the causes and consequences of this growth strategy with foreign savings, incorporating in his theory that for the Developmentalism Classic was not explained theoretically or was seen as a panacea for development, inevitable. Finally, the developmental Macroeconomics concludes and proposes that economic development is financed by national resources, that capital is made at home.

Keywords: Foreign Savings; Economic development; structuralism; History of Economic Thought

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: Desenvolvimentismo clássico e o crescimento com poupança externa	17
1 Duas vertentes do Desenvolvimentismo Clássico	20
1.1 <i>Origem, local de atuação e inspiração para os modelos</i>	23
1.2 <i>Diferenças teóricas e metodológicas</i>	28
2 Estruturalismo	30
2.1 <i>Paul N. Rosenstein-Rodan</i>	31
2.2 <i>Walt Whitman Rostow</i>	34
2.3 <i>Hollis Chenery e Alan Strout</i>	37
2.4 <i>Ragnar Nurkse</i>	41
2.4.1 Tensão entre consumo e poupança	41
2.4.2 A importância do capital externo	43
2.4.3 Investimentos diretos	45
2.4.4 Empréstimos internacionais e melhoria dos termos de intercâmbio	46
2.4.5 Movimentos de capitais e problemas	47
2.5 <i>Albert Otto Hirschman</i>	48
2.6 <i>Hans W. Singer</i>	50
3 Estruturalismo Latino-Americano	52
3.1 <i>Introdução histórica ao Estruturalismo Latino Americano</i>	52
3.2 <i>Condicionante histórico-metodológico: estruturalismo histórico</i>	54
3.3 <i>Introdução aos conceitos teóricos centrais</i>	58
3.3.1 Deterioração dos termos de troca e progresso técnico	59
3.3.2 Desequilíbrio externo e carência de divisas	62
3.3.3 Hiato de poupança	64
3.4 <i>Problemas e declínio do ISI e mudanças teóricas</i>	66
3.4.1 Diagnóstico dos obstáculos do ISI: Prebisch	70
3.4.2 Diagnóstico dos obstáculos do ISI: Tavares	76
3.5 <i>Raul Prebisch</i>	79
3.5.1 Capital externo e hiato de poupança	80
3.5.2 Capital estrangeiro através da cooperação internacional	82
3.6 <i>Celso Furtado</i>	88
3.7 <i>Considerações finais</i>	93
3.7.1 Causalidade entre poupança e investimento, argumentação intuitiva	93
3.7.2 Ponto de convergência: Modelo Harrod-Domar, déficit de financiamento e ajuda externa	97
3.7.3 Distribuição e uso da poupança e a questão do consumo e o investimento subutilizado	100
3.7.4 Diferenças de posicionamento em relação a poupança externa	102
3.7.5 Conclusão	105
Capítulo 2 A crítica contraintuitiva da Teoria Novo Desenvolvimentista à estratégia de crescimento com poupança externa	110
4 Contexto histórico	111
4.1 <i>O surgimento da Teoria Novo Desenvolvimentista</i>	116
5 A Teoria Novo Desenvolvimentista	119
5.1 <i>O método histórico</i>	120
5.2 <i>Macroeconomia Desenvolvimentista</i>	123
5.2.1 Doença Holandesa: cronicidade da apreciação cambial	125
6 Crescimento com poupança externa: ciclicidade da sobreapreciação	127
6.1 <i>Contexto da crítica do crescimento com poupança externa</i>	129
6.2 <i>Construção de confiança e dependência</i>	134
6.3 <i>Apreciação da moeda nacional</i>	138
6.3.1 Juros elevados	140
6.4 <i>Substituição da poupança interna pela externa</i>	142
6.5 <i>Endividamento externo e crise</i>	145
6.6 <i>Resumo do modelo da crítica com poupança externa</i>	151
6.7 <i>Conclusão: o capital se faz em casa</i>	153
Capítulo 3: Evidências empíricas	157
7 Considerações finais	169
Coclusão: balanço das teorias	172
8 Comparações metodológicas gerais	172
9 Comparação sobre o crescimento com poupança externa	176

10	Anomalia e fato científico novo.....	185
11	Bibliografia.....	191

INTRODUÇÃO

A poupança externa é a entrada de capitais internacionais, financiamentos ou investimento direto, que financiam o déficit em conta corrente; crescer com poupança externa significa que um país adota como estratégia de crescimento ter déficits em conta corrente e contar com o financiamento externo desse déficit. Porém uma parte desse termo, poupança externa, é um dos “eufemismos da teoria econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2014a, p. 324) que tenta se afirmar como algo que não é, induzindo a erro triplo.

O primeiro erro é baseado numa ideia intuitiva e assim utilizada retoricamente, bem comum à teoria ortodoxa, e faz parte de uma grande polêmica dentro do próprio pensamento econômico¹: tentar estabelecer que há uma causalidade entre poupança e investimento, a poupança gera o investimento:

Poupança → Investimento

Essa é uma subversão de uma identidade macroeconômica entre poupança e investimento cuja teoria econômica heterodoxa, quando estabelece a causalidade, a inverte em relação à ortodoxia.

O segundo erro é que de outra identidade macroeconomia extrai-se outra causalidade-complementação, uma poupança simplesmente complementa a outra:

Poupança total = Poupança Nacional + Poupança Externa

E esse segundo erro leva ao terceiro, pois se pode haver complementação, então para países que não possuam poupança nacional suficiente, basta receber poupança externa e assim, voltando ao primeiro erro, ampliar o seu investimento e ter, enfim, crescimento.

Essa série de eufemismos domestica um termo que, quando aplicado como estratégia de crescimento com poupança externa, como recomendado pelo Segundo Consenso de Washing-

¹ O professor da UNICAMP, Fernando Nogueira da Costa (2015) publicou recentemente um artigo no qual faz uma análise sobre poupança que é iniciada exatamente em um debate entre os economistas Marcelo Miterhof e Samuel Pessoa nos jornais Valor e Folha de São Paulo no início desse ano, o que demonstra a vivacidade dessa controvérsia desde a revolução keynesiana até os dias atuais

ton – apresentação de política econômica da teoria ortodoxa - traz uma série de amargas consequências econômicas ao país que adota tal estratégia como apreciação cambial da moeda nacional frente ao dólar ou outra moeda forte de referência, crises cíclicas do balanço de pagamentos, contribui para a desindustrialização, traz a semi-estagnação econômica, dentre outras consequências, que foram, nessa dissertação analisadas.

Como Myrdal (1997) afirma, por trás da pretensa neutralidade da teoria econômica se escondem valores. O termo crescimento com poupança externa, sem contextualização e crítica, faz se perder que por trás dessa recomendação de política econômica há interesses de países ricos, de seus capitalistas rentistas e de seus financistas em enviar os seus recursos para o país que aceita tal estratégia e obter largas vantagens e lucratividade, ocupando o mercado financeiro nacional, assim como ocupar seu mercado com multinacionais ou produtos importados. O termo poupança em linguagem comum pode ter um entendimento positivo, já que as pessoas imaginam que poupar seja algo prudente.

Antes do emprego desse eufemismo, no pós-guerra, mais especificamente nas décadas de 1940 a 1960, uma Escola de Pensamento Econômico, a teoria do Desenvolvimentismo Clássico, que foi a teoria que explicou e influenciou o ciclo que tentou reverter as estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos, não usava o termo crescimento com poupança externa, mas recomendava aos países subdesenvolvidos buscar recursos externos, empréstimos e investimentos diretos, para superar duas ordens de entraves estruturais, a carência de poupança e a carência de divisas ou restrição externa, o que também ficou conhecido como duplo hiato.

Os recursos externos recebidos permitiriam a esses países alcançar o desenvolvimento econômico. Dessa forma, alguns dos intelectuais chamados pioneiros do desenvolvimento, Walt Whitman Rostow, Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Hans W. Singer, Albert Hirschman, Raul Prebisch e Celso Furtado, apresentavam em suas teorias sobre o desenvolvimento, espalhadas em diversos trabalhos e até mesmo em organismos internacionais, defesas, recomendações e condicionalidades para o uso desses recursos externos.

Porém, o fluxo de capitais internacionais e a conjuntura de guerra fria desse período não permitiram que houvesse de fato uma considerável entrada desses recursos que eram incentivados pelo Desenvolvimentismo Clássico, apenas em na década de 1970 é que esses recursos terão um forte aumento e serão utilizados nos projetos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina (EICHENGREEN e FISHLOW, 1998). Mas

na década de 1970 essa teoria já havia sofrido um declínio em suas acepções originais, tanto por conta da série de golpes militares ou civis em relação a governos desenvolvimentistas, o que desmobilizou seus teóricos quanto por uma série de críticas vindas da Escola Neoclássica quanto dos neomarxistas, que reduziram a hegemonia que o Desenvolvimentismo Clássico havia gozado na década de 1950.

É possível dizer que esse grande fluxo de capitais internacionais da década de 1970 que inundavam as economias latinas-americanas, gerou a crise da dívida externa da década 1980, que acabou ficando conhecida pejorativamente como a década perdida.

Já mais recentemente, com concentração nas décadas de 1980 e 1990, mais especificamente, após a normalização do caos trazido pela crise da dívida externa, que ocorre com o Plano Brady, a teoria ortodoxa e suas recomendações de política econômica aos países pobres ou em desenvolvimento dizia basicamente que para os países crescerem, em contexto de globalização, deveriam cumprir com pontos importantes de uma agenda de reformas econômicas.

Uma série deles residia no conhecido Consenso de Washington, que não faz parte do foco dessa dissertação; uma outra parte dessa reforma eram recomendações baseadas na teoria econômica ortodoxa para os países liberalizassem seu sistema financeiro e incorressem em déficits em conta corrente, basicamente ela dizia: “ ‘sabemos que vocês não contam com recursos internos suficientes para financiar seu crescimento, mas não se preocupem: controlem o déficit orçamentário, abram e reformem a economia e deem acesso aos ativos internos, que nós financiaremos seu desenvolvimento econômico’ ” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 4).

Essas recomendações resumem o que ficou conhecido como Segundo Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA e VARELA, 2004). Os dois consensos significaram a consolidação hegemônica da teoria ortodoxa, que desbancou o posto das antes hegemônicas teorias keynesianas e do Desenvolvimentismo Clássico, que haviam exatamente se contraposto à teoria ortodoxa.

Entretanto, alguns países dinâmicos da Ásia, como Coréia do Sul, não aderiram a essas recomendações e, embora tenham também passado por crises, não tiveram os resultados econômicos pífios como a América Latina, que foi uma excepcional cumpridora das recomendações de Washington.

Depois de uma série de crises na década de 1990 e 2000, as críticas a esse consenso hegemônico passam a ter espaço e governos latino-americanos começam a ensaiar uma política econômica contrária a essas políticas. As discussões sobre o desenvolvimento econômico voltam a ocupar uma parte do espaço que antes era reservado apenas à ortodoxia, embora nunca tivessem desaparecido (BIELSCHOWSKY, 2012).

Nesse contexto é que surge em São Paulo, sob iniciativas dos professores da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano nos anos 2001 - 2002, artigos fazendo a crítica à aplicação desse Segundo Consenso de Washington e mostrando as causas que faziam os países latino-americanos, especialmente o Brasil, a ter desempenho econômico de semi-estagnação: exatamente a estratégia de crescimento com poupança externa. Esses artigos animaram o debate que estava sendo revigorado e ganhou ainda maior impulso com a eleição de governos de centro-esquerda na América Latina. A partir desses artigos surge uma teoria que vem sendo ampliada, refinada e sistematizada e que vem se apresentando em congressos e fóruns de economia nacionais e internacionais e que Boyer (2009) chamou de o Consenso de São Paulo, exatamente contrapondo-a ao Consenso de Washington.

Nessa trajetória, é que em 2010 mais de oitenta economistas do mundo subscrevem um conjunto de “Dez teses do Novo Desenvolvimentismo”². Essa nova teoria econômica é o Novo Desenvolvimentismo e é possui o método histórico-dedutivo e é composta por microeconomia, macroeconomia, economia política e economia aplicada (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Essa dissertação discute a crítica do Novo Desenvolvimentismo ao Desenvolvimentismo Clássico em relação ao crescimento com poupança externa. Para isso faz um estudo do tema dentro do Desenvolvimentismo Clássico através de trabalhos de alguns dos chamados pioneiros do desenvolvimento, assim como procede com a Teoria Novo Desenvolvimentista. A justificativa da comparação entre as duas teorias e o tema escolhido é descrita abaixo.

A Teoria Novo Desenvolvimentista cria uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Por esse nome é possível extrair suas bases teóricas: sua macroeconomia parte da tradição keynesiana e o termo “estruturalista do desenvolvimento” provém do Desenvolvimentismo Clássico, ou da Teoria Estruturalista do Desenvolvimento. Assim o diálogo teórico³ com

² Disponível http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/theses_portuguese.asp

³ Embora também haja um diálogo com a teoria ortodoxa, dois motivos fazem com que ela não seja estudada separadamente: primeiro é que diferentemente da macroeconomia keynesiana e do estruturalismo não são a sua

o Desenvolvimentismo Clássico é constante e está presente em boa parte da Teoria Novo Desenvolvimentista, além disso, seus teóricos colocam-na como um segundo momento do Estruturalismo Latino-Americano. Sua proposta é aliar macroeconomia e teoria do desenvolvimento econômico, o que é bastante incomum no desenvolvimento no ensino econômico, pois são partes ensinadas separadamente e, na verdade, os desenvolvimentos teóricos assim também o são, o que justifica erros na interpretação do desenvolvimento econômico em si (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

A Teoria Novo Desenvolvimentista partilha de forma crítica de uma série de conceitos e teorias do Desenvolvimentismo Clássico, mas também nega alguns, sendo sua principal diferença exatamente o uso do recurso externo como essencial para o desenvolvimento econômico, ou seja, da poupança externa.

A pesquisa fez o estudo desse tema dentro do Desenvolvimentismo Clássico, através de alguns autores e obras escolhidos. Sua estruturação é a seguinte. Além dessa introdução da conclusão, é composta de dois capítulos. O primeiro trata do tema da poupança externa dentro da Desenvolvimentismo Clássico, ramo da Economia do Desenvolvimento, através de alguns trabalhos de segundo alguns dos pioneiros do desenvolvimento: Walt Whitman Rostow, Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Hans W. Singer, Albert Hirschman, Raul Prebisch e Celso Furtado⁴.

Os trabalhos e os autores escolhidos foram baseados inicialmente no livro de Agarwala e Singh (2010 [1958]) que reúne textos de diversos autores que se tornou um clássico para a Economia do Desenvolvimento. Partindo dessa pré-seleção feita pelos autores, outros textos foram buscados⁵, especialmente aqueles que apresentavam alguma relação entre a teoria clássica do autor e um posicionamento teórico a respeito do uso do recurso externo para o desen-

base de teoria ou filiação, por outro lado a limitação do tipo de pesquisa empreendido não permite aprofundamento desta dessa teoria, assim como a keynesiana.

⁴ Como não se trata de um estudo exaustivo do Desenvolvimentismo Clássico, mas uma comparação dentro de uma temática apenas, a do crescimento com poupança externa, a escolha dos autores buscou aqueles que tiveram suas obras mais voltadas ao Desenvolvimentismo Clássico em si e do próprio tema, o que deixou de fora autores também importantes, mas cujas teorias foram além do campo do Desenvolvimentismo Clássico, tornando-os mais independentes dessa escola, como são o caso de Myrdal e Rangel.

⁵ Que possui uma diversidade de enfoques, como as teorias de crescimento de inspiração neoclássica, Solow e Meade, ou de inspiração keynesiana, como Kaldor, Harrod e Domar.

volvimento econômico. Também foram acrescentados Prebisch e um trabalho clássico essencial para tratar o tema da poupança externa, que é o que trata do modelo de duplo hiato de Chenery e Strout (1966).

O segundo capítulo apresenta a Teoria Novo Desenvolvimentista e sua macroeconomia, dando ênfase ao modelo de crítica ao crescimento com poupança externa. Os trabalhos selecionados são aqueles que desde sua origem 2001 – 2002 - tratam do tema da pesquisa, aliado a outros que complementam o entendimento. Os autores⁶ cujos trabalhos foram pesquisados são os dos membros da Teoria Novo Desenvolvimentista: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Yoshiaki Nakano, José Luís Oreiro, Nelson Marconi, Paulo Gala, Lauro Gonzalez, Carmen A. Varela e Eliane Araújo.

O terceiro capítulo faz uma revisão de alguns trabalhos empíricos que analisam a relação entre poupança externa e crescimento. Por fim, a conclusão faz um balanço entre as teorias apresentadas nos dois primeiros capítulos.

⁶ Seleção de autores novo desenvolvimentistas que foram que produziram diversos trabalhos constituintes dessa teoria, assim como foram coautores do membro líder da Teoria Novo Desenvolvimentista, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO E O CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA

Assim como a revolução keynesiana iniciada nos anos 1930 surge no contexto da Grande Depressão iniciada com o *crash* de 1929, o Desenvolvimentismo Clássico emerge do contexto da Segunda Guerra Mundial e no período imediatamente posterior a ela, pretendendo explicar e resolver a condição e os motivos que fazem alguns países pobres e não industrializados manterem-se atrás no processo de acumulação do capital, portanto, uma questão estrutural e de longo prazo: buscava-se a superação do subdesenvolvimento.

Antes do fim da guerra, porém, pouca atenção⁷ em termos de teoria econômica, era dada aos países não desenvolvidos, muito embora Bastos e Britto (2010) indicam que desde o mercantilismo passando por Hamilton e List, estavam presentes preocupações tanto com a manufatura, quanto à exportação de manufaturados como estratégico para o crescimento econômico. Por outro lado, os autores indicam que Smith, Ricardo e Marx tiveram preocupações teóricas com a acumulação de capital e as forças produtivas. Porém, a revolução e hegemonia marginalista havia imposto uma ruptura nas preocupações quanto à acumulação de capital, portanto, em relação ao desenvolvimento econômico das nações (BASTOS e BRITTO, 2010).

Assim, o Desenvolvimentismo Clássico surge num contexto de críticas à economia marginalista, mais especificamente, aos mecanismos de mercado neoclássico (CHENERY, 1975). Arndt (1985) além de acolher essa argumentação, afirma que a origem do Estruturalismo econômico está no que ele denomina “*The Doctrine of Market Failure*”. Essa doutrina é iniciada com as críticas ao modelo concorrencial neoclássico, ocorridas ainda nas décadas de 1920 e 1930 através dos economistas Sraffa, Chamberlin, Joan Robinson e Hall, chegando à Revolução Keynesiana, assim como as críticas realizada por economistas de Oxford sobre a mobilidade dos recursos, nas décadas de 1940 e 1950.

⁷ “[...] Nenhum economista dava grande atenção aos problemas dos países pobres. Em 1938, o *World Economics Survey* da Liga das Nações, preparada pelo futuro prêmio Nobel James Meade, incluía um parágrafo sobre a América do Sul. As regiões pobres da Ásia e da África não receberam a menor cobertura. De súbito, após a Segunda Guerra Mundial, os peritos em políticas, tendo ignorado por séculos os países pobres, agora chamavam a atenção para os 'problemas urgentes' daqueles países. Os economistas tinham muitas teorias sobre como os países pobres e de independência recente podiam crescer e alcançar os ricos.” (EASTERLY, 2004, p. 45).

A argumentação de Arndt faz bastante sentido, pois o Desenvolvimentismo Clássico tem como um dos seus pilares exatamente a crítica e a negação da Teoria das Vantagens Comparativas do Comércio, que é oriunda de David Ricardo, mas foi adotada pelos neoclássicos, portanto, continua com a tradição de criticar a perfeição do mercado, no caso, a perfeição do comércio internacional. Arndt (1985) ainda expõe formas na qual ocorre a filiação ou apropriação pelo Desenvolvimentismo Clássico em relação a essas críticas ao modelo neoclássico:

- i. As críticas oriundas de Veblen e Duesenberry contra a teoria do consumo pautadas no *homo economicus*, que vão propor no lugar, uma abordagem comportamental na definição do consumo, os termos consumo conspícuo e efeito-demonstração que serão amplamente utilizados pelo Desenvolvimentismo Clássico;
- ii. As críticas contra a eficácia do sistema de livre alocação de recursos pelo mecanismo de preços, que serão apropriadas pelo Desenvolvimentismo Clássico na crítica dos preços como inadequados para guiar decisões de investimentos (Rosenstein-Rodan e Scitovsky), assim como a crítica ao alto custo social causado quando o mecanismo de mercado é deixado livre (Myrdal e Singer). Dessa forma é que a alternativa do Desenvolvimentismo Clássico está na proposição do planejamento e controle estatal para superar essa falha de mercado;
- iii. Os pioneiros do Desenvolvimentismo Clássico ainda consideravam que esses mecanismos falhos dos preços funcionavam ainda menos por causa da estrutura econômica dos países subdesenvolvidos.

O contexto histórico do início das discussões sobre o desenvolvimento e a própria formulação do Desenvolvimentismo Clássico foi tanto o planejamento soviético quanto a própria história do pós-guerra: o sistema de reordenamento e regulação da economia capitalista – Bretton Woods, a Guerra Fria e a doutrina Truman, o Plano Marshall de reconstrução europeia (1948 – 1952) e o processo de independência de várias nações asiáticas e africanas, apoiado por um dos dois polos da Guerra Fria na tentativa de trazer a nova nação para sua zona de influência.

Em especial, o Plano Marshall foi a oportunidade na qual os economistas participaram enquanto técnicos que formulavam, planejavam e comandavam a ação desse plano, atuação que não pode ser separada da criação e de grande estímulo da própria teoria do desenvolvimento.

Dentre esses técnicos e dirigentes do plano, vários serão os pioneiros da própria teoria do desenvolvimento, como Rostow.

É nesse contexto de crítica à teoria neoclássica quanto histórico que vários intelectuais iniciam um processo de construção de conceitos⁸ que formam essa teoria, especialmente criticando e se opondo ao desenvolvimento econômico como etapas. Em regra, propõem a industrialização como meio para alcançar o desenvolvimento econômico dos países pobres, elevando sua capacidade de poupança e investimento para alcançar um crescimento sustentado⁹.

Porém, também em geral, partiam da ideia de que nos países subdesenvolvidos não havia capacidade de poupança suficiente para os investimentos necessários da industrialização e, para tanto, o auxílio externo era necessário, como estudos da própria Organização das Nações Unidas demonstravam (MEIER, 1984).

Pode-se dizer que essa teoria foi formada por alguns economistas, conhecidos como os pioneiros do desenvolvimento, como Walt Whitman Rostow, Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Hans W. Singer, Albert Hirschman, Raul Prebisch e Celso Furtado, que desenvolvem os trabalhos originais e basilares dessa nova teoria.

Seleção de teorias, conceitos de TDE e sua principal autoria¹⁰.

Teorias e conceitos	Principal autoria
Teoria do <i>Big Push</i>	Rosenstein-Rodan
Desenvolvimento equilibrado e desequilibrado; Círculo vicioso do subdesenvolvimento ou pobreza e Causação Circular	Nurkse e Hirschman; Rosenstein-Rodan, Nurkse e Myrdal
Crescimento diversificado	Rosenstein-Rodan e Nurkse
Crescimento desequilibrado e polos de crescimento	Perroux
Encadeamentos da estrutura produtiva e <i>Trickling down effect</i>	Hirschman
Dualismo e excesso de oferta de mão de obra	Lewis
Crítica à lei de Vantagens Comparativas; Relação centro e periferia; Deterioração dos meios de trocas, e teoria dos choques adversos	Prebisch, Singer e CEPAL
Modelo de Industrialização por Substituição de Importações	CEPAL, Prebisch, Furtado, Aníbal Pinto, Prebisch e Maria da Conceição Tavares

⁸ “[...] construindo categorias explicativas e forjando teorias que refletisse, no campo intelectual, as formas particulares de funcionamento das economias atrasadas. [...]” (VIEIRA, 2007, p. 186).

⁹ Conforme Bresser-Pereira (1995).

¹⁰ Elaborado a partir de Souza (2011, p. 150-199).

Fonte: Elaborado a partir de Souza (2011), (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005) e Hirschman (1980)

Entre os avanços teóricos e o debate intelectual-acadêmico e político, essas ideias passaram a fazer parte ou foram o *leitmotiv* de programas e organismos multilaterais, como o Plano Marshall, o Banco Mundial, a ONU, a CEPAL, a UNCTAD, a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), o grupo misto BNDE-CEPAL, dentre outros. Especialmente através dessas instituições e órgãos é que essa teoria vai sendo aplicada nos países pobres buscando o desenvolvimento econômico, no período pós-guerra.

1 DUAS VERTENTES DO DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO

A Teoria do Desenvolvimento Econômico pode englobar uma miríade extensa e variável de enfoques teóricos e metodológicos sob um grande “guarda-chuva”, o do desenvolvimento econômico; isso faz reunir teorias marxistas, neoclássicas, estruturalistas, macroeconômicas e etc.: o livro de Souza (2011) é um exemplo brasileiro e o livro de Todaro e Smith (2015), de língua inglesa.

Essa situação é comum na construção, por exemplo, de um manual de macroeconomia, que é repleto de vertentes macroeconômicas, como a keynesiana original, a síntese neoclássica, os pós-keynesianos, assim como os novos keynesianos e clássicos. Por isso mesmo é importante desde logo já definir que essa pesquisa não tratará da extensa Teoria do Desenvolvimento Econômico, excluindo-se do foco da análise os modelos e teorias de crescimento e crescimento endógeno de tradição neoclássica, como os da linha de Meade e Solow, tampouco os de inspiração keynesiana, Harrod, Domar e Kaldor.

O foco da pesquisa, é o Desenvolvimentismo Clássico ou a Teoria Estruturalista do Desenvolvimento, mas receberá um tratamento separado em duas vertentes, o que, desde logo, não significa que ambas representem dois lados da mesma moeda, a separação não se pauta em antagonismos profundos e dialéticos. Por isso, antes de discorrer sobre as diferenças que justificam o tratamento em duas vertentes, é necessário expor brevemente aquilo que as unifica e

em torno da qual as contribuições teóricas gravitarão: a definição do conceito/paradigma¹¹ do Desenvolvimentismo.

Pedro Cezar Dutra da Fonseca (2014), em um trabalho que busca definir o conceito de desenvolvimentismo, traz contribuições importantes para balizar a discussão que será aqui empreendida. Fonseca começa definindo desenvolvimentismo enquanto um fenômeno que se manifesta sob duas formas:

- a. Um fenômeno real em termos de políticas econômicas que partilham um núcleo comum, portanto, o desenvolvimento que ocorreu historicamente na prática;
- b. Um fenômeno do mundo do pensamento no que se refere às ideias e teorias, concepções e visões de mundo, no sentido de uma escola de pensamento.

Este trabalho faz uma análise da segunda ordem do desenvolvimentismo, a do mundo do pensamento, se debruçando sobre a teoria desenvolvimentista clássica. Nesse sentido, o conceito aqui assumido de desenvolvimentismo acompanha aquele que Fonseca traz após ter realizado uma revisão de literatura e um trabalho metodológico, que encontra o núcleo central da teoria desenvolvimentista, composto de:

- a) Projeto deliberado ou estratégia ou um projeto nacional, que não significa uma repulsa ao capital estrangeiro;
- b) Intervenção de um Estado para viabilizar o projeto, por meio de atores capazes de viabilizar o projeto através do aparelho de Estado, contando com apoio da sociedade;
- c) Industrialização como meio de ampliar o crescimento econômico, a produtividade e progresso técnico (FONSECA, 2014, p. 13).

Além do conceito de desenvolvimentismo, Bresser-Pereira (2012(b)) indica um fio condutor entre essas duas possíveis correntes que possa unificá-las, justamente o método estruturalista¹², o que explica o nome usado por alguns autores para se referir ao Desenvolvimentismo

¹¹ Um paradigma definirá as bases de uma Escola ou Comunidade Científica, dará as linhas mestras da pesquisa futura. É o paradigma que mostra, através de exemplos, as leis gerais, princípios e normas que toda a Comunidade Científica ou Escola Científica seguirá: “Os procedimentos e aplicações do paradigma são tão necessários à ciência como as leis e teorias paradigmáticas - e têm os mesmos efeitos. Restringem inevitavelmente o campo fenomenológico acessível em qualquer momento da investigação científica.” (KUHN, 1998, p. 87)

¹² “A teoria estruturalista do desenvolvimento merece esse nome porque adota o **método histórico-dedutivo** para compreender o desenvolvimento econômico em vez de formular modelos de crescimento hipotético-dedutivos. Vê, assim, **o desenvolvimento econômico como um complexo processo de mudança estrutural** que se

Clássico como simplesmente Estruturalismo¹³, como, por exemplo, Chenery (1975) e Arndt (1985), o que também pode ser designado como Teoria Estruturalista do Desenvolvimento.

Por fim, a unidade entre essas duas vertentes, além do conceito do desenvolvimentismo e do método utilizado, por ser indicada pelo compartilhamento de vários conceitos teóricos, é o que afirma Sánchez-Ancochea:

The LA [Latin America] structuralist theory of underdevelopment shares most of the strengths of the AS [Anglo-Saxon] approach, including a concentration on the long run, an insistence on the need for structural change in the periphery and a rejection of the theory of comparative advantages and of the ability of markets to allocate resources efficiently in a dynamic sense. On the other hand, its methodology and some of its conclusions are useful to overcome some of the drawbacks of AS structuralism.” (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005, p. versão Kindle)

Agora que o próprio conceito e o método do Desenvolvimentismo Clássico foi apresentado, é possível abordar as diferenças entre as duas vertentes. A primeira delas se refere aos trabalhos dos autores cuja origem não é latino-americana, será designado simplesmente como Estruturalismo, por falta de nome melhor consolidado na literatura¹⁴; a segunda vertente é o Estruturalismo Latino-Americano, esse sim com denominação consolidada na literatura e que teve origem nos trabalhos da CEPAL e de seus intelectuais. Essa separação em duas vertentes se pauta em suas diferenças cujos motivos são diversos e serão explicados abaixo, englobando três conjuntos de temas:

- i. Origem, local de atuação dos teóricos e inspiração para os modelos;
- ii. Diferenças teóricas e metodológicas;
- iii. Possível unidade enquanto escola de pensamento;

traduz na “industrialização”, entendida essa como o aumento da produtividade associada à transferência contínua de mão de obra para setores produtores de bens e serviços mais sofisticados tecnologicamente, com valor adicionado por trabalhador maior, que exigem mão de obra mais educada e qualificada, e maiores salários. Que se traduz, igualmente, na contínua mudança de instituições e de valores ou de ideologias. E que tem como causa principal a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico.” (BRESSER-PEREIRA, 2012(b), p. 9 - grifos nosso).

¹³ Bresser-Pereira (2012(b)), entretanto, menciona que o termo estruturalismo se refere, para a literatura econômica, às teorias e aos autores do Estruturalismo Latino-Americano, um exemplo é que o verbete “*Structuralism*” no *The New Palgrave Dictionary of Economics* se refere exatamente à Escola da CEPAL (PALMA, 1987).

¹⁴ Sánchez-Ancochea (2005) propõe a denominação Estruturalismo Anglo-Saxão.

1.1 Origem, local de atuação e inspiração para os modelos

A origem do Pioneiros do Desenvolvimentismo Clássico é bem diversa, porém, é possível fazer uma separação entre eles. Uma primeira grande separação pode ocorrer entre os autores de origem e atuação no hemisfério norte, dos do hemisfério sul, para em seguida identificar que há um grande número deles que tem origem no Leste Europeu. Esse é um início da separação das duas vertentes. Sánchez-Ancochea inicia a separação entre Estruturalismo Anglo-saxão e Latino-americano exatamente seguindo a origem e biografia dos autores clássicos:

Many of them were also of Eastern European descendant were thus highly influenced by the relative backwardness of that region. [...] Many of the “pioneers of development” have a similar biography. They were born in developing countries (most in Eastern Europe, some in India, Latin America and the Caribbean), studied in the United Kingdom and finished working in the United States. (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005, p. versão Kindle)

Para ilustrar melhor essa separação, abaixo há uma lista com as informações biográficas dos autores:

Resumo biográfico dos pioneiros do Desenvolvimentismo Clássico

Autor	Nascimento/falecimento	Origem	Universidades até a década de 1960	Trabalho técnico até a década de 1960
Rosens- tein-Ro- dan	1902- 1985	Crakow - Polônia	University of Vienna, Uni- versity of London, MIT, University of Texas, Boston University	Banco Mundial, Aliança para o Progresso
Ragnar Nurkse	1907- 1959	Käru - Estônia	University of Tartu, Univer- sity of Edinburgh, Univer- sity of Vienna, Columbia University, Princeton, Ox- ford, University of Geneva	Liga das Nações
Hans W. Singer	1910- 2006	Enberfeld - Alema- nha	King's College - Cambridge, Manchester University, Glasgow University, Uni- versity of Sussex	ONU
Arthur Lewis	1915- 1991	Saint Lu- cia - Índia Britânica Ocidental	London School of Econom- ics, University of Manches- ter, Princeton University	Representante de Gana na ONU
Albert Hirsch- man	1915- 2012	Berlim - Alema- nha	Friedrich-Wilhelms - Uni- versität, Sorbonne, London School of Economics, Uni- versity of Trieste, Berkeley, Yale, Columbia, Harvard	Federal Reserve (Plano Marshall), Conselho de Planejamento Nacional - Colômbia
Walt Whitman Rostow	1916- 2003	Nova York - EUA	Yale, Oxford, Columbia University, Cambridge Uni- versity, MIT	Plano Marshall, Assessor presidencial Eisenhower, Departamento de Estado - EUA, Aliança para o Progresso
Raul Pre- bisch	1901- 1986	Tucumán - Argen- tina	Universidad de Buenos Ai- res	Banco de la Nación, Banco Central de la Re- pública Argentina, CE- PAL, UNCTAD, BID
Celso Furtado	1920- 2004	Pombal - Brasil	Faculdade Nacional de Di- reito, Sorbonne, King 's College Cambridge	DASP-RJ, CEPAL, CE- PAL-BNDE, SUDENE, Ministério do Planeja- mento, ILPES, Yale,

Fonte: (MEIER e SEERS, 1984)

Como foi já referido no começo dessa introdução, tanto os debates e a experiência econômica acumulada durante a Segunda Guerra Mundial quanto o processo de reconstrução europeia e do Japão vão influenciar a própria origem da vertente do Estruturalismo, mas embora toda essa experiência tenha sido enriquecedora, especialmente quanto à coordenação e planejamento econômico, não era factível transpô-la para os países subdesenvolvidos em geral¹⁵, já que, como diz Hirschman (1980), a reconstrução europeia diferencia-se bastante de vencer o subdesenvolvimento. Tal origem do Estruturalismo condiciona, portanto os modelos e teorias criados com base nessa experiência geográfica e historicamente.

Seguindo essa linha de raciocínio, Jameson e Warner (2004) fazem um interessante estudo tentando demonstrar a importância tanto do desenvolvimento econômico histórico como a origem dos principais teóricos do desenvolvimento econômico do Leste Europeu para a Teoria do Desenvolvimento Econômico. Para esses autores, devido principalmente ao exílio na Inglaterra ou em países próximos dela, esses teóricos começam a ver uma dualidade europeia, a Ocidental industrializada e a Oriental subdesenvolvida e agrícola. Assim os autores resumizam uma série de conceitos que tentavam explicar o subdesenvolvimento do Leste Europeu: Círculo Vicioso da Pobreza; Problemas no Comércio Internacional; Ineficiência Econômica; e Dependência Internacional. Diante desses diagnósticos os autores encontram o desenvolvimento de modelos teóricos que propõem alternativas, é assim que surge, por exemplo, a ideia do *Big Push*, de Rosenstein-Rodan, mas também outros como: Estratégia de Industrialização; Desenvolvimento da Infraestrutura; Investimento Internacional; Desenvolvimento Financeiro; Balanço Setorial; Papel do Estado; Cooperação Regional.

Assim os autores afirmam que *“Early thinking on 'labour surplus' economies came out of Eastern Europe and the 'Big Push' strategy of development was based on Eastern Europe. Generalization about development processes based on one geographic area is a common pattern in development thinking.”* (JAMESON e WARNER, 2004, p. 65)

Para os autores, tanto a experiência de dois Pioneiros do Desenvolvimentismo Clássico como Rosenstein-Rodan e Hirschman, na região do Leste Europeu, foram essenciais para a construção de suas teorias, assim como outros nomes como Doreen Warriner e Antonín Basch.

¹⁵ “[...] experience with Soviet planning, national economic management during the Great Depression, wartime mobilization of resources, and the postwar Marshall Plan [...]. These experiences carried some implications for development policy. But [...] that could readily applied to the problems confronting the less develop countries.” (MEIER, 1984, p. 14)

Porém a argumentação mais forte dos autores é que através do *The Royal Institute of International Affairs*, que é iniciado em 1920, em sua subdivisão chamada *Chatham House* em Londres é onde se dará a promoção dos estudos e debates das questões de desenvolvimento econômico da região e a partir daí esse conhecimento é espreado e influi na teoria do Desenvolvimentismo Clássico (JAMESON e WARNER, 2004).

Meier (1984) também destaca a importância da experiência do Leste Europeu para a teoria do Desenvolvimentismo Clássico, já que o sucesso da reconstrução do Leste Europeu gerou otimismo suficiente para que seus teóricos propusessem a mesma experiência de ajuda externa para a América Latina, Ásia e África.

Também é possível dizer que as generalizações e abstrações da teoria do Estruturalismo poderiam causar problemas quando aplicadas em países ou regiões não correspondentes ao padrão considerado, é o que afirma Streeten:

The history of development economics can be regarded as a progress from large generalizations and high abstractions to greater specificity and concreteness. This applies to countries within the Third World, which was found more heterogeneous than originally thought, as well as to concepts such as national income or employment. Many early errors in development theory resulted from the transfer of assumptions and relations from one country or region to others, where they did not apply. (STREETEN, 1984, p. 341).

Um texto de Dudley Seers (1967 [1964]) é muito ilustrativo da argumentação da teoria geral Vs. o contexto de sua aplicação; ele prepara um texto para convidar alguns dos expertos do Desenvolvimentismo Clássico para a partir dele discutir questões sobre o ensinamento da teoria de *Development Economics*, o nome do texto por si já é bem ilustrativo: “*The limitation of the Special Case*”.

Sua argumentação é que a teoria do desenvolvimento econômico produz livros-textos para ensinar novos economistas tem argumentos aparentemente universais, mas que foram extraídos da pensando nos países desenvolvidos e industriais, como Grã-Bretanha e USA e que não poderiam ser aplicados ao resto do mundo.

Particularly dangerous if somebody who has learned Anglo-Saxon economics proceeds to reproduce it uncritically at a university in a non-industrial economy. Unfortunately, this happens only too often, so that many students find that the only way they can acquire the professional qualifications to work on their own country's problems is to take a course, which may in fact make their job, at least, temporarily, more difficult (SEERS, 1967 [1964], p. 5)

Pensando que a maior parte dos pioneiros do Desenvolvimentismo Clássico estudaram ou tiveram passagem pelas universidades dos países desenvolvidos, especialmente Grã-Bretanha e EUA, faz sentido essa argumentação.

Seers (SEERS, 1967 [1964]) prossegue na argumentação e diz que qualquer campo científico precisa de uma extensa pesquisa sistemática comparativa e diz que com exceção dos estudos da ONU, de Clark, Kuznets e Chenery, pouco se produziu na teoria do desenvolvimento econômico sobre, havendo os estudos se concentrado em setores industriais e campos específicos, então que fará a uma citação positiva ao Estruturalismo Latino-Americano: “*A basic framework exists, however, with material from a number of countries, in the writings of the Latin American school of structuralists, and this is sufficiently flexible, I believe, to be extended to other parts of the world.*” (SEERS, 1967 [1964], p. 26-27).

Pode-se dizer que o Estruturalismo Latino-Americano é a vertente regional do Desenvolvimentismo Clássico, pois tanto sua reflexão quanto boa parte do desenvolvimento ocorrido nessa região, foram baseados nas condições históricas e geográficas da América Latina, Bielschowsky (2000). Prebisch, fez críticas a economistas latino-americanos que estudaram nos EUA e no Reino Unido, pois não conseguiam romper os ensinamentos obtidos para ter um olhar para a realidade latino-americana, portanto, teorias que não se aplicavam à realidade histórica regional (JAMESON, 1986, p. 224)

Embora a ONU tenha criado diversas agências econômicas para empreender e teorizar sobre o desenvolvimento regional, foi a CEPAL a que teve maior envergadura teórica e reconhecimento internacional, o que corrobora com essa argumentação da sua regionalidade. Contudo, não se pode, pelo menos no período que abrange o estudo do Desenvolvimentismo Clássico (1940 – 1960) dizer que houve outras vertentes, sobretudo, regionais. Quando alguma vertente diferente do Estruturalismo é tratada, trata-se do Estruturalismo Latino-Americano.

Já o Estruturalismo seria a teoria mais geral, embora tenha se originado na Europa, em especial, no Leste Europeu, se espalhou e foi recebido e aplicado nas diversas regiões e países subdesenvolvidos de todo o mundo, inclusive na América Latina. Há aqui uma sutileza: as duas vertentes partilham de diversos pontos em comum, assim como algumas divergências, o que necessita de mais um passo na questão da diferenciação, a relativa às diferenças teóricas e metodológicas.

1.2 Diferenças teóricas e metodológicas

Existe dentro da teoria do Desenvolvimentismo Clássico uma diversidade de enfoques e origens teóricas que a torna bastante híbrida, contando com a presença de elementos neoclássicos bem como críticas a eles, elementos de diversas interpretações keynesianas, assim como da própria economia política clássica. Hirschman (1980), aliás, aponta que esse hibridismo, quando a teoria enfrentou problemas diante de fases mais complexas do desenvolvimento, levou a críticas externas tanto neoclássicas quanto neomarxistas, contribuindo para o seu declínio.

Há algumas motivações de ordem teórica para diferenciação. Bielschowsky (2004) destaca que as teorias de crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan e Nurkse tiveram como contexto teórico o equilíbrio estático, assim, os conceitos de economias externas e indivisibilidade do capital foram marginalmente utilizadas pelos autores da CEPAL¹⁶.

Já Souza (2011, p. 5) vai além e coloca economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse com raízes ortodoxas, mas que elaboraram teorias e conceitos mais apropriados à realidade do subdesenvolvimento. Meier segue na mesma argumentação e estende essa lista dos pioneiros, mas que embora tenham partido da economia neoclássica, foram acrescentando elementos estruturalistas: “*Some of the authors in this volume Lewis, Myrdal, Prebisch, Singer, and Rosenstein-Rodan-departed from the flexibility and substitutability of neoclassical economics and introduced elements of structural analysis.*” (MEIER, 1984, p. 20).

O método do estruturalismo-histórico¹⁷ aponta para outra diferença entre as duas vertentes, apesar de ambas partilharem do método estruturalista, o Estruturalismo Latino-Americano não apenas aprofunda-o, mas também lhe dá contornos específicos, fazendo de sua corrente teórica muito mais próxima da realidade histórica regional. Além disso, os autores cepalinos é quem darão contribuições para firmar esse conceito, como Celso Furtado. Aliás, o termo estruturalista¹⁸ surge do trabalho do mexicano Juan Noyola-Vásquez (2000), publicado em

¹⁶ Conforme diz Furtado (2006, p. 216) o uso do termo “produtividade social marginal” rompe com o critério microeconômico: “[...] O primeiro diz respeito ao critério básico a ser adotado na orientação das inversões. Esse critério, nos diz NURKSE, é o da produtividade social marginal. É essa uma afirmação de grande importância que vem sendo feita por um número crescente de economistas de prestígio. Abandona-se o critério microanalítico da produtividade marginal, em que se considera a produtividade da última unidade de inversão em cada setor, do ponto de vista da rentabilidade da empresa, para adotar um critério social de efeito sobre o conjunto da renda nacional, da última unidade de inversão.”

¹⁷ Quanto à questão metodológica, na secção que trata do Estruturalismo Latino-Americano há uma subsecção a respeito do método estruturalista-histórico

¹⁸ Conforme Love (2001) e Arndt (1985).

1957, e de Osvaldo Sunkel (2000)¹⁹, publicado em 1958, ambos ao tratarem da inflação estrutural, causada por problemas estruturais do mercado das economias subdesenvolvidas, o que justificaria índices diferentes das economias centrais. Esse método é tão importante e peculiar ao Estruturalismo Latino-Americano, que Bielschowsky (2000) afirma que é o método que dá unidade às várias fases dessa Escola.

Love (2005) e Jameson (1986) afirmam que o Estruturalismo Latino-Americano se constituiu em um Programa de Pesquisa ou em uma Escola de Pensamento Econômico mesmo. A afirmação de Jameson se baseia no trecho abaixo:

I maintain that Prebisch's success and his continued importance has rested primarily upon his ability to isolate a deep structure of the international economy, on which is convincing and provides a framework for a broad-reaching program of research on the surfaces structures and mechanisms and which suggests policies to deal with them. (JAMESON, 1986, p. 227).

É exatamente uma das diferenciações que Sánchez-Ancochea (2005) faz entre as duas vertentes na qual se pauta a argumentação de Jameson: as diferenças estruturais da economia internacional. Por poder ser considerado um programa de pesquisa lakatosiano, é que pode ser sustentado que o Estruturalismo Latino-Americano pode ser encarado enquanto uma escola de pensamento, segundo Love (2005), isso reside no fato de que tanto a CEPAL funcionou como uma escola formadora de economistas²⁰ que tiveram atuação dentro dos governos latino-americanos quanto uma influência internacional ao criar um mestrado internacional:

Perhaps the most effective means of diffusing the structuralist doctrine was by teaching it in short but formal courses. CEPAL had organized courses in basic economic concepts and techniques, along with structuralist doctrine, as early as 1952 [...] It also influenced the international master's program ESCOLATINA (at the University of Chile) later in that decade. These two institutions, often in collaboration with others outside Chile, trained and indoctrinated middle-ranking Latin American personnel in central banks, development and finance ministries, and university faculties. (LOVE, 2005, p. 117)

Sánchez-Ancochea (2005) estabelece as semelhanças e diferenças entre as duas vertentes, que podem ser reunidas nas tabelas abaixo:

¹⁹Citados apenas dois trabalhos de gênese, o que não desconsidera que outros autores participaram do debate e da teoria estrutural de inflação como Prebisch, Furtado e Rangel.

²⁰ A influência que teve a CEPAL na formação de grandes economistas brasileiros pode ser constatada no perfil de grandes economistas brasileiros, conforme as entrevistas contidas nos dois volumes da obra "Conversas com economistas brasileiros": (BIDERMAN, COZAC e REGO, 1996) e (MANTEGA e REGO, 1999)

Diferenças e semelhanças entre Estruturalismo e Estruturalismo Latino-Americano

Diferenças	Semelhanças
Enfoque mais amplo e profundo	Industrialização como condição do desenvolvimento
Método do estruturalismo-histórico	Dualidade e heterogeneidade da estrutura produtiva
Ênfase nas diferenças históricas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos	Industrialização para ampliar a produtividade do trabalho
Ênfase nas relações desiguais entre países do centro e periferia (o próprio conceito de centro e periferia)	Complementariedades e gargalos nas economias subdesenvolvidas
	Insuficiência do mecanismo de mercado
	Intervenção do Estado para proteção do mercado doméstico, planejamento e promoção da acumulação de capital

Fonte: (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005)

Bresser-Pereira dá indicações também de uma diferença entre essas duas vertentes, mas quanto a aplicação das suas teorias. O desenvolvimento econômico dos Tigres Asiáticos, estaria mais ligado às ideias de TDE de *big push* e desenvolvimento complementar. Além disso, durante a década de 1960 esses países passam a ter uma estratégia de desenvolvimento não mais embasada na Substituição de Importações, mas na exportação de produtos manufaturados, já os países latino-americanos mantiveram o Modelo de Industrialização por Substituição de Importações usando a forma *domestic-led*, que tem mecanismos de proteção necessários a uma indústria infante, mas a mantém mesmo depois que sua industrialização já estava razoavelmente amadurecida (BRESSER-PEREIRA, 1995). A partir desses dois enfoques pode-se dizer que a América Latina não apenas criou sua vertente regional do desenvolvimento, como suas ideias e conceitos em prática.

Assim, baseado nesses argumentos que destacam as diferenças e indicam a existência de duas vertentes dentro da teoria Desenvolvimentismo Clássico, é que esse capítulo sobre Desenvolvimentismo Clássico e Poupança Externa foi dividido.

2 ESTRUTURALISMO

Nesta seção, são estudados alguns trabalhos de autores do Desenvolvimentismo Clássico na sua vertente Estruturalismo, com foco no posicionamento teórico da poupança externa em relação

ao crescimento econômico. Os autores estudados nessa parte são: Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Hollis Chenery e Alan Strout, Albert Hirschman e Walt Whitman Rostow.

2.1 Paul N. Rosenstein-Rodan

Dois textos foram analisados de Rosenstein-Rodan, um deles o “*Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*” de 1943, texto clássico porque um dos primeiros a tratar do desenvolvimento, e outro que consiste especificamente na questão da ajuda internacional, de 1961, “*International aid for underdeveloped countries*”.

Em 1943, Rosenstein-Rodan diz que para os países do leste e sudeste europeu se desenvolverem era necessária a industrialização e seriam duas formas possíveis: uma muito problemática e com pontos negativos, que é chamada de “modelo russo”, ou seja, usando a metáfora de Barbosa Lima Sobrinho (1973), o capital se faz em casa, significando autossuficiência e sem capital internacional; e a segunda alternativa, que só apresentava vantagens e propunha integração da economia nacional à internacional através da divisão internacional do trabalho e com auxílio de capital externo: “[...] seria baseada em substanciais investimentos internacionais ou empréstimos de capital. [...]” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 (1943), p. 266).

Quando o autor começa a fazer a relação do desenvolvimento com balanço de pagamentos, coloca que um esforço exportador é necessário para financiar a importação de bens de capital e investimentos em infraestrutura ou através de empréstimos internacionais (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 (1943)), portanto, novamente colocando o desenvolvimento a cargo do capital externo.

O otimismo do autor com respeito a relação positiva entre capital externo e desenvolvimento fica clara nessa passagem:

“[...] A disponibilidade de recursos em moedas estrangeiras, de assistência técnica do exterior e de equipamentos estrangeiros, no entanto, transformará o desenvolvimento nacional num processo que representará uma contribuição importante à expansão da renda mundial e à reorganização do comércio internacional [...]” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 (1943), p. 272).

Para viabilizar os empréstimos, o autor segue uma linha argumentativa que tenta esclarecer que, a despeito do investimento de longo prazo em alguma atividade pouco lucrativa, como a energia elétrica, pode ter o risco de não pagamento do empréstimo, portanto, prejuízo

para o credor, mas se forem consideradas as economias externas geradas e as complementariedades entre os setores, o empréstimo pode ser pago, sendo o empréstimo concedido não para empresas individualmente, mas para uma unidade de investimento de uma região, por exemplo. Rosenstein-Rodan aqui se apoia nas suas ideias de complementariedades e externalidades.

Essa troca de capitais externos vindos dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos do leste e sudeste europeu teria suas recompensas – além dos juros e dividendos. Pensando que parte dos empréstimos não serão liquidados, mesmo com o argumento da geração de economias externas que gerariam lucros num conjunto de empreendimentos, propõe que os investimentos feitos fossem realizados em indústrias que produzam produtos para exportação cuja destinação parcial seja para os países credores. Assim, parte do empréstimo se configuraria numa espécie de investimento para redução dos custos dos produtos importados pelos países credores, já que o custo desses produtos seria menor do que se produzidos nos países já desenvolvidos.

Nesse processo de desenvolvimento proposto, haveria a mudança da exportação de *commodities* naturais para produtos de consumo leve²¹. Esse tipo de recompensa ou pagamento também poderia servir para as indenizações de guerra, no lugar de ocorrerem com pagamentos, ocorreria por troca de produtos, ou melhor, a obrigação de importação de alguns produtos dos países pobres. Por outro lado, Rosenstein-Rodan propõe que haja uma redução da jornada de trabalho dos países industrializados em troca da manutenção da jornada dos países a industrializar.

Rosenstein-Rodan (1984) indica que os princípios para a ajuda externa tiveram um impulso inicial no trabalho de Prebisch (1954), juntamente com sua própria contribuição, e que este trabalho se desenvolverá um pouco mais em 1961, quando será aplicado na Aliança para o Progresso. Nesse texto de 1961, a ajuda externa passa por algumas condicionalidades, mas mantém ainda a preocupação de que possa ter condições de ser paga, porém, não mais sob as condições anteriormente expostas em 1949.

²¹ Prebisch (1963) dará uma solução parecida, porém, não pensando em pagar juros de empréstimo, mas na complementação da estrutura produtiva avançada dos países do centro com produtos manufaturados de baixa densidade tecnológica.

O objetivo da ajuda externa²² é que o país alcance o desenvolvimento autossustentado, saindo de uma economia estagnada, o que, contudo, não significa aumento do padrão de vida da população: “*The purpose of an international program of aid to undeveloped countries is to accelerate their economic development up to a point where a satisfactory rate of growth can be achieved on a self-sustaining basis. [...]*” (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p. 1).

O autor entende como crescimento autossustentado²³ o seguinte:

[...] the ability to imitate and to absorb other countries' methods of production-frequently referred to as “technological progress” – and, on the hand, a differentiated structure of production and investment, notably including a minimum quantum and growth of industrial production. (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p. 22)

Entretanto, a ajuda por si só não é suficiente para atingir esse estágio, para tanto ela deve ter um caráter de incentivar o esforço interno para alcançá-lo, fazendo com que o período de transição seja mais curto. Outro esclarecimento fundamental é que Rosenstein-Rodan não propõe a ajuda externa para igualar a renda dos países, mas simplesmente para dar oportunidade para os países subdesenvolvidos de alcançarem esse tipo de crescimento autossustentado, aliás, o período que duraria a ajuda não é estimado até alcançar um aumento da renda, mas “[...] *only until those countries can mobilize a level of capital formation sufficient for self-sustaining growth.*” (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p. 1). É por este motivo que autor incentiva a ajuda internacional destinada ao chamado capital social, ou seja, investimento em infraestrutura. Como é sabido esse investimento gera pequeno aumento na renda, mas é a base para os investimentos produtivos lucrativos.

A ampliação da formação de capital é centro dessa ajuda e essa ampliação é o que garantirá que não seja mais necessária ajuda. O excedente produzido por essa ajuda internacional

²² O autor define como *aid* empréstimos de longo prazo, ajuda técnica, doações e financiamento de importação sendo de 2/3 em bens de capital e 1/3 em bens de consumo. A ajuda técnica é a parte mais importante da ajuda internacional. Para o autor não faz parte de *international aid* os empréstimos de curto e médio prazo, assim como o investimento direto de capital privado estrangeiro (ROSENSTEIN-RODAN, 1961).

²³ A primeira parte desse entendimento é algo controverso com o Estruturalismo Latino Americano, pois um dos motivos do estrangulamento externo oriundo do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações é a tentativa de imitar os altos padrões tecnológicos dos países do centro, dadas as condições inferiores de produtividade, capital da periferia e os respectivos problemas da capacidade de importar. Prebisch (1963) e Furtado (1968 (1966)) farão críticas a essa absorção da tecnologia dos países do centro sob a ideia de dependência da tecnologia, sobretudo, ao sobre utilizar o recurso escasso, o capital, e economizar o recurso abundante, a mão de obra (BIELSCHOWSKY, 2000).

e por transferência ou incentivo ao *know-how* deve ser poupado, numa propensão marginal a poupar maior do que antes dessa ajuda (ROSENSTEIN-RODAN, 1961). Portanto, por trás da ampliação da formação de capital, está a ampliação da propensão marginal a poupar, essa é a base do auto sustentação do crescimento, uma interpretação neoclássica.

O autor (1961) propõe uma carência de dez a vinte anos, então que “[...] *The gross capital inflow, however, will continue, while at the same time old loans will be repayed. [...] the foreign debt of debtor-countries need not be amortized to zero in around world economy*” (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p. 217). Isso ocorre porque, devido às deficiências dos países subdesenvolvidos, sua capacidade de absorção desse capital é maior do que a capacidade de pagamento do empréstimo, cuja duração é estimada entre 45 e 99 anos.

Nesse raciocínio também está implícito que há um prazo no qual a ajuda externa começa a fazer efeitos na acumulação de capital, reduzindo essa necessidade de capitais, já que haverá uma ampliação da poupança. O capital internacional deixará de ser necessário quando for atingido o crescimento autossustentável, porém, não há qualquer restrição aos investimentos externos privados (ROSENSTEIN-RODAN, 1961).

2.2 Walt Whitman Rostow

A obra mais famosa de Rostow é “Os estágios do crescimento econômico: um manifesto não comunista” de 1960. Neste trabalho foi estudado um texto anterior, de 1956, “A decolagem para o crescimento autossustentado”, que tem as mesmas bases da obra principal.

Rostow entende o desenvolvimento econômico como sendo composto por três etapas: i) um período que dura aproximadamente um século no qual são criadas as pré-condições para a decolagem; ii) a decolagem, que dura duas a três décadas; iii) e o período no qual o crescimento da decolagem se torna algo normal e “relativamente automático”. (ROSTOW, 2010 (1956)).

A segunda etapa, o período de decolagem, é definida como o da Revolução Industrial, o que demonstra o papel central da industrialização para o processo desenvolvimento do autor. Assim ele diz que a decolagem é “[...] uma revolução industrial ligada diretamente a transformações radicais nos métodos de produção e que obtém resultados decisivos num prazo relativamente curto” (ROSTOW, 2010 (1956), p. 205).

Para que ocorra esse segundo estágio, o da decolagem, há três condições necessárias: i) aumento do investimento produtivo na ordem de 5% a 10% da renda; ii) desenvolvimento de um ou mais setores industriais importantes, com alta taxa de crescimento; iii) e uma estrutura social, política e institucional que aproveite-se do crescimento da decolagem, assim como garanta a manutenção como um processo contínuo. (ROSTOW, 2010 (1956)).

Rostow, marcando sua diferença em relação a maioria dos clássicos do Desenvolvimentismo Clássico, fala das fontes de financiamento necessárias para a etapa da decolagem rumo ao crescimento autossustentado: i) alterações no fluxo de renda; ii) importação de capital; e iii) o reinvestimento dos lucros em setores de rápida expansão (ROSTOW, 2010 (1956)).

Ainda na questão do financiamento, Rostow faz duas colocações, uma que demonstra que os recursos de financiamento se originam na poupança e, outra, o uso dos recursos. Assim, tanto recursos entesourados ou os usados para o consumo de luxo são obstáculos ao financiamento do investimento, da mesma forma que é negativo o investimento com baixa produtividade já que disputam os recursos que poderiam ser destinados aos projetos produtivos.

[...] que se pode dizer, então, de modo geral, sobre a oferta de financiamento durante a fase de decolagem? Em primeiro lugar, como condição prévia, parece necessário que o excedente da comunidade, acima do nível de consumo de massa, não seja acumulado em mãos daqueles que o esterilizariam, entesourando-o em consumo de luxo ou investimentos de baixa produtividade [...]. (ROSTOW, 2010 (1956), p. 197).

Nesse sentido, estabelece várias formas de captar os recursos para destinar ao financiamento projetos produtivos: i) confisco e tributação; ii) gasto estatal produtivo; iii) crédito bancário e financeiro; iv) aplicação de parte dos lucros em investimento produtivo; v) poupança externa (investimento direto e empréstimos) e vi) o comércio internacional superavitário (ROSTOW, 2010 (1956)).

Quanto ao financiamento da importação de bens de capital feito pelas exportações de commodities, cita o caso dos cereais nos EUA, Rússia e Canadá. Já quanto à consideração do financiamento do investimento sendo realizado pela poupança, fará uma importante distinção em relação a vários autores do Desenvolvimentismo Clássico: "o lado da demanda do processo de investimento, mais que a oferta de fundos de empréstimo, pode ser o elemento decisivo para a decolagem, contrastando com o período de criação das condições prévias ou da sustentação

do crescimento em marcha. [...]” (ROSTOW, 2010 (1956), p. 196). Aqui, sua atenção está voltada para a necessidade de investimento e não na poupança em si, como é o caso da maior parte dos outros autores clássicos do Desenvolvimentismo Clássico.

Rostow dá grande importância para o financiamento interno do desenvolvimento através de sistema bancário e mercado de capitais.

A transferência de fluxos de renda para mãos mais produtivas foi historicamente auxiliada, como é natural, não só por medidas fiscais do governo, mas também pelos bancos e pelos mercados de capitais. **Os períodos de decolagem foram marcados, praticamente sem exceção, pela ampliação das instituições bancárias – que expandiram a oferta de capital de giro – e, na maioria dos casos, também por uma ampliação no campo dos financiamentos de longo prazo, realizada por um mercado de capital central e fortemente organizado.** (ROSTOW, 2010 (1956), p. 195-196)

Quanto ao capital estrangeiro, o autor diz é importante para financiar obras de infraestrutura social e serviços públicos que não possuem retorno rápido, exemplo da construção de ferrovias, o que demonstra já uma condicionalidade ao uso desse capital. “[...] O capital estrangeiro pode ser muito útil para ajudar a suportar a carga desses gastos, seja direta ou indiretamente” (ROSTOW, 2010 (1956), p. 197).

Essa concepção de Rostow se deve ao estudo histórico que o autor faz sobre o processo de desenvolvimento, que é bem longo, que aliás, servirá de base para o seu maior trabalho. Ao analisar vários casos, ele encontra dois caminhos seguidos, países que tiveram seu desenvolvimento atrelado ao capital externo e países que, ao contrário, não utilizaram o capital externo ou o utilizaram em pequena escala.

[...] O capital estrangeiro representou grande papel na fase de decolagem de muitas economias, como a dos Estados Unidos, da Rússia, da Suécia e do Canadá. No entanto, os casos da Grã-Bretanha e do Japão **indicam que ele não pode ser visto como condição essencial.** [...] A entrada de capital estrangeiro mostrou-se, em casos significativos, extremamente importante para a decolagem, principalmente quando era exigida a formação de capital social básico com período de gestação prolongado; **mas também se pode observar casos de decolagem baseadas quase que totalmente em fontes internas.** [...] (ROSTOW, 2010 (1956), p. 197-198, grifos nosso)

O autor esclarece que segue uma linha traçada por Arthur Lewis, outro clássico do Desenvolvimentismo Clássico, a do uso dos capitais internos para o desenvolvimento, mesmo que embora haja casos nos quais o desenvolvimento tenha sido financiado com o capital externo:

"Lewis constrói seu modelo, em parte, fundamentado numa expansão do setor capitalista, com o grosso da poupança adicional advindo de um fundo ampliado de lucros" (ROSTOW, 2010 (1956), p. 195).

A conclusão de Rostow é que, independente da forma de financiamento para a decolagem do crescimento autossustentado, o importante é cumprir a condição, sempre presente no texto, que tanto os recursos devem ser aplicados produtivamente para o investimento, não para construir monumentos, entesouramento ou consumo²⁴, e que deve ser gerido ou direcionado pelas classes empresariais empreendedoras, capazes de reinvestir boa parte dos lucros em novos investimentos produtivos. Também dá destaque para o financiamento através do crédito barato e adequado, através de boas instituições promotoras dele. (ROSTOW, 2010 (1956))

No geral, a postura de Rostow é surpreendente nesse texto e parece conflitar bastante com a interpretação pela qual é conhecido, como um defensor da política externa norte-americana, bem como da ajuda externa, tal dubiedade é o que mostra Helleiner em seu comentário sobre Rostow, ao analisar o texto feito para o livro "*Pioneers in development*":

The first concerns his interpretation of the interrelationship between economic theory and economic history at a quite general level; in this we see Rostow the much respected scholar of long-term change and development. The second is a story of U.S. foreign policy and the evolution of U.S. attitudes toward the developing countries since the early 1950s; in this we see instead Rostow the advocate, the political participant, and servant of the U.S. public interest. The two stories are intertwined, but I should like to address them separately. (HELLEINER, 1984, p. 262)

2.3 Hollis Chenery e Alan Strout

O artigo de Chenery e Strout, "*Foreign Assistance and Economic Development*" (1966), é muito importante para o Desenvolvimentismo Clássico, pois os autores formalizaram os argumentos já usados pelo Estruturalismo Latino Americano, nos seus artigos fundadores, assim como argumentos usados por vários dos pioneiros do desenvolvimento²⁵, o duplo hiato, o de divisas e de capital. Esse artigo deu o status de cientificidade ao argumento e ainda estabeleceu relações

²⁴ Uma ideia bem semelhante à proposta por Furtado (1961) em seu capítulo 3.

²⁵ Conforme Bielschowsky (2000)

positivas entre a ajuda externa para sanar esse hiato e o crescimento. Os autores buscaram comprovação econométrica estudando casos de países que tiveram crescimento incentivado pela ajuda externa.

O objetivo ousado dos autores é buscar preencher a lacuna de poucos estudos sobre como acelerar o desenvolvimento econômico com a ajuda externa (CHENERY e STROUT, 1966). O impacto desse artigo foi enorme, tanto que será usado pelos órgãos multilaterais, como afirma Easterly:

Os economistas informatizaram em 1971 a versão de Chenery para o déficit financeiro, no Banco Mundial, onde ele agora era o principal assessor econômico do presidente do banco Robert McNamara, que estava encantado com a obtenção de uma ferramenta que fornecia exatamente as necessidades de ajuda de cada país. (EASTERLY, 2004, p. 374).

Os autores definem os termos da ajuda externa como subvenções públicas e empréstimos acima de cinco anos, investimentos privados. Além disso, esta ajuda geralmente oferece: "[...] (1) *the supply of skills and organizational ability*; (2) *the supply of domestic saving*; and (3) *the supply of imported commodities and services*. [...]." (CHENERY e STROUT, 1966, p. 679-681)

A defesa da ajuda externa é possível porque é responsável pelo rápido crescimento econômico que é mantido com o respectivo declínio da própria ajuda, já que:

The possibilities of securing rapid and sustained development by effective use of foreign assistance have been strikingly demonstrated in the past decade by such countries as Greece, Israel, Taiwan, and the Philippines. In each case, a substantial increase in investment financed largely by foreign loans and grants has led to rapid growth of GNP followed by a steady decline in the dependence on external financing. Not only was growth accelerated by foreign assistance, but the ability of each economy to sustain further development from its own resources was very substantially increased. (CHENERY e STROUT, 1966, p. 679)

Para que um país se desenvolva com recursos internos ou pela importação de recursos pagos por exportação, é necessário que haja um aumento simultâneo das técnicas de produção, da poupança interna e dos ganhos de exportação. Ao haver gargalos em qualquer uma dessas frentes, a ajuda externa pode servir para aliviá-los e tornando o uso desses recursos mais eficientes, trazendo maior taxa de crescimento. Os resultados trazidos por esse crescimento mais

rápido devem ser utilizados para corrigir os gargalos internos, fazendo com que essa ajuda decline. (CHENERY e STROUT, 1966). É importante destacar que essa ajuda não deveria ser eterna e deveria ocorrer concomitantemente com um esforço para não criar dependência dela, pois, a ideia é buscar o desenvolvimento sustentável.

Todo o modelo é construído assumindo-se o modelo de Harrod-Domar, para projeções de cinco a dez anos, e um modelo neoclássico para o longo prazo. (CHENERY e STROUT, 1966)

Os autores assumem a ideia de carência de poupança, com a ideia de déficit de financiamento e justificam-no com constatações de que o crescimento dos investimentos não é acompanhado pelo crescimento respectivo da poupança, nos países subdesenvolvidos: “[...] *Sustained rates of increase in investment of 12-15 per cent per year are common, while typical figures for saving growth are 6-8 per cent.*” (CHENERY e STROUT, 1966, p. 683).

Chenery e Strout pensam o hiato considerando as limitações ao crescimento. O primeiro hiato é a limitação do crescimento pelo investimento, nesse caso, são limitados tanto a poupança (privada e estatal) como as técnicas de produção. O segundo hiato é a limitação ao crescimento trazida pelo comércio. O hiato de comércio externo é baseado na teoria estruturalista mesmo, o que também pode ser expresso como carência de divisas ou pressão das importações sobre o balanço de pagamentos:

This import requirement results from the relatively inelastic demand for a large proportion of the manufactured goods currently imported - particularly intermediate goods and investment goods-arising from the lack of domestic supply and their necessity in production. [...] Since export earnings for many primary products are largely determined by demand conditions, a rapid increase in exports typically requires the development of new export products, which is limited by productive capacity as well as organizational and institutional factors. (CHENERY e STROUT, 1966, p. 689-690)

O hiato de investimento seria resolvido pela ajuda externa: “[...] *External assistance fills the gap between investment and saving, permitting the higher rate to be reached.*” (CHENERY e STROUT, 1966, p. 687).

A taxa de crescimento almejada usada no modelo foi baseada no contexto do texto, assim a poupança externa necessária para taxas de crescimento acima de 6% a 7% ao ano não estava disponível: “[...] *In the present context, it also reflects the fact that foreign assistance is*

limited and is unlikely to be available to finance growth rates much above 6-7 per cent even if they were attainable. [...]" (CHENERY e STROUT, 1966, p. 686).

Nesse ponto, seria possível já questionar a proposição de financiar o crescimento com ajuda externa, pois como a ajuda disponível é bastante variável, o crescimento variaria também, ao menos até atingir o seu estágio autossustentado. Dentro de uma concepção para eliminar as barreiras do subdesenvolvimento, como as consideradas pelos autores, investimento e comércio, essa condição fundamental de variação poderia colocar em xeque sua superação, tornando, na verdade, o desenvolvimento autossustentado algo impossível de alcançar ou apenas alcançável dependendo da estabilização dos fluxos de capital durante o tempo necessário. Os autores fazem ainda outra constatação questionável:

We assume that aid is sufficiently limited or expensive to make the recipient unwilling or unable to increase aid merely to increase consumption without also securing some rise in GNP. Second, we assume that the country tries to maximize consumption until the target growth rate is attained. (CHENERY e STROUT, 1966, p. 686-687)

A preocupação aqui é como a demonstrada por Nurkse ou Singer, que poupança externa não se transforme em consumo e isso não ocorreria ou estaria limitado de ocorrer pelo simples argumento de que a ajuda é cara demais para ser desperdiçada, um argumento bem ao estilo neoclássico, diga-se. Por si só essa consideração possui uma lógica questionável, mas o pior é que após duas constatações negativas a respeito da ajuda externa, por que então defender que o crescimento seja financiado por um recurso tão problemático? Embora os autores percebam problemas no recurso externo e condicionem essa ajuda até se obter o desenvolvimento autossustentável, o artigo está muito mais concentrado em provar por dados e equações que há uma relação positiva entre ajuda externa e a superação dos hiatos, permitindo atingir o crescimento econômico, deixando as problematizações de lado.

Por isso que os autores dizem que a ajuda externa é uma substituição da dominação colonial. O que não está em sua análise é que essa seria ainda uma relação de dependência, não mais colonial, mas renovada. O que demonstra bem que as repercussões dessa ajuda não é a preocupação do modelo defendido. "*...* Programs of foreign assistance have replaced colonial relations, and donors and recipients now agree that economic and social development is their primary objective. [...]" (CHENERY e STROUT, 1966, p. 679)

2.4 Ragnar Nurkse

Nurkse fez seis palestras no Rio de Janeiro em 1951 tratando de questões sobre a formação de capital para o desenvolvimento, essas palestras foram reunidas pela Revista Memórias do Desenvolvimento do Centro Internacional Celso Furtado sob o título “Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”, expondo pontos fundamentais de sua teoria e se trazendo posicionamentos sobre a ajuda externa. A essa série de conferências Furtado fará críticas, tentando colocar o posicionamento da CEPAL frente ao de Nurkse, texto que também foi analisado na parte do estudo de Celso Furtado.

2.4.1 Tensão entre consumo e poupança

Nurkse inicia seu texto ao tratar de três teorias controversas para explicar o problema da escassez de dólares no pós-guerra. Uma delas é a explicação pela baixa dos fluxos de capital e do comércio, a outra falando sobre a conjuntura negativa em relação aos movimentos de capital devido à reconstrução europeia. Outra teoria explica que devido à superioridade da indústria americana, suas exportações geraram déficits em vários países (excesso de exportações). Uma terceira teoria é a explicação clássica de economia internacional é que esses desequilíbrios no balanço de pagamentos poderiam ser ajustados por uma taxa de câmbio no valor correspondente, que relacionasse as diferenças comparativas entre os países. Porém, a hipótese que o autor vai seguir e será fundamental é a seguinte:

As discrepâncias da produtividade, propriamente, não explicam os desequilíbrios no balanço de pagamentos. Todavia, a produtividade determina a renda real. As discrepâncias internacionais dos níveis de produtividade são refletidas em discrepâncias nos níveis de renda real dos diferentes países e, portanto, igualmente em seus níveis de consumo. (NURKSE, 2007 (1951), p. 54)

A diferença nos padrões de consumo será a causadora dos desequilíbrios internacionais, não as diferenças de produtividade entre países ricos e pobres, negando, assim, como causa, as teses da deterioração dos meios de troca, bem como as duas elasticidades – embora o autor ainda faça uso destas para outros fins²⁶.

²⁶ Uma parte dos autores do Desenvolvimentismo Clássico faz a junção da teoria da deterioração dos termos de trocas com os conceitos do consumo conspícuo e do efeito demonstração.

Nurkse refuta a hipótese do consumo conspícuo de Veblen²⁷, por achar que é motivado por um esnobismo, e se concentra no efeito demonstração que estabelece que o contato dos consumidores com padrões superiores de consumo, através do estímulo da imaginação, faz com que a propensão marginal a consumir suba de patamar em relação a existente antes desse contato, o que estabelece uma troca entre consumo e investimento nos países pobres (NURKSE, 2007 (1951)).

O efeito demonstração é essencial para Nurkse porque a poupança depende predominantemente da relação da renda real com o consumo oriundo do efeito demonstração, assim, a poupança seria reduzida quanto maior fosse o efeito demonstração, o que se torna maior quanto maior for a desigualdade de renda em um país. (NURKSE, 2007 (1951))

Na conjuntura dos anos 1950 do *American way of life* – um modo de vida bem sucedido e prestigioso – o efeito demonstração é ainda piorado, pois, através da propaganda bem sucedida e criadora de desejos antes não existentes, faz com que haja uma constante pressão para o aumento do consumo por efeito demonstração, já que países sem as condições de renda e produtividade dos EUA passe a imitar seu padrão do consumo, o que pressiona ainda mais a escassez de dólares, que cresce ainda mais por conta do avanço das comunicações de massa da época²⁸. (NURKSE, 2007 (1951))

Tamanha é a importância do efeito demonstração sobre o consumo e, conseqüentemente sobre a poupança, que o autor declara que a não imitação dos padrões de consumo por parte dos japoneses tenha sido um dos seus segredos para desenvolver-se: “[...] não há dúvida de que

²⁷ Uma boa definição de Veblen para o consumo conspícuo: “Assim, no estágio quase-pacífico [propriedade particular, indústria e trabalho assalariado, segundo o autor], o senhor não somente consome mais do que o mínimo necessário à sua subsistência e eficiência física, mas o seu consumo se especializa quanto à qualidade dos bens consumidos. Ele consome livremente e do melhor, no tocante a alimento, bebida, narcóticos, abrigo, serviços, ornamentos, vestuário, armas e munições, divertimentos, amuletos, ídolos e divindades. [...] Por ser o consumo dos bens de maior excelência prova de riqueza, ele se torna honorífico; reciprocamente, a incapacidade de consumir na devida quantidade e qualidade se torna marca de inferioridade e demérito.” (VEBLEN, 1965, p. 79). Os trabalhos de Veblen e Duesenberry propõe modelos de consumo baseados no comportamento, não na flexibilidade de preços e no princípio do *homo economicus*, sendo a crítica institucionalista aos neoclássicos que é apropriada pelo Desenvolvimentismo Clássico (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005).

²⁸ Aqui se pode fazer uma reflexão oportuna, que escapa ao autor. Essa indução ao padrão de consumo norte-americano traz uma tripla dependência e reforço de sua hegemonia: aumento das importações mundiais de seus produtos; aumento do uso de sua moeda; dominação cultural.

isto constitui parte do segredo do sucesso do Japão na formação de capitais e desenvolvimento industrial.” (NURKSE, 2007 (1951), p. 60)²⁹.

Nurkse chega à conclusão que as “[...] disparidades internacionais da renda devem ser tratadas, não apenas como uma fonte de déficit do balanço internacional de pagamentos, mas, na realidade, como um obstáculo à poupança doméstica e à formação de capitais nos países mais pobres. [...]”. (NURKSE, 2007 (1951), p. 64)

2.4.2 A importância do capital externo

Para que essa poupança seja elevada, diz o autor, é necessário elevar a produtividade para causar aumento na renda e, por conseguinte, aumento da poupança, o que “[...] deve resultar de investimentos estrangeiros. [...]” (NURKSE, 2007 (1951), p. 64), porém, de forma transitória, até que se amplie suficientemente essa poupança.

É intuitivo, portanto, que já que os países subdesenvolvidos são pobres, não possuem renda alta, devem receber investimentos externos para ampliar a sua poupança. Eis aqui a justificativa básica favorável a ter desenvolvimento financiado por capital externo nos estágios iniciais do desenvolvimento dos países pobres.

Nurkse (2007 (1951)) vê com otimismo a experiência do Plano Marshall, pois as grandes quantias americanas envolvidas no processo de reconstrução podem ser vistas como uma grande mudança nos antigos padrões de ajuda externa, daí que recorrer à ajuda externa não seja algo problemático, já que haveria bom fluxo desses recursos.

A política fiscal é considerada importante no sentido “federalista”, assim como de uma tributação progressiva, pois garante transferência de recursos da região mais rica para a mais pobre – utilizando o Brasil como exemplo, o deslocamento de recursos do sul para o norte.

Embora o autor considere a questão fiscal importante para o desenvolvimento, como já mencionado, e dialogue com mecanismos de poupança forçada através da tributação, preferencialmente do consumo, o autor desconfia da eficácia fiscal dos Estados subdesenvolvidos, já

²⁹ O autor também fará uma explanação de que no lugar de copiar as técnicas de produção imita-se o consumo, fazendo algo que não é sustentável, assim o subdesenvolvimento é, como Furtado (2007 (1951)) faz ao criticar a explicação pelo problema do tamanho do mercado, unicamente um mau uso dos recursos disponíveis. O foco de Nurkse é como um comportamento subdesenvolvido faz limitar a poupança, essencial, para ele, para o investimento e, assim, para o desenvolvimento.

que “[...] o mecanismo fiscal de um país subdesenvolvido pode ser tão subdesenvolvido quanto a sua própria economia.” (NURKSE, 2007 (1951), p. 107).

Embora em poucas linhas e de forma pouco desenvolvida, o autor ainda fará menção do uso dessa poupança através de sistema bancário de financiamento, seu objetivo não provém de um pressuposto diferente da causalidade entre poupança e investimento, mas sim que os recursos dessa poupança forçada fiquem em mãos privadas, assim como o investimento tenha que ser feito por iniciativa privada, ainda que louvável a coordenação e planejamento estatal. (NURKSE, 2007 (1951)).

A analogia do mecanismo distributivo fiscal com a ajuda internacional seria que os recursos deveriam fluir dos mais ricos para os mais pobres, ainda que aparentemente possível, afirma que no mundo não há um governo federal, ou “fiscal”, e essas transferências ocorrem por força política, portanto envolvendo poder, não mecanismos “naturais” de mercado. (NURKSE, 2007 (1951))

Ao problematizar a ajuda externa, Nurkse voltará ao seu tema central, que é a relação entre poupança e consumo, temendo que a entrada de capitais seja usada para ampliar o consumo e não para a formação de capital.

Se se deve permitir que os acontecimentos sigam o seu curso, as transferências de renda serão utilizadas nos países mais pobres para satisfazer a aumentada propensão para consumir, que é provocada pela disparidade de níveis de renda real; e, assim, nenhuma base permanente se criará para padrões de vida mais elevados no futuro. Não existem limites quanto à capacidade de um país para absorver auxílio estrangeiro para consumo corrente. Existem, todavia, limites bastante definidos para a capacidade de absorção de um país, caso o auxílio estrangeiro deva ser aplicado à formação de capitais. (NURKSE, 2007 (1951), p. 73)

Mesmo considerando esse problema, assim como um alerta do relatório da ONU³⁰ contrário à ajuda externa, o autor tem esperanças de que apenas a ajuda externa será capaz de resolver as deficiências da poupança interna, considerando, no entanto, que é necessária uma complementariedade com a iniciativa nacional.

[...] esperemos que venha auxílio de fontes externas em quantidade suficiente para minorar as dificuldades da poupança interna nesses países.
Mas, tomemos também em consideração o aviso contido no último relatório

³⁰ Relatório citado pelo autor: *Measures for Economic Development of Underdeveloped Countries*, de maio de 1951

das Nações Unidas sobre desenvolvimento econômico. “Muitos dos países subdesenvolvidos fariam melhor não contando com qualquer auxílio internacional considerável”. **É melhor não contar com auxílio estrangeiro.** Pode vir; quem sabe? Mas, mesmo se vier exigirá iniciativas nacionais para seu emprego efetivo no programa de desenvolvimento do país. (NURKSE, 2007 (1951), p. 107, grifos nosso)

Para cada área ou temática do desenvolvimento que estuda, o Japão é sempre o exemplo, como no caso do Japão, é aí que Nurkse o coloca como prova que a ajuda externa traz desenvolvimento, assim, ele afirma que mesmo diante de condições de problemas de fluxo de capital: “[...] Mesmo no ambiente de investimento internacional privado do século XIX, cujo colapso se deu nos fins da década de 1920, foi possível a esse tipo de movimento de capital florescer e produzir impressionantes resultados como prova, sobretudo o exemplo do Japão.” (NURKSE, 2007 (1951), p. 187).

Nurkse aparenta ter um tratamento dúbio em relação ao capital externo, pois ao mesmo tempo que o Japão é o exemplo do sucesso do capital externo no desenvolvimento, citação acima, o é também no caso de se desenvolver com capital nacional: esse segundo exemplo provavelmente foi o que motivou Barbosa Lima Sobrinho (1973), tempos depois, a dar tanta importância à teoria de Nurkse e ter publicado um livro, “O capital se faz em casa” referindo-se ao Japão e às origens do seu “milagre” exatamente na preponderância ao capital nacional.

Essa dissertação, porém, por perceber a dubiedade aparente, porém, interpreta a posição de Nurkse pendendo muito mais para o incentivo ao uso do capital externo do que para o “capital se faz em casa”. É importante destacar, entretanto, que o autor não acredita no capital externo como uma panaceia do desenvolvimento, que sua simples aplicação resolverá todo e qualquer problema. É em seu livro, baseado quase que inteiramente nas conferências aqui já referidas, que Nurkse (1957) pontua que para que o capital externo surta efeitos no desenvolvimento econômico é necessário que o país receptor faça a sua parte, ou seja, tenha um papel complementar a esse capital através da atuação do Estado, por exemplo.

2.4.3 Investimentos diretos

Ao concentrar nas fontes externas da formação do capital o autor reúne tanto informações dos tipos de movimento de capital, quanto alguns posicionamentos interessantes. A começar pelo investimento direto, dizendo que a maior parte foi realizado em indústrias extrativas de exportação, sendo esses produtos oriundos desse investimento enviados justamente para os

países mais desenvolvidos, portanto, os investimentos acabam servindo para os países investidores duplamente, no ganho do empreendimento e no recebimento da importação (NURKSE, 2007 (1951)).

Seguindo a tese de Hans Singer, Nurkse dirá que os investimentos estrangeiros reforçaram a especialização da estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos e mais, os "[...] investimentos estrangeiros serviam precipuamente aos interesses dos países industriais credores. [...]" (NURKSE, 2007 (1951), p. 123). A justificativa para o autor é que o mercado interno é pequeno e o poder aquisitivo é baixo, por isso e não compensa investir em país subdesenvolvido na produção para atender a demanda interna. Porém as vantagens do Investimento Direto é que, além de serem aplicados diretamente, portanto contribuindo para a formação de capital, embora aplicado em atividades primário-exportadoras, também podem trazer *know-how* (NURKSE, 2007 (1951)).

2.4.4 Empréstimos internacionais e melhoria dos termos de intercâmbio

Os empréstimos internacionais que financiam investimentos públicos têm a grande vantagem de serem aplicados conforme planos de desenvolvimento, assim, diferentemente do investimento direto, atendem aos interesses do país tomador; além disso, ele não enfrenta os problemas do investimento direto, quanto ao tamanho do mercado, à baixa renda e preferir atividades primário-exportadora. É dessa forma que o autor dará importância para os investimentos públicos, sendo, para ele, “o método adequado para um país lançar as bases de seu desenvolvimento econômico [...]” (NURKSE, 2007 (1951), p. 128-129).

Porém, os empréstimos enfrentam o grande problema da substituição da poupança interna pela externa, ou melhor, para que o capital externo não incentive o consumo por meio do efeito demonstração, o que faria com que os recursos não fossem destinados à formação de capital. Doações são ainda pior: como não exigem pagamento de juros e amortizações, tem propensão ainda maior em serem transformados em consumo. Caso esse problema não seja resolvido, a ajuda externa sob empréstimos e doações deve ser evitada. A saída é controlar a propensão marginal a consumir e ligar os empréstimos e doativos a projetos produtivos, aque-

les destinados à formação de capital, de fato, o autor também estipula que a restrição às importações de luxo possa auxiliar³¹. Tais controles, embora difíceis, deveriam ocorrer por planejamento de orçamento, como no bem sucedido Programa de Recuperação Europeu (NURKSE, 2007 (1951)).

Durante a guerra da Coreia, embora cessasse a ajuda externa norte-americana aos países subdesenvolvidos, consumida no esforço de guerra, o autor parte, então, para as considerações em relação as melhoras dos termos de trocas. Com essa situação se verificasse, poderia haver uma melhora na geração de divisas para pagamento das importações, assim como os recursos adicionais poderiam ser usados em investimentos. A condição aqui é a mesma, não pode haver o uso aumento do consumo (NURKSE, 2007 (1951)).

O autor também considera os investimentos diretos positivamente porque não geram juros e encargos. Como nas modalidades de capital internacional, para os recursos vindos da melhora dos termos de troca a preocupação é a mesma: dilema entre consumo sob efeito demonstração e poupança (NURKSE, 2007 (1951)).

É então que o autor propõe três usos para esse excedente vindo da melhoria dos termos de intercâmbio; na verdade, essas são as condições para que a melhora nos termos de troca seja convertida em formação de capital: a importação de bens de produção, a transformação do saldo em poupança, que, caso não seja voluntária, que ocorra por meio de poupança fiscal forçada, e para reserva cambial. Embora Nurkse considere a tributação junto aos exportadores primários uma alternativa para canalizar os resultados, como feito na Nova Zelândia e Argentina, considera-o injusto, visto que a tributação deve ser geral (NURKSE, 2007 (1951)).

2.4.5 Movimentos de capitais e problemas

Nurkse faz uma ampla discussão sobre a teoria econômica até o seu tempo sobre movimentos de capitais, vai desde Ricardo, passando por Ohlin, tocando a teoria marxista do subconsumo e do imperialismo, passando por Domar e por autores seus contemporâneos, como Albert Khan. Interessante que dos autores do Desenvolvimentismo Clássico, Nurkse é um dos poucos que dialoga com a exportação de capitais pelos países desenvolvidos como ferramenta para manter seu nível de atividade econômica e os interesses das suas empresas. Ele acredita

³¹ Nurkse diz que embora seja muito mais fácil tentar controlar o consumo por política de restrição às importações, não se atinge a raiz do problema que é o efeito demonstração; é ainda pior se essa restrição não for combinada com o controle do consumo dos produtos internos. (NURKSE, 2007 (1951))

que essa interpretação é conspiratória e que, se houvesse, seria benéfica para o desenvolvimento. (NURKSE, 2007 (1951))

Nurkse propõe a entrada de capital externo para que se atinja o desenvolvimento sustentável, para que contribua com a formação de capital, assim, sua condição é que seja destinado a empreendimentos produtivos que tenham um rendimento grande o suficiente para serem viáveis e ainda garantir o pagamento do empréstimo, assim como haja um esforço geral para a geração de divisas que cubra a importância do empréstimo.

A primeira condição é que o país devedor use o empréstimo estrangeiro para fins produtivos que aumentem em termos reais a sua renda nacional e assegurem ganhos, em moeda nacional, com os quais os juros poderão ser pagos. A segunda condição envolve a criação de um saldo de exportação do qual resultem divisas para o serviço do empréstimo. (NURKSE, 2007 (1951), p. 186).

Dialogando com o Desenvolvimentismo Clássico, Nurkse não vê a condição de que o capital externo seja direcionado para atividades que possam aliviar a balança comercial, ou seja, direcionadas às indústrias substitutivas de importação. Para ele, o importante é que novo investimento possibilitado pela ajuda externa que produza para o mercado faça uma adição líquida de novos bens contanto que não financiados pela inflação. (NURKSE, 2007 (1951))

Para o autor, há dois problemas quanto ao financiamento externo, o primeiro deles é que o país que exporta capital não tem qualquer obrigação legal de manter o fluxo, pode encerrar sem qualquer justificativa, independente de condições econômicas do país, apenas por motivações próprias.

Além de não emprestar mais, o credor pode ainda requerer o pagamento dos empréstimos anteriores, o que pode ter o efeito contrário para a formação de capital. Situação ainda pior é a relativa aos capitais de curto prazo, que Nurkse diz “[...] não podem ser usados de modo algum para o desenvolvimento econômico [...]” (NURKSE, 2007 (1951), p. 184). O autor faz ainda uma metáfora pensando nesse capital na crise de 1929, refere-se a ele como um guarda-chuva que seria emprestado para dias de sol, mas que deveria ser devolvido em dias de chuva.

2.5 Albert Otto Hirschman

O trabalho analisado de Hirschman é “Estratégia do Desenvolvimento Econômico” (1961), no qual ele introduz os seus conceitos de desenvolvimento não equilibrado e encadeamento produtivo para frente e para trás, dentre outros dos seus temas clássicos. Dentro do arcabouço

teórico que ele estabelece nesse livro, o capital estrangeiro terá um papel importante, porém, poucas são as referências e preocupação de Hirschman a esse respeito.

O autor coloca o papel importante do capital externo:

O auxílio e o capital estrangeiros também poderiam ser estudados do ponto-de-vista das suas funções indutoras de pressão e de alívio de pressão. Mas tentaremos uma definição mais unitária dos seus encargos, estabelecendo a premissa: o papel do capital estrangeiro é habilitar e encorajar um país a empreender a marcha do desenvolvimento não equilibrado. (HIRSCHMAN, 1961 (1958), p. 307).

Diante da identificação de uma dificuldade do Estado em direcionar os investimentos para áreas específicas em virtude de pressões distributivas mais dispersas, o capital externo teria essa função compensatória, de aplicar em áreas e setores específicos, concentradas (HIRSCHMAN, 1961 (1958)).

Nas fases iniciais do desenvolvimento desequilibrado a junção do capital local com o internacional atuaria melhor do que apenas o capital interno. Conforme se avança no processo, esse capital também tem uma função paliativa: “[...] o processo de desenvolvimento não-equilibrado levará, muitas vezes, a certas dificuldades e pressões que não pode ser imediatamente sanadas; neste ínterim, o capital estrangeiro é necessário com paliativo. [...]” (HIRSCHMAN, 1961 (1958), p. 309).

Porém, se essas dificuldades não foram resolvidas em curto espaço de tempo pelo capital estrangeiro, as consequências podem ser inflação e ao próprio fracasso do projeto empreendido, o que faz do capital não mais paliativo, mas necessário para o processo de desenvolvimento, pois sua ausência põe em risco a própria existência da atividade iniciada (HIRSCHMAN, 1961 (1958)).

Por fim, Hirschman dá preferência aos investimentos diretos e aos financiamentos de projetos e estabelece uma condição importante para o capital estrangeiro em geral, que aos rendimentos ou lucros do projeto financiados com capital externo devessem ser acompanhados de um fundo para não pressionar mais a condição do Balanço de Pagamento (HIRSCHMAN, 1961 (1958)).

2.6 Hans W. Singer³²

Singer, em seu trabalho “A mecânica do desenvolvimento econômico” (1952) trata do tema da poupança externa quando fala do processo de desenvolvimento proposto para as economias subdesenvolvidas, por isso é relevante discutir um pouco o seu modelo proposto e assim expor seu posicionamento em relação ao capital externo.

O autor constrói seu modelo partindo de uma hipotética economia subdesenvolvida dividida em setor agrícola (produzindo 40% da renda total) e não agrícola em uma sociedade cuja divisão da população ocupada está 70% concentrada no setor agrícola. Também assume uma distribuição de renda *per capita* desigual na taxa de US\$ 57 para o setor agrícola e US\$ 200 para o setor não agrícola (SINGER, 2010 (1952)). Nesse modelo, o processo de desenvolvimento será a mudança da estrutura produtiva dessa comunidade hipotética: “[...] O desenvolvimento econômico para esse grupo significará uma modificação estrutural. A proporção da população na agricultura terá de cair e a do setor não agrícola deverá se expandir. [...]” (SINGER, 2010 (1952), p. 398). Isso precisa acontecer junto com a elevação dos níveis de renda, o objetivo dessa mudança estrutural e da renda que corresponda é a relação 20:80.

O autor sugere que, para se realizar esse processo de desenvolvimento através da mudança estrutural da produção, necessita-se de uma taxa de investimento da ordem de 21,8% da renda nacional, gerando 3% de crescimento da renda *per capita*. O que importa desse modelo para essa pesquisa é a forma de financiar esse investimento. A hipótese é que a poupança disponível está na ordem de 6% da renda, contribuindo apenas com essa parcela ao montante total dos investimentos, sendo esse um padrão assumido pelo autor para as economias subdesenvolvidas em geral. Embora não deixe de considerar que essa poupança possa ser complementada pelas alternativas de superávit fiscal ou poupanças forçadas por intermédio de inflação, não considera suficiente para fechar a conta. Eis que a conclusão é pessimista: “Assim, a conclusão a que chegamos é que uma comunidade do tipo considerado no modelo não pode financiar um

³² Nas pesquisas realizadas não foi encontrado algum trabalho de Hans Singer que fizesse a ligação entre a deterioração dos termos de troca, teoria pela qual pode ser considerado um pioneiro do desenvolvimento, e possivelmente é sua maior contribuição, e capital externo. Há, porém um trabalho, mas já de 1984, portanto fora do período abrangido pela pesquisa, no qual Singer (1984), depois de descrever cinco possibilidades de lidar com os problemas da deterioração dos termos de troca chega na sexta: “*Aid no trade*”. Por essa alternativa a ajuda de capital internacional (investimento por multinacionais, empréstimos bancários e assistência oficial ao desenvolvimento) seria uma espécie de compensação do problema da desigual distribuição dos benefícios através do comércio.

programa rápido de desenvolvimento econômico por meio de investimento de capital de seus próprios recursos domésticos disponíveis. [...]" (SINGER, 2010 (1952), p. 404).

As alternativas de financiamento, segundo Singer, seriam quatro, três delas pertencentes à equação dinâmica de Harrod-Domar: i) baixar a relação capital/renda; ii) aumentar a poupança pela redução do consumo; iii) reduzir o crescimento da população; e iv) recorrer ao financiamento externo. (SINGER, 2010 (1952)).

Singer trata com cautela o endividamento externo ou recorrer ao capital externo, uma vez que o seu uso só se justifica para atingir o desenvolvimento autossustentado no contexto de ausência de capitais, que, via de regra, está na relação da ausência de poupança interna limitando o investimento.

Os problemas envolvidos não são desconsiderados e estão expressos em três questionamentos: o tempo que durará a entrada de capitais até que possa haver financiamento com os próprios recursos; o tamanho da dívida; o montante do superávit comercial para pagar a dívida externa (SINGER, 2010 (1952)).

Na primeira questão, já se assume o papel transitório da ajuda externa – transitoriedade que não ocorrerá se não houver mudanças no total de poupança, ou no padrão de poupança da sociedade, colocando, como a maior parte dos teóricos do desenvolvimentismo clássico, o investimento sendo financiado por poupança e a tensão entre poupança e consumo. Importante frisar que Singer está preocupado também com a sustentabilidade dessa ajuda externa, para que ela não seja impagável, tampouco infinita.

[...] obviamente, as respostas a essas questões dependem, em grande parte, do incremento da produção obtidos na evolução do processo de desenvolvimento econômico. No caso limite, se o aumento total for consumido e a poupança líquida permanecer [...] o problema é claramente insolúvel. Dado que as necessidades aumentarão gradualmente com o aumento total da população, o déficit crescerá, o período durante o qual capitais estrangeiros serão necessários se prolongará ao infinito e o encargo final de dívida também será infinito. (SINGER, 2010 (1952), p. 405-406)

Por isso é que o modelo de Singer trabalhará com duas hipóteses, propensão marginal a poupar de 50% ou de 20%, sendo que quanto menor, maior o tempo para atingir o desenvolvimento autossustentado: "O modelo ilustra, assim, o papel estratégico da taxa de poupança marginal. [...]" (SINGER, 2010 (1952), p. 406). Seguindo ainda o modelo de crescimento financi-

ado substancialmente com poupança externa, os encargos durariam 30 anos, no caso da poupança de 50% e 50 anos, para a poupança de 20%, sendo, assim, prazo de transição do processo de desenvolvimento financiado por capital externo para o autossustentado.

O autor considera, entretanto, que há um problema sério quanto aumentar a poupança devido à baixa renda dos países subdesenvolvidos. Tendo em vista essa dificuldade, propõe que esse aumento da poupança provenha dos ganhos resultantes do processo de desenvolvimento, dos ganhos da industrialização que a ajuda externa financiará. (SINGER, 2010 (1952), p. 406; SINGER, 2010 (1952)).

Assim, para promover a mudança estrutural de uma economia reduzindo-se o tamanho do setor primário, trazendo melhorias na renda geral da população, a ajuda externa é necessária, cujos ganhos trazidos possibilitariam a ampliação da poupança, variável-chave desse modelo.

3 ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

Esta parte corresponde ao estudo do Estruturalismo Latino-Americano e sua relação com o crescimento com poupança externa e assim está subdividido em duas partes: na primeira, há uma introdução sobre a escola, uma contextualização histórica do período estudado, seguida de introdução ao seu método e aos principais conceitos de sua teoria, assim como considerações sobre o período de críticas e declínio. Na segunda parte, há a análise dos trabalhos dos principais autores e sua relação com o crescimento com poupança externa.

3.1 Introdução histórica ao Estruturalismo Latino Americano

O desenvolvimento da industrialização de vulto na América Latina ocorreu no contexto das duas guerras mundiais e a crise de 1929 por conta dos seus efeitos sobre o comércio externo em termos de queda de volumes e preços dos produtos exportados pelos países periféricos, assim como pelos impactos da guerra na demanda dos países do centro. Tanto antes desse período, no chamado crescimento para fora, como no crescimento para dentro através da industrialização substitutiva, o motor foi sempre o comércio exterior, nos seus momentos de alta e baixa, respectivamente. (TAVARES, 2010 (1964-a))

Logo depois da guerra, outro efeito para o desenvolvimento periférico, os fluxos de capital não se normalizaram, mas foram concentrados no Plano Marshall de reconstrução europeia, que, segundo Pinho Neto (1996) significou por volta de 20% do orçamento dos EUA, no período de sua duração.

Enquanto os economistas europeus e americanos se esforçavam para colocar em prática o plano de reconstrução, tendo como foco a própria Europa³³, construindo uma teoria do desenvolvimento, na América Latina, embora houvesse já intelectuais e empresários pensando no desenvolvimento do continente, não havia um corpo de economistas unificado³⁴, nem o incentivo como o de um plano ousado como o Marshall.

No contexto de Bretton Woods, instituições como o Banco Mundial, o FMI, e o GATT foram criados, porém o objetivo em comum eram evitar as causas da grande depressão iniciada em 1929, eram muito instituições de precaução e controle, portanto, não contribuíam com o enfrentamento da condição de subdesenvolvimento, tampouco à preocupação da ONU de melhoria das condições sociais e econômicas. (MEIER, 1984).

Diante dessa dificuldade, é que há a criação de comissões regionais das ONU, para voltar-se às questões desenvolvimento. Assim é que serão criadas as comissões econômicas para a Europa (UNECE - 1947), Ásia e Pacífico (ESCAP – 1947), América Latina e Caribe (ECLAC – 1948), África (ECA - 1958) e Ásia Oriental (ESCWA – 1973).

Havia, pois, um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico. A teorização cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

A CEPAL, entidade voltada para a análise do desenvolvimento econômico regional inauguraria a vertente regional da teoria do desenvolvimento, assim como daria criaria uma teoria que explicasse e propusesse saídas para os problemas da conjuntura de baixa do comércio e fluxo de capitais internacionais para a América Latina, esse poderia ser caracterizado pelos dólares³⁵ escassos (BIELSCHOWSKY, 2000).

³³ O texto seminal de 1943 de Rosenstein-Rodan é um exemplo desse foco de análise, cuja região consta do próprio título.

³⁴ Bielschowsky (2000) faz um excelente estudo do pensamento desenvolvimentista brasileiro do período mostrando suas diversas vertentes, sendo um nome de destaque o próprio Roberto Simonsen.

³⁵ “De 1944 até o início dos anos 50, a escassez de dólares manifestava-se em superávits nas contas-correntes norte-americanas e na demanda internacional de dólares para a constituição de reservas. [...] A supremacia econômica dos Estados Unidos no pós-guerra garantia um superávit estrutural na sua balança comercial e mesmo em contas-correntes, a despeito dos gastos militares e da reconstrução das economias destruídas (Plano Marshall) [...]”. (KILSZTAJN, 1989, p. 89)

O Estruturalismo Latino Americano, dará suas contribuições³⁶ que se traduzem na teoria da inter-relação dinâmica entre centro industrializado e periferia primarizada; as diferenças de crescimento da produtividade entre esses polos, resultando na deterioração dos meios de troca; a teoria do subdesenvolvimento; no Modelo de Industrialização por Substituição de Importações; na necessidade da atuação estatal, com ênfase na no planejamento estatal; na tendência do crescimento dos salários abaixo da produtividade dada à abundância de mão de obra; e na própria metodologia histórica-estruturalista, dentre outras contribuições.

Bielschowsky, partindo da determinação histórica da teoria do Estruturalismo Latino Americano, divide seu desenvolvimento em cinco fases, em que cada uma gira em torno de “ideias-força”:

- a) Origem e anos 1950: industrialização;
- b) Anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) Anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) Anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;
- e) Anos 1990: transformação produtiva com equidade. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18)

3.2 Condicionante histórico-metodológico: estruturalismo histórico

A teoria do desenvolvimento estabelecida na América Latina pela CEPAL é também conhecida como Estruturalismo Latino Americano, fazendo referência ao seu método de análise, o histórico-estruturalista, que, aliás, lhe confere unidade teórica, mesmo diante de diversas fases dessa teoria e das diferenças entre seus autores. Bielschowsky chama atenção exatamente para essa unidade teórica através método:

Vale observar que a classificação das teses e reflexões de acordo com os “planos” de análise não significa falta de unidade no pensamento: os diferentes planos e as diferentes teses estão perfeitamente “amarradas” pelo método histórico-estruturalista e pelas ideias-força que determinam a produção das teses em cada período (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18).

O método estruturalista usado pela CEPAL não é o mesmo da linguística ou das ciências sociais – que fazem o estudo das estruturas sociais sem nunca considerar a história, como afirma Bielschowsky:

³⁶ Na seção introdutória aos conceitos-chaves do Estruturalismo Latino Americano há uma exposição melhor de suas contribuições.

Em outras disciplinas das ciências sociais, como a linguística e a antropologia, onde o “estruturalismo” se origina, este tipicamente correspondeu a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Diferentemente, na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, a históricas e comparativas, que presta-se mais ao método “indutivo” do que uma “heurística positiva” [...] as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias *a priori* desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais.

É através da história que o Estruturalismo Latino Americano fará frente ao universalismo da teoria neoclássica e suas concepções de desenvolvimento enquanto algo natural; as especificidades históricas são o centro da teoria do desenvolvimento estruturalista.

[...] duas características centrais. Primeiro, pelo fato de que em todas as fases em que se pode subdividi-lo encontra-se o mesmo enfoque metodológico. O que vai-se alterando é a própria história real sobre a qual se debruça a análise, bom como o contexto ideológico no qual ela é gerada, obrigando-a permanentemente a adaptar ênfases e renovar interpretações de modo a adaptar-se aos novos contextos históricos. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17).

Aqui reside a explicação da história como condicionante da teoria, porém, um condicionante forte e específico. O Estruturalismo Latino Americano não está simplesmente inserido em um contexto histórico e é por ele condicionado, vai além: a história dinamiza a sua teoria, é seu objeto de estudo e, ainda mais, é o foco sobre o qual a teoria atua para modificar, modificar as condições históricas concretas.

O Estruturalismo³⁷ nasce da preocupação de economistas latino-americanos com as transformações abruptas do comércio mundial e seus resultados na América Latina, uma situação histórica concreta e sobre essa situação teorizam e direcionam essa teoria para modificar tais condições, para modificar as estruturas do subdesenvolvimento e alcançar o desenvolvimento econômico.

³⁷ “Furtado foi o intelectual mais dedicado a cobrir a análise cepalina com legitimação histórica. Dedicou-se à tarefa não só como historiador mas também como teórico do subdesenvolvimento. Seus livros sobre história econômica brasileira e latino-americana (1957 – 1970) – seguramente os dois textos de história econômica da região mais lidos no mundo, são obras-primas do método estruturalistas cepalino, que tiveram com a função intencional defender a importância de entender o subdesenvolvimento como um contexto histórico específico, que exige teorização própria. [...]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22-23)

Isso faz com que sua análise teórica fique rente à própria história econômica e social dos países subdesenvolvidos latino-americanos, exatamente por isso é possível periodizar as contribuições teóricas, a par e passo com as transformações do subdesenvolvimento latino-americano.

Assim, conforme vão se alcançando os objetivos, conforme seus intelectuais vão se deparando com obstáculos às proposições teóricas colocadas em prática, vai havendo modificações no seu corpo teórico, adaptações para conseguir fazer frente à história.

Diversas contribuições têm origem no exame de problemas concretos seja de toda a área, seja de algumas das economias que a configuram. Em torno desses problemas se vão articulando uma série de argumentos teóricos reunidos *ad hoc* para explicar suas causas e, especialmente, para justificar as medidas de política econômica consideradas adequadas para resolvê-los. [...] Os trabalhos da CEPAL tendem, pois, a ir resenhando *ad hoc* os argumentos teóricos mais pertinentes para fundamentar determinadas ações no campo da política econômica, em detrimento do rigor e da precisão com que ambos se se apresentam. (RODRIGUES, 1981, p. 232)

Cabe lembrar, entretanto, que existe uma unidade teórica que é amarrada em torno desse próprio método, assim como gravita em torno de conceitos-chaves, como a relação centro-periferia, a deterioração dos meios de intercâmbio etc.

Rodriguez ao falar das mudanças teóricas da CEPAL entre os fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960 relata exatamente essa conexão entre história e teoria:

Os documentos da CEPAL privilegiam estes fatos e alterações de seu pensamento se realizam, em boa medida, com o objetivo de explicá-los e de propor políticas para dar-lhes resposta. Ainda que sejam simples extensões de contribuições preexistentes, tais mudanças acentuam algumas das posições anteriormente examinadas e atenuam outras; dessa forma, imprimem ao pensamento novos matrizes que convém levar em conta quando focado como ideologia. (RODRIGUES, 1981, p. 271).

Ao se opor ao universalismo neoclássico, a construção estruturalista não pode ser caracterizada como uma teoria pura, uma ciência econômica *stricto sensu*, especialmente a que estava em voga nos anos de sua formação, como a neoclássica que se colocava como pretensamente neutra.

Como muitas vezes Furtado e Prebisch dirão, o subdesenvolvimento precisa muito mais do que economia para ser entendido, as questões políticas, sociais e culturais devem fazer parte da análise, sendo uma teoria, por princípio, multidisciplinar e fortemente histórica, específica.

Dentro dessa perspectiva não científica ou de cientifismo, faz parte do estruturalismo uma inseparável conotação de recomendações de política econômica, já que seu objetivo é realmente modificar a estrutura subdesenvolvida dos países latino-americanos. Seu esforço teve um foco bem claro, não apenas entender o subdesenvolvimento latino-americano, mas, sobretudo, superá-lo através de política econômica, sobejamente através da industrialização. E para isso era necessário influenciar intelectuais, governantes e empresários, para que suas teorias se tornassem política econômica, efetivamente. É o que fez Bielschowsky: “Uma característica adicional das ideias geradas e divulgadas pela CEPAL é o fato de que nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os *policy-makers* da América Latina. [...]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17).

Essas colocações aqui expostas servem para mostrar que a questão em estudo, o crescimento com poupança externa, esteve sujeita a esse condicionante histórico, de tal forma que as teorias e recomendações estruturalistas foram modificando-se, tanto da CEPAL, quanto dos seus atores separadamente.

Durante esse processo, começando pelo próprio manifesto, começando por propostas claras a recorrer ao capital externo, passando por uma espécie de cooperação e disciplina internacional e chegando, no declínio do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, a estabelecer uma série de condições ao capital externo para que contribuísse com os objetivos do desenvolvimento, criticando o seu papel exclusivamente de valorização do capital.

Somente na década de 1970 e 1980 é que haverá grande resistência e rejeição ao capital externo por conta da crise da dívida, novamente, respondendo aos acontecimentos históricos. Porém, o germe dessa rejeição já se encontrava na própria motivação do estruturalismo, já que a intenção clara era romper com a dependência da periferia em relação ao centro, o que não fica tão claro nas proposições teóricas, haja vista o cuidado de se falar de dentro de um órgão da ONU, dentro do continente dos “americanos do norte”. Quanto a esse respeito, Bielschowsky esclarece o tom cauteloso³⁸ dos escritos da CEPAL:

³⁸ Embora não seja o objetivo deste trabalho esse tipo de análise, é possível identificar a importância da retórica no Estruturalismo Latino Americano por dois motivos: a) porque seus precursores e a teoria por eles formulada tem o objetivo de alterar as condições históricas concretas e para isso tenta influenciar os agentes políticos e econômicos, assim como a política econômica latino-americana, e até mesmo decisões políticas dos países do centro e as instituições multilaterais; e b) o discurso e a retórica, alteram-se conforme o público alvo – ou o audiência. Sobre essa temática é interessante a coleção de trabalhos em Rego (1996) e Gala e Rego (2003)

Observe-se que nem sempre o terreno ideológico era favorável. O era no campo acadêmico e, de certo modo, também no circuito das agências internacionais [...] que perduraria, aliás, até o final dos anos 1970 quando Chenery foi substituído na direção de sua consultoria econômica [do Banco Mundial] por Anne Krueger. No entanto [...] as ideias de Prebisch e da CEPAL eram vistas com muita desconfiança pelo Departamento de Estado do governo norte-americano, sobretudo no auge macarthista da guerra fria. Embora isso não tenha impedido a difusão do pensamento cepalino, é provável que explique o tom quase sempre cauteloso com que as ideias eram redigidas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25).

3.3 Introdução aos conceitos teóricos centrais

Buscou-se nesse subitem, e nos outros subsequentes, acompanhar a interpretação original de Prebisch de forma sucinta e expositiva dos conceitos-chave do Estruturalismo Latino-Americano, sem, contudo, problematizá-los ou aprofundá-los, já que este tópico serve apenas para contextualização teórica. Já a análise do posicionamento de Prebisch sobre a poupança externa, esta sim, será realizada em parte separada.

Prebisch (2000 (1949a)), no inaugural “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”³⁹, contraria, por fatos históricos, a panaceia de distribuição igual dos benefícios do comércio mundial, através da distribuição do progresso técnico, postulado da Lei de Vantagens Comparativas. Opõe a isso uma relação desigual, porém dinâmica, entre dois polos desse comércio mundial, que promove a divisão social do trabalho: a periferia produtora de matérias-primas e alimentos, portanto, não industrializada, e o centro, produtor de manufaturados. Essa desigualdade na distribuição do progresso técnico é comprovada na diferença das condições entre os polos, sendo que a periferia tinha níveis de renda e produtividade muito inferiores ao centro.

A solução, interdita pela Lei de Vantagens Comparativas⁴⁰, seria pela industrialização, protegida da concorrência internacional⁴¹, dos países periféricos, cuja ampliação do progresso técnico traria maior eficácia produtiva e aumento dos salários, este mediante intervenção estatal em legislações trabalhistas. Já a manutenção de uma estrutura centrada nas atividades

³⁹ Chamado por Hirschman de o “Manifesto latino-americano”

⁴⁰ No Brasil o grande intérprete e defensor das Vantagens Comparativas era Eugênio Gudín que no debate com Robert Simonsen insistia que o Brasil possuía uma vocação agrária, uma vantagem comparativa em relação aos países industrializados. A esse respeito veja-se: (IPEA, 2010 (1977)).

⁴¹ É clássico o argumento da proteção da indústria infante de Alexander Hamilton.

primárias seria incapaz de equilibrar a relação entre centro e periferia, na verdade, perpetuaria essa diferença.

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PREBISCH, 2000 (1949a), p. 72)

A transmissão do progresso técnico através do aumento dos salários promovido pela industrialização é irradiada para a sociedade como um todo, de forma desigual, é verdade, conforme demonstra Prebisch:

[...] A industrialização, ao aumentar a produtividade, fará subirem os salários e encarecerá o preço dos produtos primários. Desse modo, ao elevar sua renda, a produção primária irá captando gradativamente a parte do fruto do progresso técnico que lhe teria competido pela baixa de preços. [...] (PREBISCH, 2000 (1949a), p. 89).

Porém, a industrialização nos países periféricos enfrenta limites, um deles é o problema de abastecer a atividade industrial com insumos e bens de capitais, pois devem ser importados, já que a periferia não possuía, à época, uma estrutura industrial. A capacidade de importar seria, entretanto, dada pelo setor primário-exportador, o que faz a industrialização dependente do *status quo*, já que gerador das divisas tão necessárias.

Isso constata que a industrialização das regiões periféricas não é contrária tanto ao setor primário-exportador quanto a indústria dos países cêntricos, já que tanto a industrialização por si quanto os seus efeitos sobre o aumento da renda repercutem no aumento das importações dos produtos do centro, aliás, será essa uma argumentação dos cepalinos contra posicionamentos contrários ao desenvolvimento periférico.

3.3.1 Deterioração dos termos de troca e progresso técnico

O aumento da renda, logo, a renda dos países cêntricos, apresenta um condicionante na demanda, pois faz diversificá-la para produtos mais sofisticados nos quais há maior emprego tecnológico-industrial, além disso, há também o crescimento do consumo de serviços, ambos reduzem a demanda por produtos primários dos países cêntricos, assim, conforme cresce a renda destes países, cresce em menor intensidade a demanda por produtos periféricos. A consequência é que enquanto o fator dinâmico do crescimento da periferia for a exportação de

produtos primários, o crescimento econômico será menor do que os países cêntricos, portanto, eternizará a distância entre eles. (PREBISCH, 2000 (1952))

Nos países periféricos, o crescimento da renda faz aumentar a demanda por produtos manufaturados, mas que são, majoritariamente, importados do centro (PREBISCH, 2000 (1952)). Assim, como a dinâmica das exportações periféricas não podem acompanhar as pressões para o aumento das importações, para evitar o desequilíbrio da balança externa, Prebisch (2000 (1952)) sugere três alternativas: redução da renda; compressão das importações ao montante da capacidade de importar; e a substituição de importações.

Diante disso é que Prebisch recomenda a industrialização substitutiva, já em vigor, é verdade, desde o período conturbado entre 1914 – 1945: "[...] para que o crescimento da economia possa realizar-se num ritmo superior ao do crescimento das exportações primárias. [...]" (PREBISCH, 2000 (1952), p. 185). Além disso, a industrialização tem fatores dinâmicos, como os de encadeamento, já que consome serviços produzidos internamente assim como produtos que podem ser fornecidos por empresas internas, o que contribui ainda para absorver o excesso de mão de obra disponível, que repercutirá em melhores condições de distribuição do progresso técnico.

Caso os preços das mercadorias produzidas para o mercado exterior obedecessem ao princípio do progresso técnico, com o aumento da produtividade, os custos seriam reduzidos e os preços dos produtos manufaturados, refletindo essa queda, tenderiam a reduzir mais do que proporcionalmente aos produtos primários, já que essa redução seria causada pelo emprego de técnicas produtivas mais avançadas, do capital aplicado, ou seja, pela maior produtividade da atividade industrial em relação as atividades primárias e extrativas. Se fosse assim, na periferia as exportações teriam ganhos, pois seus preços não teriam tanta redução e as importações teriam redução de preços, por conta da redução dos custos oriunda da maior técnica dos produtos manufaturados. Essa distribuição do progresso técnico reduziria a desigualdade entre os dois polos, porém, não é o que acontece na relação entre centro e periferia.

Os ganhos do progresso técnico foram distribuídos entre os empresários e trabalhadores do centro conforme suas estruturas sociais, assim as grandes empresas do centro, devido ao poder de mercado, defendem seus preços no mercado internacional, resistindo à queda dos custos, que são parcialmente apropriados em forma de lucros; já os trabalhadores, muito bem organizados em sindicatos, conseguem também receber parte desses ganhos em seus salários; no

computo geral, os ganhos para empresários e trabalhadores foram maiores do que os ganhos de produtividade.

Já na periferia, as precárias condições dos trabalhadores não lhes permite participar como seus colegas dos países cêntricos de possíveis reduções de custos transformados em aumentos salariais. Além da desorganização sindical, mesmo com o início da industrialização nos países latino-americanos, a produção primária e a industrialização não foram capazes de absorver todo o contingente de mão de obra e o respectivo crescimento da população economicamente ativa, havendo, portanto “[...] uma abundância de potencial humano nas atividades primárias [...]” (PREBISCH, 2000 (1949b), p. 143).⁴², o que pressiona os salários e os preços para baixo, sendo outro fator impeditivo do aproveitamento do progresso técnico.

Os produtores primários possuem também menos poder frente aos preços dos seus produtos, ainda mais os produtores de matérias-primas, já que sendo insumo inicial do processo manufatureiro enfrentam ainda as pressões dos compradores do centro para redução de preços, pois essa redução pode se transformar em ganhos no produto manufaturado final, sem contar que diferentemente dos preços dos produtos industriais, os preços internacionais, em geral, dos produtos primários são estipulados em mercado de valores, como a bolsa de Chicago, não tendo influência direta dos seus produtores.

No caso brasileiro cujos dois produtos de grande importância para as exportações eram o café o açúcar, o mecanismo de pressão sobre os preços não difere muito. A exportação, por exemplo, do café se dava na forma de grãos verdes, que ainda passaria pelo processo de *blend*, torra, moagem, embalagem e comercialização sob uma marca originada no país do centro. O grão de café cru ou verde é a matéria-prima do produto “café moído”, tendo os produtores uma dificuldade semelhante aos produtores de matérias-primas.

A questão da oscilação cíclica faz com que essa transferência desigual do progresso técnico seja ainda intensificada e configure uma tendência de longo prazo. O centro possui maiores condições de resistir às pressões cíclicas descendentes sobre os salários e lucros, transferindo-as para a periferia, que não possuem forças para resistir, devido, como dito anteriormente, à sua organização social, não podendo acompanhar o aumento de renda do centro, ainda

⁴² Conforme Bielschowsky (2000), Prebisch antecipa a teoria de Lewis do desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, que é de 1953. Prebisch só vai formalizar a teoria de forma mais rigorosa em 1959.

mais porque parte dos frutos do progresso técnico da periferia é por ele apropriado, pois os aumentos salariais e de lucros periféricos são menos que proporcionais do que os ganhos do progresso técnico, enquanto que no centro, são crescem acima do crescimento da produtividade.

[...] Os preços primários sobem com mais rapidez do que os finais na fase ascendente, mas também descem mais do que estes na fase descendente, de tal forma que os preços finais vão-se distanciando progressivamente dos primários através dos ciclos. [...] (PREBISCH, 2000 (1949a), p. 86)

Um estudo empírico feito por Harvey, Kellard *et al.* (2010), concluem que a hipótese de Prebisch e Singer é válida e ocorre desde 1650 até os dias atuais:

Initially, we examined the trend function of each commodity price series without allowing for the possibility of structural breaks. It was found that eight commodities (Aluminum, Coffee, Jute, Silver, Sugar, Tea, Wool and Zinc) present a secular downward trend. As a specific example, consider that the relative price of an important commodity like coffee has been declining at an annual rate of 0.77% for approximately 300 years! (HARVEY, KELLARD, *et al.*, 2010, p. 370)

3.3.2 Desequilíbrio externo e carência de divisas⁴³

Pela estrutura produtiva especializada (primário-exportadora) dos países periféricos que se configura pelo investimento exatamente na atividade especializada e correlatas, sua capacidade de produzir os produtos de sua necessidade é bastante reduzida. Assim como historicamente, por terem sido colônias, tinham essas necessidades sanadas pelo exterior, no contexto após a revolução industrial esses países permanecem com suas necessidades de produtos manufaturados preenchidas pela importação aos países desenvolvidos.

A elasticidade renda da demanda por manufaturados é maior que a unidade, isso faz com que as importações cresçam mais do que a renda; no centro ocorre o oposto, a elasticidade dos alimentos e matérias-primas importados da periferia é inferior à unidade, portanto, suas importações não acompanham o crescimento da renda, o que limita o crescimento das exportações periféricas abaixo do crescimento da renda do centro.

⁴³ “[...] as economias periféricas enfrentavam-se com graves problemas de insuficiência de poupança e de divisas. Desde as origens, esse “modelo de dois hiatos” conduziu a reflexão cepalina, ainda que a expressão dois hiatos nunca figurasse nos textos e tampouco lhe fosse dado o tratamento formal que posteriormente Chenery e outros dariam.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 32-33).

Quando esse ajuste [alteração da composição da importação e substituição] não se realiza em medida suficiente, a elevação da renda manifesta-se na tendência ao desequilíbrio externo: as importações tendem a crescer mais do que a capacidade de importar (PREBISCH, 2000 (1952), p. 196).

Esse problema da dupla elasticidade é um limite ao crescimento da periferia, pois a capacidade de importar e as divisas⁴⁴ necessárias, vindas das exportações de produtos primários, não acompanha o crescimento das importações, trazendo déficits comerciais recorrentes, é o desequilíbrio externo.

A resposta ao desequilíbrio foi dada pela industrialização substitutiva de importação. Com isso, as importações teriam um alívio vindo da substituição, para compensar a dupla elasticidade; a diferença entre os ritmos de crescimento entre exportação e importação seria preenchida pelo crescimento do processo substitutivo para que não houvesse déficit comercial, assim, segundo Rodriguez (1981), o processo substitutivo visa estabelecer uma série de proporcionalidades no crescimento dos diversos setores substitutivos para fazer frente à especialização produtiva, o que seria uma situação ideal, evitando o desequilíbrio externo.

Como o processo substitutivo ocorre nessa estrutura especializada, ele é iniciado pelos produtos mais simples, de menor emprego de capital, mesmo assim, essa produção interna traz novas exigências de importação. Os bens de capitais e os insumos necessários para essa nova indústria substitutiva são fornecidos pelas importações, assim a industrialização substitutiva incorre no problema das desproporções, pois seu crescimento pressiona as importações, que ainda crescem em ritmo bem diferente das exportações, agravando o desequilíbrio externo.

Com efeito, a maior parte dos bens de capital tem que ser importada do estrangeiro e, por mais que se restrinja o consumo interno da população, obrigando-a a economizar, as divisas provenientes das exportações revelam-se, em pouquíssimo tempo, insuficientes para atender à demanda desses bens de capital, além de outras importações de caráter indispensável. [...] (PREBISCH, 2000 (1952), p. 173)

Durante o processo substitutivo há um desencontro entre a economia de importações produzida pela substituição de importações e as necessidades criadas por ela em si mesma.

⁴⁴ “A escassez de dólares significa que aquele país não compra mercadorias e serviços nem empresta dinheiro na medida em que os outros países necessitem dessa moeda para cobrir suas necessidades, sejam elas justificadas ou não. Sendo assim, é preciso recorrer às reservas monetárias e vender dólares, ou remeter ouro aos Estados Unidos. [...] A reação latino-americana foi semelhante à de outros países do resto do mundo: reduzir o coeficiente de importações por meio da desvalorização monetária, da elevação das tarifas alfandegárias, das cotas de importação e do controle cambial.” (PREBISCH, 2000 (1949a), p. 94 e 100).

Conforme se avança no processo substitutivo da substituição “fácil” para os produtos com maior adensamento de capital, as necessidades de importação são aumentadas mais do que proporcionalmente à economia do produto substituído, o que traz uma pressão adicional à restrição externa.

[...] ao aumentar o investimento, as necessidades adicionais de importação superam temporariamente a redução de importações provocada pelo mesmo investimento, já que existe uma diferença entre o período de tempo durante o qual aumentam as importações de equipamentos e o necessário para que a substituição de bens importadores gere uma economia de divisas equivalente. (RODRIGUES, 1981, p. 163)

3.3.3 Hiato de poupança

Nesse subitem será feita uma breve descrição do hiato de poupança, já que no trecho de análise do declínio do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações quanto na parte dedicada à análise do posicionamento teórico dos autores em relação ao crescimento com poupança externa, haverá maiores desenvolvimentos sobre esse tema. Além disso, há uma parte preliminar para a exposição de algumas ideias centrais que condicionaram a análise majoritária do Desenvolvimentismo Clássico, como a relação entre poupança, investimento e crescimento econômico. Esse trecho, portanto, é somente uma breve introdução ao tema.

Para o Estruturalismo Latino-Americano, existe uma relação entre poupança e investimento, como anteriormente analisado em seções anteriores, e os países periféricos possuem baixos níveis de poupança, já que é uma função da renda e essa é deprimida pelos mecanismos da distribuição desigual do progresso técnico e sua inter-relação com a deterioração com os termos de troca.

Por outro lado, dada a condição de pobreza da América Latina subdesenvolvida, grande parte de sua população, que não se encontra em situação de miséria, consome praticamente toda a sua renda em bens de primeira necessidade, fazendo a propensão marginal a consumir extremamente elevada, praticamente zerando a propensão marginal a poupar.

Em contrapartida, as classes mais abastadas têm boa parte da sua renda destinada ao consumo conspícuo e a imitação dos padrões de vida dos países do centro o que deprime sobremaneira sua poupança.

[...] os países com renda per capita equiparável à que os grandes centros industriais possuem desde longa data tentem a imitar as formas atuais de consumo destes últimos, e, como também procuram assimilar sua técnica produtiva, que exige uma grande poupança per capita, não é de surpreender que, sendo relativamente escassa sua renda, esta se veja sujeita a tensões fortíssimas entre a grande propensão a consumir e a necessidade peremptória de capitalizar, e que essas tensões sejam frequentemente resolvidas através de arbítrios inflacionários. [...]. (PREBISCH, 2000 (1952), p. 177)

Há também uma explicação em relação a carência relativa de poupança. Os países industrializados, quando iniciaram o processo de revolução industrial, possuíam baixa poupança, porém o nível de poupança necessário para o desenvolvimento naquelas circunstâncias era medido de acordo a necessidade de capital necessária ao progresso técnico, sendo, portanto pequena a necessidade de poupança no período de Revolução Industrial em relação ao que na década de 1950 era requerido (PREBISCH, 2000 (1949a)).

Dessa forma, os países periféricos possuem baixa poupança frente às exigências da indústria desse período, que consistiam em maiores densidade e volume de capital, técnica mais avançada, em relação as necessidades dos tempos da revolução industrial.

Por fim, para a teoria do Estruturalismo Latino-Americano, tanto o hiato de poupança quanto a capacidade de importar são problemas fundamentais para o desenvolvimento:

Na formação de capital, há dois obstáculos que acabam de ser assinalados: o representado pela acumulação interna de uma poupança suficiente e o da capacidade limitada das exportações para suprir, na medida necessária, as importações de bens de capital. [...] Forçar as exportações para realizar a capitalização extraordinária **na falta de investimentos estrangeiros**, pode levar um país a sacrificar desnecessariamente sua renda real [...]. (PREBISCH, 2000 (1952), p. 173-174)

É nesse sentido que se faz necessária a entrada de capital externo para aliviar a capacidade de importação para que sustente o processo substitutivo e para complementar a baixa poupança. Porém, seu uso terá um caráter temporário.

Os documentos da CEPAL consideram que o financiamento externo necessário para complementar o esforço interno de poupança e para enfrentar as limitações impostas ao desenvolvimento pela capacidade de importar. **Um recurso ao capital estrangeiro deve ser necessariamente temporário ou transitório.** [...] (RODRIGUES, 1981, p. 162, grifos nosso).

3.4 Problemas e declínio do ISI e mudanças teóricas

No início da década de 1960, dentro de sua perspectiva metodológica, a do estruturalismo-histórico, os pensadores cepalinos deparam-se com problemas no processo de industrialização via substituição de importações, assim preparam estudos autocríticos mostrando os gargalos e possíveis reformas e são por conta dessas reformas propostas que a teoria cepalina fará sua transformação na década de 1970, focando na discussão dos estilos de crescimento⁴⁵. Vários dos problemas verificados são, na verdade, apenas o agravamento de uma situação que vinha sendo diagnosticada há algum tempo pela CEPAL, como é o caso do estrangulamento externo.

Nos últimos anos da década anterior, e sobretudo nos primeiros da década de 1960, vai-se mostrando cada vez mais visível a crise do padrão de industrialização e desenvolvimento que levou o nome de “processo de substituição de importações”. Essa crise se reflete em fatos como a lenta mudança e modernização da agricultura, o desemprego e a marginalização crescentes, a concentração da renda e da riqueza, a persistente tendência ao déficit comercial e ao incremento da dívida externa, a presença do capital estrangeiro na produção industrial destinada ao mercado interno, dominando os ramos de demanda mais dinâmica e de tecnologia mais avançada, e a clara agudização das tensões sociais e políticas, que em vários casos desembocam em regimes *de facto*. (RODRIGUES, 1981, p. 271)

Desse período dois textos, que serão melhor analisados abaixo, são bem marcantes para a mudança teórica da CEPAL, um de Maria Conceição Tavares, de 1964, que, partindo de um excelente estudo histórico, caracteriza precisamente o modelo de substituição de importações e percorrer seus vários obstáculos, suas contradições inerentes e propõe reformas visando um desenvolvimento autônomo, não mais como resposta da deterioração ou melhora das condições externas.

Já Prebisch, em um texto de 1963, faz também uma análise da história econômica latino-americana e identifica fatores que tornam a dinâmica do desenvolvimento periférico insuficiente, demonstrando, também, os seus vários obstáculos. Têm reformas que dialogam com as propostas de Tavares, como para o incentivo às exportações industriais. Tanto essas reformas quanto as próprias críticas apontam para uma nova direção das teorias cepalinas, além das exportações industriais, questões sociais antes não muito exploradas começam a ganhar fôlego, como a distribuição de renda, as condições de pobreza e miséria nas grades cidades que rece-

⁴⁵ Conforme Bielschowsky (2000)

biam os deslocamentos do contingente de mão de obra agrária, assim como exploram, particularmente Prebisch, a reforma agrária como condição necessária para dinamizar o desenvolvimento.

Entretanto, a crise econômica brasileira de 1962 – 1967, que também é uma crise política, expõe alguns problemas do modelo de crescimento, como apresentar pela primeira vez desemprego industrial, além de três causas estruturais para a crise: “[...] diminuição das oportunidades de investimento, limitação à capacidade de exportar (e, portanto de importar) e inflação aberta [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2003c, p. 123-137).

A descontinuidade na trajetória de crescimento econômico claramente precedeu o golpe de 1964, podendo ser observada já em meados de 1963, quando se assiste ao início da desaceleração. A inesperada renúncia de Jânio Quadros ajudaria a gravar a crise econômica que. Sob Goulart, se misturaria a um quadro político que se deteriorava rapidamente. Agora, mais do que nunca, polarização política e crise econômica produziriam um coquetel letal. A retomada da brilhante trajetória de crescimento econômico, porém, teria de esperar até 1968. (GIAMBIAGI, VILLELA, *et al.*, 2005, p. 46)

Nesse contexto autocrítico e diante de deterioração das condições econômicas, especialmente no principal país do modelo substitutivo, o Brasil, surge outro debate que fica celebre com economistas estruturalistas brasileiros. A análise do declínio da substituição de importação e a ascensão de um novo modelo pautado na concentração de renda, abriu caminho para novas críticas e fertilizou o debate autocrítico.

Celso Furtado (1968 (1966)), no artigo “*Desarrollo y estancamiento en América Latina un enfoque estructuralista*”, publicado originalmente em 1966, criticará a concentração de renda nas classes média e altas decorrentes das mudanças do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Bielschowsky salienta as diferenças dos textos sobre os problemas e declínio do processo substitutivo com o iniciado por Celso Furtado.

Observe-se que a ideia de “insuficiência dinâmica” sobre a qual o texto [de Prebisch] **repousa não é idêntica à tese de “tendência à estagnação”, que mais tarde Celso Furtado [...] exporia, com vistas em especial ao caso brasileiro.** Nem mesmo o argumento de que a reforma agrária ajuda a industrialização porque amplia o mercado interno para os bens industriais – muito comum nesse período – é encontrado no texto de Prebisch. Sua ênfase reside, completamente, na questão da disponibilização de poupança potencial para fins de investimento produtivo.

O argumento de Furtado sobre **a tendência à estagnação tem em comum com o de Prebisch sobre “insuficiência dinâmica”, além da defesa da reforma agrária, a ideia de “dependência tecnológica”**. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 40 - grifo nosso).

Diante dessa análise da estagnação do modelo de desenvolvimento, analisadas a partir da história econômica recente da economia brasileira, outros economistas estruturalistas prosseguirão com esse debate: Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003b) publica em 1970 na Revista Visão o trabalho “Dividir ou Multiplicar? A distribuição de renda e a recuperação da economia”; e Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971) publicam em 1971 o trabalho “*Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente en Brasil*”.

Entretanto, a tese de Furtado seria refutada não somente dentro desse debate, como pela recuperação do crescimento brasileiro do período do milagre econômico. Antonio Barros de Castro⁴⁶ constata que exatamente a concentração de renda foi que permitiu a recuperação da economia, beneficiando os setores e segmentos industriais cujos produtos teriam maior complexidade tecnológica e preços maiores do que aqueles tradicionalmente mais simples do início do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações.

Assim, é possível identificar um novo modelo de desenvolvimento econômico que pode ser chamado de subdesenvolvimento industrializado⁴⁷. Diferencia-se do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações clássico, mesmo antes de 1964, a começar por ser fundamentar na associação do capital nacional ao internacional, trazendo consigo uma nova forma de dependência, a associada, por se basear na concentração da renda, favorecendo as classes altas e médias, e por arrefecer a dinâmica da substituição de importações, mas, ao mesmo tempo, ampliando o mercado interno, as exportações de manufaturados e os setores já instalados.

Além dessas críticas internas, Hirschman (1980, p. 1074) dirá que houve uma espécie de “santa aliança” contra a teoria do desenvolvimento ocorrida entre os neoclássicos, usando a terminologia crítica de má alocação de recursos proposta pelo Desenvolvimentismo Clássico, e os neomarxistas, através da Teoria da Dependência.

⁴⁶ Conforme descrição da teoria desse economista feita por Bresser-Pereira (2003c), já que foi apenas apresentada em conferência na USP em 1968, sem publicação.

⁴⁷ Denominação desse modelo e suas características conforme Bresser-Pereira (2003c).

Os cientistas sociais ligados à Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo se dedicarão a rever, criticar e renovar os parâmetros intelectuais que baseavam a tradição estruturalista, criticando especialmente os pensadores do ISEB⁴⁸ e, menos pronunciadamente, da CEPAL, porém, a crítica de maior repercussão está presente na obra na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004), publicado originalmente em 1969, no qual apresentaram sua Teoria da Dependência Associada⁴⁹. Além dessas críticas houve também as de cunho ortodoxo, oriundas das Teorias do Crescimento de Solow.

Hirschman (1980) sustenta que o problema dessa dupla crítica à Desenvolvimentismo Clássico elas não causaram reformulações e aprimoramentos da teoria, tampouco houve a criação de novas teorias.

No contexto político o período se apresentou ainda pior para o Desenvolvimentismo Clássico: os economistas e a própria teoria foram abalados pelas mudanças políticas abruptas ocorridas na América Latina nas décadas de 1960 a 1970, como a instauração de ditaduras militares. Impotentes, passaram a promover mudanças na teoria que abarcassem as injustiças econômicas, como a distribuição de renda, que será dominante nos anos 1970 no Desenvolvimentismo Clássico (HIRSCHMAN, 1980).

Esse período de críticas e propostas de reformas, tanto internas quanto externas, juntamente com, e seguindo o método histórico-estruturalista, a deterioração das condições econômicas do início dos anos 1960 e os diversos acontecimentos políticos no continente americano como a intensificação ideológica da guerra-fria marcam a transição da teoria estruturalista e o declínio do modelo substitutivo de importações, assim como da teoria do subdesenvolvimento na versão original.

[...] nuestra subdisciplina había alcanzado su lustre y atractivo considerables en virtud de la idea implícita de que podría vencer al dragón del atraso virtualmente por sí sola, o por lo menos que su contribución a esta tarea sería fundamental. Ahora sabemos que no ocurre así; en consecuencia, el lustre ha ido junto con atractivo. (HIRSCHMAN, 1980, p. 1076)

Recuperando a ideia do condicionante histórico-metodológico dado pelo estruturalismo-histórico, a sua teoria é tremendamente ligada à história e, segundo Rodriguez (1981),

⁴⁸ Há alguns artigos sobre a controvérsia entre ISEB e CEPAL contra Escola Paulista de Sociologia: (PAULA, 2007); (ASSUNÇÃO e SARTÓRIO, 2008); (BRESSER-PEREIRA, 2005); (POSTERNAK, 2008); entre outros.

⁴⁹ A respeito das diversas teorias da dependência e sua evolução, veja-se (BRESSER-PEREIRA, 2005).

ad hoc; por conseguinte, pode-se dizer que, embora não seja linear e direta essa relação, o declínio do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações significa também a mudança da teoria cepalina, começando pelas autocríticas e propostas de mudanças. Com essas transformações, seu lugar hegemônico como teoria que dá suporte explicativo da condição latino-americana será tomado pela teoria da dependência associada.

Este trabalho considera o período de produção teórica do Desenvolvimentismo Clássico o período de pós-guerra, as décadas de 1940 e 1960, sendo os anos cinquenta como período de auge⁵⁰ e consolidação e a década de 1960 seu período autocrítico e de declínio, fechando assim seu período clássico. Eis a limitação temporal dos trabalhos estudados na primeira parte dessa pesquisa.

3.4.1 Diagnóstico dos obstáculos do ISI: Prebisch

A insuficiência dinâmica do desenvolvimento, no ponto de vista interno, está no campo. Basicamente sua explicação é dada pelo desencontro entre o aumento da produtividade e os investimentos necessários para empregar o contingente de mão obra deslocados ou desempregados por causa do aumento da produtividade, considerando como ainda persistente as formulações do Manifesto Latino Americano de abundância de mão de obra. O empresário capitalista usa a técnica sob a ótica que lhe proporcionará menos custos, a geração de desemprego por conta dessa aplicação não faz parte dos seus motivos para agir.

¿Dónde está la explicación de esta insuficiencia dinámica? Reside en gran parte en aquel desequilibrio entre productividad e inversiones señalado hace un momento. Es cierto que el aumento de ingreso proveniente del incremento de productividad genera mayor capacidad de ahorro, pero el capital requerido para absorber la mano de obra redundante - provocado por esa mayor productividad — es superior al ahorro que momentáneamente pudiere obtenerse; y sólo con el tiempo podrá lograrse el equilibrio entre la mayor acumulación de capital exigida por el incremento de productividad y la mayor capacidad de ahorro que esta trae consigo. Es pues un desequilibrio temporal, pero de gran significación, [...]. (PREBISCH, 1963, p. 40)

Reproduz-se nos países periféricos, sobretudo naqueles com o processo de substituição avançada, uma dualidade interna, pois o crescimento do campo é bem inferior ao setor industrial, por sua demanda não acompanhar o crescimento da renda como a demanda dos produtos

⁵⁰ O auge da teoria foi na década de 1950: “Os anos 1950 foram para a CEPAL os de auge de criatividade e da capacidade de ousar e influenciar. [...]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25).

industriais, ou seja, se reproduz internamente os dois polos centro-periferia. Além disso, no campo ainda subsistem as condições do setor primitivo típico do modelo de crescimento “para fora”: “[...] *el régimen de tenencia del suelo que dificulta la asimilación de la técnica, la deficiente acción del estado para adaptar y difundir esa técnica, y la precariedad de inversiones*” (PREBISCH, 1963, p. 12-13).

A insuficiência dinâmica, então, reside exatamente nessa disparidade, nesse crescimento insuficiente em relação a necessidade de geração de empregos, reduzidos no setor agrícola e que o setor industrial não consegue absorver, mesmo com seu crescimento relativo maior (PREBISCH, 1963).

Prebisch (PREBISCH, 1963) informa essa disparidade na diferença do crescimento da demanda agrária, na ordem de 0,5% por ano, frente ao crescimento da demanda industrial de 1,4% ao ano. A análise de Prebisch (1963) volta-se para os efeitos dessa insuficiência dinâmica, pois a população deslocada do campo, quando encontra emprego, são os de menor remuneração e mais precários, retomando a teoria da distribuição desigual do progresso técnico (PREBISCH, 1963); como resultado, a população rural que vive na cidade enfrenta péssimas condições sociais de pobreza e favelização.

A população que vive no campo sofre uma exclusão social, da mesma forma que a população dos países periféricos no esquema explicativo de centro-periferia, uma vez que não têm, pelas suas condições de desorganização sindical, poder para elevar seus salários frente ao alto custo da produção industrial que ocorre sobre protecionismo, da mesma forma. (PREBISCH, 1963)

Dessa forma, o processo substitutivo, como se encontrava até o início da década de 1960, gerava aumento da renda, distribuída de forma desigual, e pobreza nos grandes centros, com o deslocamento de trabalhadores rurais e suas famílias, que seriam marginalizados socialmente.

Do ponto de vista externo, Prebisch localiza a insuficiência dinâmica no desequilíbrio externo: a industrialização é bloqueada pela descendente capacidade de importar proporcionada pelas exportações, pois como já amplamente formulado, há uma desigualdade de crescimento entre as elasticidades-renda da demanda dos produtos primários exportados e manufaturados importados pela periferia, assim como as causas da deterioração dos termos de trocas. Uma vez

que o modelo substitutivo não conseguiu aliviar o desequilíbrio externo, ao contrário, elevando-o, as exportações de manufaturados trariam outra relação para o desenvolvimento e, após um período de transição (PREBISCH, 1963), eliminaria a restrição externa.

la tendencia persistente del estrangulamiento exterior de los países latinoamericanos y la necesidad imprescindible de atacarlo en dos formas convergentes: a) las exportaciones industriales hacia el resto del mundo, principalmente a los grandes centros, sin descuidar el estímulo a las exportaciones tradicionales hacia los mercados existentes y los nuevos mercados, y b) la defensa de la relación de precios del intercambio. (PREBISCH, 1963, p. 132)

Por essas razões é que, para Prebisch, o modelo de industrialização por substituição já cumpriu seu papel no desenvolvimento latino-americano, uma vez que agora esbarra no estrangulamento externo exatamente na fase em que o processo substitutivo chega aos bens intermediáveis e de capitais, quando as exportações de bens primários não fornecem a capacidade de importação necessária pelo processo substitutivo, especialmente quando atingem as grandiosas necessidades para substituir bens intermediários e de capital.

Ese desarrollo hacia adentro ha cumplido ya su importantísimo papel sin este proceso no habría podido elevarse el ingreso medio por habitante que es ahora 60 por ciento superior al de 1930 en el conjunto de América Latina. [...]. Ahora, lo vemos claramente y percibimos, mejor las graves fallas de este tipo de desarrollo improvisado sin plan ni concierto, que nos está llevando a un progresivo estrangulamiento exterior. (PREBISCH, 1963, p. 104)

Como reformas, pensando primeiramente no desequilíbrio externo, Prebisch propõe basicamente duas linhas de ação:

“[...] a) las exportaciones industriales hacia el resto del mundo, principalmente a los grandes centros, sin descuidar el estímulo a las exportaciones tradicionales hacia los mercados existentes y los nuevos mercados, y b) la defensa de la relación de precios del intercambio.” (PREBISCH, 1963, p. 132)

Prebisch detalha o primeiro item em vários pontos. A sua proposta é liberal e se subdivide em dois níveis, um em relação aos países cênicos e outro em relação a periferia. O primeiro nível diz respeito à redução o protecionismo dos países cênicos. Liberalismo óbvio, já que é necessário ter mercados abertos à exportação dos periféricos produtos manufaturados. Um dos argumentos para sua abertura é que há uma necessária complementaridade entre os produtos manufaturados da periferia nos mercados dos países do centro, pois, como neles houve um avanço do progresso técnico, os produtos de menor densidade de capital e maior aplicação

de mão de obra, poderiam ser fornecidos pela periferia (PREBISCH, 1963). Há ainda outro argumento a favor da abertura dos mercados, que é o da reciprocidade. Assim como a CEPAL argumentava que o processo substitutivo não era autárquico e que fazia o comércio com o centro aumentar, Prebisch dirá o mesmo, mas agora pensando nas exportações de manufaturados -- isso porque, como já dito, elas possibilitaram exatamente a manutenção ou ampliação das importações necessárias para a indústria já instalada e para futuras substituições de novos produtos. (PREBISCH, 1963).

Prebisch propõe também uma desvalorização cambial como estímulo às exportações:

[...] Se concibe una devaluación monetaria que, con un mínimo de perturbaciones internas, pueda aparejar consecuencias externas importantes. En efecto, los aranceles podrían rebajarse en la misma medida en que aumenta el tipo de cambio, con lo cual no se modificaría la protección existente ni se encarecerían las importaciones, salvo aquellas en que los aranceles sean menores que la rebaja. Por el contrario, mudaría favorablemente la posición competitiva exterior de una serie de industrias que hoy no pueden exportar por sus precios altos. Podría bajarse el precio exterior manteniendo los mismos costos nominales internos. (PREBISCH, 1963, p. 114)

Além disso, propõe também uma tributação que não permita ganhos excessivos com tal estímulo e ainda sirva como um fundo compensador tanto da perda fiscal quanto para os preços de produtos importados de consumo popular que sofrerão elevação do efeito cambial (PREBISCH, 1963).

Já o discurso liberal para a abertura do mercado periférico é diferente e visa ampliar sua competitividade. Como o próprio processo substitutivo trouxe várias oportunidades de negócios para as indústrias, sobretudo em um mercado protegido, não se fazia necessário o recurso à exportação de manufaturados (PREBISCH, 1963); por outro lado, esse protecionismo, vital à indústria infante, isolou o mercado latino-americano e não é mais necessário para os países que conseguiram avançar na industrialização e deve ser reduzido para aumentar a concorrência fazendo com que os custos de produção sejam reduzidos tornando os produtos atrativos externamente (PREBISCH, 1963).

Quanto ao item dois, sobre a defesa dos termos de intercâmbio, Prebisch começa destacando sua importância diante da insuficiência dinâmica do desenvolvimento, pois “[...] *La explicación del deterioro está en la insuficiencia dinámica del desarrollo* [...]” (PREBISCH,

1963, p. 121), retomando a tese da desigualdade da distribuição do progresso técnico por intermédio da deterioração dos termos de intercâmbio. A saída para a defesa dos termos de intercâmbio, entretanto, não é o aprimoramento do setor primário, já que isso ampliaria a expulsão de trabalhadores do campo (PREBISCH, 1963). A proposta para tal defesa é a transferência da queda dos preços dos produtos primários através de imposto pago pelos países consumidores de produtos primários periféricos, a fim de compensar a queda dos preços.

En realidad, esta idea de la retransferencia es el desenvolvimiento de una sugerencia formulada en 1954 a la reunión de Quitandinha. En el informe presentado por la secretaria de la CEPAL – a requerimiento de la OEA, organismo responsable de esa reunión, se propuso que los países consumidores de productos primarios establecieran un impuesto de importación por un monto equivalente a la caída de los precios y que el ingreso de este impuesto se retransfiriese a los países productores. (PREBISCH, 1963, p. 130)

Além do estímulo à exportação de manufaturados e a defesa dos termos de intercâmbio, Prebisch volta sua atenção para a compressão do consumo para a ampliação da poupança, embora considere que essa compressão e conseqüente aumento da poupança não seriam suficientes para enfrentar as crescentes necessidades de bens de capital do processo substitutivo e do crescimento econômico em si.

Então, partindo das necessidades e diante da limitação de poupança, será colocada a questão da ajuda externa para complementar essa necessidade, porém, como em outros textos, essa ajuda é condicionada, sendo que nesse caso, ela deveria ser direcionada à superação dos pontos de estrangulamento interno.

[...] en las circunstancias presentes, América Latina no podría acelerar su tasa de crecimiento sin cooperación exterior. Se requiere la aportación temporal de recursos internacionales, hasta que la sustitución de importaciones y el aumento de las exportaciones vayan permitiendo el empleo interno y externo del mayor ahorro que se obtenga por la compresión del consumo. Más aún, **esos recursos internacionales tendrían que dedicarse preferentemente a las inversiones destinadas a lograr esos objetivos y a eliminar también los puntos de estrangulamiento interno.** (PREBISCH, 1963, p. 47-48, grifos nosso)

Ainda no que se refere às condicionalidades dessa ajuda, Prebisch (1963) faz uma análise negativa de como essa ajuda ocorreu até então. A tecnologia das empresas estrangeiras é tida como inacessível aos empresários nacionais, sem contar que, como são empresas estran-

geiras, o centro decisório é externo, o que também colide com a exportação de produtos manufaturados que atendam às necessidades de uma política nacional de desenvolvimento, já que uma decisão exportadora ocorreria no país sede da empresa. A proposta de Prebisch é que a empresa estrangeira seja um centro irradiador de tecnologia, o que seria fundamental para o esforço exportador, ao permitir custos competitivos para exportação.

A ideia do autor é que essa regra seja modificada para uma forma de cooperação da empresa estrangeira atuante na América Latina com um plano de desenvolvimento nacional, coordenado pelo Estado (PREBISCH, 1963). Essa forma cooperativa de ajuda internacional, ou ainda do papel compensador e cooperativo dos países do centro, é fundamental para o autor desde os seus primeiros textos, cujas bases vão sofrendo alteração; assim, a cooperação do investimento externo é uma das condições para a ajuda externa.

Outra condição é em relação aos ganhos elevados dos investimentos estrangeiros, o que poderia atrapalhar a competitividade da manufatura a ser exportada:

Ante todo, las copiosas ganancias de algunas firmas. Es indudable que el incentivo de la ganancia es indispensable para atraer la iniciativa privada extranjera. Sin embargo, esto tiene que ser consecuencia del progreso técnico que ella aporta, de las nuevas formas de producción, organización y mercado que introduce en el medio local. Nadie podría disputarlo con ecuanimidad. Pero sucede que aquí también la excesiva protección y la inflación surten sus efectos, a los cuales se agregan algunos casos de pseudo-radición de capitales extranjeros cobijados bajo la misma acción oficial. [...] (PREBISCH, 1963, p. 83)

Prebisch (1963) também chama a atenção para o problema do endividamento externo dos recursos que entraram tanto para fazer frente aos problemas de deterioração dos preços como para o pagamento mesmo dos serviços da dívida, pois pioram ainda mais a situação de desequilíbrio externo, já que competem com as importações -- essas sim essenciais para a manutenção do desenvolvimento industrial e que não podem ser financiadas por causa de uma capacidade de importação cada vez mais deficitária.

Por fim, o capital externo pode ser aceito, mas não como resolução de todo o problema, como financiar déficits comerciais e prover divisas, mas ao investir em cooperação internacional para capacitar os países subdesenvolvidos a transformar sua indústria, num esforço exportador de produtos manufaturados, para tanto há que se estabelecer condicionalidades para que ajuda externa atenda ao objetivo maior de uma nova política de desenvolvimento.

La aportación de recursos internacionales no es, como tal, una solución alternativa al problema del estrangulamiento. Son recursos muy vitales, por cierto, a fin de que puedan introducirse cambios estructurales en el comercio exterior destinados a la corrección fundamental de este problema. Sin esta corrección, sería indispensable continuar en forma indefinida y en cuantía creciente con aquella aportación de recursos internacionales. (PREBISCH, 1963, p. 135)

3.4.2 Diagnóstico dos obstáculos do ISI: Tavares

Maria da Conceição Tavares identifica que, no início, o fator impulsionador do modelo substitutivo de importações foi dado pelas crises do comércio exterior no período das duas grandes guerras mundiais incluindo-se a crise de 1929 no entre guerras. Em decorrência desse processo, começa a haver uma perda de importância do setor primário exportador como o setor dinâmico das economias periféricas, sem, contudo, deixar de ser essencial, mesmo com a industrialização, já que era a origem das divisas necessárias tanto para pagar as importações não substituídas, quanto àquelas que eram requeridas pelo próprio processo substitutivo, salientando que sua variação ocorria conforme as variações de preços e volumes do comércio internacional, que não eram de controle dos países periféricos.

Conforme o processo substitutivo avançava para produtos de maior complexidade tecnológica e densidade de capital, em resposta, como sempre, às mudanças negativas do comércio internacional, ampliava-se o problema do desequilíbrio externo, pois se aumentavam as necessidades de insumos, matérias-primas e bens de capitais oriundos da ampliação substitutiva. Ocorre, de fato, uma espiral que vai tornando o gargalo externo intransponível.

Na realidade o estrangulamento externo só era indutor do processo de desenvolvimento, à medida que havia internamente uma demanda contida por importações de bens de consumo que ao serem substituídas expandiam o próprio mercado interno, e geravam uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários, a qual, por sua vez, resultava em novo estrangulamento externo levando a uma outra onda de substituições, e assim por diante. Quando o processo atinge, porém, uma fase tão avançada que, por um lado, o que resta para substituir são essencialmente bens de capital, ou matérias-primas e materiais para investimento e, por outro lado, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, esgotando a reserva de mercado que lhes era garantida pelo estrangulamento externo, este último deixa de ser “indutor” do processo de investimento e, em consequência, para o crescimento, passando a ser apenas um obstáculo, em cuja superação, porém, já não pode ser encontrada a essência da dinâmica da economia. (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 118-119)

Quando o processo substitutivo se volta para os bens de capitais as limitações se ampliam, Tavares afirma que para a maior parte dos países latino-americanos não é sequer possível seguir esse caminho, dada a insuficiente diversificação industrial. Não é o caso brasileiro, o país mais avançado no processo de substituição, porém, os resultados possíveis não recomendam insistir no modelo substitutivo, ainda mais contando com a espiral danosa do desequilíbrio externo, inerente ao modelo.

[...] as substituições conduziram a inversões com uma elevada relação capital-produto, ou seja, dariam lugar, pelo menos a curto prazo, a um processo de crescimento com rendimentos macroeconômicos decrescentes. Compreende-se, pois, que a continuar a economia dentro do atual modelo, dificilmente se poderia manter as taxas de expansão anteriores a menos que se conseguisse alcançar taxas de inversão muito mais altas que as históricas. (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 117-119)

Com a coleção de seus artigos originalmente reunidas sob o título de “Auge e declínio do processo substitutivo no Brasil”, sua conclusão é que o modelo está esgotado, pelas razões resumidamente aqui aludidas.

O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema) e no qual os problemas de estrutura atrás apontados terão de ser considerados. O fato de o processo de substituição de importações já não poder conduzir muito longe o processo de desenvolvimento da maioria dos países da América Latina é premissa mais ou menos aceita entre os economistas da área. (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 117)

A superação das contradições inerentes do modelo substitutivo rumo a um modelo “autossustentado” viria, segundo Tavares, na complementação de duas frentes, por um lado a presença do Estado deveria ser ampliada, pois seus gastos e investimentos autônomos seriam estratégicos para incentivar a demanda interna, se “[...] opondo às tendências que emergem do esgotamento externo.” (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 120). Ademais, ao Estado também caberia o investimento no chamado capital social, ou seja, na infraestrutura.

Por outro lado, em vista de resolver o problema da dualidade estrutural entre um setor primário, menos desenvolvido, e um setor industrial, capitalista, já com certa complexidade,

também ficaria a cargo dos recursos estatais investir naquele setor para que ambos os setores se desenvolvessem.

A hipótese mais dinâmica seria evidentemente uma combinação de transformações internas como as mencionadas na segunda alternativa com a melhoria das exportações tradicionais, e a conquista de mercados para os produtos industriais dos setores mais dinâmicos. Assim, enquanto a demanda externa se encarregaria basicamente de proporcionar um estímulo ao setor capitalista, o Governo poderia intensificar os seus investimentos autônomos dirigidos a completar a estrutura industrial existente, melhorando sobretudo a infraestrutura de serviços básicos, e aumentar substancialmente a participação relativa das inversões no setor primário e nas regiões subdesenvolvidas. Esta política de investimento, somada, no plano social, a uma estratégia para melhoria da distribuição de renda (com ênfase no setor primário) tenderia a fechar progressivamente a brecha existente entre os dois setores da economia. (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 124)

Tavares não faz recomendações para a entrada de capital estrangeiro, mesmo porque seu texto é uma análise do modelo substitutivo, assim como acaba sendo um texto de história econômica pelos dados levantados pela autora para o período. O que há sobre capital estrangeiro é a constatação que ele é usado para suprir a capacidade deficitária de importações⁵¹, assim como através de investimento diretos no plano de metas brasileiro⁵².

Porém, a sua proposta para enfrentar o estrangulamento externo aponta para a eliminação desse gargalo, portanto, entende-se eliminando por inteiro a necessidade de capital externo para financiar o déficit na balança comercial, o desequilíbrio externo, mas essa solução busca sanar um problema estrutural do modelo, não uma rejeição per se do capital estrangeiro, seu uso é apenas reflexo do problema estrutural.

Já em relação a participação do capital estrangeiro como investimento direto, não fica muito clara sua posição, pois a autora não identifica como serão feitos os investimentos privados, porém, como confere importância fundamental ao investimento estatal em sua solução,

⁵¹ “[...] só foi possível manter o quantum geral de importações à custa da entrada líquida de capitais.” (TAVARES, 2010 (1964-a), p. 75), o que faz menção novamente no seguinte trecho, mas atentando que o capital entrante ampliou o endividamento externo: “É certo que a própria manutenção da capacidade efetiva para importar, dos últimos anos, se deu à custa de um crescente endividamento externo [...]” (TAVARES, 2010 (1964-a), p. 95).

⁵² “De 1956 a 1961 entramos na terceira fase de desenvolvimento do pós-guerra, que se caracterizou por dois fatores mais destacados: o aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos, e a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 75).

com o objetivo de se opor ao esgotamento externo, é possível inferir que esse papel pudesse ser reduzido em relação a todo o modelo substitutivo ao qual propõe mudanças.

A despeito das propostas para haver a transição de modelos, do Substitutivo de Importações para a Exportação de Manufaturados, é importante destacar que os preços dos produtos manufaturados de baixa complexidade exportados pelos países em desenvolvimento foram declinantes desde a década de 1980, é o que demonstra Todaro e Smith (2015, p. 611):

Unfortunately, this structural change has not brought as many benefits to most developing countries as they had hoped, because relative prices within manufacture have also diverged: Over the past few decades, the prices of the basic manufactured goods exported by developing countries fell relative to the advanced products exported by rich countries. The price of textiles fell especially precipitously, and low skilled electronic goods were not far behind.

Using alternative methods, the United Nations found that the real decline in developing-country export prices of manufactures in the 1980s was about 3.5% per year, or about 30% for the decade.

3.5 Raul Prebisch

Prebisch⁵³, em seus primeiros trabalhos na CEPAL, apresenta colocações que questionam o papel do centro cíclico desempenhado pelos EUA, invocando sua maior participação tanto no comércio internacional para reduzir o protecionismo frente às importações como que para prover de divisas a América Latina, parece até um ressentimento, especialmente quando compara com o centro cíclico anterior, a Inglaterra. Embora ele perceba que a relação centro-periferia precisava de maior independência dos periféricos para vencer o subdesenvolvimento, não deixava de lado que os obstáculos inerentes a esse processo seriam bastante reduzidos com a participação ativa do centro. Como já fora mencionado aqui em outra parte sobre certa cautela do autor, cabe levantar essa hipótese como parte de uma estratégia trazer os EUA para o seu papel no continente americano.

Conforme será visto logo abaixo, há uma progressão dessa sua visão. No início praticamente ele aponta os erros dos EUA em não corresponder com as necessidades para vencer o subdesenvolvimento através do comércio internacional, aliás, para cumprir seu papel de nação líder, para depois propor efetivamente a forma como os países do centro poderiam conter a deterioração dos meios de trocas e contribuir para evitar ou reduzir o desequilíbrio externo.

⁵³ Especialmente em (PREBISCH, 2000 (1949b)).

Pode-se dizer que Prebisch sempre considerou os EUA como o regulador da economia internacional, daí suas tentativas de chamar sua atenção para cumprir o seu papel⁵⁴.

3.5.1 Capital externo e hiato de poupança

Desde seus primeiros trabalhos, Prebisch demonstra a ligação existente entre o processo de desenvolvimento e a poupança externa, primeiro ao tentar contornar o problema do hiato de poupança, é o que faz, por exemplo, ao comentar que por conta da industrialização ocorrida em alguns países da América Latina, por conta do aumento da produtividade: “[...] permitiu reduzir a proporções moderadas a necessidade de capital estrangeiro para suprir a deficiência de poupança nacional, **na maior deles se reconhece que o concurso desse capital é indispensável.**” (PREBISCH, 2000 (1949b), p. 108-109, grifos nosso).

Nessa passagem, há duas bases do seu pensamento, primeiro que a poupança externa, descrita como capital estrangeiro, é complementar da poupança interna, que no caso da periferia é muito pequena devido à baixa renda, e que para a maior parte dos países o capital estrangeiro é indispensável. Depois dessa declaração, ele começa a expor as condições da ajuda estrangeira, um deles a limitação da ajuda externa, especialmente porque está analisando as condições históricas e no período dos seus primeiros escritos ela é bem limitada, e por outro lado, o seu caráter transitório da ajuda externa, já que o seu uso tem que ser condicionado a eliminar o problema da carência dos recursos, isso ocorreria se ela fosse utilizada para ampliar a produtividade, já que o autor parte do pressuposto que é esse aumento que amplia a renda e, portanto, a poupança, fazendo, após um período, esse capital externo não ser mais indispensável.

[...] é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro. Se sua aplicação for eficaz, o aumento da produtividade, ao longo do tempo, permitirá desenvolver a própria poupança e com ela substituir o capital estrangeiro, nas novas inversões exigidas pelas inovações técnicas e crescimento da população. (PREBISCH, 2000 (1949a), p. 109)

Um dos caminhos pensados por Prebisch para enfrentar a escassez de poupança --bastante em voga nos autores do desenvolvimentismo clássico da década de 1950 - é o dilema entre consumo e poupança. No caso da grande pobreza dos países periféricos a redução do consumo

⁵⁴ Conforme Belluzzo (1995, p. 14): “[...] a economia americana funcionava - Minsky assinalou com correção - como ‘reguladora’ do sistema capitalista. Isto significa que os Estados Unidos cumpriam o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e prestador de última instância. Para os países membros do sistema hegemônico esta função reguladora era uma garantia *ex-ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neo-mercantilistas.”

das camadas populares, já com tão baixa renda, incorreria em leva-las à fome. Esse é o caso da citação acima.

Porém, em relação as classes mais abastadas, seu posicionamento será diferente, visto que o direcionamento do seu consumo é para produtos importados luxuosos, fazendo pressão sobre as importações, retirando da capacidade de importar recursos escassos e valiosos das importações de bens de capital, necessários ao processo de substituição de importações.

Outra forma de tentar contornar o problema da carência de poupança é o uso de poupança forçada através da inflação.

A alta de preços, ao gerar lucros extraordinários, coloca nas mãos de um grupo relativamente pequeno grandes possibilidades de poupança [...] Se de fato uma parcela considerável dos lucros resultantes da inflação tivesse sido poupada e eficazmente investida, aqueles que defendem a tese aqui mencionada teriam um ponto de apoio muito valioso. (PREBISCH, 2000 (1949b), p. 112)

Prebisch, porém, não está propondo esse caminho de poupança forçada, pois como dito anteriormente, as camadas de renda mais altas têm um gasto voltado para produtos não essenciais ao desenvolvimento. Ele discorre sobre outra forma de poupança forçada, a promovida pelo Estado, o que evitaria assim os males da inflação. Ela ocorreria através de estímulos estatais para que os lucros e até rendas inflacionárias fossem aplicados produtivamente e através de impostos sobre as importações não essenciais ao desenvolvimento, bem como com o controle cambial inibidor frente a essas importações. Os recursos provenientes não deveriam ampliar simplesmente o gasto público de forma geral, mas ser revertido ou em poupança ou em investimentos estatais produtivos.

Prebisch se colocará contra a poupança forçada, uma vez que os recursos, tanto da inflação quanto da poupança forçada promovida pelo Estado, trazem uma situação social complicada visto que toda a coletividade é penalizada, sendo o seu uso, em geral, realizado por uma parcela pequena dessa coletividade, os grupos privilegiados. Daí que sua solução, novamente, volta a ser o recurso externo: “Enquanto isso, o recurso à poupança estrangeira parece inevitável, como já foi dito. [...]” (PREBISCH, 2000 (1949b), p. 115).

O autor cita que a inadimplência em relação aos empréstimos estrangeiros para a América Latina do período da crise de 1929, fruto da redução do comércio internacional, assusta o

capital estrangeiro. A solução seria a resolução do problema da queda do comércio internacional, novamente voltando indiretamente ao papel dos EUA, assim como:

[...] A existência de entidades de empréstimos internacionais poderia ser um fator eficaz no esboço de um programa semelhante, no qual [...] fossem examinados os tipos de investimentos mais convenientes ao desenvolvimento econômico da América Latina, mediante sua contribuição para a produtividade do trabalho e para o desenvolvimento da necessária capacidade de reembolso. (PREBISCH, 2000 (1949b), p. 118)

Diante do desequilíbrio externo, Prebisch também chega à conclusão de que financiar o déficit comercial por capital externo:

[...] Daí se depreende, é claro, que esse volume considerável de importações, que aumenta com uma intensidade igual ou maior que a renda real, não poderia realizar-se se outras importações não fossem comprimidas na medida necessária para que o conjunto não ultrapassasse de maneira persistente a capacidade de importar, **a menos que o excesso fosse coberto por investimentos estrangeiros**. (PREBISCH, 2000 (1952), p. 186, grifos nosso)

3.5.2 Capital estrangeiro através da cooperação internacional

Em um texto de 1954 a CEPAL, em um texto escrito por Prebisch (1954) começa a ampliar as ideias contidas nos primeiros escritos de Prebisch quando chamava aos EUA para cumprir seu papel de líder do continente americano e do mundo capitalista para fazer frente tanto à deterioração dos termos de troca, às oscilações cíclicas que deterioravam os termos de intercâmbio, quanto à ajuda financeira ao desenvolvimento, preciosa em vista da carência de dólares⁵⁵. Nesse documento, o objetivo é fomentar a cooperação internacional para contribuir com a política de desenvolvimento latino-americana, daí que propõe condições em relação ao capital e ajuda estrangeira que atendam basicamente a:

- Maior proporção dos recursos sendo públicos, para ter encargos mais baixos e condições mais favoráveis, para evitar agravar ainda mais o desequilíbrio externo;

⁵⁵ A escassez de dólares ou de divisas que é tema comum nos trabalhos da CEPAL está ligada ao seu papel como moeda internacional e à postura americana, como Prebisch, inúmeras vezes destaca, de não propiciar condições comerciais para a expansão do comércio internacional ao conter seu déficit comercial e não prover o mundo com dólares. Conforme Carvalho (2004, p. 61): “[...] O papel do dólar como moeda internacional, consagrado em Bretton Woods [...] o mundo todo precisava de dólares para acomodar a expansão do comércio internacional, mas dólares se tornavam disponíveis para outros países quando os Estados Unidos tinham déficits em suas operações externas e pagavam pela diferença enviando dólares ao exterior, aumentando a liquidez internacional [...]”. Carvalho (2004) faz relações também com o paradoxo de Triffin, o que para essa questão tratada não é o essencial, mas os efeitos da política comercial americana para os trabalhos sobre o desenvolvimento da América Latina.

- Importância fundamental do Estado na administração e direcionamento desses recursos;
- Condicionais ao uso do recurso para que contribua para superar os problemas estruturais da periferia, tais como carência de poupança, aumento da produtividade, melhoramento tecnológico, financiamento dos investimentos e medidas e fundos para contrabalancear as grandes oscilações cíclicas dos preços das exportações latino-americanas.

O texto começa a fazer constatações do crescimento de 3,3% da renda *per capita* latino-americana no período de 1945 – 1952, fruto exatamente da melhora dos preços do comércio internacional.

Para que o crescimento desses anos anteriores se mantenha, recomenda-se uma taxa de investimentos da ordem de 20% do PIB, para isso Prebisch (1954, p. 22) calcula que “[...] seria necessária uma contribuição de capital estrangeiro de 6 por cento da renda [...]”. Entre 1955 a 1957, por ainda não haver estudos sobre a quantidade exata necessária, a CEPAL reduz esse montante em 64%. Dos 100% dessa ajuda estrangeira, 60% a 65% seriam públicas e 30% a 35% privadas.

Porém, como insistia naqueles primeiros escritos, novamente a preocupação recai para o uso da renda, nesse caso, dessa renda adicional: o uso através do consumo e não da poupança, o que poderia colocar em cheque o caminho do desenvolvimento. A ajuda financeira poderia contribuir para manter esse crescimento dentro de certas condições, salientando a transitoriedade dessa ajuda.

[...] O seu elemento primordial [da cooperação] **é a inversão de capital estrangeiro** a fim de romper com o círculo vicioso de uma renda baixa que não permite aumentar a capitalização, e de uma capitalização que é insuficiente devido à renda precária. Um programa bem estruturado de inversões, apoiado em medidas internas que facilitem a sua plena frutificação, **permitirá, com o correr do tempo**, aos países da América Latina, **aumentar de tal maneira a sua renda por habitante, que o esforço de capitalização necessário para que continue o crescimento a um ritmo satisfatório poderá ser realizado com os seus próprios recursos, uma vez alcançado um elevado coeficiente de poupança** que permita dispensar novas e vultosas contribuições de capital estrangeiro. (PREBISCH, 1954, p. 6, grifos nosso)

Assim como em outros textos, há a repetição da condição de transitoriedade da ajuda externa que complementa, temporariamente, os baixos níveis de poupança, da mesma forma que a utilização dessa ajuda seja em atividades que permitam a elevação da renda, certamente, como antes, através de investimentos que contribuam para elevar a produtividade. É recorrente,

entretanto, que Prebisch não menciona um aumento na propensão marginal a poupar, apenas no *quantum* de poupança que seria ampliado automaticamente com a ampliação da renda.

Da mesma forma como anteriormente, além da periferia carecer de poupança, o pouco que possui é ainda mal gasto pelas camadas de alta renda, ao tentar imitar o padrão de vida do centro, ao que urge ter medidas estatais para barrar esse consumo conspícuo, bem como incentive o uso dessa renda de forma produtiva, que para a Prebisch e a CEPAL é a ampliação da poupança.

Prebisch afirma que se não houver esse controle, é inevitável recorrer ao capital estrangeiro. Há uma mudança de posição. Outrora nos primeiros textos de Prebisch (2000 (1949a)) estava colocado que o capital externo seria indispensável, agora, ele só seria útil ao não se cumprir com a limitação do consumo, especialmente o conspícuo. Nesse texto a mudança fica clara: “[...] Para acelerar o ritmo do crescimento seria necessário comprimir o consumo, ou do contrário seria preciso recorrer a um complemento do exterior de capitais. [...]” (PREBISCH, 1954, p. 7).

Outra diferença bem significativa em relação aos primeiros escritos é o papel fundamental que teria o Estado num plano de cooperação internacional. Assim, conforme Prebisch (1954), assume-se que o Estado, tem papel primordial no desenvolvimento econômico, enumera os principais motivos para a sua intervenção: direcionaria esses recursos da cooperação internacional⁵⁶ (1); seria o responsável por elevar o coeficiente de poupança (2); o mediador e coordenador do processo de substituição de importações, através de protecionismo e fomento (3); também responsável por enfrentar as flutuações cíclicas internas, mas com pouca capacidade de enfrentar as externas (4); é capaz de intervir para conceder crédito às empresas ou fomentar o sistema bancário para financiar os investimentos - a maior novidade – (5); e intervenção estatal para prover ciência e tecnologia através da cooperação de universidades e centros de pesquisa⁵⁷ (6).

Novidade porque conforme as interpretações keynesianas de Prebisch e da CEPAL, em sua maior parte, a grande preocupação em relação ao desenvolvimento é com a poupança e não

⁵⁶ Dentre os direcionamentos a CEPAL aponta que parcela da ajuda internacional deverá ser destinada ao capital social, ou seja, infraestrutura, majoritariamente realizada pelo Estado.

⁵⁷ Novidade também há em relação a questão de ciência e tecnologia. Por curiosidade a Escola de Administração de São Paulo (EAESP-FGV) foi criada em 1954, ano desse artigo da CEPAL.

com o financiamento ao investimento, isso por conta dos pressupostos de causalidade entre poupança e investimento, implicitamente assumidos. Especialmente no que tange o incentivo de capital estrangeiro, sendo o Estado seu administrador, quando se assume que é ele quem intervirá diretamente ou incentivará o crédito/financiamento⁵⁸, a poupança externa pode ser usada com essa função. E em outras partes do documento há essa diferença de posicionamento em relação ao crédito, afirmando, inclusive, que sua fraqueza é um dos atrasos ao desenvolvimento: “E fato conhecido que, na América Latina, em muitos poucos casos se tem podido atender de forma adequada à necessidade de créditos a prazos médios e longos para a indústria, e **que é este um dos fatores que lhe retardam o desenvolvimento.** [...]” (PREBISCH, 1954, p. 37, grifos nosso). Além disso, a CEPAL propõe mudanças inclusive na legislação bancária e possível criação de instituições⁵⁹ bancárias capazes para fazer chegar o capital estrangeiro aos empresários. Nesse conjunto, o crédito-financiamento parece, neste texto, uma função essencial a ser cumprida pelo capital estrangeiro, por intermédio do Estado.

Nesse texto, Prebisch fará algumas críticas ao capital privado estrangeiro. A primeira é quanto às remessas de lucros e reversões (PREBISCH, 1954). Partindo de dados relativos a 1950 a 1953, informa que do capital privado internacional investido, 53% são reversões de lucros, portanto, não são novos investimentos, da mesma forma há uma tentativa de controlar o grande envio de lucros para o exterior⁶⁰, que seria uma saída desses recursos: “[...] É conveniente, desde logo, que os lucros sejam reinvertidos e não enviados ao estrangeiro. [...]”.

Outra crítica está dividida em duas partes. A primeira é que os investimentos privados se concentram nas atividades exportadoras, portanto, não contribuem para diversificar a estrutura produtiva, porém, é importante mencionar que isso é anterior ao Plano de Metas brasileiro; já a outra, é uma crítica bem dura e se refere aos altos rendimentos desse capital, que no lugar de contribuir com o desenvolvimento, oneram o balanço de pagamentos, piorando a já delicada

⁵⁸ Embora tenha sido apontado que a questão do financiamento do desenvolvimento fosse uma novidade, há um entendimento no mínimo cauteloso em relação a ele, já que a expansão do crédito é inflacionária: “[...] O sistema bancário bem preparado para os empréstimos habituais a curto prazo a fim de suprir deficiências do capital circulante, e com frequência esses empréstimos se fazem com efeitos inflacionários [...]” (PREBISCH, 1954, p. 37). Importante frisar que os desenvolvimentos estruturalistas sobre inflação em seus conceitos de inflação estrutural não foram contemplados pela pesquisa, por não ser o foco da pesquisa.

⁵⁹ O BNDE foi criado em 1952, o que mostra que o documento da CEPAL está em linha com as transformações ocorridas, ao menos no Brasil.

⁶⁰ Como peculiar ao método histórico-estruturalista, a teorização segue a história econômica, a polêmica regra que ampliava o limite das remessas de lucros ao exterior é de janeiro de 1952 e o texto em análise é de 1954: Decreto nº 30.363, de 3 de janeiro de 1952.

situação externa, por isso que a proposta para cooperação fique concentrada em capital estrangeiro público.

[...] **o rendimento alcançado pelo capital privado nos Estados Unidos tem sido alto.** No período 1947-50, o rendimento médio das inversões em companhias manufatureiras, depois do pagamento de impostos, foi de 14,6 por cento, e nos quatro anos transcorridos no atual decênio, se bem que a média tenha baixado para 10,5 por cento, **continua relativamente alto.** É lógico que o capital privado estrangeiro trate de conseguir um rendimento igual, pelo menos ao que tem em seu próprio país. Há é verdade, inversões de rendimento muito maior na América Latina. Mas se em tais condições esse tipo de inversões se generalizasse e adquirisse grande amplitude, **a carga dos serviços financeiros poderia chegar a constituir um fator muito sério na balança de pagamentos** dos países latinoamericanos. Tudo isso induz a crer que, mesmo em condições muito propícias para esse tipo de inversões na América Latina, **não é de se esperar delas um crescimento de natureza suficiente a contribuir com intensidade para a aceleração do seu ritmo de desenvolvimento.** (PREBISCH, 1954, p. 44, grifos nosso)

Esse capital estrangeiro realizado através de investimento direto é assumido como sem efeito para o desenvolvimento, na verdade, com efeito negativo no balanço de pagamentos, certamente, um item recusável. O capital estrangeiro privado preferível é aquele que “[...] junto com o capital, vem uma nova técnica, tanto da produção como da organização da empresa e desenvolvimento do mercado. [...]” (PREBISCH, 1954, p. 45).

Diante de uma série de alternativas de como se utilizar os recursos de uma possível ajuda estrangeira através de cooperação, há a ideia da criação de um fundo interamericano para o desenvolvimento (PREBISCH, 1954), no qual todos os países contribuiriam; contudo, com os EUA sendo os maiores contribuintes. Esse fundo estaria ao lado tanto do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco de Exportações e Importações. A sugestão é que parte da contribuição americana poderia vir de um imposto que é cobrado sobre os rendimentos do capital investido na América Latina, tentando, numa evidente tentativa de trazer de volta as remessas ao exterior. Esse aporte inicial anual poderia incentivar a poupança privada estrangeira a se interessar em contribuir com o fundo.

Essa alternativa mantém a linha de tentar colocar condições ao capital estrangeiro, nesse caso centralizá-lo em um fundo e torná-lo financiamento para a indústria, certamente já usando os critérios anteriores, que é da condicionalidade dos recursos serem aplicados produtivamente.

Ainda dentro das condicionalidades e indicações para o uso do capital estrangeiro, está o uso para o aumento da produtividade e a própria assistência técnica, que para o documento

seria de “[...] de extrema importância dentro da política de desenvolvimento [...]” (PREBISCH, 1954, p. 58-60), daí todo o cuidado dispensado para estruturar um esboço dos objetivos dessa política, sendo que o principal é o de considerar a condição de excesso de mão de obra e carência de capital. Os recursos estrangeiros utilizados que aumentam a produtividade liberam mão de obra, devendo ser considerados novos investimentos para absorvê-la, para evitar o desemprego.

Por fim, a última recomendação para a cooperação internacional (PREBISCH, 1954) é para o enfrentamento da vulnerabilidade externa. Essas medidas partem das transformações promovidas internamente pelo processo de substituição de importações e pela criação de um fundo de reservas composto de parte dos ganhos dos períodos de alta cíclica dos preços dos produtos exportados, que contaria com ajuda internacional para dar-lhe condições de emprestar os recursos. Partindo dessa base, são apresentadas outras duas medidas anticíclicas a serem promovidas pela cooperação internacional:

- Regulação dos preços internacionais⁶¹;
- Fixação de preços mínimos;

Em outra parte do presente trabalho, insistiu-se sobre a necessidade de uma previsora política de estímulo as exportações e de substituição de importações, para atenuar ou eliminar as crises periódicas de divisas, crises essas tão frequentes na América Latina. **Isso logo aliviaria as dificuldades de transferência que se apresentam em muitos dos países latino-americanos.** (PREBISCH, 1954, p. 45, grifos nosso)

Essas medidas são essenciais para aliviarem o desequilíbrio externo e, um lado do problema da carência de divisas, sendo o outro a própria substituição de importações. Essas medidas se mostram uma condição fundamental para sustentar os pagamentos de empréstimos, financiamentos e demais encargos a serem pagos pela cooperação proposta, ao disponibilizar divisas para tanto.

A vulnerabilidade exterior da América Latina tem que ser atacada por uma conjugação adequada de medidas nacionais e internacionais. Nesse sentido, devemos reconhecer que, salvo poucas exceções, os países latino-americanos não têm sabido tomar medidas elementares de previsão, nas épocas de abundância, para poderem enfrentar, mais tarde, as épocas de escassez. E não existem medidas internacionais que possam suprir a imprevidência individual com

⁶¹ O controle dos preços internacionais já havia sido proposto pela delegação brasileira de Bretton Woods, conforme afirma Meier: “[...] the Brazilian delegation introduced a draft proposal for an international conference to promote stability in the prices of primary international commodities [...]” (1984, p. 9).

a previdência coletiva. As medidas internacionais precisam se articular a um quadro de medidas nacionais adequadas. (PREBISCH, 1954, p. 89)

Nesse documento de 1954, não há qualquer menção a uma mudança do processo de substituição de importações ou um impulso para a exportação de manufaturados, o que poderia mudar a tanto os obstáculos vindos do desequilíbrio externo ao desenvolvimento, quanto uma nova inserção internacional que pudesse aliviar ou sanar a questão da dependência, assim como formulada pela CEPAL. O processo de substituição de importações, teoricamente iniciado no período de 1914 a 1945, ainda não recebia sua autocrítica pela CEPAL.

3.6 Celso Furtado

Na análise do posicionamento de Celso Furtado em relação ao capital externo usou-se dois textos, um no qual Furtado dialoga com uma série de palestras de Nurkse sobre a formação de capitais ocorridas no Brasil em 1951, “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, e outro o texto clássico de Furtado de 1966, “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”.

Furtado, no texto de 1951, critica a maior parte das palestras de Nurkse e, ao fazê-lo, expõe suas teorias e conceitos, tentando contrapor-las ao que discorda do que foi apresentado por Nurkse.

Furtado considera, seguindo Keynes, que os motivos que levam a poupar, consumir e investir são diferentes, daí que o crescimento está pautado exatamente na disparidade entre as intensidades de investir e de consumir. (FURTADO, 2007 (1951)). Já que em termos de contabilidade social a poupança é o resíduo da renda não consumida, Furtado seguirá Nurkse ao problematizar o consumo dos países subdesenvolvidos, como obstáculo ao desenvolvimento.

O autor afirma que, para a situação (1951) dos países subdesenvolvidos, para alcançar o desenvolvimento seria necessário um alto nível de poupança, o que é impossibilitado pelo efeito da imitação do consumo dos países mais ricos, reiterando o dilema entre consumo e poupança.

Dados os fortes estímulos para consumir que nos vêm das economias mais avançadas e que tão bem explica o professor Nurkse, muito dificilmente nossa economia poderá chegar espontaneamente, na atual fase do desenvolvimento, a um alto nível de poupança. Se desejamos caminhar para um desenvolvimento mais intenso e equilibrado, temos que colocar em primeiro plano o problema da poupança. Um país como o Brasil tem uma grande margem potencial

de poupança, a qual está apenas esperando por formas compulsórias de captação. [...] (FURTADO, 2007 (1951), p. 223)

Embora Furtado tenha assumido que as motivações para investimento e poupança têm diferenças, assume a causalidade entre poupança e investimento, pois a poupança se torna a prioridade do processo de desenvolvimento, o pré-requisito, sendo assim variável-chave para o desenvolvimento. Por isso mesmo que tanto a poupança compulsória é justificável quanto as preocupações e restrições à propensão marginal a consumir, especialmente as ligadas ao consumo conspícuo e efeito demonstração.

Diferente de Nurkse, Furtado aceita as ideias de consumo conspícuo de Veblen que não considera como um simples esnobismo social; pois, de fato, atua juntamente com o efeito demonstração e imitação do padrão de consumo dos países ricos, prejudicando a poupança e ainda contribuindo para a restrição externa ao pressionar as importações de bens de consumo. (FURTADO, 2007 (1951))

Embora Nurkse tenha explorado bastante os aspectos da ajuda externa, Furtado dá pouca ênfase a essa questão, possivelmente por acompanhar o entendimento de Nurkse. Em alguns trechos Furtado acrescenta algumas explicações ao que Nurkse já havia colocado sobre o capital externo, como é o caso dos efeitos no balanço de pagamento:

O outro problema que aborda o Prof. NURKSE no parágrafo citado é o da repercussão das inversões estrangeiras sobre o balanço de pagamentos. Essa repercussão pode ser direta, através do serviço da dívida, ou indireta, através dos efeitos-renda, isto é, do aumento das importações como consequência do aumento da renda real. [...] (FURTADO, 2007 (1951), p. 217)

Para Furtado, o efeito-renda ocorre também nas inversões nacionais; o que importa para Furtado é que o capital externo é a solução para momentos iniciais do desenvolvimento, à tendência inerente do subdesenvolvimento ao desequilíbrio externo, assim como um comércio crescente.

[...] sempre que houvesse uma forte corrente de capitais para os países que se encontram nas primeiras etapas do desenvolvimento, ou mesmo na ausência dessa corrente de capitais sempre que houvesse um mercado internacional em firme expansão que absorvesse os produtos em oferta crescente naqueles países, o problema do desequilíbrio externo não existiria ou seria um problema de conjuntura. (FURTADO, 2007 (1951), p. 218-219)

Mas sua resposta para quando o desenvolvimento avança nos países periféricos é estruturalista e não via capital externo: para ele o desequilíbrio externo seria resolvido pelas modificações da estrutura produtiva:

A causa última do desequilíbrio está na disparidade entre o crescimento da renda e o da capacidade para importar. É, portanto, indispensável, se se quer corrigir o desequilíbrio, que se modifique a estrutura da produção no sentido de aumentar as exportações ou de substituir importações. (FURTADO, 2007 (1951), p. 222)

Embora Furtado tenha feito uma análise crítica aos vários textos de Nurkse, não toca nos pontos fulcrais que Nurkse coloca sobre o financiamento do desenvolvimento com recursos externos, talvez porque Nurkse também não tenha se colocado incondicionalmente a favor, mas problematizado e chegado a conclusões que fazem disso algo predatório do desenvolvimento, caso não se cumpram, as regras para evitar a transformação de poupança externa em consumo por efeito demonstração. Furtado, ao invés, discute preponderantemente o tamanho do mercado interno como não sendo a limitação ao investimento industrial assim como a importância do consumo enquanto redutor da poupança.

A década de 1960, como já explorado anteriormente, representa uma fase de transição para o Estruturalismo Latino-Americano, por conta das mudanças na própria economia latino-americana e nos obstáculos do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Contudo, as mudanças políticas parecem ter afetado muito mais o posicionamento dos autores em relação ao capital externo. Pode-se dizer que Furtado é bem mais crítico que Prebisch, embora Prebisch também tenha dado um tom mais crítico ao capital externo.

Antes do golpe militar de 1964, Furtado demonstra, em sua obra autobiográfica, uma postura diferente, pois quando à frente do Projeto Nordeste, na SUDENE, o próprio fez a intermediação com os EUA para entrada do capital estrangeiro no país, inclusive para o Projeto. É assim que seu pensamento nesse momento via com bons olhos a Aliança para o Progresso, portanto, a entrada de capitais norte-americanos:

Os países da América Latina constituíram terreno privilegiado para introduzir novas ideias nas relações internacionais. [...] A Aliança para o Progresso, sem lugar a dúvida, foi a iniciativa mais audaciosa de política externa saída de Washington desde o Plano Marshall. Os Estados Unidos deixavam de ser o gendarme do *status quo* na América Latina [...]. Com os meios formidáveis de que dispõem para agir na região, **começariam prestigiando os movimentos reformistas, apresentando-os como vetores do progresso. E, apoiando**

financeiramente projetos estratégicos, operariam como catalisador para precipitar a deslocação de velhas estruturas que obstaculizavam o desenvolvimento. (FURTADO, 1997, p. 173, grifos nosso)

Mas se decepciona diante das ingerências, intervenções e condicionantes quando a ajuda externa ao Projeto chega, especialmente porque a intenção dos norte-americanos dá direcionamentos diferentes ao projeto que havia sido aprovado para receber o financiamento. No lugar de buscar o desenvolvimento, as obras seriam propagandas da Aliança para o Progresso, como construção de chafarizes com dizeres sobre a Aliança, note-se, que em pleno projeto no qual Furtado faria uma luta contra exatamente a indústria da seca.

Por essa época, executávamos a primeira parte de nosso Plano Diretor e já dispúnhamos de uma equipe de trezentos técnicos. [...] Estava convencido de que preenchíamos todos os requisitos da chamada Carta de Punta del Este, doutrina básica da Aliança para o Progresso. Imaginara que a missão viria para fazer uma avaliação *in loco* de nossa capacidade de ação e decidir sobre o montante do apoio a nos dar. Para minha surpresa, o relatório apresentado propôs uma política alternativa de espírito diverso da que estávamos executando. [...] Todos esses projetos deveriam estar virtualmente ligados à Aliança para o Progresso. Seriam "chafarizes da Aliança para o Progresso" [...]. Havíamos lutado contra "projetos de impacto", superficiais, que visavam desviar a atenção do que era realmente importante. [...] (FURTADO, 1997, p. 204-207)

É dentro desse contexto de um posicionamento mais crítico, dadas as grandes mudanças políticas no continente, que no livro *Subdesenvolvimento e Estagnação*, na parte dedicada aos obstáculos externos ao desenvolvimento, Furtado fará várias e fortes críticas à política externa norte-americana, dentro do contexto da guerra fria, especialmente na sua atuação na América Latina, através da Aliança para o Progresso. Assim a atuação dos EUA na América Latina tem único objetivo: “[...] não se deve perder de vista que o objetivo da política dos Estados Unidos é conservar integrada a sua esfera de influência e que o desenvolvimento deste ou daquele país deve ser considerado como um meio para alcançar esse fim. [...]” (FURTADO, 1968 (1966), p. 37).

Então faz crítica aos sustentadores da teoria econômica por traz da política externa norte-americana surgida no CERNIS, especialmente Rostow, apontando que ela é contrária ao desenvolvimento, porque ela supõe o desenvolvimento pode ser orientado de fora para dentro, tudo o que o Estruturalismo Latino Americano tentava lutar contra, desde sua origem.

[...] Posteriormente surgiu a doutrina formulada por técnicos do M.I.T. liderados por W. W. Rostow, segundo a qual os objetivos da política exterior dos

Estados Unidos poderiam ser melhor alcançados mediante uma bem sucedida "ajuda externa" aos países subdesenvolvidos. **Admite-se que o processo de desenvolvimento pode ser orientado de fora para dentro**, devendo ser o objetivo dos Estados Unidos "criar estados independentes, modernos e em desenvolvimento". Todo o problema está em ajudar os países subdesenvolvidos a vencer as dificuldades iniciais e alcançar o ponto de "desenvolvimento auto-sustentado". [...]. Essa tese, que gozou de grande voga em certa fase e deu a sua mais brilhante efervescência na Aliança para o Progresso passou, entretanto, a ser seriamente criticada em período subsequente. [...] (FURTADO, 1968 (1966), p. 36, nosso).

Celso Furtado pontuará que a ajuda externa dos Estados Unidos está casada com a ajuda militar e atende ao princípio de segurança para os americanos, o que sucumbe com a autonomia do desenvolvimento (FURTADO, 1968 (1966)).

A ajuda externa norte-americana se processava especialmente na forma do investimento direto das multinacionais, sob a alegação de contribuir com o desenvolvimento do país de origem, porém, Furtado afirma que é dos instrumentos contrários à autonomia nacional e ao desenvolvimento, pois se trata, de fato, de um processo pelo qual os Estados Unidos tentam controlar os países por dentro. Pensando no desenvolvimento nacional, ao debilitar a autonomia nacional por um lado, o investimento direto externo faz também com que as decisões de investimento estejam cada vez mais determinadas externamente, se distanciando de um projeto nacional de desenvolvimento, não atendendo, assim seus requisitos, direcionamentos etc.

[...] Se bem não exista unanimidade sobre todos os aspectos desse complexo problema [da ajuda externa], pelo menos com respeito a um ponto já existe uma doutrina perfeitamente firmada nos Estados Unidos. Este ponto é o de que cabe às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de "ajuda" dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas. [...] cabe lembrar que as grandes sociedades anônimas norte-americanas são poderosas burocracias privadas, que exercem funções públicas ou semipúblicas, cuja integração na sociedade política os Estados Unidos constitui, até o presente, um problema de solução indefinida. [...] Por esta razão, até o presente não se encontrou uma forma de integrar essas grandes organizações, cujas funções são cada vez mais de natureza pública, na estrutura de uma sociedade política pluralista. Por outro lado, o governo torna-se cada vez mais impotente em face dessas grandes empresas [...] é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelos atuais estados nacionais passarão a plano cada vez mais secundários. (FURTADO, 1968 (1966), p. 42-44)

Furtado continua com as críticas em relação a subsunção do Estado nacional pelo capital estrangeiro, cabendo aos governos uma função apenas técnica, subalterna. Furtado estava diante das mudanças vindas a partir dos EUA na sua luta contra a “ameaça” comunista, através da

Aliança para o Progresso que estava se consubstanciando no governo militar brasileiro. Aqui sua grande preocupação é a perda de espaço do Estado como o coordenador do desenvolvimento e no contexto ditatorial, perdendo o político-democrático, assim como a redução do nacionalismo desse desenvolvimento comandando pelas grandes multinacionais.

Esse "projeto" de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina [...] Em realidade, se se consegue subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do progresso do desenvolvimento econômico e social, seria de esperara que a atual fermentação política, que caracteriza muitos dos países latino-americanos, tenda a reduzir-se, passando os governos a atuar principalmente no plano "técnico". Teríamos assim alcançado o por caminho inverso o ideal sainsimoniano de substituir o governo dos homens pela administração das coisas. (FURTADO, 1968 (1966), p. 44-45).

3.7 Considerações finais

Nessa parte são feitas algumas considerações finais a respeito do estudo dos autores selecionados de forma geral, englobando o Desenvolvimentismo Clássico como um todo, assim essa secção está dividida em subsecções, como segue: i) quanto à relação intuitiva da causalidade entre poupança e investimento; ii) a convergência metodológica no uso do modelo Harrod-Domar pelos autores; iii) a distribuição da poupança e o consumo, assim como investimento subutilizado; iv) a diferença de posicionamento dos autores quanto ao uso da poupança externa e, por fim, v) a conclusão do capítulo primeiro.

3.7.1 Causalidade entre poupança e investimento, argumentação intuitiva

O Desenvolvimentismo Clássico parte de dois pressupostos macroeconômicos intuitivos: (1) há uma carência de poupança, devida especialmente a baixa renda dos países subdesenvolvidos que são, via de regra, pobres; e (2) essa carência de poupança precisa ser complementada por capital externo poupança externa. Bielschowsky mostra que há discordância quanto a essa interpretação de síntese neoclássica entre os cepalinos, enfatizando que havia alguns economistas com interpretação mais keynesiana se opondo à tese do hiato de poupança.

Os economistas da CEPAL sempre coincidiram entre si com relação ao tratamento analítico do hiato externo, mas nem sempre coincidiram na análise do chamado hiato de poupança. **De um lado, Prebisch, Furtado e talvez uma fração majoritária enfatizavam o hiato como barreira fundamental ao crescimento.** De outro, economistas que trabalhavam na linha de Aníbal Pinto preferiam apontar para problemas de “financiamento” do investimento, recusando, “keynesianamente”, a ideia de que havia insuficiência de pou-

pança. Entre estes, destacam-se os influentes cepalinos brasileiros que estiveram na CEPAL no início dos anos 1960 sob a orientação de Pinto, ou seja, Conceição Tavares, Antonio de Barros de Castro e Carlos Lessa. Os dois últimos co-autores de “Introdução à economia, uma abordagem estruturalista” (1967), prefaciado por Pinto [...]. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 33 - grifo nosso).

Diante dessa posição majoritária pode-se argumentar que a relação entre poupança e investimento é uma identidade macro contábil, sendo que a poupança não gera investimento, portanto, a entrada de poupança externa, conforme proposto por essa versão, não gera, necessariamente, investimento.

Seguindo a teoria keynesiana, não há relação causal entre poupança e investimento. As decisões de poupar e investir têm origens diferentes e são independentes. A poupança depende da propensão marginal a poupar, que se refere a motivos como o de precaução; já o investimento depende da eficiência marginal do capital, as expectativas das vendas futuras. Keynes coloca a questão de forma clara:

[...] Por lo tanto, cuando la inversión es positiva, el consumo es menor que la producción, cualquiera que sea el volumen de ahorro; y cuando la inversión es negativa, el consumo es mayor que la producción, cualquiera que sea, asimismo, el volumen de ahorro. En suma, el aumento o la disminución del capital dependen de la cantidad de inversión y no de la cantidad de ahorro. [...]. Ahora bien, si quienes deciden las proporciones del flujo de producción futura que van a estar en forma disponible y en forma no disponible, respectivamente, en una fecha dada fueran las mismas personas que deciden cuánto se va a ‘ahorrar’ en esa fecha, no habría ningún problema. Pero si estas decisiones son tomadas – como de hecho lo son – por personas diferentes, entonces (salvo que varíe la cantidad de bienes atesorados) el incremento neto de la riqueza de capital de la comunidad en su conjunto será diferente en alguna medida (más o menos) del ahorro total de efectivo de los individuos [...]. (KEYNES, 2010, p. 170 e 172)

Por outro lado, quando essa poupança externa se apresenta na forma de investimento direto, esta não fica totalmente no país, pois uma parte dos recursos retorna para o país de origem na forma de lucros remetidos ao exterior, dentre outras contrapartidas desse tipo de investimento.

Conforme a análise dos textos dos principais autores do Desenvolvimentismo Clássico e conforme essas colocações de Bielschowsky (2000) e de Bastos e Britto (2010), o papel do

financiamento do investimento é muito pouco abordado pelos autores, pelo menos até ao alcance dessa pesquisa. Possivelmente isso decorre do condicionante teórico da relação entre poupança e investimento, ou melhor, da poupança ser condição sem a qual não há investimento.

Os clássicos e grandes autores do Desenvolvimentismo Clássico pouco tratam do aspecto do financiamento do investimento, com raras exceções, como Rostow. Fora do grupo dos autores de mais conhecido, há, porém, Myint. O autor trata de forma não muito desenvolvida o papel do crédito interno no financiamento do desenvolvimento em comparação com níveis de poupança.

[...] É difícil afirmar que se verifique uma escassez geral de poupança na economia atrasada como um todo. [...] Referimo-nos ao problema da organização e distribuição do crédito como separado do problema do aumento da oferta total de poupança [...] pode-se verificar também que o “gargalo” real pode ser, frequentemente, encontrado mais nas dificuldades em organizar a distribuição do crédito e em encontrar aplicações adequadas para a poupança existente que na escassez geral de poupança. Isso também pode ser visto pelo fato de que, mesmo havendo consideráveis quantidades de poupança interna, ela é usada normalmente para o empréstimo à base de hipotecas territoriais e de joias, pois isso traz aos poupadores uma taxa de retorno muito mais elevada do que qualquer outro tipo de investimento “produtivo” ao seu alcance. (MYINT, 2010 (1954), p. 152)

Na teoria pós-keynesiana, a questão do financiamento será elevada de patamar seguindo contribuições de Minsky, que fará grandes desenvolvimentos sob a terminologia de *funding* na literatura pós-keynesiana. Maria da Conceição Tavares é uma exceção, juntamente com os economistas da Unicamp influenciados pelo estruturalismo e pelo pensamento keynesiano.

Particularmente no debate sobre desenvolvimento no Brasil, essa ruptura tornou-se explícita nos autores ligados à Unicamp, com destaque para a obra pioneira de Maria da Conceição Tavares. A partir do momento em que a ideia de escassez de poupança é abandonada por essa autora (seja em sua versão clássica, seja na versão de poupança forçada, muito comum nos autores estruturalistas brasileiros), o foco da problemática do desenvolvimento passa a ser a capacidade da economia de criar *funding* para o investimento privado, ou seja, fundos financeiros em volume e prazos adequados ao investimento, cuja maturação é mais longa. (BASTOS e BRITTO, 2010, p. 38)

Mario Possas traz fortes argumentos contrários à relação entre poupança e investimento no sentido intuitivo, usando os princípios da demanda efetiva de Keynes e Kalecki, que ele abrevia para PDE. Além da argumentação mais comum contra sua causalidade, destaca o papel fundamental do crédito para o investimento.

(i) A poupança *não* financia o investimento, em nenhum sentido teoricamente inteligível. Primeiro, porque ela não precede, nem temporal nem logicamente, o investimento (inexiste logicamente uma poupança *ex ante*); ela é por definição um fluxo de rendimentos *simultâneo* ao investimento²⁰ e *por ele determinado*. Segundo, porque quem financia o investimento **é o crédito, este sim, um estoque — de poder de compra, criado *ex nihil* pelo sistema bancário — que precede lógica e temporalmente o investimento**; aliás, costuma ser essencial para viabilizar os investimentos devido à magnitude normalmente elevada desses *vis-à-vis* às receitas líquidas correntes capitalizadas pelas empresas. (POSSAS, 1999, p. 26, grifos nosso)

Assim, argumenta também que a poupança não financia o investimento, embora a equação de identidade contábil leve a esse pensamento, intuitivamente. Possas, faz sua exposição refletindo sobre a equação de identidade contábil entre as poupanças privada (S_p), pública (S_p) e externa (S_x) e o investimento: $S_p + S_g + S_x = I$. Aqui, o ponto fundamental é explicitado por Possas (1999) ao concluir que não há compensações vindas de “outras” poupanças à poupança privada.

Segundo, porque essa equação [...] é um convite — geralmente aceito pelos economistas das mais variadas extrações teóricas — à interpretação errônea de que o lado esquerdo, a “poupança total”, mediante a contribuição de cada um dos seus “componentes”, *financia* o lado direito, o investimento. Mais ainda, quase sempre se argumenta como se os “esforços” (*sic*) de poupança dos setores privado, público e externo fossem *complementares*. [...] **em nenhuma hipótese um eventual nível baixo da “poupança privada” — que nada mais é que a poupança na definição usual, adotada por Kalecki — poderia ser “reforçado” por um aumento quer da “poupança do governo”, quer da “poupança externa”**. (POSSAS, 1999, p. 26 e 28-29, grifos nosso)

A conclusão de Possas é uma reafirmação dos princípios de Keynes e Kalecki, a importância fundamental que tem a análise do investimento e não da poupança:

Resta concluir que todo o peso da teoria recai sobre o investimento, e nenhum sobre a poupança, de forma totalmente contrária ao senso comum dos “leigos” tanto quanto dos economistas. Simplesmente desaparece a “relação” poupança-investimento para qualquer efeito teórico ou prático relevante, em detrimento de toneladas de papel produzidas sobre ela. **O problema econômico central para a análise do funcionamento da economia capitalista, como Kalecki corretamente identificou, volta-se para a teoria dos determinantes do investimento e de seus efeitos**. [...] (POSSAS, 1999, p. 30-31, grifos nosso)

Os pressupostos sobre causalidade entre poupança e investimento e o quase não tratamento do financiamento do investimento com o uso de instituições bancárias com suas características de criar moeda, faz com que a única alternativa explorada pelos teóricos seja, em regra, a poupança externa.

3.7.2 Ponto de convergência: Modelo Harrod-Domar, déficit de financiamento e ajuda externa

Após o estudo dos diversos autores selecionados é possível afirmar que há um ponto de convergência metodológico, o uso do modelo de Harrod-Domar e a assunção que há déficit de financiamento para as economias subdesenvolvidas, o que traz como resposta intuitiva, a ajuda externa. Abaixo há uma pequena reflexão a respeito da presença desse modelo nos trabalhos estudados dos autores, bem como algumas consequências disso.

A grande maioria dos autores do Desenvolvimentismo Clássico parte de um pressuposto teórico, o modelo Harrod-Domar quanto ao déficit de financiamento, como o próprio Furtado (1961, p. 241) relata:

A teoria do desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, tem o propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia. [...] Grande parte da extensa literatura sobre a teoria do crescimento econômica, publicada nos últimos dez anos, constitui simples refinamento do modelo básico estruturado por Harrod e Domar.

É também o que afirmam Bastos e Britto na coletânea de vários artigos dos principais teóricos do Desenvolvimentismo Clássico:

Um ponto sobre o qual há pouquíssima divergência entre os principais formuladores da teoria do desenvolvimento [...] é a centralidade da questão da poupança. Isso não deve surpreender, já que decorre diretamente da opção teórica de retorno ao pensamento clássico, no qual a velocidade da acumulação, ao contrário do modelo canônico neoclássico, se relaciona diretamente com a capacidade de poupar ou com a parcela do excedente que não é consumida [...]. A centralidade da poupança pode, entretanto, ser mais bem compreendida se estudada segundo alguns cortes analíticos particulares, ainda que na literatura em geral, bem como nos artigos aqui reunidos, estejam, implícita ou explicitamente, interconectados. (BASTOS e BRITTO, 2010, p. 18)

É através do modelo de Harrod-Domar, sob o termo de déficit de financiamento, que a economia do desenvolvimento colocará em prática as relações entre poupança e investimento,

já que o modelo “[...] implied that the growth rate could be maximized by maximizing the marginal saving from output growth and by minimizing the incremental capital-output ratio” (MEIER, 1984, p. 16). Para efeitos de ajuda externa, o modelo indica a forma de complementar a diferença entre poupança e investimento para prover o crescimento de países pobres.

Easterly, um ex-funcionário do Banco Mundial e de orientação neoclássica, dá relatos importantes sobre a história do modelo dentro da instituição que provia créditos internacionais.

[...] é muita antiga a ideia de que investimentos financiados pela ajuda externa, em represas, estradas e maquinaria, iriam levar ao crescimento. Em abril de 1946, o catedrático de economia Evsey Domar publicou um artigo sobre crescimento econômico, "Expansão de capital, índice de crescimento e emprego". [...]. De que jeito Domar sobreviveu à sua suposta morte na década de 1950? Nós, economistas, aplicávamos (e ainda aplicamos) o modelo aos países pobres, de Albânia ao Zimbábue, para determinar a taxa de investimento "requerida" para um índice de crescimento visado. **A diferença entre investimento necessário e a poupança do próprio país é chamada de déficit de financiamento. Presume-se que o financiamento privado não esteja disponível para preencher a lacuna, portanto os doadores cobrem o déficit de financiamento com ajuda externa para cumprir a meta de crescimento.** [...]. A abordagem de Domar do crescimento tornou-se popular porque tinha previsão maravilhosamente simples: o crescimento do PIB será proporcional à parcela de gastos com investimento do PIB. (EASTERLY, 2004, p. 50, grifos nosso)

Hirschman (1980) sustenta que no Desenvolvimentismo Clássico, a ideia do *big push* está associada com o modelo Harrod-Domar. Assim, dado que os países pobres possuíam grandioso déficit de financiamento por baixa poupança, as grandes inversões necessárias ao “grande impulso” seriam realizadas com a ajuda externa e pela ampliação do comércio internacional, pois nos planejamentos dos anos 1950, promovidos pela ONU, havia previsões dessa expansão.

Nesse sentido de ajuda externa, o Plano Marshall era o caso de sucesso que mostrava, com otimismo⁶², a contribuição que o apoio externo dos EUA poderia oferecer. Ora, contar com a ajuda internacional, tanto através da melhoria do comércio internacional quanto dos fluxos financeiros, dos países desenvolvidos é aceitar o suposto expresso na Teoria das Vantagens

⁶² “A spirit of policy-optimism characterized the early views of these development economists. The optimism derived from the wartime demonstration of what could be achieved by the mobilization of resources once a nation was given an overriding national objective and a sense of priorities. In addition, the successful effort at post-war reconstruction in Western Europe through the help of foreign aid and some economic planning and cooperation generated optimism for the task of economic development in Latin America, Asia, and Africa” (MEIER, 1984, p. 15)

Comparativas⁶³, do benefício mútuo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos primeiros escritos, embora Prebisch tenha desenvolvido a teoria da deterioração dos meios de troca baseado na relação dinâmica e desigual entre centro e periferia, reclama por uma mudança na postura dos EUA enquanto centro dinâmico cíclico, buscando menor protecionismo e direcionamento dos dólares necessários ao desenvolvimento do continente latino-americano.

O sentido da ajuda externa e sua promoção pelos governos norte-americanos podem ser justificados, teoricamente, pela presença de Rostow⁶⁴ nos governos Eisenhower, Kennedy e Johnson, influenciando-os, algo comum na teoria de desenvolvimento clássico, pelo imbricamento que houve entre os teóricos e posições no alto escalão de governos e agências multilaterais.

Em seu principal trabalho⁶⁵, *“The stages of economic growth: a non-communist manifesto”*, de 1960, escreveu um manifesto para o desenvolvimento defendendo que o comunismo soviético, que estava industrializando a URSS, não era a forma precípua para promover o desenvolvimento, o capitalismo seria a melhor alternativa, pois não prescindia de poupança forçada que provinha do sequestro de bens e quebras da propriedade privada. Assim, os países capitalistas avançados contribuiriam com o investimento necessário à decolagem.

É nesse sentido que a atuação de Kennedy e a seu plano da Aliança para o Progresso se darão, é o que se pode depreender de um pronunciamento do próprio Kennedy:

[...] in our time these new nations need help for a special reason. Without exception they are under Communist pressure. [...]. We are, I am convinced, on the threshold of a truly united and major effort by the free industrialized nations to assist the less-developed nations on a long-term basis. [...] The 1960's can be - and must be - the crucial "Decade of Development" - the period

⁶³ “[...] Although many of the pioneers of development criticized the ricardian theory of comparative advantages, they still believed that a close relation between developed and developing countries would always be positive for both sets of countries, something LA structuralists successfully criticized.” (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005, p. versão Kindle). Esse autor entende que há uma separação entre assunção dos princípios ricardianos do benefício mútuo pela vertente anglo-saxã do Desenvolvimentismo Clássico, porém, nessa pesquisa, o entendimento é diferente, pois, como mencionado algumas vezes, especialmente Prebisch compartilha de tal teoria, portanto, segue-se aqui o entendimento de Hirschman, de uma assunção mais geral dentro de todo Desenvolvimentismo Clássico.

⁶⁴ O próprio Rostow esclarece sua visão do desenvolvimento “[...] my view on development theory and policy emerged in the 1950s from contrapuntal interaction of three quite different activities conducted simultaneously: [...] the formulation of views on the dynamics of the communist world and appropriate U.S. policies toward both U.S.S.R. and China; and the generation [...] of a collective views of the modernization process in the developing regions and of an appropriate U.S. policy toward them. [...]” (ROSTOW, 1984, p. 231).

⁶⁵ O seu modelo de *take-off*, estava alicerçado também no modelo de Harrod-Domar, conforme Todaro e Smith (TODARO e SMITH, 2015).

when many less-developed nations make the transition into self-sustained growth (KENNEDY, 1961)

Por fim, Easterly⁶⁶ (2004), na tentativa de demonstrar que o modelo Harrod-Domar não promove o crescimento, fez um teste econométrico para verificar a correlação entre ajuda externa e investimento usando 88 países, no período de 1965 a 1995, testando se havia relação estatística positiva entre ajuda e investimento. Nesse teste chega a um resultado positivo de 17 países; então faz outro teste no qual para verificar se a ajuda externa se converteia em investimento na relação de um para um, dos 17 países do primeiro teste, apenas 6 demonstraram tal relação, tentando, assim, comprovar que a correlação entre ajuda externa e investimento é ínfima.

3.7.3 Distribuição e uso da poupança e a questão do consumo e o investimento subutilizado

Os autores do Desenvolvimentismo Clássico, ao tratar de consumo, poupança e investimento, convergem em uma preocupação: nas mãos de quem ficará esses recursos?

Como tratam de países subdesenvolvidos, antes ainda de conseguirem sua Revolução Industrial, portanto, uma economia predominantemente agrária-primária-exportadora, tomam que as classes sociais hegemônicas, material e politicamente, não têm o vigor e há um baixo dinamismo dos empresários industriais.

Assim, ao depender da classe que se apropria do excedente, condicionará sua função e utilidade, por isso que há trechos nos quais a distribuição da renda é levantada como problema, para que os recursos não sejam utilizados em obras improdutivas, em gastos luxuosos e consumo conspícuo. É, na verdade, esses três usos que dominarão as preocupações dos autores.

Porém, nenhum deles fará uma exposição da forma brilhante como fez Furtado (1961) no capítulo 3 do processo histórico de desenvolvimento:

[...] se o fruto de um aumento ocasional da produção fosse totalmente absorvido pelo consumo, melhorariam momentaneamente as condições de vida da população, sem que nenhuma alteração sofresse a capacidade produtiva. [...] Em todas as sociedades formaram-se grupos minoritários que, por uma forma

⁶⁶ Como já dito anteriormente, Easterly não é um economista heterodoxo e suas conclusões vão no sentido de que pessoas respondem a estímulos e as agências multilaterais precisam atuar nesse sentido, não simplesmente oferecer recursos baseando-se no modelo Harrod-Domar, suas conclusões estão muito mais para a teoria neoclássica do crescimento do que para a teoria do desenvolvimento.

ou outra, souberam apropriar-se do excedente de produção [...] (FURTADO, 1961, p. 117-118).

A questão fundamental, portanto, do desenvolvimento é exatamente se esses grupos minoritários transformarão o excedente em aumento da capacidade produtiva. Quando essa forma de uso passa a ser aplicada e gerar renda para seus detentores, o “[...] processo acumulativo tenderá a automatizar-se.” (FURTADO, 1961, p. 120).

Furtado (1961) faz uma diferenciação das sociedades pré-industriais exatamente no uso desse excedente na construção de obras improdutivas de legitimação política, como palácios, e na guerra. Diferente é o que acontece nas economias industriais, tanto a renda dos trabalhadores assalariados, quanto dos empresários precisam retornar ao circuito econômico. Especialmente se os empresários retêm os lucros outros empresários podem ter parte de sua produção sem ser vendida, bloqueando a renda de outros empresários. (FURTADO, 1961).

É importante notar que neste terceiro capítulo, Furtado tem uma interpretação bastante keynesiana não estabelecendo causalidade entre poupança e investimento, mas colocando os lucros dos empresários como necessariamente reinvestidos, sendo que a renda apenas cresce se houver investimento: “[...] o seu crescimento a longo prazo só é factível se aumenta aquela capacidade produtiva. [...]” (FURTADO, 1961, p. 116).

Essa constatação é importante, pois alguns dos autores questionam o financiamento do desenvolvimento pela poupança externa não por si só, mas pela sua aplicação, seu uso, já que se ela ficar nas mãos dos grandes latifundiários ou nos setores de produção de matérias-primas, tende a ser subutilizada na extensão de sua produção, quando não gasta em consumo de luxo e conspícuo, consumo também seguido pelas classes médias; se ficar disponível para os trabalhadores, será inteiramente gasta, já que, usando a ideia de Kalecki, os trabalhadores, sobretudo os pobres dos países subdesenvolvidos, gastam tudo o que ganham.

Portanto, vários autores são contrários ao uso dos recursos externos sendo direcionados, ao fim e ao cabo, para o consumo ou sendo investidos de forma improdutiva, esse é o problema a ser evitado e chegam a sugerir as formas de superá-lo, quase sempre optando por investimentos diretos, usando teorias clássicas do desenvolvimento econômico como *big push*, crescimento equilibrado ou desequilibrado, gastos sociais e etc., ou expressando condicionalidades.

Essas críticas não param apenas ao problematizar a função e utilidade dos recursos externos, sobretudo pensando-se na sua distribuição, há também as críticas relacionadas aos efeitos da poupança externa relativa ao endividamento excessivo, pagamento de juros e a respectiva necessidade de gerar divisas e recursos para pagá-los, mas não chegando perto aos questionamentos mais nacionalistas que se preocupam em ter a origem e controle do desenvolvimento dentro do próprio país, tentando internalizar as decisões e planejamento, exatamente para quebrar a condição de subdesenvolvimento.

3.7.4 Diferenças de posicionamento em relação a poupança externa

Há, dentro do Desenvolvimentismo Clássico um duplo posicionamento. Alguns autores que identificam uma relação intrínseca entre desenvolvimento econômico e poupança externa e outros que, embora, coloquem o capital externo como necessário para superar dificuldades inerentes ao subdesenvolvimento, colocam condicionalidades a esse capital e algumas vezes tendo uma visão negativa, julgando que ela traga, de fato, um reforço da situação de subdesenvolvimento, já que renova a situação de dependência ente periferia e centro sob a forma de juros dos empréstimos internacionais, dividendos, remessa de lucros, sendo, portanto ineficaz para o desenvolvimento econômico. Porém, no primeiro grupo a posição mais comum é a do uso do capital externo sob condições diversas e de forma temporária.

Portanto, essa pesquisa encontrou resultados que se diferenciam da conceituação de Fonseca (2014), já que argumenta que o subtipo de desenvolvimentismo, no nacional desenvolvimentismo, o Estado é central na captação de poupança forçada, pressupondo, assim, que o desenvolvimento é financiado com capital nacional, ao que o autor opõe o segundo subtipo de desenvolvimentismo, o dependente-associado, que coloca no capital externo o papel estratégico do desenvolvimento. Embora essa pesquisa não tenha como objetivo o estudo do segundo subtipo, a diferença entre eles pode ser colocada em termos de grau da importância do capital externo, mas não dizer que o capital externo não fosse importante para essa vertente.

É essa a diferença que Fonseca entende:

No primeiro modelo, o ator principal seria o estado, capaz de captar “poupança forçada” para bancar as necessidades de investimento ou financiamento; **no segundo, o capital estrangeiro, através de investimentos diretos ou de financiamento - a “poupança externa”**. (FONSECA, 2014, p. 30, grifo nosso).

As argumentações do primeiro grupo não trazem qualquer relação entre poupança externa e câmbio, não tratam dos efeitos das entradas de capitais forâneos sobre a taxa de câmbio. Uma exceção é Chenery, que em um pequeno trecho de artigo, surpreendentemente coloca o preço das divisas como fundamental no programa de desenvolvimento econômico puxado pela industrialização:

O preço ótimo ou de equilíbrio de divisas estrangeiras é determinado pela capacidade da área de manter um excedente de importações sobre as exportações mediante empréstimos ou subsídios externos. [...]. Um efeito dessa ajuda externa é permitir que a região se especialize em maior medida nas atividades menos intensivas em capital e assegure um determinado aumento da renda regional com utilização bem menor de capital. Como o **preço de equilíbrio das divisas estrangeiras** determina os limites a que deveria ser levado o investimento em cada um dos setores em que a exportação e a importação são possíveis, **ele se torna o parâmetro mais importante na formulação de um programa de desenvolvimento**. Se for utilizado um valor muito baixo, por exemplo, o déficit comercial será maior que se pode financiar e deverão ser adotadas medidas de emergência para estimular as exportações ou reduzir as importações. (CHENERY, 2010 (1955), p. 476)

Chenery também fará aproximações, mas também superficiais sem dar maiores explicações teóricas, da relação entre a taxa de câmbio e o investimento. No trecho abaixo, chama bastante atenção a relação estabelecida entre o preço das divisas e os custos de trabalho, já que o Custo Unitário do Trabalho é essencial para a teoria ND para a definição da taxa de câmbio, colocando uma perspectiva de economia política clássica, além da definição de preço cambial.

O efeito de um aumento do preço das divisas estrangeiras sobre a decisão de investimento em qualquer setor é determinado por três fatores: (1) o aumento do preço das importações do bem produzido; (2) **a variação dos custos diretos do trabalho** e do capital no setor; e (3) o aumento do custo dos materiais adquiridos em outros setores. (CHENERY, 2010 (1955), p. 476)

Essas colocações não vão além destas constatações e em outros dois artigos, nos quais Chenery coloca a questão da poupança externa como condição temporária para o desenvolvimento, não cita a questão do preço das divisas. Nesse artigo de 1955, embora fale da relevância das divisas, ainda não desenvolve seu modelo de dois hiatos, que coloca na carência de divisas exatamente o motivo da ajuda internacional.

As argumentações de uma parte dos autores, especialmente os do Estruturalismo Latino-Americano, estão mais alicerçadas numa perspectiva nacionalista, pensando-se principalmente em deslocar o desenvolvimento para dentro do país, sobretudo nas relações entre crescimento,

investimento e poupança externa, porém sem tocar também na questão cambial, até porque o regime cambial predominante nas economias subdesenvolvidas não era livre, até então, sob as condições de Bretton Woods.

É importante fazer aqui uma ressalva ao grupo nacionalista. Fonseca, de forma pragmática e alicerçada na história econômica da América Latina, coloca que não existe desenvolvimento sem capital externo e que projeto nacional não se refere à xenofobia.

Deve-se atentar ao fato de os dois subtipos integrarem o núcleo comum *dever-se em parte à própria definição de projeto nacional aqui adotada, associada à estratégia para a nação, sem qualquer conotação de xenofobia ou aversão a priori ao capital estrangeiro*. Lembra-se que, pela metodologia aqui empregada, a inclusão deste atributo não foi fortuita, posto que resultou do uso na literatura e da experiência histórica latino-americana: se a “projeto nacional” se associasse repulsa ao capital estrangeiro, simplesmente nenhum caso latino-americano selecionado poderia ser considerado como “desenvolvimentismo”. (FONSECA, 2014, p. 31, grifos do autor)

Hirschman diz que a Teoria do Desenvolvimento Econômico tinha um consenso em torno do chamado Benefício Mútuo da Teoria do Crescimento Econômico dos anos 1950, que via com bons olhos a ajuda que os países industrializados do centro poderiam dar aos países Periféricos, contribuindo com “[...] *incremento del comercio, las transferencias financieras y la asistencia técnica* [...]” (HIRSCHMAN, 1980, p. 1066).

Em países subdesenvolvidos que precisavam de grandes investimentos para se industrializar, pensando no conceito de *Big Push* de Rosenstein-Rodan, a necessidade de transferências financeiras internacionais era patente, pois não possuíam a poupança necessária, conforme o modelo de crescimento econômico como os de Harrod-Domar que relaciona crescimento econômico com taxa de investimento, determinado pela poupança, portanto tal ajuda seria boa para todos os países.

Prebisch, no trabalho seminal de 1949 (2000 (1949a)), terá também algumas colocações a esse respeito, centrando-se no papel que os Estados Unidos poderiam ter no comércio latino americano, pois o aumento de suas exportações poderia contribuir e muito como um fator contra cíclico do comércio mundial.

3.7.5 Conclusão

Como já exposto, o método estruturalista histórico foi um importante condicionante da teoria do Estruturalismo Latino Americano, fazendo seus desenvolvimentos serem acompanhados pela própria história econômica e política da região, assim é que o contexto histórico do período importa bastante para verificar algumas das limitações da teoria em relação ao capital internacional. Sob o contexto de pós-guerra, é fundamental localizar que essa teoria foi construída sob o Sistema de Bretton Woods, portanto, num quadro de regulação de fluxos de capitais e manobras cambiais para as contas externas.

Contento, Maia e Mariano (2008, p. 204), afirmam que, embora o sistema não funcionasse de forma tão harmoniosa, o controle de fluxos de capital garantia a manutenção das paridades cambiais, o que reduz a liberdade e disponibilidades:

Os acordos de Bretton Woods formataram um arranjo monetário internacional interdependente, uma vez que a manutenção de paridades cambiais fixas somente era possível mediante o controle dos fluxos de capitais. Por meio da cláusula de escassez de divisas, ademais, os países que buscavam obter vantagens do sistema mediante alterações competitivas da taxa de câmbio e flexibilização das imposições sobre os controles de capitais seriam desencorajados pelo FMI.

Embora Bretton Woods tenha controlado esses fluxos, a maior parte dos autores estudados farão críticas às dificuldades de se obter empréstimos internacionais com altos custos e sob condições desfavoráveis, o que pode denotar as consequências dessas limitações aos fluxos de capitais.

Além dessas dificuldades, o período estudado não foi caracterizado por grandes fluxos de empréstimos internacionais. Eichengreen e Fishlow (1998, p. 23) descrevem que na história do século XX houve apenas três pequenos momentos excepcionais de grande fluxo internacional: 1924-1929; 1976-1981; 1990-1998⁶⁷, sendo os períodos intermediários, de baixo fluxo. Por outro lado, é possível afirmar, ainda dentro dessa perspectiva histórica, que uma boa parte dos fluxos de capitais internacionais foi destinada às mudanças da política externa dos EUA.

Ao analisar o auxílio norte-americano, é possível verificar que muito pouco era orientado para a América Latina, ao menos até 1962. Durante os sete anos do pós-guerra a maior parte desses recursos estava destinado à reconstrução da Europa e a ocupação e reconstrução

⁶⁷ Data de publicação do livro

do Japão. A guerra da Coreia⁶⁸ e do Vietnã trouxe novos focos de ação da política externa norte-americana para regiões vizinhas a esses conflitos.

Auxílio Oficial dos EUA período 1946 – 1971 (regiões e países selecionados)

Regiões	Período				
	1946/1948	1949/1952	1953/1961	1962/1971	Σ 1946/71
Europa	77,00%	73,00%	38,60%	11,90%	36,00%
Oriente Próximo e Ásia Meridional	6,10%	8,90%	22,80%	26,30%	20,50%
Ásia Oriental (sem o Japão)	8,70%	10,00%	21,10%	17,30%	16,60%
Japão	6,30%	5,30%	2,30%	1,90%	2,90%
América-Latina	1,70%	2,50%	8,50%	17,40%	10,80%
Vietnã	0,00%	0,00%	4,00%	19,30%	9,60%
África	0,10%	0,20%	2,60%	5,80%	3,40%

Fonte: adaptado de Pinho Neto (1996, p. 10-13).

Conforme Pinho Neto (1996), tanto a África quanto a América Latina, para esse período não eram consideradas regiões estratégicas que necessitassem de investimentos contra a “ameaça soviética”.

A situação dos países latino-americanos mudará radicalmente quando a “ameaça soviética” voltar-se para o continente, o que, para a política norte americana, ocorreu apenas após a Revolução Cubana de 1959 e o episódio da Baía dos Porcos.

O medo em relação aos soviéticos funcionou. A ajuda externa americana já havia aumentado muito no final dos anos 1950, durante o governo Eisenhower, de quem Rostow era assessor. Rostow também tinha atraído a atenção do ambicioso senador John F. Kennedy, que a conselho de Rostow conseguiu que o senado aprovasse uma resolução de ajuda externa em 1959. [...] (EASTERLY, 2004, p. 50)

É então que dentro do programa da Aliança para o Progresso, fazendo com que o capital norte-americano priorize também a América Latina. Porém, essa mudança só será executada

⁶⁸ "A invasão da Coreia do Sul, em junho de 1950, deslocou para o plano secundário a questão do auxílio Americano para o desenvolvimento econômico. O esforço de defesa tornou-se a necessidade primordial. [...]" (NURKSE, 2007 (1951), p. 131).

praticamente durante o declínio⁶⁹ do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, o que já ocorre dentro da consolidação do subtipo de desenvolvimentismo e mudança teórica dentro da teoria do Estruturalismo Latino-Americano.

Especialmente Prebisch (1963) fará críticas ao capital externo, sem desconsiderar sua importância para a política de desenvolvimento que propõe, porém, ao condicionar o uso desse capital e suas formas de ingresso, coloca o papel que esse capital teria para o desenvolvimento, o de auxiliar e submetido a essa política.

Para o Brasil, o Plano de Metas indica uma mudança em termos de fluxos de capitais, com maior internacionalização da economia, mas que é reconhecido como um modelo de desenvolvimento diferente do proposto pelo Estruturalismo Latino Americano, pois muito mais próximo ao subtipo de desenvolvimentismo dependente e associado. Também a esse respeito, Prebisch fará menções críticas especialmente quanto ao Investimento Estrangeiro Direto – quanto ao alto retorno - (PREBISCH, 1963) e às remessas de lucros ao exterior (1954), que julgava bastante onerosas ao desenvolvimento.

Quanto ao câmbio vigente no período, conforme Carvalho, Bretton Woods funcionou sob o sistema de câmbio fixo⁷⁰ ajustável e o FMI limitava as atuações sobre déficits na conta capital.

[...] Os estatutos do FMI (*articles of agreement*) incluíram a proibição de financiar desequilíbrio de balanços de pagamento gerados por problemas de contas de capitais, recomendando que países que sofressem tais crises utilizassem controles de capitais. [...]. O sistema de câmbio fixo ajustável, acordado em 1944, ruiu no início dos anos 1970. [...] (CARVALHO, 2004, p. 59 e 62)

Praticamente estão ausentes questões cambiais em relação aos fluxos internacionais, como consequente valorização cambial sistemática pela entrada de capitais internacionais, dentro da política de desenvolvimento favorável a eles, o que parece ser justificado exatamente

⁶⁹ Os textos que marcam o início dessa transição teórica são de 1963 e 1964, de Prebisch e Conceição Tavares.

⁷⁰ Pinho Neto, porém, ainda analisando a ausência de recursos norte-americanos no período até a guerra da Coreia, dirá que os países subdesenvolvidos da África e América Latina não cumpriam à risca as regras de Bretton Woods no que se refere à paridade, já que “[...] tiveram dificuldades em se adaptar ao regime de paridades fixas, sendo constantemente forçados a desvalorizar suas moedas, devido a recorrentes crises cambiais; como resultado, sistemas de taxas múltiplas de câmbio eram bastante familiares aos que viviam abaixo dos trópicos. A situação era pior na América Latina e na África, onde os preços das principais commodities agrícolas de exportação declinaram continuamente após atingirem o seu pico durante a Guerra da Coreia, no início dos anos 50” (PINHO NETO, 1996, p. 9).

pelo sistema de Bretton Woods e suas limitações às desvalorizações competitivas, em voga nos tempos do padrão-ouro.

Os documentos da CEPAL defendem a conveniência da participação do capital estrangeiro, sobretudo nas primeiras etapas da industrialização periférica. A eles são atribuídas duas funções principais: complementar o esforço interno de poupança e ser um paliativo na escassez de divisas. Mas, ao mesmo tempo, postula-se que o comprimento dessas funções terá que ser necessariamente, transitório. [...] as novas contribuições deverão deixar de existir ou diminuir a longo prazo; se não for assim, as amortizações e serviços irão ultrapassá-las, gerando-se uma corrente financeira crescentemente negativa, cujo saldo líquido terminará por comprometer uma proporção cada vez maior das exportações. [...] por razões de ordem econômica o desenvolvimento da periferia terá que ter, necessariamente, um caráter nacional. (RODRIGUES, 1981, p. 242)

Pode-se dizer que há duplo posicionamento em relação a ajuda externa. É importante frisar que esse duplo posicionamento não ocorre de maneira clara e separada. Primeiro, se aceita, pois é necessária para lidar com duplo hiato para dar condições ao crescimento econômico, porém, ao mesmo tempo, há condicionalidades ao capital externo, assim como preocupações em relação aos seus efeitos no Balanço de Pagamentos e até mesmo tentativa de evitar que a ajuda torne-se insustentável, daí as propostas de transitoriedade.

Um segundo posicionamento, é que a forma como o capital externo entra nos países pode significar a perda de nacionalismo, num sentido de autonomia e não isolamento, o que pode traria dificuldades ao processo de internalizar o elemento dinâmico do desenvolvimento, um obstáculo que faz com que se estacione no subdesenvolvimento.

O grupo de autores do Estruturalismo Anglo Saxão não possui ideias e defesa do nacionalismo, aventa-se a hipótese que poucos estavam teorizando o desenvolvimento para o seu país de origem, pensando numa nação especificamente, a teoria criada era algo universal para os países subdesenvolvidos e não colocavam o desenvolvimento como uma busca da internalização do elemento dinâmico, o foco estava muito mais para as mudanças estruturais da economia.

Por outro lado, o Estruturalismo Latino-Americano, tinha como objeto de estudo e teoria a região da América-Latina e muitos dos seus teóricos se concentraram bastante nos seus países de origem, como é o caso de Furtado. Durante o apogeu do Estruturalismo, não houve inclinações para que os países baseassem suas estratégias de industrialização na inserção internacional,

o próprio Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, em sua prática antes mesmo da concepção teórica, origina-se em um momento de “fechamento” do comércio internacional, sendo uma resposta a ele a produção interna daquilo que era importado. Já na teorização do modelo havia claramente a dicotomia de *hacia fuera e hacia dentro*. Apenas com o declínio e esgotamento do processo substitutivo, enquanto busca para superar o subdesenvolvimento, é que a inserção internacional das economias latino-americanas será proposta através de um esforço de exportação de manufaturados e propostas de liberalização comercial, especialmente criticando o fechamento do processo substitutivo. Assim, o nacionalismo é algo pertencente ao Estruturalismo Latino-Americano, e altera-se na forma que é pronunciado, ora como pressuposto, ora como crítica a ajuda externa, como faz Furtado -- o que, pensando em termos de estruturalismo-histórico, está atrelado às próprias mudanças históricas.

As críticas ao capital externo, especialmente sob a forma de investimento direto, são condizentes com a ideia de subdesenvolvimento de Furtado e do próprio Estruturalismo Latino-Americano. O processo de desenvolvimento no Modelo de Industrialização por Substituição de Importações intenta internalizar o elemento dinâmico⁷¹ do desenvolvimento e essa ajuda externa norte-americana que vigorou na década de 1960, tinha como pressuposto que o desenvolvimento se dava de fora para dentro.

⁷¹ “[...] A etapa superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva. O fato de alcançar essa etapa não implica que o elemento dinâmico principal passe, automaticamente, a ser o núcleo industrial ligado ao mercado interno. O processo normal de desenvolvimento do núcleo industrial é ainda o da substituição de importações; destarte, o elemento dinâmico reside ainda na procura preexistente - formada, principalmente, por indução externa - não nas inovações introduzidas nos processos produtivos, como ocorre nas economias industriais totalmente desenvolvidas. [...]” (FURTADO, 2013 (1961), p. 100).

CAPÍTULO 2

A CRÍTICA CONTRAINTUITIVA DA TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA À ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA

A estratégia de crescimento com poupança externa é a proposta vinda do Segundo Consenso de Washington que propõe aos países uma forma na qual o crescimento econômico seja financiada por poupança externa. Poupança externa significa a entrada de capitais externos, financiamentos ou investimentos diretos, que financiam os déficits em conta corrente.

Essa estratégia é colocada em prática através da valorização da moeda nacional que sustenta o déficit em conta corrente através do barateamento cambial das importações e encarecimento cambial das exportações; pela liberalização financeira para que entradas e saídas de capitais não sofram qualquer constrangimento e permitam que os mecanismos de mercado atuem, fazendo com que os países ricos superavitários em capitais forneçam a poupança externa para os países mais pobres que são carentes e necessitam desses capitais para crescer; por um diferencial positivo entre taxa de juros interno e externo que atraiam os credores internacionais e conta fiscal em ordem que traga confiança a esses credores.

O Segundo Consenso de Washington faz está baseado na teoria ortodoxa, que baseia essa estratégia na causalidade entre poupança externa e crescimento econômico, que tem por trás outra causalidade, aquela entre poupança (externa mais interna) e investimento ou ainda, que para aumentar o investimento é necessária uma poupança prévia.

Não basta que essas recomendações e a própria teoria sejam refutadas historicamente, como vem acontecendo por diversas crises de Balanço de Pagamentos, desde 1994 e que atingiram o Brasil (1998 e 2002), e pela semi-estagnação econômica. É também necessário um esforço teórico para mostrar porque tanto a teoria quanto as recomendações de política econômica não levam ao crescimento econômico e ainda demonstrar, teórica e empiricamente, as consequências delas. Mas apenas refutar e desconstruir a ortodoxia, embora importante, ainda é insuficiente, pois é preciso construir uma teoria alternativa, especialmente uma que tenha arcabouço macroeconômico que não simplesmente combata as consequências econômicas, mas que permita o processo de *cathing up*, que possibilite o desenvolvimento econômico dos países de renda média. Assim é que a macroeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista nasce em 2001 – 2003, com uma nova teoria, com novos conceitos e abordagens.

Ao criticar a estratégia de crescimento com poupança externa, a Teoria Novo Desenvolvimentista faz um diálogo teórico com duas teorias: com a ortodoxa, através das críticas aos pressupostos e proposições tidos no Segundo Consenso de Washington e com o Desenvolvimentismo Clássico através da crítica à solução de recorrer ao capital externo para superar a dupla barreira ao desenvolvimento econômico, a carência de poupança e a restrição externa⁷² ou o duplo hiato de capital e comércio internacional.

Em relação à ortodoxia há uma grande diferença, de método, pressupostos teóricos à teoria, já em relação ao Desenvolvimentismo Clássico há semelhanças e diferenças, porém, a principal diferença entre elas é justamente a recomendação do Desenvolvimentismo Clássico ao uso da poupança externa, que é o tema principal dessa subsecção que se apresenta por uma breve contextualização histórica e a origem da Teoria Novo Desenvolvimentista, uma breve apresentação da Teoria Novo Desenvolvimentista e de sua macroeconomia, para enfim tratar da crítica contra intuitiva ao crescimento com poupança externa.

4 CONTEXTO HISTÓRICO

No Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, há mudanças nos rumos de sua economia, como reflexo tanto das crises internacionais do capitalismo da década de 1970 e 1980, como pela crise da dívida externa e o esgotamento do seu modelo de desenvolvimento econômico.

A crise do dólar, resultado do fluxo de capitais dos Estados Unidos para o resto do mundo, agravou-se depois de 1971 com a inconvertibilidade declarada do dólar e os déficits em contas-correntes e na balança comercial norte-americana. Na década de 1970, o sistema foi afetado pela excessiva expansão da liquidez internacional, taxas reais de juros negativas, inflação, desvalorização do dólar e dois choques de petróleo. Em 1979, Volcker decretou a “nova supremacia” do dólar e, no início dos anos 80, os Estados Unidos enfrentaram a sua maior crise econômica do pós-guerra. Elevadas taxas reais de juros e a forte queda nos preços das *commodities* adicionalmente detonaram as crises das dívidas externas (KILSZTAJN, 1989, p. 89)

De crescimento econômico, o país passa a conviver com uma série de crises inter-relacionadas e que se auto alimentavam: crise da dívida externa, crise fiscal-financeira do Estado e uma crise monetária que beira à hiperinflação. Todas juntas trouxeram sérios problemas à evidência pragmática de sustentação do regime militar autoritário, o crescimento econômico.

⁷² “Do ponto de vista macroeconômico, déficit de transações correntes significa que a poupança pública mais a poupança privada não cobrem os investimentos público e privado, o que leva o país a recorrer à poupança externa, aumentando assim a dívida externa.” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 151).

Evidente que essa grande instabilidade macroeconômica foi um grande empecilho para o crescimento econômico, sendo a inflação o mal a ser batido. Diante de diagnósticos dos mais diversos sobre as causas da inflação, secundariza-se os planos nacionais, a busca pelo desenvolvimento nacional, migrando-se para uma preocupação quase exclusiva em relação ao combate à inflação, passando a dominar o debate econômico nacional.

Durante a década perdida de 1980, o *mainstream* econômico do período desenvolvimentista, passa por processo de perda de espaço nas discussões políticas, econômicas e acadêmicas, tornando-se marginal na década “desperdiçada”⁷³ de 1990. Nesse processo, um novo consenso é forjado⁷⁴ e toma a cena do desenvolvimento econômico, é a ortodoxia liberal, comumente conhecido como o Segundo Consenso de Washington⁷⁵, que no decorrer dos 1990 e 2000 apresenta novas propostas ao Primeiro Consenso de Washington, que era uma proposta para crise da dívida da década de 1980.

As the failures - especially the crises, beginning with the Mexican crisis, then the East Asian crises, then the Russian crisis, then the Argentine crisis - made evident that all was not going well, the advocates of the Washington consensus successively tried to modify the prescription, coming up with various versions of the Washington consensus ‘plus’. Mexico showed that even if a country got its own fiscal house in order and kept inflation in check, it could have a crisis. The problem, supposedly, was a lack of domestic savings. But when East Asian countries faced crisis - countries with the highest rates of savings in the world - a new explanation was sought. Now it was lack of transparency (they seemingly forgot that the last set of crises were in the Nordic countries, which were among the most transparent in the world.) [...] By this point, the IMF/US Treasury/Washington consensus advice was ringing hollow: ex post, they could always find something that was wrong, and add something to the increasingly long laundry list of what countries should do. (STIGLITZ, 2004, p. 5-6)

Esse período trouxe ao capitalismo, além de baixas taxas de crescimento um acirramento no seu caráter instável via desregulação da economia, incorrendo em uma série de crises pelo mundo, na década de 1990 e 2000, sendo a última delas, que para muitos analistas foi a derradeira, a crise financeira global de 2008⁷⁶ iniciada com a crise americana do *subprime*.

⁷³ (BRESSER-PEREIRA, 2001a).

⁷⁴ (FONSECA, 2005)

⁷⁵ Segundo Bresser-Pereira e Nakano (2003a, p. 8) esse segundo consenso foi patrocinado pelas organizações internacionais e pelos EUA e fez parte das condicionalidades dos empréstimos do FMI, basicamente na liberalização da conta de capitais para possibilitar o crescimento com poupança externa.

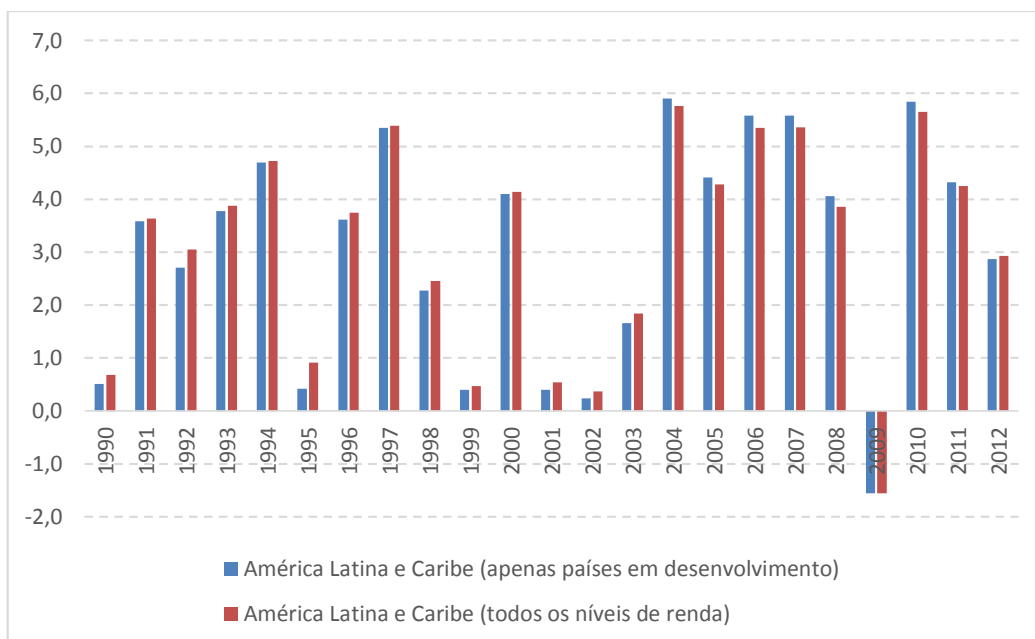
⁷⁶ (BRESSER-PEREIRA, 2010a)

As reações a essa crise promovidas pelos Estados-Nação dos países centrais e dos membros do G20 ocorre através da intervenção do Estado para salvar o setor financeiro e as indústrias e ampliando a regulação na economia, sinais claros do fim duma hegemonia e consenso neoliberais no mundo.

Especificamente na América Latina⁷⁷, o fracasso do consenso neoliberal enquanto política econômica foi comprovado dadas as baixas taxas de crescimento (enquanto a média do percentual de crescimento do PIB dos países asiáticos em desenvolvimento foi de 8,5% no período de 1990 a 2012, os países em desenvolvimento da América Latina e Caribe obtiveram média de apenas 3,1% para o mesmo período; ver Gráfico 1 para PIB da América Latina e Caribe), aumento do desemprego e da desigualdade. Pode ser considerada uma reação a esse possível colapso do neoliberalismo, ainda na América Latina, a eleição de diversos políticos de esquerda e com plataformas desenvolvimentistas, que buscam recuperar a nação como centro de decisões de política econômica, rejeitando os conselhos de Washington e da ortodoxia convencional.

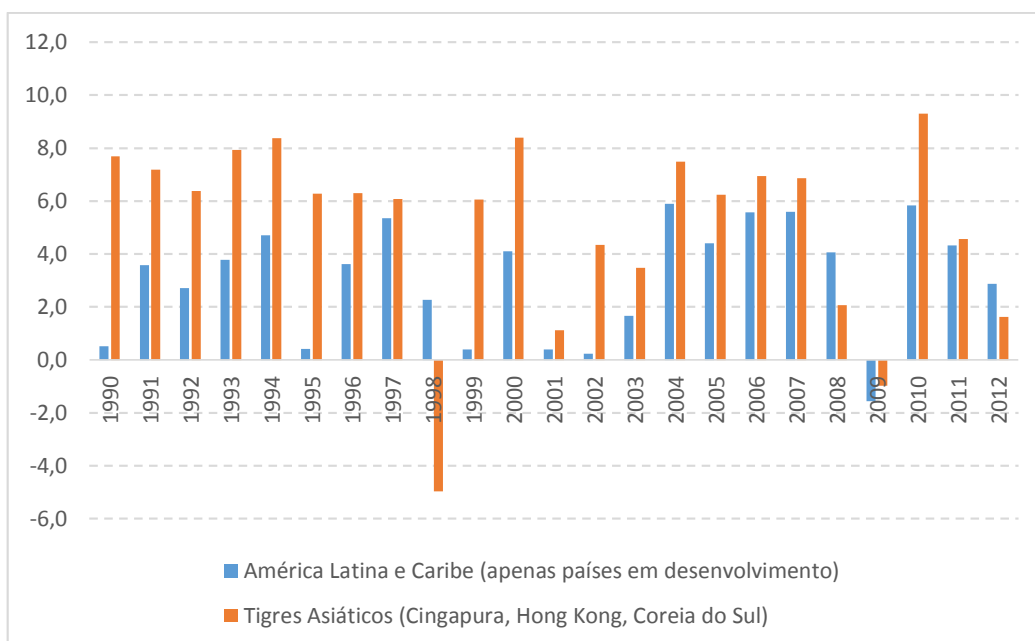
⁷⁷ (DINIZ e BRESSER-PEREIRA, 2013)

Gráfico 1: Percentual de Crescimento do PIB – América Latina e Caribe (1990-2012)



Fonte: Banco Mundial – dados de abril de 2014.

Gráfico 2: Comparação entre Percentual de Crescimento do PIB – Tigres Asiáticos e Países em Desenvolvimento da América Latina e Caribe (1990-2012)



Fonte: Banco Mundial – dados de abril de 2014.

Ao verificar o desempenho da economia brasileira especialmente baixo – uma semi-estagnação - em relação aos países do leste asiático ou mesmo aos países do BRIC, surge a pergunta, o que poderia explicar a diferença? A adoção da política econômica embasada na ortodoxia convencional, dirá Bresser-Pereira. O motivo da discrepância entre taxas de crescimento é a taxa de câmbio, segundo Bresser-Pereira (2006). Para o autor, o câmbio é variável macroeconômica mais estratégica no processo de desenvolvimento em contexto de globalização, visto que é um dos dois instrumentos que o governo tem, o outro sendo os juros.

Assim na primeira década de 2000, com maior força na segunda década, com exceção dos países do modelo desenvolvimentista asiático⁷⁸, China e demais países dinâmicos da Ásia que não adotaram medidas neoliberais, na maior parte dos países do mundo que seguiram seus preceitos, há uma ruptura com o Novo Consenso Macroeconômico, sobretudo na América Latina. Portanto a forma de desenvolvimento econômico desenvolvimentista é resgatada e trazida à tona novamente para o debate público e acadêmico⁷⁹.

In the last few years, however, the lack of success of standard neoclassic economics in explaining underdevelopment and promoting growth has shown the need to recuperate the work of “pioneers of development” (e.g. Lewis, Hirschman, Rosenstein-Rodan, Nurkse and Myrdal and readapt it to the current state of the world. (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2005, p. versão Kindle)

Quanto ao cenário político-econômico vigente neste período de transição, o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) aprofundou o tripé macroeconômico do governo Fernando Henrique Cardoso (câmbio flutuante; metas para a inflação; superávit fiscal primário), atendendo às expectativas do mercado financeiro, além de manter a abertura comercial e inserção externa subordinada que contribuiu para a desindustrialização e superávits comerciais baseados em produtos de baixo valor agregado. A partir da crise financeira internacional iniciada nos EUA em 2007-2008, o segundo governo Lula (2007-2010) praticou um conjunto de políti-

⁷⁸ (BRESSER-PEREIRA, 2011b, p. 8)

⁷⁹ Bresser e Nakano (2002) iniciam essa trajetória com um trabalho que propunham uma nova estratégia de desenvolvimento com estabilidade, com várias críticas à estratégia adotada no governo de Cardoso. Em seguida Bresser-Pereira tanto o livro Desenvolvimento e crise no Brasil, na sua 5ª edição de 2003, que traz o termo novo-desenvolvimentismo em novos capítulos quanto um texto publicado na coluna da quinzenal do jornal Folha de São Paulo (2004), inauguram a reentrada do tema do desenvolvimento econômico no debate enquanto uma alternativa ao neoliberalismo.

cas econômicas anticíclicas, incentivando a demanda agregada, que juntamente com uma política social pode ser vista como mudança da política econômica e até da intervenção do Estado na economia em relação ao neoliberalismo.

Diante de novas dificuldades da crise financeira internacional, o governo Dilma (2011-2014) aprofunda essa mudança em alguns aspectos, tais como: exigência de conteúdo nacional para contratações federais e pressões para redução do *spread* bancário, por exemplo. Entretanto, esse governo endurece a negociação com grevistas dos serviços públicos, amplia as concessões públicas e mantém o tripé macroeconômico.

4.1 O surgimento da Teoria Novo Desenvolvimentista

É diante deste contexto histórico que surge a teoria Novo Desenvolvimentista, como alternativa à ortodoxia liberal e seus resultados insatisfatórios⁸⁰ em termos de desenvolvimento econômico. A origem ocorre ainda em 1999 quando Bresser-Pereira escreve um artigo, pouco tempo após participação no primeiro governo de Cardoso. O artigo é “*Latin America’s quasi-stagnation*”⁸¹ publicado posteriormente em 2001. Esse artigo trata da dependência externa vinda do crescimento financiado com poupança externa como motivador da semi-estagnação da economia brasileira.

A partir desse artigo é que em trabalho conjunto Bresser-Pereira e Nakano (2002) propõem uma nova estratégia de desenvolvimento econômico com estabilidade de preços fazendo uma crítica sistemática à estratégia adotada no governo de Cardoso de juros elevados para controle da inflação e, conseqüentemente, crescimento com poupança externa.

Sobre esse tema, Bresser-Pereira e Nakano (2003a) produzem outro trabalho com argumentação teórica especificamente contrária à estratégia de crescimento com poupança externa: Crescimento com poupança externa?. Em novas parcerias, com Gala (2007) e com Araújo e

⁸⁰ Os resultados malgrado eram explicados da seguinte forma pelos seus propositores: “A doutrina convencional da direita ou dos conservadores quanto a esse assunto é bem clara. A América Latina fracassou em realizar as reformas necessárias num mundo globalizado. “Reforma” tornou-se uma espécie de *passé partout*, uma palavra mágica capaz de resolver todos os problemas. Portanto, se o crescimento não foi retomado, a única explicação é que as reformas não se realizaram em sua plenitude. [...] Ou as reformas não saíram do papel, ou não foram suficientes, ou novas reformas são necessárias.” (BRESSER-PEREIRA, 2001a, p. 147)

⁸¹ Versão em português (BRESSER-PEREIRA, 2001a).

Gala (2014), Bresser-Pereira dá continuidade à argumentação, fazendo agora um aprofundamento dos motivos que contrariam a relação causal entre poupança externa e crescimento econômico: a substituição da poupança interna pela externa.

Já outros trabalhos abordaram a Doença Holandesa⁸² dando continuidade ao desenvolvimento da teoria. Alguns artigos reúnem e aprimoram os desenvolvimentos realizados, em especial, formulando uma teoria da taxa de câmbio, colocando-a no centro da teoria macroeconômica estruturalista do desenvolvimento⁸³.

Conforme surgiam as teorias, o termo Novo Desenvolvimentismo é adotado, após sugestão de Nakano, nos novos capítulos do livro de Bresser-Pereira “Desenvolvimento e crise no Brasil”, na sua 5ª edição de 2003 e também em um texto publicado na coluna da quinzenal do jornal Folha de São Paulo (2004). Ainda em 2005, no encontro anual da Sociedade de Economia Política Bresser-Pereira num esforço de espriar as ideias do Novo Desenvolvimentismo e reunir economistas heterodoxos em torno delas reúne alguns economistas como Fernando Cardim de Carvalho, Luiz Fernando de Paula, José Luiz Oreiro, Fernando Ferrari, João Sicsú, Ricardo Carneiro, Daniela Prates e Franklin Serrano. Ainda em 2005 há a publicação o livro O Novo Desenvolvimentismo (2005) organizado por João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel reunindo uma série de artigos sobre o tema. Em 2006 é publicado o artigo de Luiz Fernando de Paula (PAULA, 2006) “Repensando o desenvolvimentismo” que discute os conceitos da nova estratégia de desenvolvimento econômico. Em 2012 há a publicação do livro de Oreiro, Paula e Basílio, “Macroeconomia do desenvolvimento” (2012).

Reunindo, sintetizando a discussão teórica do Novo Desenvolvimentismo há o livro de Bresser-Pereira “Globalização e competição” (2009b), e o livro “*Developmental Macroeconomics*”, de Bresser-Pereira, Oreiro e Marcone (2014) que expõe a teoria macroeconômica de forma mais sólida e elaborada.

Através desse desenvolvimento teórico e outros trabalhos de ordem política e de análise do desenvolvimento econômico enquanto fato histórico passa-se a ser construída uma nova

⁸² (BRESSER-PEREIRA, 2008); (BRESSER-PEREIRA, 2013d); e (BRESSER-PEREIRA, ARAÚJO e GALA, 2014).

⁸³ (BRESSER-PEREIRA, 2012b) e (BRESSER-PEREIRA, 2014b).

teoria e estratégia de desenvolvimento econômico como alternativa à coordenação⁸⁴ capitalista liberal enquanto teoria política que resulta em nova coalizão de classes, metodologia e teoria econômica, opção também para coordenar e direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro: o novo desenvolvimentismo, um possível segundo momento do estruturalismo latino americano.

Alguns sinais dessa ascensão do novo-desenvolvimentismo podem ser relatados como a criação da Associação Keynesiana Brasileira, que reúne economistas num esforço de contribuir com a teoria pós-keynesiana que já possui trabalhos que tratam de temas caros ao Novo Desenvolvimentismo; a realização dos Fóruns de Economia da FGV-SP nos quais participam intelectuais e pesquisadores da FIESP, CUT, DIEESE, dirigentes do Governo Federal, pesquisadores e intelectuais de diversas instituições que se reúnem para discutir desenvolvimento econômico; os encontros anuais do LAPORDE (*Latin American Advanced Programme on Rethinking Macro and Development Economics*) realizados pelo Centro de Estudos de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento da FGV-SP; a criação da REDE Desenvolvimentista, que reúne diversos economistas e cientistas sociais heterodoxos, em especial da UNICAMP e UFRJ.

Importante também frisar que mais de oitenta economistas do mundo subscrevem as “Dez teses do Novo Desenvolvimentismo”⁸⁵, em maio de 2010, após a reunião do projeto “Crescimento com Estabilidade Financeira e o Novo Desenvolvimentismo”.

Para finalizar, há ainda as publicações de números especiais dedicadas ao novo-desenvolvimentismo das Revistas de Estudos Avançados, maio-agosto de 2012, da Revista de Economia e Sociedade, dezembro de 2012, e da Revista de Serviço Social e Sociologia, outubro-dezembro de 2012. Nessas publicações é possível verificar a amplitude das discussões do desenvolvimentismo, inclusive um debate crítico. Nesse debate, que não é fechado, há diversidade e abrangência que vai de críticos, defensores a outras vertentes para além do núcleo inaugural de Bresser-Pereira e Nakano, espalhando para economistas e cientistas sociais ligados a

⁸⁴ “[...] Developmentalism – a form of social organization of capitalism wherein the state plays moderate but strategic role in regulating markets and coordinating the economic system [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2013a, p. 1).

⁸⁵ Disponível http://www.tentheseasonnewdevelopmentalism.org/theses_portuguese.asp

cargos de direção do governo federal, economistas da UFRJ, da UNICAMP, da UFRGS, da CEPAL, da UFBA, dentre outros.

5 A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA

A Teoria Novo Desenvolvimentista é uma teoria econômica que segue o método histórico-dedutivo e é composta por uma teoria microeconômica, uma teoria macroeconômica, uma economia política e economia aplicada (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Sua teoria microeconômica, ainda em construção, assume que o mercado é a melhor forma de coordenação econômica para aos setores realmente competitivos, mas que devem possuir uma política industrial; já para os não competitivos, é necessário planejamento e coordenação estatal, por isso sua microeconomia entende que mercado e Estado são essenciais, não excludentes (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Já a economia política da Teoria Novo Desenvolvimentista entende que o crescimento é resultado de uma coalização de classes e Estado desenvolvimentistas, que empenham uma estratégia de desenvolvimento, baseados em nacionalismo econômico. Essa economia política é composta por uma teoria social e uma teoria política. Sua teoria social se baseia no conceito central de Revolução Capitalista, cujo processo forma uma nação, um Estado-nação independente que contribuem para a promoção da Revolução Industrial, que depois de alcançada, o país deve seguir se desenvolvendo através de políticas desenvolvimentistas competentes (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Sua teoria política se pauta no Estado Moderno e suas transformações, absolutista e socialdemocrata e republicano. O Estado republicano é aquele que é forte o suficiente para defender o patrimônio público de poderosos indivíduos que buscam através de lobbies, corrupção, se enriquecer às custas do Estado. Evidentemente, assim como as economias em desenvolvimento não passaram pelas várias fases, não etapistas, da economia capitalista, os seus Estados também não passaram por toda a sequência histórica, mas alcançam o Estado democrático após consolidarem sua evolução industrial, já que nenhuma revolução industrial ocorreu em ambientes democráticos historicamente (BRESSER-PEREIRA, 2011).

O método histórico é apresentado abaixo, porque essencial para o entendimento da crítica à estratégia de crescimento com poupança externa, e sua macroeconomia será apresentada

brevemente na sequência para depois então focar no modelo da crítica ao crescimento com poupança externa.

5.1 O método histórico

Tanto o Estruturalismo Latino Americano quanto a Teoria Novo Desenvolvimentista partilham do método histórico, portanto, a história conta bastante para suas teorias. Boyer, no prefácio ao livro “Globalização e Competição” mostra a importância do método histórico no conjunto de análises da Teoria Novo Desenvolvimentista reunidas nesse livro, especialmente ao negar tentar aplicar o método hipotético-dedutivo de “encaixar” uma teoria no caso dos países em emergentes, no lugar disso, considerando as trajetórias históricas desses países. Diz Boyer sobre a análise dos textos de Bresser-Pereira nesse livro:

Outro interesse dessa análise é partir de uma epistemologia e de uma metodologia bem diferentes daquelas que caracterizam a maior das pesquisas contemporâneas. Em vez de projetar um modelo teórico sobre trajetórias nacionais, por natureza recalcitrantes a tais simplificações [...]. Esse hábil cruzamento do tempo e do espaço contrasta a tentação, de um lado, de uma axiomatização *a priori*, de outro, da busca de regularidades econométricas sem teoria. (BOYER, 2009, p. sem numeração de página).

Além de a história ser fundamental para as formulações e reflexões teóricas, a Teoria Novo Desenvolvimentista utiliza-se do método do fato histórico novo. Assim é que Bresser-Pereira ao analisar a quase-estagnação da economia latino-americana, especialmente a brasileira desde a década de 1990, usa o método de análise do fato histórico novo.

É importante considerar esse método, pois é a análise subjacente da nova teoria, porque são as mudanças históricas que lhe legitimam, porque através de seu estudo, surgem inovações ou ênfases diferentes para lidar com tais mudanças e ao entender o método, entende-se melhor a própria teoria. Por fim, no caso particular de uma comparação entre duas teorias, é importante, já que a própria história pode ser parte explicativa das diferenças entre elas.

Bresser-Pereira emprega há muito tempo o método histórico, em particular uma derivação dele, o fato histórico novo. Já em 1960 utilizou o método do fato histórico novo para analisar a eleição de Jânio Quadros, também o fará para analisar o colapso da aliança de classes que vigorava durante a ditadura-militar e, através dele, identificar o colapso do regime em si⁸⁶.

⁸⁶ O método histórico faz parte do arcabouço teórico do autor e presente por toda sua obra, nos casos citados, veja-se: (BRESSER-PEREIRA, 1960) e (BRESSER-PEREIRA, 1978). Para a análise do declínio do Modelo de

O autor, ao tratar do método científico da economia, o histórico-empírico, dirá que:

O estudo da história do pensamento econômico mostra que todas as principais escolas econômicas objetivam chegar à compreensão dos sistemas econômicos. Assim, o método adequado à economia é [...] o método histórico-dedutivo. [...] É histórico, porque se baseia na observação da realidade econômica histórica, onde cada evento é único, mas está suficientemente relacionado a outros eventos econômicos, de tal for que é possível buscar regularidades ou pelo menos tendências. [...] (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 171-177)

Diante dessa observação histórica, utilizando-se do método do fato novo-histórico, é que a teoria será construída, para explicar essa transformação histórica, entender e buscar suas causas, para então dar encaminhamentos teóricos para o seu enfrentamento. Essa trajetória de construção teórica é semelhante às do Estruturalismo Latino-Americano.

O método do estruturalismo-histórico do Estruturalismo Latino Americano tem exatamente essa base, porém, os seus autores estudados no período selecionado, não fizeram uma conceituação sobre o fato histórico novo, embora fizessem uso dessa abordagem implicitamente, pois estudavam a história econômica.

O fato histórico novo pode explicar porque o conhecimento não consegue mais explicar a realidade econômica de forma satisfatória. Eles se referem às novidades tecnológicas, mudanças institucionais e grandes acontecimentos políticos que alteram essa realidade. Porém não surge espontaneamente, mas é percebido pelo observador, assim, pode fazer parte da história como algo normal, sem ser novidade até que seja detectado. Sua transformação de fato normal para fato histórico novo ocorre conforme se percebe que o conhecimento até então existente precisa de alterações motivadas exatamente por essa novidade histórica detectada. A utilidade fundamental é que permite ao economista perceber “[...] como o sistema econômico passou de um momento histórico para outro e identificar as características peculiares da nova fase histórica [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 177).

Então que para a análise da quase-estagnação latino-americana, desde a década de 1990, Bresser-Pereira mostra que a crise da dívida externa é o fato histórico novo e alterou a realidade econômica na medida abalou profundamente as economias latino-americanas por uma crise

Industrialização por Substituição de Importações o autor citará, por exemplo, como fato histórico novo a Revolução Cubana de 1959 que trouxe uma série mudanças na política externa norte-americana que afetaram o nacional-desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2003c).

grave e profunda, trazendo “tempos anormais”. Isso faz com que as decisões de política econômica se tornem mais complexas, estratégicas e tenha que ser muito competentes, pois o traz uma realidade na qual “[...] distorções de toda espécie assumem um caráter avassalador [...]”. O autor sustenta que na esteira desse fato histórico novo, a crise da dívida externa, houve a crise fiscal do Estado, o que agrava ainda mais a situação das economias latino-americanas, em especial a do Brasil. Um segundo fato histórico novo é a “[...] determinação de uma política macroeconômica [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2001a, p. 151).

Embora o nascimento da macroeconomia só tenha ocorrida durante a Revolução keynesiana da década de 1930 e 1940, durante o período do nacional-desenvolvimentismo, especialmente o período estudado nessa pesquisa, sequer havia banco central, suas funções eram exercidas por outros órgãos, como a SUMOC e o Banco do Brasil, portanto, “[...] mal se podia falar em política macroeconômica. [...]”, além disso a teoria ainda era precária e os dados de qualidade duvidosa e escassos. É assim que a política macroeconômica e a política econômica em si, torna-se um fato novo, pois devem ser consideradas pelas ciências sociais na avaliação de êxito e fracasso de um governo (BRESSER-PEREIRA, 2001a, p. 153).

Esses dois fatos novos atuam de forma dialética entre si, já que a crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado são responsáveis pela formação de tempos anormais, o que torna as decisões de política econômica mais complexas e necessitam que sejam mais eficazes, exatamente essas decisões são agora fundamentais para avaliar os governos, a economia como um todo. Portanto para avaliar o desenvolvimento econômico do período, é essencial reconhecer esses dois fatos históricos novos que se retroalimentam, que ensejam modificações teóricas que contribuam para a sua explicação.

Assim é que utilizando o método histórico-dedutivo, particularmente, na figura do fato histórico novo, Bresser-Pereira inicia uma série de análises sobre as economias latino-americanas, mais especificamente, sobre a economia brasileira, no período da década da crise da dívida às consequências da estabilização das grandes economias regionais, Brasil, México e Argentina até os dias atuais e chama atenção para novos focos de análise: para a estratégia de crescimento com poupança externa, suas repercussões no preço-chave da economia, o câmbio, assim como no investimento, consumo e poupança.

5.2 Macroeconomia Desenvolvimentista

A teoria macroeconômica da Teoria Novo Desenvolvimentista – a Macroeconomia Desenvolvimentista - busca fazer uma construção bastante diferente dentro da economia, aliar macroeconomia com desenvolvimento econômico, daí poder ser denominada macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Sua base é tanto de macroeconomia keynesiana, quanto de teoria estruturalista do desenvolvimento, o que faz sua teoria macroeconômica ser voltada ao desenvolvimento econômico, assim, une tanto com uma teoria de equilíbrio macroeconômico com perspectiva de curto prazo quanto de uma teoria do desenvolvimento de longo prazo (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Enquanto macroeconomia keynesiana, trabalha com a economia aberta em contexto de mercados globais, sendo o investimento estratégico para a demanda e o crescimento, assim como o pleno emprego está associado ao crescimento. Enquanto teoria estruturalista, o crescimento econômico é um processo estrutural de sofisticação produtiva que engloba três aspectos da sociedade, econômico, institucional e ideológico-cultural, cujo método de análise é o histórico, sendo o Estado e o mercado instituições fundamentais do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Assim, sua política macroeconômica busca dois objetivos simultâneos e não excludentes: o equilíbrio macroeconômico e o desenvolvimento. Busca o crescimento econômico com sofisticação produtiva mantendo taxas de inflação comparáveis à média internacional, equilíbrio fiscal e externo e endividamento público e externo compatíveis com o crescimento do PIB (fiscal e externo) e exportações (externo) (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 157).

Para a teoria macroeconômica Novo Desenvolvimentista a taxa de câmbio está no centro da Macroeconomia do Desenvolvimento, pois funciona como um interruptor que dá acesso à empresa nacional para seus produtos que possuam padrão tecnológico competitivo internacionalmente, tanto ao mercado internacional quanto nacional. Ela parte do pressuposto que a taxa de câmbio possui a tendência de médio-longo prazo de ser crônica e ciclicamente sobreapreciada, necessitando, portanto, ser desvalorizada nas mediações do equilíbrio industrial⁸⁷ para que

⁸⁷ “the exchange rate that makes competitive the business enterprises that use state-of-the-art Technologies independently of protectionist policies.” (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014, p. versão Kindle)

a indústria nacional concorra com o produto estrangeiro não tendo desvantagem cambial, mas estando em pé de igualdade em termos tecnológicos.

Dessa forma, mesmo supondo uma taxa de juros razoável, variável fundamental para o empresário decidir por novos investimentos, caso a taxa de câmbio esteja valorizada, o empresário não terá expectativa positiva de vendas, pois há concorrência de produto importado cuja vantagem é dada pela taxa de câmbio valorizada, ou seja, por uma distorção de um preço macroeconômico⁸⁸ e não pela competitividade tecnológica ou de custo de produção, sendo portanto uma teoria que não busca o protecionismo, prática defensável quando há uma situação de indústria infante, que não é mais o caso do Brasil.

Para a Macroeconomia Novo Desenvolvimentista a economia permanece puxada pela Demanda Agregada, da mesma forma que o investimento permanece como mola da acumulação capitalista⁸⁹. Assim, os pressupostos teóricos keynesianos continuam válidos e fundamentais. Porém é o câmbio que permitirá o acesso à demanda, tanto do mercado externo (para a exportação) quanto do mercado interno⁹⁰ (na concorrência com os produtos importados) para bens e serviços *tradeables*, daí dizer que é a variável-chave dessa nova macroeconomia.

A tendência à sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio possui duas causas: i) estruturais: a Doença Holandesa e atração de capitais proporcionada pelas altas taxas de lucros e juros decorrentes da típicas em países em desenvolvimento; ii) relativa a políticas econômicas habituais: (1) a política de crescimento com poupança externa, apoiada de altas taxas de juros para atração de capital e (2) a política de âncora cambial para controle da inflação

⁸⁸ Conforme Bresser-Pereira (2014b, p. 2 - grifos nosso): “[...] If the exchange rate remains chronically overvalued, competent enterprises that use world state-of-the-art technology **will be uncompetitive, not because they are inefficient, but because they face a distorted macroeconomic price**”

⁸⁹ Definições de Keynes da relação entre volume de emprego, lucro, demanda agregada e investimento: “[...] o volume do emprego que lhe proporcionará este máximo de lucros depende da função da demanda agregada determinada pelas suas previsões de venda que, nas diferentes hipóteses, devem resultar, respectivamente, do consumo e do investimento. [...]” (1982, p. 74). O trecho que segue possui as definições feitas por Keynes para Eficiência Marginal do Capital, Investimento e sua relação com os juros: “[...] A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital* [...]. O leitor notará que a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos da *expectativa de retorno* que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido. [...] Em outras palavras o investimento vai variar até aquele ponto da curva de demanda de investimento em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros de mercado” (1982, p. 74).

⁹⁰ “[...] Yet, if the exchange rate is chronically overvalued, these business enterprises will be disconnected from local and global demand. They will not be able to export, and, **what is worse, in their domestic market they will be exposed to competition from foreign firms whose technology may be on a par with, or even inferior to, their own.** [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2014b, p. 2 - grifos)

(BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014). O primeiro conjunto de causas torna taxa de câmbio cronicamente apreciada, o segundo leva o país a déficits em conta-corrente elevados e a crises de balanço de pagamentos, tornando a taxa de câmbio ciclicamente apreciada. Estas políticas, para Bresser-Pereira, resultam do populismo cambial dos políticos e economistas no governo, e da alta preferência pelo consumo imediato existente na população e principalmente em suas elites.

5.2.1 Doença Holandesa: cronicidade da apreciação cambial

Nos países de renda média e que possuem Doença Holandesa a taxa de câmbio é cronicamente sobreapreciada. Essa imperfeição do mercado (ou desvantagem cambial competitiva) se dá quando em um país exista rendas ricardianas⁹¹ oriundas da produção de *commodities* exportadas originadas da existência de recursos naturais abundantes e baratos. Por essa vantagem de custo, a taxa de câmbio pode permanecer a um nível mais valorizado, situação prejudicial para o restante dos produtos e serviços exportáveis e competitivos internacionalmente que não possuam rendas ricardianas.

It is a market failure that implies the existence of a difference between the exchange rate that balances intertemporally the country's current account and the exchange rate that enables the existence of efficient economic sectors of tradable goods and services other than the commodities benefiting from Ricardian rents. It is a market failure that not even currency crises are able to correct, because it is compatible with the long-term equilibrium of the country's current account. Only when the Dutch disease is neutralized will the market be able to draw the market exchange rate closer to the competitive equilibrium — the one I call “industrial equilibrium” —, which allocates human resources in a reasonably efficient way in so far as it opens room for productive sophistication or industrialization *lato sensu*. (BRESSER-PEREIRA, 2013d, p. 372)

Nesse contexto de Doença Holandesa, mesmo empresas com produtos que utilizam tecnologia no estado da arte mundial enfrentam desvantagem competitiva por conta da sobreapreciação da taxa de câmbio; para terem acesso ao mercado precisam reunir competitividade bem

⁹¹ Conforme essa teoria o preço dos produtos do mercado internacional são definidos pelo produtor menos eficiente, a diferença desse preço em relação ao custo de um produtor mais eficiente é a renda ricardiana: “[...] their market price is defined on the international market by the less efficient marginal producer admitted to the market. The difference between the cost equivalent to this price and the cost of a country in producing the commodity on account of its natural resources is the Ricardian rent. Usually the Dutch disease is associated with a sole good (oil) or with a limited number of goods produced with these natural resources. [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2013d, p. 372)

maior do que a dos seus concorrentes, para fazer frente à desvantagem cambial. Caso não houvesse Doença Holandesa no país, a taxa de câmbio de equilíbrio seria aquela que equilibra as transações correntes e corresponda à tendência da equiparação das taxas de lucro; havendo, a taxa será a de equilíbrio industrial⁹², a taxa que neutraliza a Doença Holandesa. Caso não ocorra essa neutralização há duas situações prováveis:

- a) Em países ainda não industrializados, não haverá perspectivas lucrativas para ocorrer o investimento privado na indústria, ou
- b) Em países que já se industrializaram, países de renda média, passa a haver a desindustrialização e uma primarização da economia, impedindo a transferência de mão de obra dos setores de menor nível progresso técnico e valor agregado para os de maior nível.

Para pensar na taxa de câmbio de equilíbrio industrial é necessário considerar o câmbio não apenas como variável preço, determinado, pela oferta e demanda da moeda internacional, mas taxa de câmbio enquanto valor, que é aquela que corresponda ao custo de produção (custo unitário do trabalho⁹³) mais margem de lucro razoável para os produtos com competitividade internacional⁹⁴. A partir dessa consideração, há duas taxas de câmbio, a corrente⁹⁵, que é determinada valor médio das commodities, e a industrial, que é determinada pelo valor médio dos produtos industriais. A taxa de mercado será a corrente, pois tem custo menor.

A neutralização da Doença Holandesa ocorre através da administração ativa da taxa de câmbio, fazendo a desvalorização necessária entre a diferença da taxa de equilíbrio corrente e a taxa de equilíbrio industrial. Além das formas tradicionais de administração da taxa de câmbio, juros moderados para não atrair recursos internacionais, reserva internacional e controle de

⁹² Assim, a diferença entre a taxa de equilíbrio de transações correntes e equilíbrio industrial é a o “tamanho” da Doença Holandesa.

⁹³ Custo unitário do trabalho = salário/produzido do trabalho)

⁹⁴ É possível, comparar o custo unitário de trabalho através do valor dos produtos nacionais competitivos internacionalmente comparados a uma cesta de moedas de países do comércio internacional.

⁹⁵ “[...] The value of the exchange rate is, in a given country, the value in local money of a basket of foreign currencies that covers the costs plus reasonable profit of the business enterprises that participate in the country’s foreign trade and assures the intertemporal equilibrium of its current account. I call the equilibrium exchange rate the ‘current equilibrium’ [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2014b, p. 3)

fluxos de capitais, a Macroeconomia Novo Desenvolvimentista propõe o imposto sobre exportações⁹⁶ das *commodities* que deve ser igual ao tamanho da diferença entre as duas taxas de equilíbrio, cujo o diferencial entre as duas taxas demonstra a o quão grave é a Doença Holandesa.

Esse imposto elevaria o custo das *commodities*, elevando assim o valor da taxa de câmbio de equilíbrio, porém, os exportadores teriam esse imposto recuperado exatamente pela desvalorização da taxa de câmbio provocada. O recurso tributário arrecadado deve ser usado para compor um fundo soberano.

Como segunda alternativa para a desvalorização desejada há ainda o imposto sobre a importação que neutralizaria a Doença Holandesa do lado das importações e do lado das exportações, os subsídios à exportação de produtos e serviços não *commodities*.

6 CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA: CICLICIDADE DA SOBREPREENCIAÇÃO

Após ter feito uma breve apresentação da Macroeconomia Desenvolvimentista, a centralidade do câmbio e a Doença Holandesa, parte-se agora para o foco dessa dissertação, que é a análise da crítica ao crescimento com poupança externa.

A estratégia de crescimento com poupança externa é uma escolha política dos governos de países que aceitam e promovem as recomendações dos países ricos, que é estabelecido pelo Segundo Consenso de Washington. Isso implica em primeiro lugar a liberalização comercial e das restrições à entrada de capitais para, assim, recorrer em déficit nas transações correntes (balança comercial mais os rendimentos líquidos enviados ao exterior) que é financiado pela maciça entrada de recursos internacionais, já que há uma abundância de recursos nos países ricos que deve ser canalizado para os países em desenvolvimento ou de renda média, carentes de poupança interna e, portanto, sem condições de ampliarem os investimentos e crescerem. Os países ricos, assim, ajudariam os países de renda média a superarem essa restrição através de investimentos diretos e da concessão de financiamentos.

⁹⁶ “Esse imposto deverá ser variável, para refletir mudanças importantes no preço internacional, e deverá ser diferente de uma commodity para outra, dependendo do quanto ‘rendas ricardianas’ a beneficiem”. (BRESSER-PEREIRA, ARAÚJO e GALA, 2014)

Para que essa estratégia tenha êxito é necessário que a moeda nacional seja apreciada, portanto causando déficit nas transações correntes, e que o patamar de juros tenha um diferencial positivo em relação aos juros internacionais, para a atração de capitais internacionais. Essas duas situações foram justificadas, a princípio, pelos planos de estabilização de preços colocados em prática na América Latina, já que foram baseados em âncoras cambiais e juros altos.

A Teoria Novo Desenvolvimentista mostra que essa estratégia, ao contrário da teoria ortodoxa que a sustenta e dos interesses dos países ricos, traz a apreciação da moeda nacional, desempenho econômico de semi-estagnação e crises cambiais cíclicas, o que impede que os países que adotem essa estratégia realizem o *cacth up*, mantendo-os afastados na competição entre as nações e suas empresas na globalização.

Quando países que possuem algum grau de Doença Holandesa adotam tal estratégia, apreciam ainda mais suas moedas do que essa falha cambial competitiva já aprecia, e trazem uma característica adicional a essa apreciação, a ciclicidade que está ligada à instabilidade trazida pelo excesso de endividamento que é consequência da estratégia de crescer com poupança externa.

As duas principais causas que levam a taxa de câmbio abaixo do nível de equilíbrio corrente são derivadas de duas decisões políticas: a estratégia de crescimento com poupança externa e política de âncora cambial para controle da inflação, duas expressões do populismo cambial e da alta preferência pelo consumo imediato dos políticos e sociedade em geral. A âncora cambial interage com a estratégia de crescimento com poupança externa já que é uma decisão interna que contribui para a apreciação da moeda nacional. O populismo cambial e fiscal são formas de populismo econômico e consistem na ação de governantes que buscam agradar ao eleitorado com políticas irresponsáveis para conseguir apoio eleitoral para se manter no poder, para se reeleger ou fazer seu sucessor. No caso cambial, as ações desses governantes vão no sentido de manter a moeda nacional apreciada para pressionar a inflação para baixo e evitar a inflação de custos, ampliando o poder de compra da população em geral, com isso desestimula as exportações e estimula as importações fazendo o país incorrer em déficit nas contas correntes (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

O modelo crítico à estratégia de crescimento com poupança externa tem vários itens de análise e foco que estão interligados e fazem parte do mesmo processo. Os mecanismos gerados

pelo crescimento com poupança externa possuem alguma sequência lógica e temporal, até porque funciona de forma cíclica, assim não é possível trata-los de forma desconectada. No entanto, nessa seção é feita a análise desses itens de forma separada com único intuito explicativo. Essa seção está dividida conforme os tópicos abaixo:

- Contexto da crítica à estratégia de crescimento com poupança externa
- *Confidence Building*
- Apreciação da moeda nacional
- Substituição da poupança interna pela externa
- Endividamento externo e crise
- Resumo do modelo
- Conclusão: o capital se faz em casa

6.1 Contexto da crítica do crescimento com poupança externa

Diante da análise dos primeiros trabalhos da Teoria Novo Desenvolvimentista é possível verificar o contexto sobre o qual a crítica com poupança externa surge. Esse contexto é importante porque nesses trabalhos as pedras fundamentais da teoria foram lançadas e serão, no decorrer de mais de dez anos de desenvolvimento, lapidadas e ampliadas. É importante também para localizar a análise em termos regionais, temporais e o tipo de economia estudada, que são: América Latina em comparação com economias asiáticas dinâmicas; o período inicial é a década de 1990 e continua até os dias atuais. No Brasil, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso é adotada a estratégia de crescer com poupança externa. As economias estudadas são as emergentes ou de renda média, ou seja, que já se industrializaram, mas ainda não podem ser consideradas desenvolvidas. Abaixo trata-se desse contexto inicial da teoria.

Bresser-Pereira e Nakano (2003a) estão preocupados com a inserção brasileira na globalização, que apresenta resultados econômicos bastante distintos em relação aos países asiáticos dinâmicos⁹⁷, que tem boa parte do seu crescimento sustentando por exportações de manufaturados. Essa colocação faz ainda mais sentido, pois os autores mostram a necessidade de um

⁹⁷ As economias asiáticas dinâmicas seriam: China, Coreia, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã conforme (FURTADO, 1968)

novo modelo industrial, pois não foi feita a transição do modelo que impulsionou a industrialização, o Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, para outro que estivesse calcado numa indústria exportadora.

A forma como o país se insere na globalização é o cerne das preocupações da Teoria Novo Desenvolvimentista, pois tratam não apenas de uma tímida indústria voltada para a exportação, mas das características do câmbio e do fluxo de poupança externa, que fazem tal inserção ser dependente e não permitem à economia sair de uma situação de semi-estagnação.

[...] Um grupo cada vez mais significativo de países em desenvolvimento é constituído por economias de crescimento rápido, que se aproveitam da vantagem de seus custos de trabalho menores e exportam para países ricos [...] Nem todos os países de renda média tiveram êxito nessa transferência e no *cath up*, porque nem todos são suficientemente fortes para enfrentar a hegemonia ideológica do Norte. (BRESSER-PEREIRA, 2009b, p. 44)

Seus autores estão tratando, portanto, dos impactos e da administração dos fluxos comerciais e financeiros internacionais nas economias nacionais, que desde o fim de Bretton Woods e dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo têm sido fundamentais para explicar o fracasso e sucesso das economias emergentes.

A Teoria Novo Desenvolvimentista inicia sua análise discutindo a situação geral da América Latina, com especial atenção para suas grandes economias, Argentina, México e, mais detalhadamente, para o Brasil.

O período adotado para iniciar a análise, década de 1990, é fundamental para se pensar o desenvolvimento econômico na globalização. A lógica é simples, a estratégia de crescimento com poupança externa que será criticada pela Teoria Novo Desenvolvimentista estava congelada até então, já que a crise da dívida dos anos 1970 que gerou a década perdida de 1980, havia assustado o capital financeiro internacional, esfacelando a credibilidade necessária, assim como resultados econômicos satisfatórios. Apenas em 1989 o Plano Brady vai equacionar, tardia e incompletamente, a crise da dívida externa (BRESSER-PEREIRA, 1989). E apenas na década de 1990 é que a inflação⁹⁸ será estabilizada. Já os problemas da crise fiscal do Estado, terão

⁹⁸ A inflação foi a consequência mais drástica e duradoura da crise da dívida externa, da crise fiscal do Estado e, de maneira mais geral, do colapso do modelo de desenvolvimento latino-americano, que no Brasil, a partir de 1964 indexou sua economia. A Teoria Novo Desenvolvimentista não promove o desenvolvimento teórico da inflação, pois se utiliza da teoria da inflação inercial, que teve contribuições fundamentais de Bresser-Pereira e Nakano. Aqui não serão exploradas essas teorias, apenas indica-se dois textos que esclarecem essa teoria: (BRESSER-PEREIRA, 1989c) e (BRESSER-PEREIRA, 2010).

como propostas de resolução os vários princípios de reforma do Primeiro Consenso de Washington.

Assim, a reflexão teórica parte da desconstrução dessa estratégia de crescimento com poupança externa que foi retomada e estava em pleno funcionamento na década 1990 após o equacionamento da dívida externa, da crise fiscal do Estado e da inflação. Essa estratégia foi propalada pelo Segundo Consenso de Washington, organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, por líderes dos países desenvolvidos e pelos divulgadores da economia convencional.

O crescimento com poupança externa parte do princípio que há liberdade de movimentação de capitais no contexto da globalização, que os países fizeram sua parte ao reformar e liberalizar a economia, não havendo, portanto, barreiras para o capital fluir naturalmente, como que por osmose, dos países com mais capital e mais ricos, para os com menos capital e mais pobres.

[...] com o capital fluindo de países com elevada relação capital/trabalho para países com baixa relação capital/trabalho. Como os países em desenvolvimento possuem uma taxa mais elevada de retorno sobre o capital, as entradas de capital estrangeiro aumentariam a taxa de investimento nesses países. O capital movimentar-se-ia rapidamente para equalizar a produtividade marginal do capital e, assim, a convergência sobre o resultado per capita ocorreria inevitavelmente. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 6).

A princípio que justifica o crescimento com poupança externa é que partindo da identidade contábil: $I = S_p + S_g + S_x$. Considerando S_p , poupança privada; S_g , do governo e S_x , externa; e I , investimento, assim, considerando que os países emergentes ou de renda média tenham baixa ou insuficiente poupança privada, que devido à crise fiscal do Estado e aos princípios neoliberais, há despoupança do Estado, a entrada de poupança externa complementaria essa carência de poupança privada e do governo e geraria mais investimentos, portanto, assumindo-se a causalidade neoclássica entre poupança e investimento.

Parte integrante dessa estratégia é o processo de criação de confiança e credibilidade ou *confidence building*. Nesse processo deve-se seguir os conselhos de Washington e Nova York para que os mercados financeiros tenham credibilidade para “investirem” nessas economias. Quanto mais um país conseguir implementar esses conselhos, mais atrativo se torna, ampliando as possibilidades de vencer a competição com outros países por capitais internacionais.

Assim, se as reformas pró-mercado foram feitas, se o déficit fiscal está sob controle, se há liberalização financeira e se o Estado de Direito garante a propriedade e os contratos, assume-se que esse país é um forte candidato para receber capitais, cuja entrada trará o crescimento econômico, através de empréstimos para financiar investimentos, investimentos diretos e financiamento dos déficits comerciais (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a).

O crescimento com poupança pode sim existir, mas de forma excepcional e por tempo limitado, não é a regra do desenvolvimento econômico para países emergentes ou de renda média (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a). Bresser-Pereira e Varela (2004) afirmam essa condição de excepcionalidade, não podendo ser praticada com resultados positivos durante muito tempo, sendo a regra exatamente outra estratégia, que é a seguida pelos países asiáticos dinâmicos. Pode-se comparar, assim, o desempenho das economias latino-americanas e as asiáticas dinâmicas, sendo duas estratégias: poupança externa Vs. “o capital se faz em casa”, respectivamente:

“[...] growth based on foreign debt may occur only during limited periods, in moments when a cluster of investment projects with crossed externalities create particularly favorable investment opportunities. Except for these rare moments, developing countries will be successful if government and the business class, the state and the market, are associated in a national development strategy where the control of the exchange rate is a crucial variable” (BRESSER-PEREIRA e VARELA, 2004, p. 248).

Embora essa estratégia afirme que a poupança externa é necessária para o crescimento, o resultado econômico dos países que adotaram os preceitos do Segundo Consenso de Washington é semi-estagnação e instabilidades macroeconômicas, como exemplificam as crises mexicana, em 1994, do Brasil, em 1998 e 2002, e da Argentina, 1995, 2001-2002. Essas crises são paradigmáticas, pois foram esses países foram exemplares seguidores dos preceitos do Segundo Consenso de Washington, portanto, seguidores da estratégia de crescimento com poupança externa (BRESSER-PEREIRA e VARELA, 2004).

A inserção comercial na globalização faz com que os autores da Teoria Novo Desenvolvimentista analisem a evolução da exportação de manufaturados dos países, assim como os efeitos da estratégia de crescimento com poupança externa sobre as exportações⁹⁹.

⁹⁹ Nos primeiros trabalhos ainda não havia sido desenvolvidas teorias sobre a Doença Holandesa e sobre a própria desindustrialização, que são pontos importantes para a exportação de manufaturados . A partir de 2006 Bres-

A lógica das exportações brasileiras funciona como um efeito tampão, quando a demanda interna está fraca seus esforços são voltados para a exportação e vice-versa. Tal mudança na produção não significa ampliação dos investimentos, apenas uma mudança no seu rumo.

Dentro dessa lógica cíclica, os superávits gerados logo são transformados em déficit comercial, pois as características estruturais da indústria brasileira não permitem uma ampliação do impulso inicial das exportações, impedindo que o crescimento continue e gere efeitos multiplicadores na economia como um todo. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002)

A grave consequência desse problema estrutural, ligado a características da estrutura produtiva brasileira, é uma tendência à semi-estagnação: o crescimento sempre abortado pela falta de exportações, levando a uma expansão média anual de apenas 2% nos últimos dez anos. Portanto, a pré-condição para a retomada do crescimento econômico sustentado é a implantação de capacidade produtiva adicional voltada para as exportações, de maneira a eliminar seu movimento anticíclico. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 152)

Para avaliar a política macroeconômica desses países, Bresser-Pereira e Nakano partem da análise das funções precípua da política macroeconômica: ela deve ser ativa e trazer estabilidade macroeconômica, que não se limita a estabilidade de preços, mas também ao controle e sustentabilidade dos resultados orçamentários assim como o das contas externas e ainda, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico. Outro pressuposto importante é que, em contraste com a ideia que poupança gera crescimento, Bresser-Pereira e Nakano afirmam que para haver crescimento, portanto, ampliação dos investimentos, não é necessária a geração *ex ante* de poupança, o entendimento deles é bem diferente e segue outra sequência macroeconômica: “[...] criar um ambiente econômico estável e seguro, em que os empresários possam investir, expandir a capacidade industrial e gerar a poupança necessária.” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 5).

Os autores, assim, vão questionar o papel da política macroeconômica, que foi, nos últimos vinte anos do século XX e início do século XXI, apenas refratária e reativa às pressões e às crises internacionais. Eles buscam uma forma para que essa política seja autônoma e permita uma inserção ativa na globalização, só assim seria possível que tal inserção contribuísse para

ser-Pereira (2006) e (2007) publica artigos em jornais sobre esse tema e em 2008 há apresenta artigo teórico sobre a Doença Holandesa, incorporando-a como uma das causas da sobreapreciação da taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2008).

o desenvolvimento econômico, o que difere frontalmente duma inserção associada e dependente.

É necessário que a política macroeconômica não se limite a responder às pressões internacionais e às crises momentâneas. Devem-se levar em conta as restrições impostas pela globalização, contudo, isso não significa uma atitude passiva de *confidence building* - ou seja, de buscar o crédito internacional através da obediência às sugestões vindas das organizações internacionais e do sistema financeiro mundial. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 153).

6.2 Construção de confiança e dependência

Bresser-Pereira, contrariamente ao que foi sustentando pela Teoria da Dependência, mais especificamente pela Teoria da Dependência Associada, coloca que as elites latino-americanas não são exclusivamente dependentes, mas, na verdade, são, de forma dialética, nacional-dependentes, um oxímoro. Alienadas cultural e politicamente, vendo os países desenvolvidos como cultural e politicamente superiores, cujas instituições e padrões de consumo e vida devem ser copiados, assim como imaginam que necessitam da ajuda desses países para superar suas dificuldades internas, através da poupança externa. Por outro lado, em especial as elites industriais, são nacionais quando necessitam da defesa de seus interesses:

[...] Sofrem de alienação cultural e política em vários graus. Essa alienação tem como origem um fato objetivo – o grau mais elevado de desenvolvimento do país hegemônico – e um conjunto de fatos imaginários: a vontade perversa de reproduzir padrões de consumo do exterior, a crença de que, para crescer, um país como o Brasil “precisa” dos capitais dos países ricos, etc. Mas em compensação, especialmente em um país grande como o Brasil, os interesses de suas elites pelo mercado interno e a possibilidade que elas têm de contar com o Estado nacional para poderem aproveitar esse mercado e investir são também fatos objetivos que levam a burguesia a ser nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 111).

Essa ambiguidade acaba recendo ênfase de um dos contrários historicamente. Em 1964 o lado dependente urge com força com o temor da “ameaça” comunista fazendo a elite brasileira aliar-se aos interesses dos EUA e contribuindo com o golpe militar contra João Goulart, período no qual essa elite assumi de fato a Teoria da Dependência Associada, pois tinha como condição necessária para o desenvolvimento brasileiro a solidariedade norte-americana. Na década de 1990, novamente, a dependência se sobrepõe, assumindo agora a hegemonia ideológica do neoliberalismo, especificamente, na figura do *confidence building*, ou na construção de confiança (BRESSER-PEREIRA, 2012).

É necessário explicar esse processo. Partindo da lógica da lógica dos mercados financeiros e da teoria econômica convencional, uma política econômica necessita ter credibilidade e essa credibilidade é conquistada caso os conceitos e teorias da economia convencional, assim como os conselhos dos organismos internacionais e de líderes dos países desenvolvidos sejam adotados (BRESSER-PEREIRA, 2001a).

[...] uma política terá “credibilidade” se as autoridades econômicas em Washington e os mercados financeiros internacionais acreditarem que ela é consistente e adequada. [...] Washington e Nova York são vistas como a fonte da verdade suprema na política macroeconômica, porque os países em desenvolvimento precisam de credibilidade e crédito. [...] abriu-se um novo espaço para uma nova forma de subordinação [...]. (BRESSER-PEREIRA, 2001a, p. 162)

O *confidence building* não é recente, durante os desdobramentos da crise da dívida externa, os planos de “ajuda” internacional patrocinados pelo FMI e Banco Mundial, sempre tiveram condicionalidades nas quais eram estabelecidas políticas estabilizadoras que funcionavam numa espécie de venda casada, o financiamento seria concedido caso tais condicionalidades fossem cumpridas, prática que se mantém até hoje, basta acompanhar as imposições à Grécia nos planos de recuperação do país na presente crise do EURO.

Typically, however, such debtor countries had to deal with the IMF before a consortium of international banks would agree to refinance or defer existing loan schedules. Relying on the IMF to impose tough stabilization policies, a process known as conditionality [...] Stabilization policies A coordinated set of mostly restrictive fiscal and monetary policies aimed at reducing inflation, cutting budget deficits, and improving the balance of payments. (TODARO e SMITH, 2015, p. 682)

Assim, no período no qual os países solicitavam resgate aos organismos internacionais, precisavam construir a confiança ao aderirem às políticas estabilizadoras. Essa prática será retomada a partir da crise mexicana de 1994, na crise no Brasil e Argentina.

O Consenso de Washington foi a grande tábua de recomendações que os países deveriam seguir para garantir a confiança e credibilidade junto aos investidores e organismos internacionais, o que resume tanto as condicionalidades impostas pelo FMI e Banco Mundial, assim como as dos planos de financiamento da crise da dívida externa, como os planos Baker e Brady.

Essa nova forma de subordinação é a práxis na qual as elites latino-americanas consolidam sua dependência em termos de política econômica desde a década de 1980, tornando a

fazer o desenvolvimento nacional ser orientado de fora para dentro, como fora no período de crescimento *hacia fuera*, já que os anseios das elites dos países desenvolvidos, ao aconselhar caminhos de política econômica, é quem comanda os caminhos de política econômicas.

Na verdade, vai além, pois se a confiança dos mercados financeiros internacionais e dos governos dos países desenvolvidos é atingida se as diretrizes por eles exigidas forem cumpridas, só há um caminho a seguir para obter essa ajuda internacional através de recebimento de investimentos diretos, empréstimos e demais formas da ajuda internacional. Por fim, quando as elites latino-americanas seguem o processo de construção de confiança estão, antes de tudo, viabilizando os interesses das elites, organismos e países que as aconselham.

Uma política econômica, porém, deve ter credibilidade, inspirar confiança, até porque os investimentos ocorrem em contexto de incerteza keynesiana e o papel da política econômica não é trazer maior incerteza ou gerar desconfiança. O problema, contudo, não é gerar confiança em si, mas tentar buscar a confiança de quem? “Construir confiança é conveniente, se não necessário. Mas os governos da América Latina devem em princípio fazer isso em seus próprios termos, em vez de simplesmente perguntar o que os países pensam que eles deveriam fazer.” (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Por trás desse processo de construção está o pressuposto da dependência de que os países subdesenvolvidos ou de renda média, só conseguirão se desenvolver se copiarem, imitarem e seguirem as instituições, organismos internacionais, se seguirem os preceitos de política econômica convencional espalhada pelos oráculos dos mercados financeiros, especialmente no pressuposto fundamental do desenvolvimento recomendada por eles, o de crescer com poupança externa.

A teoria da dependência havia sido exaustivamente discutida nos anos 70, com o objetivo de compreender os obstáculos que a América Latina precisou enfrentar para crescer, mas, paradoxalmente, só então, no final dos anos 80 ou início dos 90, é que uma estratégia de crescimento efetivamente dependente — crescimento dependente de poupança externa — foi adotada. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 8).

Basta fazer a lição de casa exigida por Washington, Nova York e o mercado financeiro que haverá fluxo de capitais para financiar o crescimento, é como Bresser-Pereira e Nakano dizem: “Em outras palavras, cuidem das finanças do Estado e deem início às reformas orientadas para o mercado, que os fluxos de capital do mercado internacional cuidarão de vocês, e

vocês voltarão a experimentar crescimento econômico.”. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 4)

O resumo dos conselhos nos quais se baseia a construção de confiança, no qual a Teoria Novo Desenvolvimentista faz sua análise é o seguinte:

[...] Políticas consideradas insustentáveis, que distorcem a alocação do mercado, resultam em saída de capitais para o exterior. A fim de atrair capital estrangeiro para o país, os governos precisam seguir políticas consideradas como exemplares pelos potenciais investidores. Como os mercados internacionais costumam ser eficientes na alocação de recursos, se cada governo limitar a intervenção, mantiver livre o mercado interno e respeitar os fundamentos macroeconômicos, o país crescerá e convergirá para os níveis de crescimento atingidos pelos países desenvolvidos. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 6).

Um ótimo exemplo de como funciona e foi mal sucedido a aderência ao processo de construção de confiança é o caso da Argentina de Menem, que seguiu criteriosamente o Consenso de Washington, como narrado por Stiglitz, antes de se irromper a gigantesca crise Argentina.

While the crises in countries that seemed to have followed the Washington consensus prescriptions, countries like Argentina that had received an A+ grade from the IMF (it's president, Menem, even having been paraded before the 1999 annual meeting as an exemplar of what other countries should do), a host of other problems were encountered: privatizations, for instance, marred by corruption, or of natural monopolies which led to higher prices for consumers as the monopoly power was exercised. (STIGLITZ, 2004, p. 7).

A proposta da Teoria Novo Desenvolvimentista é bem diferente do Processo de Construção de Confiança, pois sua Economia Política¹⁰⁰, parte que integra a Teoria geral, propõe uma nação coesa, com elites autônomas em relação às elites dos países ricos, que componham uma coalizão de classes desenvolvimentista que sustente politicamente uma estratégia de desenvolvimento econômico e assim enfrentem, exatamente, a hegemonia dos países ricos do hemisfério norte (BRESSER-PEREIRA, 2009b).

Por outro lado, dentro da própria macroeconomia de sua teoria, mas especialmente dentro de sua Economia Política, a Teoria Novo Desenvolvimentista identifica quais as classes

¹⁰⁰ Esta pesquisa não contemplou a teoria de Economia Política do Novo Desenvolvimentismo, que é composta por trabalhos de economia política e com um caráter mais de ciência política, cujos seguintes trabalhos dão uma ideia geral dessa temática: (BRESSER-PEREIRA, 2011), (BRESSER-PEREIRA, 2013), parte de (BRESSER-PEREIRA, 2009b) e (BRESSER-PEREIRA, 2014a).

sociais interessadas na estratégia de crescimento com poupança externa, assim, os patrocinadores do Segundo Consenso de Washington que exigem o processo de construção de confiança: os rentistas em geral, ou seja, as classes sociais que recebem juros e dividendos, assim como a alta burocracia privada das empresas financeiras que recebem bônus (BRESSER-PEREIRA, 2009b) e (BRESSER-PEREIRA, 2014c).

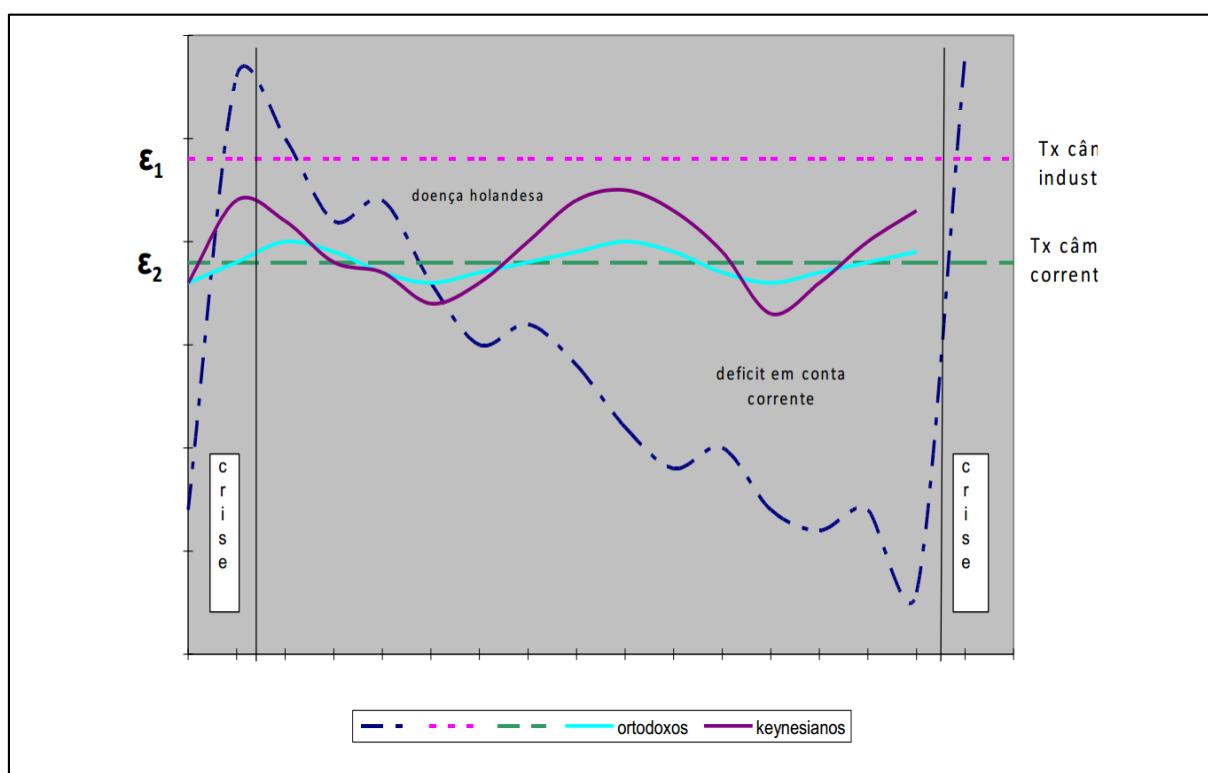
Em contexto de globalização comercial e financeira, aponta-se também para os interesses dos países ricos através de suas elites e dos organismos multilaterais que recomendam políticas econômicas consubstanciadas no *confidence building* que sustenta a estratégia de crescimento com poupança externa. Assim conseguem exportar com vantagem cambial dada a sobreapreciação cambial típica dos países latino-americanos e exportar seus capitais dada a estratégia de financiamento dos déficits em conta corrente, auferindo, em ambos os casos, altas taxas de retorno e relegando os países latino-americanos em posição inferior na competição global.

Por outro lado, a estratégia de crescimento com poupança externa também atende a interesses políticos imediatos através do populismo cambial e das classes médias e alta (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a).

6.3 Apreciação da moeda nacional

Quando um país tem a política de crescimento financiado com poupança externa, automaticamente há algumas implicações. Primeiro é a própria sobrevalorização da moeda nacional causada pela entrada de moeda estrangeira para financiar o déficit em conta corrente, já que a taxa que equilibra a conta corrente tem um patamar mais elevado do que quando há saldo nulo e é ainda mais valorizada do que quando há superávit. A taxa de câmbio é, então, a variável endógena dessa política. Outra implicação é quanto à administração da taxa de câmbio que passa a ser indireta, pois independente do regime de flutuação escolhido ser fixo, flutuante ou algum outro intermediário, quando se adota a estratégia de crescimento com poupança externa é inerente que a taxa de câmbio será sobrevalorizada e ainda que é regulada por crises no Balanço de Pagamentos, já países que crescem com poupança externa negativa ou superávit nas transações correntes, tem implicitamente a taxa de câmbio desvalorizada, o que é o caso dos países asiáticos dinâmicos. Países com doença holandesa neutralizada também podem ter superávit corrente e assim acumular reservas para manter a taxa de câmbio relativamente sobreapreciada, como os Emirados Árabes Unidos (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Se a Doença Holandesa valoriza a taxa de câmbio do patamar do equilíbrio industrial para o de equilíbrio de transações correntes, a estratégia de crescimento com poupança externa valoriza ainda mais, levando o patamar para baixo do nível de equilíbrio de transações correntes, o que se torna ainda mais grave, conforme a lógica perversa do endividamento, o que será melhor explicitado nas subsecções abaixo. É essa combinação que é responsável pela sobreapreciação crônica e cíclica da taxa de câmbio nos países de renda média. No gráfico síntese abaixo é possível verificar essa situação.



Tendência cíclica a sobreapreciação: taxa de câmbio (y) e tempo (x)

Fonte: (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014)

Conforme a macroeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista, o câmbio é a variável estratégica que dá acesso aos mercados internos e externos às empresas eficientes, com a sobreapreciação do câmbio causada pela estratégia de crescimento com poupança externa, esse acesso é reduzido e pode chegar a ser perdido, sendo o caso da desindustrialização¹⁰¹. Como a

¹⁰¹ “This appreciation of the real exchange rate will lead to a decrease in private investment, as a result of its effects on the profit margins of business enterprises and, consequently, on the long-term profit rate. [...] In others word, the Dutch disease will unleash a gradual process of deindustrialization or, more precisely, it will cause the

sobrevalorização impacta no acesso ao mercado, os empresários capitalistas sequer podem tomar a decisão de investimento, pois as vendas do seu produto não ocorrem por não haver esse acesso: no caso do mercado interno a demanda de seu produto é tomada pelos produtos importados e no caso da exportação de manufaturados, pelos seus concorrentes que possuem vantagem cambial.

A Teoria Novo Desenvolvimentista difere tanto da teoria neoclássica quanto da teoria keynesiana ao tratar das exportações. Os neoclássicos ignoram o lado da demanda, embora os keynesianos lhe atribuam valor fundamental e entendam as exportações como gasto autônomo da Demanda Agregada, praticamente quase não tratam dela e por três motivos: as análises são de curto prazo; os sistemas são tomados como fechados e, nos países em desenvolvimento, os economistas keynesianos opõem as exportações ao crescimento do mercado interno puxado pelo consumo de massa, especialmente nos anos dos governos de Lula e Dilma (BRESSER-PEREIRA, 2009b).

Portanto as duas escolas ignoram o papel central tanto da taxa de câmbio quanto das exportações para o desenvolvimento econômico. Assim é que para a Teoria Novo Desenvolvimentista as exportações são “[...] chave para os países em desenvolvimento em qualquer circunstância e não há conflito entre desenvolvimento do mercado interno e a estratégia de crescimento baseada na exportação.” (BRESSER-PEREIRA, 2009b, p. 125).

6.3.1 Juros elevados

Manter juros elevados é a condição implícita da estratégia de crescimento com poupança externa, já que é necessária para atração de capitais que financiem o déficit em conta corrente, pois pode ser um diferencial na competição com outros países na busca pelos capitais dos credores, fazendo parte da construção do processo de confiança e que é justificado teoricamente de diversas formas: combate à inflação, risco país e fruto da liberalização que acabou com a “repressão financeira”, como abaixo é desenvolvido.

A teoria ortodoxa justifica altos patamares de juros para combate à inflação de forma indiscriminada, ou seja, independente do aquecimento ou desaquecimento da economia, isso

gradual productive de-sophistication of the economy.” (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014, p. Versão Kindle).

porque a taxa de juros, para essa teoria, não afeta a economia real, mas simplesmente a monetária¹⁰².

High interest rates, which attract foreign capital and cause the cyclic appreciation of the exchange rate, are justified by liberal orthodoxy with several arguments. The most common argument is that a high interest-rate level is necessary to control inflation [...] which is intrinsically absurd [...] (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014, p. versão Kindle)

Por outro lado, a economia ortodoxa, ao apoiar e basear a hegemonia neoliberal, pregou a liberalização dos mercados financeiros dos países que tinham políticas desenvolvimentistas sob o pretenso mito de perfeito funcionamento dos mercados quando não há intervenção estatal.

Ora, as políticas desenvolvimentistas regulavam, subsidiavam e incentivavam o sistema financeiro para manter taxas reais baixas ou negativas e assim contribuir para o financiamento do desenvolvimento econômico. Assim a liberalização e a redução do Estado fizeram com que os juros não tivessem tais restrições, já que o Estado não mais deveria controlá-los, o que acabava com o que a teoria ortodoxa chama de “repressão financeira” (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Portanto, por justificativas liberais e de controle da inflação, a teoria ortodoxa faz com que as taxas de juros para países que aplicam seus preceitos seja relativamente maior do que as taxas dos países ricos, o que garante a afluxo de seus capitais abundantes para esses países que teria carência de capitais.

Ainda Bresser-Pereira e Nakano acrescentam que a taxa de juros no Brasil é tão alta porque possui diversas funções, contrariamente à alegação convencional e tautológica de que seu patamar elevado apenas refletiria o chamado elevado risco-Brasil:

[...] reduzir os investimentos e a demanda agregada quando aquecida, de forma a evitar pressão salarial e aceleração da inflação; limitar a desvalorização da taxa de câmbio para evitar a inflação de custos; atrair capital externo para fechar o balanço de pagamentos; induzir investidores internos a comprar títulos para financiar déficit público; reduzir o déficit comercial através do

¹⁰² “[...] a moeda não provoca problemas no funcionamento econômico. Ou seja, a moeda é neutra e é a neutralidade da moeda que impede que ela afete de forma danosa o equilíbrio garantido pela lei de Say. A rejeição do entesouramento aparece nas concepções ortodoxas de mercados de fundos de empréstimos, quando a oferta de empréstimos é igualada à poupança, ou seja, toda a renda poupada é emprestada, o que elimina a possibilidade de entesourar. Ao desconsiderar o entesouramento, a demanda de moeda passa a ser vista, sobretudo, para atender a motivos transacionais, e então é sempre estável ou previsível, dependendo da renda que, nestas abordagens, tende sempre à estabilidade. É essa estabilidade da demanda que facilita o controle da oferta de moeda pelo banco central.” (MOLLO, 2004, p. 325).

controle da demanda interna. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 162-163).

6.4 Substituição da poupança interna pela externa

Ligada à valorização da moeda nacional causada pela entrada massiva de recursos internacionais nos países que seguem a estratégia de crescer com poupança externa há outro efeito, a substituição da poupança interna pela externa, o que demonstra estar errada a hipótese de que a entrada desse recurso complementa a poupança interna ou contribui para romper com o obstáculo de carência de poupança. Esse mecanismo é explicado nessa secção.

O baixo efeito da poupança externa sobre o crescimento foi demonstrado em 1988 por um economista francês Jedlicki (1988) que fez estudo empírico e concluiu que os aportes externos contribuam, em média, no máximo com 4% do total do crescimento do PIB de Brasil, Chile, México e Peru, sendo os demais 96% garantidos por recursos internos. Nessa tradição é que estudos empíricos realizados pelos membros da Teoria Novo Desenvolvimentista chegam a valores ainda menores, mostrando que a hipótese da estratégia de crescimento com poupança externa está empiricamente equivocada.

Bresser-Pereira e Nakano, através de estudo econométrico, chegam à conclusão da contribuição da poupança externa ao PIB do Brasil: a relação é de 1%:0,001%.

1% de aumento na poupança externa em relação ao PIB tem um impacto de longo prazo de 0,005% no crescimento do PIB per capita, ou seja, a elasticidade de renda da poupança externa é de apenas 0,005. Considerando apenas os países da América Latina, a maioria dos quais está altamente endividada, o impacto da poupança externa no mesmo período, como esperado, é ainda menor: 0,001%, um resultado que não é estatisticamente diferente de zero. Isso demonstra claramente que o crescimento se faz em casa. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 14).

As explicações para essa ocorrência são divididas em dois aspectos: renda e demanda. Com a valorização da moeda nacional causada pela entrada poupança externa há a redução do preço dos produtos importados e aqueles que têm insumos importados como parte do seu custo que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, isso gera o aumento relativo do poder de compra dos salários reais e a ampliação do consumo. O Aumento dos salários reais impacta negativamente nos lucros (estrangulamento dos lucros) e partindo do pressuposto de que a propensão a poupar dos empresários é maior do que a dos trabalhadores, o seu efeito sobre a redução da poupança é maior que efeito que o aumento do consumo dos trabalhadores. Pelo lado da

demanda há a redução do lucro pelos efeitos negativos do câmbio em relação ao acesso ao mercado interno e externo, portanto, redução dos investimentos (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Isso desfaz os dois pressupostos da estratégia de crescimento com poupança externa. Primeiro, a entrada da poupança externa não significa complementação entre as poupanças interna e externas, mas redução da poupança via aumento do consumo dos trabalhadores e redução do lucro dos empresários. Aliás, o pressuposto implícito da complementação é que a substituição entre poupanças seja nula. Segundo, provoca a redução do investimento, portanto, impactos negativos ao crescimento econômico. Na verdade, a estratégia de crescer com poupança externa não traz o financiamento do investimento e o respectivo crescimento econômico, mas a ampliação do consumo causado pela apreciação da moeda nacional que ela mesma causou (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

O estrangulamento do lucro causado inicialmente pelo aumento real dos salários, no médio prazo, é transferido aos preços dos produtos, gerando inflação, para recompor o equilíbrio da relação lucros-salários ao ponto no qual a taxa de lucro seja satisfatória, taxa que estimula os empresários a investir (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

A Teoria Novo Desenvolvimentista usa um conceito de taxa de substituição da poupança interna pela externa para mostrar a relação entre o aumento da poupança externa e o respectivo decréscimo da poupança interna.

TAXA DE SUBSTITUIÇÃO DA POUPANÇA INTERNA PELA EXTERNA

$$Z_t = \frac{-\Delta S_i}{\Delta S_x}$$

Z_t : taxa de substituição em um período t ;

$-\Delta S_i$: redução da poupança interna;

ΔS_x : aumento da poupança externa.

Fonte: (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014)

Assim, se em um determinado período de tempo houve um aumento de 1 bilhão de reais na poupança externa, mas uma redução de 500 milhões na poupança interna, significa que essa

entrada de capitais financiou 500 milhões de investimento e 50% financiou o consumo, uma taxa de substituição de 50%.

Essa taxa de substituição de poupança interna pela externa depende (BRESSER-PEREIRA, 2009b):

- i. Da elasticidade dos salários em relação a taxa de apreciação da moeda nacional
- ii. Da elasticidade dos lucros esperados pelo aumento dos investimentos em relação a taxa de apreciação da moeda nacional (acesso à demanda externa e interna)
- iii. Da propensão a consumir
- iv. E das oportunidades de investimento, da diferença entre taxa de juros e taxa lucros de lucros esperada (item o mais relevante).

Quanto maior a variação dos três primeiros itens, maior a substituição da poupança interna pela externa, já que o último item indica que quanto maior as oportunidades de investimento menor a substituição de poupança interna pela externa porque. Se há grandes oportunidades de investimento, há um direcionamento das decisões econômicas para os investimentos que apresentam uma lucratividade elevada. Esse é o caso excepcional no qual a entrada da poupança externa tem efeito positivo sobre o investimento e o crescimento. Esse é o exemplo da situação vivida pelo Brasil no período do seu “milagre econômico”¹⁰³ (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

É importante pontuar que os componentes que explicam a substituição da poupança interna pela externa são todos dependentes da apreciação da taxa de câmbio, ou, de forma mais geral, da variação da taxa de câmbio. Esse um é um dos motivos pelo qual é possível dizer que a taxa de câmbio é o preço macroeconômico fundamental da macroeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista.

As oportunidades de investimento também têm relação com a taxa de câmbio, pois é ela quem dá o acesso aos empresários às demandas internas e externas: só quando o patamar do câmbio estabelece esse acesso é que se torna factível a decisão keynesiana para investir, como já salientado anteriormente nesse capítulo.

¹⁰³ No caso específico do “milagre econômico” brasileiro, é preciso considerar que o modelo de desenvolvimento era ainda o de Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, portanto, supondo uma economia fechada, a despeito do seu parque industrial não necessitar mais da proteção que uma indústria infante necessita.

Conclui-se que a taxa de substituição da poupança interna pela externa demonstra que a estratégia de crescimento com poupança externa, ao trazer apreciação da moeda nacional, causada pela entrada maciça de recursos externos, traz o aumento da substituição da poupança interna pela externa, cujo grau dependerá de uma série de fatores, sobretudo das oportunidades de investimento da economia. Por outro lado, caso o país apresente superávit em conta corrente e portanto, apresente poupança externa negativa, a direção da substituição inverte, no caso, é a poupança externa que será substituída pela interna.

6.5 Endividamento externo e crise

Após o equacionamento da dívida externa pelo Plano Brady e o controle da inflação latino-americana pelo estabelecimento de âncora cambial e planos de estabilização que combateram a inércia inflacionária, a confiança dos credores internacionais foi restabelecida. Os países latino-americanos, seguindo à risca os conselhos do Segundo Consenso de Washington, promoveram a desejada abertura financeira, o que possibilitou o retorno dos fluxos internacionais, fluxos fundamentais para concretizar a estratégia de crescimento com poupança externa, já que financiariam os déficits em conta corrente. Porém, no lugar de trazer crescimento, além da sobrevalorização que a entrada desses recursos traz, ainda há outra consequência trágica, o endividamento externo (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014). O endividamento maciço é o responsável por atrelar a instabilidade às economias dos países seguidores de tal estratégia, que estão sujeitos a recorrentes crises cambiais ou de Balanço de Pagamentos.

A localização do início da reflexão da Teoria Novo Desenvolvimentista é exatamente no período das crises da década de 1990 e começo dos anos 2000, especialmente as crises mexicana, brasileira e argentina. A trajetória da análise da consequência do crescimento com poupança externa contempla, já nos primeiros artigos, o endividamento externo e consequentes crises causada pela estratégia de crescer com poupança externa.

A Teoria Novo Desenvolvimentista parte da crítica à teoria ortodoxa sobre o endividamento externo, cuja ideia subjacente é resumida na doutrina Lawson, ministro britânico de finanças do período de Margaret Thatcher, que diz basicamente que o governo não deveria intervir no déficit externo por se tratar de decisões de poupança e investimento privado, sendo que o equilíbrio dessa situação deficitária ocorreria segundo mecanismos de mercados e por uma taxa de câmbio flexível que se ajustaria a tal posição, equilibrando intertemporalmente as contas externas (BRESSER-PEREIRA, GONZALEZ e LUCINDA, 2008).

Assim, cabe ao governo única e exclusivamente manter as contas públicas equilibradas para gerar a confiança necessária para que o capital internacional possa financiar esse déficit externo e não intervir para salvar bancos e empresas que tenham se comprometido além de suas capacidades (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Ao contrário das afirmações da teoria convencional (BLANCHARD, 2006) e (REISEN, 1998), essas crises não têm origem fiscal. A história econômica recente demonstra que a origem fiscal das crises é algo muito irreal. As contas públicas estavam equilibradas nas crises chilena de 1981, do México de 1994 e da Ásia em 1997 (especialmente a dos países Tailândia, Indonésia, Malásia e Coreia do Sul), porém a conta corrente desses países não (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Em relação aos pressupostos da teoria ortodoxa, a Teoria Novo Desenvolvimentista mostra que países de renda média que tenham algum grau de Doença Holandesa e aceitem a estratégia de crescimento com poupança externa sofrem de uma apreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio o que agrava e retroalimenta o problema do endividamento externo, pois há um grande incentivo para as importações, o que prejudica ainda mais o déficit em conta corrente, ampliando a necessidade de financiamento externo, fazendo com que a dívida seja ainda maior. Essa é a explicação para a crise não ser causada pelos déficits gêmeos ou que o déficit público gere a crise externa, não existe uma relação necessária entre essas situações e a crise do Balanço de Pagamentos nesses países (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Agora, partindo da teoria heterodoxa há um outro enfoque. Os fluxos internacionais de capitais são sabidamente instáveis e possuem sua dinâmica fora do controle das nações receptoras: “[...] tais como redução da taxa de juros nos Estados Unidos e o excesso de liquidez no mercado financeiro internacional [...]” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 155). A Teoria Novo Desenvolvimentista não ignora essa característica típica dos fluxos dos capitais internacionais, mas aceita, porém acentua um aspecto diferente: “o risco, a longo prazo, de excessivo endividamento externo — um risco que o mecanismo de mercado não evita e que as organizações multilaterais, começando pelo FMI, não levam em consideração como deveriam.” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 13), como será mostrado abaixo.

A macroeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista parte de concepções pós-keynesianas sobre crises na tradição de Hyman Minsky. Assim, as crises econômicas estão sempre associadas a crises financeiras, portanto, ambas são endógenas ao capitalismo. O aspecto sobre

a fragilidade financeira de Minsky é então apropriado pela teoria, mas no lugar de ser aplicado aos bancos dos países ricos, base da teoria minskyana, que tem a composição de suas dívidas em moeda nacional, há uma transição desses conceitos para a análise da dívida externa dos países em desenvolvimento, que não contraem dívida em moeda nacional, mas sim em moedas estrangeiras fortes, sobre a qual o país não tem o controle de emissão e desvalorização. Enquanto as crises bancárias são típicas dos países ricos, podendo também ocorrer nos países em desenvolvimento, as crises de Balanço de Pagamento ou cambiais ocorrem apenas em países subdesenvolvidos, que não possuem moedas fortes (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

O caso da crise do Euro não é uma exceção, pois ao estabelecer uma moeda não nacional para a comunidade europeia, elegeram uma moeda internacional, sobre a qual não possuem controle, assim como os países em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA e ROSSI, 2014) e (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Quadro sintético das posições de fragilidade financeira minskyana

	Original	Adaptação da Teoria Novo Desenvolvimentista
Posição hedge	Lucros do investimento financiado dão plena liquidez e solvência para pagar juros e amortizações	Ativos externos são maiores do que os passivos externos
Posição especulativa	Restrição de liquidez: faltam condições para pagar os encargos financeiros da dívida no vencimento, havendo necessidade de rolagem	Restrição de liquidez (conjuntural): o país não tem capacidade de pagar as obrigações da dívida de curto prazo. O déficit em conta corrente causa o descasamento entre demanda por divisas dos bancos locais e as reservas do Banco Central
Posição Ponzi	Insolvência: não há condições sequer para financiar o pagamento dos juros da dívida	Insolvência (estrutural): falta de capacidade para pagamento das dívidas, que é o saldo comercial

Fonte: Adaptado de (BRESSER-PEREIRA, GONZALEZ e LUCINDA, 2008) e (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014)

Os credores internacionais cessam novos créditos e param subitamente de rolar as dívidas quando perdem a confiança, que é expressa na probabilidade de retorno positivo, conforme equação abaixo:

EQUAÇÃO DE RETORNO

$$E * [R] = P * [K(1 + i)] - K * (1 + i^*)$$

P: probabilidade de sucesso de obter o retorno esperado;

R: retorno esperado;

K: valor emprestado;

i: taxa de juros;

Fonte: (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014)

Dado um diferencial positivo entre taxa de juros e taxa de juros internacional, a probabilidade (P) determinará o sinal do retorno esperado e essa probabilidade é determinada exatamente pelas condições de liquidez e solvência ou pela percepção a respeito delas, assim uma crise surge quando as restrições de solvência e liquidez são insatisfeitas (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Antes de explicar a dinâmica envolvida nas duas restrições de solvência e liquidez, abaixo está um quadro resumo com os principais indicadores de cada uma delas.

Quadro sintético de indicadores de solvência e liquidez

Indicadores	Comentários		
Restrição de liquidez: $r=rf+e+p$ r: retorno esperado; rf: taxa de juros internacional; e: depreciação esperada da moeda local; p: prêmio de risco	A depreciação esperada tem papel fundamental no aprofundamento da crise e funciona como profecia autorrealizável, pois como o clima de crise já tem embutida uma expectativa de depreciação, diante da fuga de capitais ocorrida com a crise, a depreciação esperada pode ser confirmada		
Insolvência: $\frac{dívida\ externa}{exportações}$	Situação confortável	Situação Duvidosa ¹⁰⁴	Situação crítica
	2<	2-4	>4

¹⁰⁴ Gonzalez (2007) mostra que durante a crise cambial brasileira de 1982 – 1986 a relação estava acima de 4, já durante a crise de 1997 – 1998, estava entre 3,5 – 4.

Fonte: adaptado de (GONZALEZ, 2007) e (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

A restrição de solvência tem estreita relação com a estratégia de crescimento com poupança externa, pois por definição significa crescer com déficit em conta corrente, o que traz consigo a ampliação da dívida externa líquida (GONZALEZ, 2007). Por outro lado como essa estratégia traz consigo a valorização da moeda nacional, há um desestímulo às exportações (BRESSER-PEREIRA, 2009b). Ambas as situações, deterioram a relação $\frac{\text{dívida externa}}{\text{exportações}}$, que é, basicamente, o indicador usado pelos credores internacionais para monitorar a liquidez externa de um país.

Para analisar a restrição de liquidez é necessária a abordagem das instituições financeiras locais (IF) e do Banco Central (BC). Em contexto de abertura financeira recomendada pelo Segundo Consenso de Washington e considerando taxas de juros internas maiores que as praticadas na média mundial, as IF captam recursos em moeda forte vendendo-as ao BC para comprar moeda nacional, assim os recursos são usados para investimento em títulos ou financiamentos gerais ao setor privado. Assim, o endividamento das IF em moeda forte aparece como redução da vulnerabilidade externa, pois faz aumentar as reservas internacionais do BC, o que mascara o risco sistêmico, que pode ser reduzido pelo grau de esterilização. Essa dinâmica de captação é reforçada por um comportamento pró-cíclico, pois, conforme, amplia-se o prêmio de risco dado pela ampliação da dívida, incentiva esse processo de captação, até que o sinal de alerta é aceso pelo mercado e encerra-se o período de boom e a configuração do perfil especulativo das IF (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Quando os ingressos líquidos de capitais não são mais suficientes para financiar o déficit em transações correntes, as reservas do BC são usadas para cobertura, o que faz o perfil do BC ser reduzido para especulativo, já que houve redução das reservas internacionais. Diante dessa deterioração, basta um credor de repercussão de parar a rolagem da dívida ou exigir sua totalidade, para que o efeito manada seja instalado, instalando-se a crise (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Assim, quando se atinge as restrições de liquidez e solvência suspende-se a rolagem da dívida e aí há um contágio levando à crise de endividamento que se transforma em uma crise

bancária, isso porque supõe-se que os empréstimos internacionais tenham passado pelas instituições financeiras locais; assim, as pressões dos credores internacionais passam pelos bancos ao seus clientes, que, ao estarem insolventes, iniciam um processo de falência, comprometendo as posições dessas IF (*too big to fail*), o que requer a intervenção do Estado através do empresário de última instância, o Banco Central, que transforma as dívidas privadas, bancárias e dos demais empresários envolvidos, em dívida pública, causando déficit público. Portanto, uma crise da dívida externa, causa uma crise bancária e, depois, fiscal (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Esse risco sistêmico que traz a estratégia de crescimento com poupança externa está por traz dos ataques especulativos dos anos 1990: “Em momentos diferentes, nos anos 90 ou no início deste século, todos os países latino-americanos sofreram ataques especulativos desencadeados por diferentes motivos. Em todos os casos, havia por trás a estratégia de crescimento com poupança externa.” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 22).

Após a deflagração da crise, por efeito manda, a fuga de capitais é desencadeada, assim como, para aqueles que ainda conseguem liquidar parte de sua dívida, há antecipação e pagamento de dívidas que sofrem pressão dos credores por terem subitamente perdido a confiança, toda essa saída pressiona a desvalorização da moeda nacional, sendo o episódio final da crise causada pelo endividamento inerente à estratégia de crescimento com poupança externa. Esse ciclo de sobreapreciação, endividamento, vulnerabilidade externa, crise e desvalorização é a configuração da gestão da administração da taxa de câmbio para países que seguem essa estratégia (BRESSER-PEREIRA, 2014a), ou seja, ela é não determinada pelo mercado, mas sim pelas crises cíclicas geradas por ele.

Há ainda um efeito trazido pelo endividamento externo excessivo que é o amargor recessivo¹⁰⁵ que os órgãos internacionais impõem como condição ao aporte de recursos que pretende aliviar os problemas de restrição de liquidez e solvência para garantir o pagamento da dívida externa (JEDLICKI, 1988), situação que os países latino-americanos conhecem muito

¹⁰⁵ “Because the terms of conditionality are frequently considered draconian, imposing the greatest hardship on the poorest households in debtor countries, they have remained tremendously controversial. [...] In the 1997–1998 Asian financial crisis, normally high-performing countries such as South Korea, Indonesia, and Thailand had to borrow from the IMF under strong austerity conditions—government spending cuts, tax increases, higher interest rates, and extensive structural re-forms. A widely held view both in these countries and among external critics was that the IMF focus on austerity caused large and unnecessary recessions.” (TODARO e SMITH, 2015, p. 682-683).

bem, mas que é estendido a todos que recorrem à ajuda do FMI e Banco Mundial e demais órgãos, o que a história recente da Grécia diante da crise do Euro pode atestar. Assim o recesso recessivo aprofunda o quadro de crise e renova o processo de *confidence building*.

6.6 Resumo do modelo da crítica com poupança externa

Crescimento com poupança externa significa que o país opta por ter seu crescimento financiado por poupança externa (empréstimo ou investimentos em portfólio ou investimento direto), ou seja, déficit em Conta Corrente, situação amplamente incentivada pela teoria ortodoxa, pelos países ricos que têm claros interesses em obter as rendas provenientes dos juros do empréstimo e ocupar o mercado interno. Essa opção política é a causa do caráter cíclico da sobreapreciação.

Essa decisão pressiona ainda mais a apreciação cambial crônica causada pela Doença Holandesa, para piorar, como os países de renda média não são emissores da moeda forte internacionalmente, não podem emitir a moeda em caso de dificuldade de pagamento da dívida contraída, o país não tem poderes sobre a liquidez da moeda que tomou o empréstimo e ainda fica sujeito às flutuações das condições dos credores internacionais, resultado já amplamente conhecido na década de 1980 com a crise da dívida externa.

Para conseguir o financiamento externo é ainda necessário maiores taxas de juros¹⁰⁶ para atrair o capital estrangeiro, o que geralmente funciona, na prática, como um desincentivo ao investimento. Na maior parte das vezes os países que optam por crescer com poupança externa praticam toda uma política macroeconômica que garanta o *confidence building*¹⁰⁷, portanto submissa aos ditames dos emprestadores significando perda de autonomia da política macroeconômica.

Com a apreciação cambial oriunda da entrada de recursos internacionais, há o aumento do poder de compra dos salários, em relação aos produtos e serviços comercializáveis, portanto, um aumento do consumo e não da poupança. Com o aumento do salário real frente ao lucro

¹⁰⁶ As altas taxas de juros atendem à exigência da ortodoxia convencional do controle da inflação. Entretanto, com a taxa de câmbio sobreapreciada, o controle da inflação é obtido muito mais pela redução dos custos dos produtos e serviços *tradeables* importados, ampliando o poder de compra dos salários, do que pela redução da demanda agregada que pode provocar as altas taxas de juros, atinge-se, portanto, um controle da inflação ancorado em um câmbio sobreapreciado. Segundo Bresser-Pereira, o país vive uma armadilha ao desenvolvimento econômico de juros altos e câmbio sobreapreciado. (BRESSER-PEREIRA, 2013b).

¹⁰⁷ (BRESSER-PEREIRA, 2001a)

real, há ainda uma pressão sobre os lucros, além disso, com juros altos e com o câmbio mais apreciado, reduz-se o investimento produtivo e o acesso dos produtos nacionais tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo, respectivamente. Portanto, a poupança externa significa redução do investimento. Dessa forma é completamente descartada a hipótese de que a poupança externa é complementar à interna, ao contrário, elas são substitutas.

Assim, enquanto a Doença Holandesa causa a cronicidade da sobreapreciação da taxa de câmbio, distanciando a taxa de equilíbrio industrial, o recurso à poupança externa intensifica essa sobreapreciação e ainda a torna cíclica, seguindo de uma crise cambial ou de balanço de pagamentos a uma crise monetária¹⁰⁸.

Esse ciclo tem a seguinte sequência:

- A sobreapreciação da taxa de câmbio traz consigo déficit de conta corrente que é financiado pelos credores internacionais, num primeiro momento, dependendo da liquidez internacional, sem maiores condicionantes;
- Com a excessiva entrada de capitais e ampliação irresponsável do endividamento há ampliação da vulnerabilidade externa quanto a problemas de liquidez e as condições para manter esse endividamento são pioradas, aumentando a vulnerabilidade
- Diante do crescimento da dívida, apesar da política de *confidence building* há a negação dos credores de rolarem a dívida preocupados com efeito Ponzi, instaurando uma crise cambial, nítida na desvalorização da taxa de câmbio. Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2010(b)) identifica esse ciclo em dois períodos recentes da economia brasileira, 1998 – 2002 e em 2003 – 2008.

Esse quadro de sobreapreciação da taxa de câmbio bloqueia o desenvolvimento econômico, pior é capaz de desestruturar completamente a industrialização conquistada através da desindustrialização, da reprimarização da economia, da destruição dos encadeamentos produtivos para frente e para trás, dentre outros efeitos deletérios trazidos por essa condição fundamental. Diante de tal quadro Bielschowsky (2012, p. 739) coloca um dilema para o desenvolvimento econômico brasileiro: o crescimento do mercado interno de massa promovido pelas políticas distributivas dos últimos governos será atendido pelo crescimento industrial chinês?

¹⁰⁸ Conforme Bresser-Pereira (2014b).

Eis que a macroeconomia Novo Desenvolvimentista diagnostica as causas dos entraves ao desenvolvimento econômico e propõe uma teoria que coloca a taxa de câmbio exatamente como o interruptor capaz de ligar o interruptor do desenvolvimento econômico, há muito tempo desligado.

6.7 Conclusão: o capital se faz em casa

A proposta da Teoria Novo Desenvolvimentista e sua macroeconomia é: “o capital se faz em casa”, aludindo a ideia contida no livro de Barbosa Lima Sobrinho (1973) que faz uma análise do desenvolvimento japonês.

Claro, essa ideia está exposta explicitamente, porém, toda a construção da teoria faz chegar nela. Em termos de economia política e política, é clara a crítica feita em relação a elite latino-americana, especialmente a brasileira, em relação ao seu caráter em forma de oximoro, nacional-dependente.

Essa oscilação entre dois polos é trágico ao desenvolvimento do país, porque não consegue buscar os interesses nacionais e acaba cedendo para as pressões dos países ricos e às aos rentistas nacionais e internacionais ao seguir o processo de *confidence building*, que é consolidado na própria estratégia de crescimento com poupança externa. Também é possível verificar que a coalizão de classes desenvolvimentista que daria base a uma estratégia nacional de desenvolvimento é composta por classes que podem se identificar com o nacional, no lugar do dependente, aliás, essa coalizão tem que ocorrer com base numa nação coesa e tem que buscar formar uma nação forte, capaz de concorrer com os demais países e seus capitais na competição global.

Esse nacionalismo não é autóctone ou xenófobo¹⁰⁹, tampouco radical, ele simplesmente rejeita que as nações em desenvolvimento sigam os preceitos dos países ricos, como o Segundo Consenso de Washington, permanecendo com a condição de subdesenvolvimento já denunciada pelo próprio Estruturalismo Latino-Americano, ou seja, o crescimento *hacia fuera*, a dinâmica da economia dada do lado de fora. Assim é uma proposta para fortalecer a nação frente ao globalismo, sem contudo rejeitar a globalização, mas buscar uma teoria que possibilite a inserção frutífera nesse processo.

¹⁰⁹ Sempre é importante esclarecer, a proposta da Teoria Novo Desenvolvimentista não é recusar o capital externo, mas exigir superávit ou, ao menos, equilíbrio.

Em termos econômicos, sua teoria demonstra que, ao seguir essa estratégia de Washington e Nova York o país não alcançará os países desenvolvidos, mas terá altos custos que passam desde o crescimento medíocre e ou na situação de semi-estagnação que é intercalada, ciclicamente, com crises do balanço de pagamentos e que, juntamente com a falha competitiva da Doença Holandesa, vem trazendo um retrocesso na estrutura industrial produtiva brasileira, ao mesmo tempo que limita ou impede que essa mesma indústria em declínio, consiga exportar manufaturados de maior valor agregado e assim se inserindo na divisão internacional do trabalho não simplesmente como fornecedor de matérias-primas e alimentos, como já foi a história do subdesenvolvimento latino-americano, que sempre foi barrado pela deterioração dos termos de troca em conseguir dividir os privilégios do comércio internacional com os países desenvolvidos.

Usando uma explicação metafórica, as decisões keynesianas do empresário quanto a investir são fotossensíveis, quem ascende ou apaga a luz, é exatamente o câmbio. Um câmbio no lugar, conforme o equilíbrio industrial, é o interruptor que dá acesso ao mercado e então as condições keynesianas podem ser válidas, já o câmbio sobreapreciado, desliga o acesso ao mercado para os empresários nacionais e só lhes restam a alternativa aplicação rentista ou de entrar em outros setores como comércio e serviços, quiçá como apenas um intermediário na importação dos produtos que sua empresa antes produzia. A centralidade do câmbio e as consequências que tanto a Doença Holandesa e o crescimento com poupança externa trazem ao empresariado nacional é o de interruptor do desenvolvimento.

O câmbio no patamar correto significa estímulo, sobretudo, às exportações de manufaturado, já que para as exportações de *commodities* sua própria vantagem relativa não requer câmbio desvalorizado. Entende-se que esse estímulo às exportações seria capaz de dinamizar os investimentos, por outro lado, com o câmbio no lugar, a concorrência com o produto importado fica mais igualitária já que a vantagem cambial é eliminada, o que também dinamizaria os investimentos dos produtores para o mercado interno, numa espécie de recomposição da indústria nacional. Assim, como é o investimento que gera poupança *ex-post*, a ampliação do investimento traria uma nova realidade de acúmulo de poupança nacional, em maior volume que o de investimento, que poderia ser canalizada para o setor financeiro. Conta também que a neutralização da Doença Holandesa e os superávits possibilitados pela desvalorização cambial inverteriam a necessidade de financiamento externo da conta corrente e traria uma nova realidade

de envio recursos nacionais para o exterior (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Assim, com todas essas argumentações, a Teoria Novo Desenvolvimentista rejeita o financiamento externo do crescimento, rejeita os déficits em conta corrente. Se o capital se faz em casa, então há duas formas: o papel do próprio investimento e financiamento do Estado, que precisa ser forte para não serem capturados pelos rentistas e conseguir exercer sua soberania frente ao desenvolvimento, portanto, com equilíbrio de suas contas, conseguindo gerar, superávit fiscal e em tempos de crise, como já ensinava Keynes, pelo seu papel contra cíclico fundamental, incorrer em déficits para reativar as expectativas empresariais e reanimar a Demanda Agregada. E em termos privados, o investimento deve ser financiado em moeda nacional, através de capital nacional, pelo sistema financeiro¹¹⁰.

Em relação à estratégia de crescimento com poupança externa, a ideia do “capital se faz em casa” é o seu oposto e é uma solução para a instabilidade que decorre do “pecado original” de se endividar com moeda estrangeira sobre a qual não há poder de emissão e desvalorização, tampouco um emprestador de última instância como o Banco Central, que não traz todo o receituário recessivo que tanto FMI e Banco Mundial trazem com suas chamadas condicionais aos empréstimos, o que subordina ainda mais a economia nacional.

Nesse aspecto do financiamento interno do investimento a Teoria Novo Desenvolvimentista visa estabelecer uma condição macroeconômica que ao mesmo tempo traga o equilíbrio macroeconômico que, é claro, impacta na formação de expectativas dos empresários, e que também traga condições sobre as quais o investimento possa ser viabilizado. Isso é consolidado por um lado, pelo equilíbrio, senão o superávit, das contas externas e fiscais, e por outro, por níveis razoáveis de juros e compatíveis com a média mundial, assim como um câmbio em patamar que seja favorável à indústria nacional. Tanto os altos juros quanto o câmbio valorizado são vistos como armadilhas que mantêm a economia brasileira em semi-estagnação nos últimos anos.

¹¹⁰ “Assim, somados ao BNDE, os grandes bancos privados nacionais têm condições de financiar o investimento, desde que deixem de ser meros financiadores de uma dívida pública a juros muito altos [...] E – ressalte-se, seu financiamento é interno, é concedido em moeda nacional às empresas que estão investindo [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2014a, p. 241)

Em termos de remuneração do próprio sistema financeiro como um todo, a Teoria Novo Desenvolvimentista é contrária aos exagerados ganhos dos rentistas e dos bônus de seus operadores¹¹¹, que aliás, localiza como um dos motivos da crise de 2007 – 2008. Fica claro, assim, que o sistema financeiro nacional não deve se desviar – leia-se, privilegiar uma atuação rentista - do seu papel essencial ao investimento produtivo, estando implícitas aí as perspectivas tanto schumpeteriana quanto keynesiana.

¹¹¹ “[...] essa política equivocada de endividamento externo que, naturalmente, interessa aos países ricos, aos seus capitalistas rentistas, aos financistas, e aos economistas ortodoxos que os servem.” (BRÉSSER-PEREIRA, 2014a, p. 237)

CAPÍTULO 3: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Este capítulo tem como objetivo mostrar – por meio de revisão de literatura – pesquisas empíricas que corroboram a Teoria Novo Desenvolvimentista, especificamente o ponto abordado neste trabalho, que é a crítica contra intuitiva da ideia da poupança externa como alavanca dos investimentos – e, por conseguinte, como chave para o desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento. Aqui, pretende-se apresentar e discutir os principais trabalhos¹¹² empíricos que apresentam resultados dissonantes em termos de teoria econômica ortodoxa.

Damasceno (2011) atenta para o fato de haver uma lacuna na literatura econométrica sobre integração financeira, haja vista a falta de consenso teórico sobre o tema. De alguma forma, o mesmo pode ser dito sobre a Teoria Novo Desenvolvimentista; a escassez de investigação sistemática é uma lacuna que precisa ser preenchida. Embora nem toda a literatura aqui revisada trate diretamente das questões com as quais a Teoria Novo Desenvolvimentista se preocupa, é possível dizer que todas elas corroboram de alguma forma a teoria aqui apresentada.

O ponto de partida deste capítulo são dois textos pioneiros no estudo sobre os efeitos da poupança externa no crescimento dos países em desenvolvimento: Feldstein e Horioka (1980) e Jedlicki (1988). Em ambos os casos, a hipótese neoclássica de perfeita mobilidade de capital é tida pelos autores como origem de sua pesquisa; esta hipótese assume que, na situação de livre mobilidade de capital, haveria um fluxo de capitais partindo de países com capital abundante para países com escassez, e este movimento geraria uma alocação eficiente da poupança e convergência da renda (DAMASCENO, 2011). Desta forma, os fluxos de capital internacional teriam um papel preponderante na formação de renda de países em desenvolvimento.

Assim sendo, supondo a veracidade desta hipótese, os investidores sempre escolheriam investir onde seu retorno fosse maior por unidade de investimento, ou seja, nos países em desenvolvimento, que contam com taxas mais atrativas e lucrativas. Assim, quando um país x tivesse um aumento na sua taxa de poupança, deveria ser observado um aumento no investimento em todos os países (FELDSTEIN e HORIOKA, 1980).

¹¹² Em geral, os trabalhos aqui apresentados parte da análise de um conjunto de países, não contando com análise qualitativa ou de países específicos, pois o objetivo desse capítulo foi verificar as evidências empíricas já produzidas em relação à macroeconomia desenvolvimentista. Há, assim, a oportunidade de nova análise, em trabalhos futuros, sobre esses aspectos.

Feldstein e Horioka (1980) analisam a associação entre taxa de poupança interna e taxa de investimento doméstico, assumindo que, em uma situação de perfeita mobilidade de capital, não haveria relação entre estas duas variáveis.

Para tanto, os autores trabalharam com dados de 21 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), coletados entre os anos de 1960 a 1974. Testes prévios de correlação sobre a estabilidade das taxas de poupança e entre o PIB e a taxa bruta de investimento apresentaram altos níveis de correlação com significância estatística¹¹³. Para testar a hipótese do aumento do investimento nos demais países a partir do aumento de poupança em um país x , Feldstein e Horioka (1980) precisaram excluir cinco países de sua amostra (França, Luxemburgo, Noruega, Espanha e Suíça), visto que estes mudaram seu método de cálculo de contas nacionais no período analisado. Com os 16 países restantes, realizaram uma regressão *cross section* para medir o efeito da mobilidade internacional de capitais por meio da análise de relação entre poupança doméstica e investimento. O resultado obtido, segundo Feldstein e Horioka (1980), “*strongly contradicts the hypothesis of perfect world capital mobility and indicates that most of any incremental saving tends to remain in the country in which the saving is done*” (p. 321).

Por ser visto como um contrassenso sob o olhar da Economia Neoclássica, o trabalho de Feldstein e Horioka (1980) foi amplamente discutido na macroeconomia e passou a ser tratado como um dos seis maiores *puzzles* da economia internacional (OBSTFELD e ROGOFF, 2000). Posteriormente, Rocha e Zerbini (2002) desconstruíram a ideia de *puzzle*, mostrando em seu artigo “*Using a panel structure to discuss the Feldstein-Horioka puzzle in developing countries*” que a correlação apresentada pelos autores é, na verdade, uma restrição de solvência¹¹⁴. Por outro lado, Sinn (1992) avalia o uso da correlação poupança-investimento como medida possível de mobilidade de capital, validando o modelo Feldstein-Horioka.

A pergunta que norteia Jedlicki (1988), diferindo da abordagem de Feldstein e Horioka (1980), é se o capital internacional contribui ou não para o crescimento de países endividados. O autor analisa, também sob a ótica da relação entre poupança e investimento, a dinâmica dos

¹¹³ Para especificações mais precisas sobre modelos e resultados, é sugerida leitura de Feldstein e Horioka (1980), bem como a leitura dos outros artigos citados neste capítulo. Por tratar-se de uma breve revisão de literatura, a fim de mostrar as pesquisas dentro desta agenda do Novo Desenvolvimentismo, a opção foi por evitar detalhamentos sobre os modelos utilizados em cada trabalho, priorizando pelos resultados dos mesmos.

¹¹⁴ As autoras atentam para o fato de que os países da OCDE não se dispõem a dívidas com intuito de aumentar investimentos e, se o fazem, é de forma limitada (BRESSER-PEREIRA, 2006).

países latino americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela) no período entre 1970 a 1982 (a escolha do período se refere a um período em que as transferências líquidas de recursos¹¹⁵ foram positivas para todos os países).

O método utilizado por Jedlicki (1988) para investigação do fluxo de capitais consiste na estimação da fuga destes, a fim de “captar a quantidade de entradas de capitais¹¹⁶ em relação ao déficit de transações correntes combinada com o aumento das reservas” (p. 889). Com isso, pôde observar que Argentina e Venezuela tiveram uma “taxa de fuga extremamente elevada, fazendo o autor crer que a dívida externa de ambos os países foi retorno dos investimentos realizados fora de suas fronteiras nacionais” (JEDLICKI, 1988, p. 892). México e Peru apresentaram altas taxas de fuga no período analisado. Brasil teria uma taxa média de fuga de capitais, enquanto Chile e Colômbia tiveram taxas medíocres.

Na segunda análise, Jedlicki (1988) estimou a relação entre consumo e investimento para os cinco maiores devedores dentre os sete países da sua amostra: Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, para o mesmo período anterior supracitado. Nos resultados obtidos, Brasil foi o único caso que não teve sua capacidade produtiva comprometida pela dívida. Nos outros países, houve uma redução de cerca de 1/10 de sua capacidade. Enfim, para responder à questão que consiste em saber se o capital estrangeiro contribui para o crescimento destes países, a estimação mostra que “que as entradas externas contribuíram apenas **marginalmente** para o crescimento nos países importadores líquidos de capital” (JEDLICKI, 1988, p. 899) – uma média anual de 4% para o Brasil, 3,75% para o Chile, 2,9% para o México e 1,98% apenas para o Peru. Por fim, o autor atenta para a “catástrofe” (em termos sociais e econômicos) causada por estes planos de austeridade, visto que os países devedores são também os países em desenvolvimento (“subdesenvolvidos” à época), e deverão tentar garantir ao menos o serviço desta dívida adquirida – em meio às suas dificuldades habituais. Como conclusão, não parece sensato adquirir capital estrangeiro sob estas circunstâncias, especialmente, para garantir apenas 4% de crescimento anual.

No entanto, o modelo neoclássico é contraposto com resultados empíricos, mostrando que a hipótese de substituição de poupança interna por poupança externa soa mais como uma

¹¹⁵ Jedlicki (1988) considera transferências líquidas de recursos o resultado da soma de novos empréstimos menos o serviço da dívida (p. 888).

¹¹⁶ Entrada de capitais, segundo Jedlicki (1988), é aqui compreendida como a variação na quantidade de dívida total mais investimento estrangeiro direto líquido.

estratégia para manter os países em desenvolvimento dependentes do que gerar crescimento de fato.

Em uma linha semelhante a Jedlicki (1988) e alinhada com a discussão proposta por Feldstein e Horioka (1980), Damasceno (2011) discute os possíveis benefícios da integração financeira e dos fluxos internacionais de capitais para o crescimento econômico. Partindo do pressuposto neoclássico sobre a livre mobilidade de capital já explicitado neste capítulo, a “integração financeira internacional seria particularmente benéfica para os países em desenvolvimento, pois, supõe-se, nesses países o capital é escasso e o retorno marginal do capital é alto, de modo que a integração resultaria em importação da poupança externa [...]” (DAMASCENO, 2011, p. 752).

Isto posto, o objetivo do artigo é uma exploração empírica das relações entre integração financeira, fluxo de capitais e convergência condicional¹¹⁷. Esta última variável é passível de observação porque, devido a uma escassez de pesquisas empíricas na área, o modelo neoclássico é prevalente, supondo que o efeito da integração financeira é um crescimento temporário no PIB *per capita*, o que resultaria no aumento da taxa de convergência.

As estimações de crescimento foram feitas utilizando-se de um modelo dinâmico de dados em painel, mais especificamente o Método dos Momentos Generalizáveis (GMM) com dois diferentes estimadores: *Difference* e *System*; foi utilizada uma amostra com 105 países no período de 1980 a 2004. Desta forma, Damasceno (2011) buscou reduzir o efeito de uma possível endogeneidade, além de poder explorar, com este modelo, a temporalidade incutida na análise.

Três diferentes regressões testaram diferentes relações: (i) integração financeira internacional *de jure* e convergência condicional, com a hipótese de que “a eliminação de controles sobre os fluxos internacionais de capital aumenta a taxa de convergência condicional” (DAMASCENO, 2011, p. 763-764); (ii) integração financeira internacional *de facto* e convergência condicional, sob a hipótese “a integração ao mercado financeiro internacional aumenta

¹¹⁷ A partir do modelo de crescimento de Solow, é possível dizer que economias com diferentes taxas de poupança apresentarão rendas diferentes no *steady state*, enquanto suas taxas de crescimento tenderão a serem iguais (DORNBUCH, FISCHER e STARTZ, 2013). Para Robert Barro (1991; 1997), países que investem mais tendem a ter maior taxa de crescimento em um período de tempo menor; o impacto deste crescimento no crescimento do país parece ser transitório porque, na verdade, estes países terão rendas per capita maiores – em detrimento de seu crescimento.

a taxa de convergência” (DAMASCENO, 2011, p. 764); e (iii) fluxo líquido de capitais e convergência condicional, com a hipótese de que “a importação de poupança externa aumenta a taxa de convergência condicional” (DAMASCENO, 2011, p. 764). Os resultados de cada uma das regressões refutaram as hipóteses assumidas, contrariando o modelo neoclássico. Ademais, o resultado apontou para um fluxo “inverso”: o capital flui dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, questionando seriamente a assunção de crescimento com poupança externa, tal qual faz a Teoria Novo Desenvolvimentista.

O trabalho de Rocha e Oreiro (2011) apoia-se na análise sobre os possíveis efeitos nocivos da entrada de poupança externa nos países emergentes, contrariando o modelo neoclássico de crescimento de Solow-Swan, que diz que quanto maior for a taxa de poupança de um país, maior será a sua renda *per capita* no longo prazo, sugerindo que poupança externa é necessária para o crescimento dos países em desenvolvimento. O argumento de Rocha e Oreiro (2011) é baseado em Bresser e Nakano (2003a): utilizar poupança externa para financiar o crescimento tende a gerar redução do próprio crescimento no longo prazo devido ao nível de endividamento externo dos países em questão.

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos do ingresso de poupança externa nos países em desenvolvimento, supondo que este ingresso causa “endividamento externo excessivo” (p. 35). A hipótese é que este movimento traz consigo um efeito negativo sobre os resultados macroeconômicos destes países, gerando estagnação.

Para observar tal hipótese, os autores desenvolvem um modelo de crescimento pós-keynesiano para uma economia aberta, tal qual descrito a seguir:

[...] no qual (i) o investimento em capital fixo é uma função não linear do endividamento externo como proporção do produto; e (ii) a taxa de juros doméstica é uma função crescente do endividamento externo devido ao efeito que um maior endividamento (como proporção do PIB) tem sobre o prêmio de risco país. A implicação central do modelo é de que a influência da poupança externa, ao acumular um endividamento externo além de certo limite, tem um impacto negativo sobre o nível de atividade econômica. (ROCHA e OREIRO, 2011, p. 36).

Partindo deste modelo teórico, Rocha e Oreiro (2011) partem para o teste empírico, onde verificam os efeitos da poupança externa sobre o desempenho macroeconômicos dos países em desenvolvimento. Os autores constroem um painel com 73 países de renda média, compreendendo o período entre 1980 a 2000. O modelo empírico é baseado nos modelos de crescimento

de Keynes e Kalecki, do tipo *demand side*. As estimações são feitas a partir de estimadores GMM, “visto que estes estimadores lidam com efeitos temporais não observáveis por meio da inclusão de interceptos específicos ao período” (ROCHA e OREIRO, 2011, p. 49). Os resultados dos testes atestam que a poupança externa tem de fato efeitos deletérios na macroeconomia dos países emergentes quando excede um limite de endividamento, impactando negativamente no nível de atividade econômica.

Uthoff e Titelman (1998) discutem sobre os determinantes da poupança doméstica e sobre a substituição de poupanças externa e interna em um cenário de liberalização financeira, argumentando que o grau de substituição entre ambas as poupanças depende predominantemente do tipo de fluxo de capital existente no país, dialogando diretamente com o estudo proposto por Edwards (1995).

Segundo os autores, o exercício empírico de descrever o desempenho da poupança doméstica não é simples, dificultando sua captação em modelos econométricos, e o modelo desenvolvido – uma análise da relação entre níveis de renda, crescimento e poupanças interna e externa, inflação, juros reais e dados demográficos – foi uma combinação de *cross section* e séries de tempo, utilizando efeito fixo e efeito aleatório, mais variáveis instrumentais (IV) para resolver problemas de simultaneidade. A amostra contava com 15 países da América Latina e Caribe, em um período compreendido entre 1972 e 1993.

Os resultados obtidos com os testes empíricos foram separados em três “fatos chave”, como designado pelos autores. São eles: (i) foi identificado um pequeno impacto (0,22) do crescimento sobre a poupança, o que identifica o crescimento como “uma condição necessária mas não suficiente para aumentar a poupança a um nível desejável a ponto de sustentar taxas de crescimento similares às Asiáticas” (UTHOFF e TITELMAN, 1998, p. 37). (ii) a relação negativa entre as poupanças externa e interna (-0,5) insinuam um *trade-off* na decisão do tipo de financiamento. (iii) investimento é capaz de aumentar as taxas de poupança.

Estes resultados foram importantes para que os autores compreendessem porque uma política de crescimento baseada em poupança doméstica teria resultados diferentes dos resultados apresentados no leste asiático¹¹⁸. Para Uthoff e Titelman (1998), a América Latina ainda

¹¹⁸ Uma interessante análise empírica da poupança de Taiwan pode ser encontrada no artigo de Ming-Yih Liang, intitulado “Savings in Taiwan: na empirical investigation”, de (LIANG, 1983), quando Taiwan era nação com a maior taxa de poupança interna do mundo.

não se encontra preparada para manter um ciclo de crescimento seguindo o modelo de aumento de renda, poupança e investimento. Também, outra implicação destes resultados na análise é o efeito da substituição de poupanças: segundo os autores, o uso de capital externo no financiamento da substituição de poupança interna por poupança externa causa em grande medida instabilidade e vulnerabilidade do processo de acumulação e crescimento (p. 35), citando o caso do México como exemplo.

Pegando o gancho dos trabalhos de Rocha e Oreiro (2011), que discutem o efeito do endividamento, Uthoff e Titelman (1998), que atribuem a esta estratégia um caráter “vulnerabilizante” das economias que a adotam, o artigo de Gonzalez e Lucinda (2007) abarca justamente a hipótese das crises financeiras dos últimos anos serem um possível resultado das fragilidades causadas pelas crises do Balanço de Pagamentos (ou crises cambiais).

O argumento versa um efeito da abertura comercial em termos de aumento do endividamento das economias e, a partir disso, como os países lidam com esta impossibilidade de rolagem de dívida externa, especialmente quando não conseguem captar mais capital externo devido a avaliação de capacidade de pagamento a qual são submetidos. De acordo com os autores, um país seria considerado “insolvente” quando não houvesse reservas suficientes para o pagamento do passivo de sua dívida. Adotando a convenção de utilização da relação entre dívida externa e exportações (D/X) como monitoramento de solvência, o artigo mostra como a adoção da poupança externa como estratégia de crescimento afeta esta relação, visto que sobrevaloriza o câmbio. A hipótese é que há uma piora na relação D/X em decorrência desta valorização.

[...] a recorrência à poupança externa significa, por definição, acúmulo de déficits em conta corrente. Este acúmulo deteriora as restrições de solvência e liquidez, monitoradas pelos credores a fim de decidir a aprovação ou renovação de operações. Quando estas restrições não são atendidas, eclode a crise (GONZALEZ e LUCINDA, 2007, p. 6).

A hipótese por trás do modelo, como já explicitada na citação acima, é que a deterioração das condições de solvência e liquidez, advinda da captação de poupança externa, é capaz de explicar as recentes crises financeiras. Diante desta premissa, foi realizada uma análise de painel com 14 países, compreendendo os anos de 1990 a 2002, a partir de dados trimestrais. Dois métodos foram empregados: o *Least Square Dummy Variable* (LSDV) e GMM. Cada um dos métodos foi estimado duas vezes, variando os períodos: (i) 1995 a 2000; e (ii) 1990 a 2002.

A intenção era tentar captar dois efeitos, sendo que o período (ii) contava como relevante para os argumentos teóricos dentro do contexto de crises. Um terceiro modelo foi empregado para verificar os resultados ao inserir a *dummy* “crise¹¹⁹” no modelo, portanto, um *logit*.

Para os modelos LSDV aplicado aos períodos (i) e (ii) e GMM, também aplicado aos dois períodos propostos, os resultados corroboram as evidências teóricas preconizadas pelos autores. O mesmo acontece para o *logit*. Quanto aos resultados, “os dados dão suporte empírico às considerações teóricas e evidenciam os efeitos das restrições de solvência e liquidez, deterioradas pelo acúmulo de déficits em conta corrente, sobre a probabilidade de ocorrência de crises financeiras” (GONZALEZ e LUCINDA, 2007, p. 14).

Em Rocha e Gala (2011), a discussão é acerca da condição do câmbio como variável macroeconômica chave para o crescimento. Assim, o artigo discute e investiga relações entre as variáveis: taxa de câmbio real, poupança interna e poupança externa em países emergentes. A ideia por trás desta análise é a hipótese do câmbio competitivo e superávit comercial como promotores de crescimento econômico, *vis-à-vis* a estratégia adotada pelos gigantes asiáticos (China e Coreia, por exemplo).

O objetivo do teste empírico apresentado pelos autores é verificar se a taxa de câmbio real tem efeitos nas poupanças externa e interna, confrontando a hipótese de Montiel e Sérven (2008)¹²⁰. Para tanto, foram utilizados dados de 83 países de renda média¹²¹, em painel. O período observado vai de 1980 a 2000. Também nesta análise, foram utilizados estimadores GMM. Como resultado das estimações (estatisticamente significantes e robustos), viu-se uma “relação positiva entre o índice de desvalorização relativa da taxa de câmbio real [...] e a poupança doméstica/PIB” (ROCHA e GALA, 2011, p. 362), contrapondo-se ao resultado encontrado por Montiel e Sérven, em 2008.

De acordo com o resultado encontrado, é possível dizer que a desvalorização do câmbio tem efeitos benéficos na taxa de poupança interna, ou seja, para a acumulação de capital interna.

¹¹⁹ Esta *dummy* foi criada com base na variável Pressão no Mercado Cambial (PMC): quando esta se apresenta acima da média, assumiu o valor 1, ou seja, situação de crise. Para melhores explicações, ver Gonzalez e Lucinda (2007).

¹²⁰ Segundo Montiel e Sérven (2008), os efeitos do câmbio real sobre as taxas de poupança interna desaparecem se não houver aumento transitório da renda real.

¹²¹ Segundo classificação do Banco Mundial.

Em outras palavras, o câmbio pode mesmo ter um caráter chave na promoção do desenvolvimento e crescimento econômicos, visto que, impondo barreiras à entrada de fluxos internacionais de capitais, este fortalece a economia doméstica..

A proposição teórica de Bresser-Pereira, Araújo e Gala (2014) em seu artigo “Um estudo empírico da substituição de poupança interna pela externa no Brasil” aponta que:

[...] uma sobrevalorização da taxa de câmbio pelo lado da demanda provoca diminuição das oportunidades de investimento ou das expectativas de lucro dos empresários, o que, em consequência, implica menores lucros e poupança interna. Ao mesmo tempo, pelo lado da renda, o aumento da massa de salários causado pela apreciação do câmbio, ao aumentar o consumo e diminuir a massa de lucros, leva à queda do investimento financiado pela poupança interna. Além disso, destacamos que, em função da valorização cambial, a poupança interna pode ser substituída pela poupança externa” (BRESSER-PEREIRA, ARAÚJO e GALA, 2014, p. 9)

O objetivo deste estudo é explorar este arcabouço teórico para o caso do Brasil. Como em uma primeira etapa, as relações entre (i) poupança privada doméstica e taxa de câmbio real e (ii) poupança externa e poupança interna foram observadas a partir de séries históricas, no período de 1950 a 2007¹²². Para a relação (i), foi observada uma correlação positiva entre as variáveis (os autores atentam para uma pequena defasagem entre as trajetórias das variáveis em questão). Na relação (ii), foi observada uma correlação negativa entre as trajetórias da poupança externa e da poupança interna. Em outras palavras, isto quer dizer que, quando há um aumento da taxa de poupança externa, há uma redução da taxa de poupança interna e vice-versa. Esta observação pactua da teoria de Edwards (1995), em que maiores níveis de poupança externa estão associados com menores níveis de poupança interna, ocasionando *crowd out*.

A segunda etapa do estudo empírico debruçou-se sobre a relação da poupança total da economia com a taxa de câmbio real, mas desta vez utilizando um período de análise menor: do terceiro trimestre de 1994 ao terceiro trimestre de 2013. A escolha deste interregno foi baseada no fato de ter havido muitas oscilações nas contas nacionais pré-Plano Real, o que comprometeria o modelo. Uma série de testes foram aplicadas a fim de garantir a robustez do modelo, e os resultados vêm a seguir¹²³:

¹²² Os gráficos referentes a estas relações podem ser encontrados em Bresser-Pereira, Araújo e Gala (2014).

¹²³ Como é comum a este tipo de estudo, o teste de raiz unitária foi devidamente aplicado e seu resultado foi a detecção da raiz unitária das séries. Por se tratar de um modelo de praxe, a opção foi por não elencá-lo como evidência empírica.

- a) *Teste de quebra estrutural*: tem por objetivo observar se há diferenças de parâmetros entre as séries. Para este estudo, foi observado que há uma quebra estrutural na segunda metade do ano de 2002.
- b) *Teste de quebra estrutural – resíduos recursivos*: pode ser entendida como uma confirmação da quebra estrutural identificada com o teste (a). Neste caso, há a estipulação de linhas críticas e, caso estas sejam ultrapassadas, dá-se a confirmação da instabilidade dos parâmetros – o que ocorreu para esta amostra neste teste. A explicação para esta quebra, encontrada pelos autores, foi o momento de instabilidade macroeconômica ocorrida em 2002, tendo em vista a eleição presidencial do mesmo ano e a crise do BP.
- c) *Teste de cointegração*: é, em suma, um teste que tende a observar relações estáveis entre as variáveis ao longo ao tempo. Mais uma vez, o teste mostrou que há correlação entre as séries apresentadas no modelo.
- d) *Vetor de correção de erros*: o resultado apresentado para este teste mostrou que a poupança pública não é capaz de deslocar a privada, embora a primeira contribua para o aumento da segunda (p. 20). A respeito da substituição de poupanças, o modelo mostra que esta não é completa: quando há um aumento da poupança externa em 10%, há uma redução da poupança doméstica em 1,6% no primeiro período, contra 5,6% no segundo período.

Por fim, “a partir dos dados apresentados, observamos que [...] a poupança privada respondia positivamente a um choque no câmbio e na poupança pública e negativamente a um choque na poupança externa” (BRESSER-PEREIRA, ARAÚJO e GALA, 2014, p. 21).

Em consonância com a teoria e resultados apresentados por Bresser-Pereira, Araújo e Gala (2014), Barreto, Veloso e Ilha (2013) partem da premissa de que a estratégia de crescimento com poupança externa, adotada desde a introdução do Plano Real, em 1994, não cumprem sua promessa de desenvolvimento com aumento dos investimentos, mas, ao contrário, causam apreciação cambial e substituição de poupança interna pela externa. Os efeitos são descritos a seguir:

Os efeitos do uso excessivo de poupança externa se materializam através da taxa de câmbio. Essa influência, ao provocar apreciação cambial afeta a dinâmica econômica através da perda de competitividade da indústria no comércio internacional, do aumento das importações e da perda de participação da indústria no PIB. Outro ponto importante, diz respeito ao aumento da dependência externa, pois com

uma taxa de câmbio sobreapreciada ocorre aumento dos déficits em transações correntes e, assim, a necessidade de atrair capital estrangeiro se torna determinante para o equilíbrio do balanço de pagamentos. No entanto, a maioria dos recursos externos ingressantes no país tem como objetivo aproveitar o diferencial da taxa de juros existente. Portanto, um país ao ter elevado grau de dependência externa acaba sofrendo com a substituição das poupanças e com apreciação cambial (BARRETO, VELOSO e ILHA, 2013, p. 4-5)

Para comprovar esta hipótese, os autores propõem uma abordagem empírica utilizando um mecanismo de correção de erros, utilizando dados do Brasil, no período que vai de 1995 a 2011. A escolha do período se deu de acordo com o contexto histórico brasileiro: a introdução do Plano Real em 1994 trouxe consigo a estratégia de crescimento com poupança externa, portanto o período compreendido busca observar como se comportam as variáveis macroeconômicas dentro deste período.

A estimação dos modelos usando o mecanismo de correção de erros ocorreu após testes preliminares serem realizados, a fim de validar a amostra para a finalidade desejada. Foram estimados dois modelos: (A) *log-log* e (B) *log-lin* para curto e longo prazos.

Os resultados para o modelo (A), que tem por objetivo verificar as variações do PIB ante as oscilações das variáveis independentes, mostram que o investimento direto estrangeiro (IED) tem um pequeno impacto no PIB no curto prazo (1% de IED gera apenas 0,06% no PIB), enquanto a poupança doméstica, no longo prazo, tem um efeito de 0,74% no PIB. Seu impacto no curto prazo, no entanto, é similar ao do IED: 1% de poupança gera um incremento de 0,085% no PIB. A depreciação cambial (1%) eleva o PIB a 0,087% no longo prazo.

Para o modelo (B), analisando os impactos das variáveis no comportamento da poupança interna, os resultados apontam para o seguinte quadro: um aumento no PIB impacta positivamente na poupança interna, sendo que uma 1 unidade de PIB em seu valor absoluto aumenta a poupança em questão em 1,2%. Já a poupança externa tem o efeito contrário sobre a poupança doméstica: 1 unidade de poupança externa reduz em 0,11% a taxa de poupança interna. Segundo os autores, esta seria a taxa de substituição entre as poupanças. O câmbio (1 unidade em valor absoluto), quando desvalorizado, impacta positivamente na poupança interna – cerca de 0,6%.

Assim, é possível dizer que os resultados obtidos por Barreto, Veloso e Ilha (2013) contribuem para a Teoria Novo Desenvolvimentismo à medida em que demonstram que o uso excessivo da poupança externa não só não complementa a poupança interna, mas provoca apreciação cambial e substitui a própria poupança interna (p. 16).

Com uma proposta diferenciada em relação às abordagens previamente relatadas, Aizenman, Pinto e Radziwill (2004) utilizam uma medida de autofinanciamento de estoque de capital doméstico para verificar se poupança externa é uma saída viável para países emergentes. A metodologia proposta é baseada na razão entre poupança nacional bruta e investimento nacional bruto. Para os autores, esta razão permite saber qual é a taxa de autofinanciamento – ou a parcela de capital doméstico financiado por poupança interna (p. 5).

A amostra utilizada contempla dados das contas nacionais de 47 países na década de 1990 – quando o maior grau de abertura internacional se deu de forma massiva. Os autores atentam para os percalços do modelo: trata-se de uma medida muito agregada, completamente sujeita à qualidade dos dados obtidos; sendo ainda passível de ser revista. Ao calcular a medida de autofinanciamento, os autores encontraram resultados interessantes, como a marca de 90% de autofinanciamento dos países em desenvolvimento à época. Além disso, verificou-se que esta taxa manteve-se estável ao longo da década em questão.

Outra constatação convergente com a teoria abordada nesta dissertação é a falta de evidência acerca de um possível “*growth bonus*” atrelado ao aumento de financiamento por poupança externa. Ao contrário: ao longo dos anos 1990, países com maior taxa de autofinanciamento cresceram significativamente mais rápido que países com baixa taxa de autofinanciamento (AIZENMAN, PINTO e RADZIWILL, 2004).

Um contraponto entre Ásia e América Latina é apontado: enquanto na América Latina há uma tendência (ainda que fraca) a dispersão da relação de financiamento, com um declínio marginal em relação à média (de 0,9 para 0,87), a Ásia apresenta queda na dispersão em relação à média geral, aumentando seu autofinanciamento de 1,01 para 1,06 ao longo da década de 1990. Os autores argumentam que a Ásia acumulou capital via autofinanciamento após a crise de 1997-8, enquanto a América Latina e África fizeram mais uso de poupança externa – um aumento de cerca de 3%.

Ao fazer uma relação entre PIB real *per capita* e volatilidade de autofinanciamento, foi observado pelos autores que, na média, maiores taxas de autofinanciamento estavam associadas com um aumento significativo nas taxas de crescimento (medidas em PIB). Quando o autofinanciamento aumentava de 1 para 1,1, o aumento no PIB passava de 2,8% para 4,4% (AIZENMAN, PINTO e RADZIWILL, 2004).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, uma breve revisão de literatura foi realizada. Diferente dos capítulos anteriores, mais teóricos, a intenção desta seção era justamente sistematizar a literatura empírica existente que corrobora a Teoria Novo Desenvolvimentista, especificamente no que tange a abordagem quanto a crítica a estratégia de crescimento com poupança externa. De acordo com os resultados encontrados, é possível apontar que a hipótese assumida pela teoria neoclássica de crescimento com poupança externa para países em desenvolvimento não se apresenta correta: as evidências contrariamente apontam para as falhas deste modelo, que acarretam efeitos deletérios em termos macroeconômicos para os países em questão.

É possível verificar, ao longo dos trabalhos coletados, que resultados contra sensuais vem sendo encontrados em trabalhos com abordagem não-ortodoxa, sugerindo uma possível corrente teórica em formação.

O que também pôde ser verificado foi uma relativa escassez de estudos empíricos que contrariam a teoria econômica convencional, o que apresenta uma lacuna talvez desconhecida no âmbito das pesquisas em desenvolvimento, muito provavelmente porque a teoria coloca como axiomática, intuitiva e óbvia a causalidade entre poupança externa e crescimento, assim, não se testa empiricamente, sob pena de romper com o paradigma teórico ou por simplesmente deixarem os resultados com status de anomalias ou quebra-cabeça teórico, sem necessidade de resolução, mas fruto do acaso ou de condições excepcionais, deixando as consequências anômalas fora da teoria, sem explica-las. Por este motivo, este capítulo não apenas sistematiza estudos convergentes como também atenta para a necessidade de ampliar os testes quanto aos novos pressupostos abarcados pela Teoria Novo Desenvolvimentista.

Abaixo encontra-se um quadro resumo dos resultados dos trabalhos empíricos estudados:

Quadro resumo dos resultados dos trabalhos empíricos

Autor	Ano	Pergunta/Hipótese	Período de análise	Resultado
Feldstein & Horioka	1980	Se a hipótese da perfeita mobilidade de capital é verdadeira, deve haver baixa correlação entre poupança e investimento domésticos.	1960-1974	Ao contrário do que supõe a teoria neoclássica, os autores encontraram alta correlação entre as variáveis observadas no modelo: poupança e investimento domésticos.
Jedlicki	1988	Capital internacional contribui ou não para o crescimento dos países endividados? autor também parte da ótica de relação entre poupança e investimento.	1970-1982	A entrada de capitais influencia apenas marginalmente no crescimento; por se tratar de países com dívida ativa, o aumento desta não vale a pena – em detrimento do crescimento pífio adquirido.
Damasceno	2011	Partindo do pressuposto neoclássico, o autor testa a hipótese da livre mobilidade de capitais: o fluxo da renda parte dos países com capital abundante e vai para países com escassez de capital, gerando uma alocação eficiente.	1980-2004	Os resultados obtidos sugerem que o capital flui, na verdade, de países em desenvolvimento para países desenvolvidos; o estudo aponta que a integração financeira e a mobilidade de capitais não incorrem em convergência condicional.
Rocha e Oreiro	2011	O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos do ingresso de poupança externa nos países em desenvolvimento, supondo que este ingresso causa “endividamento externo excessivo”. A hipótese é que este movimento traz consigo um efeito negativo sobre os resultados macroeconômicos destes países, gerando estagnação.	1980-2000	Os resultados dos testes atestam que a poupança externa tem de fato efeitos deletérios na macroeconomia dos países emergentes quando excede um limite de endividamento, impactando negativamente no nível de atividade econômica.
Uthoff e Tietelman	1998	As análises realizadas neste artigo pretendiam checar tendência de estar havendo <i>crowd out</i> na América Latina.	1972-1993	O teste mostrou um baixo impacto da poupança interna no crescimento do país, sugerindo que a poupança é uma condição necessária mas não suficiente. Além disso, foi verificado que um aumento da taxa de investimento teria efeitos positivos na poupança, tendo efeitos diretos no crescimento.
Gonzalez e Lucinda	2007	É possível dizer que as crises financeiras são resultado das fragilidades causadas pelas crises do Balanço de Pagamentos?	1990-2002	As análises empíricas corroboram a teoria utilizada pelos autores e “evidenciam os efeitos das restrições de solvência e liquidez, deterioradas pelo acúmulo de déficits em conta corrente, sobre a probabilidade de ocorrência de crises financeiras” (p. 14).

Rocha e Gala	2011	O objetivo do teste empírico apresentado pelos autores é verificar se a taxa de câmbio real tem efeitos nas poupanças externa e interna, confrontando a hipótese de Montiel e Sérven (2008).	1980-2000	Como resultado, foi observado que a desvalorização do câmbio tem efeitos benéficos na taxa de poupança interna, ou seja, para a acumulação de capital interna.
Bresser-Pereira, Araújo e Gala	2014	O objetivo é investigar as relações entre taxa de câmbio real e poupanças externa e interna. A hipótese é que uma apreciação da taxa de câmbio causada pelo financiamento do déficit em conta corrente leva à uma queda na taxa de poupança interna, ocasionando substituição de poupanças.	1994-2013	A análise econométrica indica que há relação estável no longo prazo entre taxa de câmbio e poupança interna e que, quando há depreciação do câmbio, é verificada um aumento na taxa de poupança interna (o contrário é verdadeiro: em havendo apreciação, há substituição de poupança interna por externa).
Barreto, Veloso e Ilha	2013	Os autores partem da premissa de que a estratégia de crescimento com poupança externa, adotada desde a introdução do Plano Real, em 1994, não cumprem sua promessa de desenvolvimento com aumento dos investimentos, mas, ao contrário, causam apreciação cambial e substituição de poupança interna pela externa.	1995-2011	Foi encontrado que a poupança externa tem impacto negativo na poupança interna. Além disso, o câmbio e a poupança interna têm um efeito significativo no crescimento ao longo do tempo.
Aizenman, Pinto e Radziwill	2004	Os autores utilizam de uma medida de autofinanciamento de estoque de capital doméstico para verificar se poupança externa é uma saída viável para países emergentes.	1990's	Ao longo dos anos 1990, países com maior taxa de autofinanciamento cresceram significativamente mais rápido que países com baixa taxa de autofinanciamento. Outra constatação dos autores foi a observação do comportamento dos continentes: enquanto a Ásia acumulou capital e cresceu, a América do Sul continuou fazendo uso de capital externo e teve aumentos insípidos no crescimento.

Fonte: elaboração própria

COCLUSÃO: BALANÇO DAS TEORIAS

Após a análise da poupança externa sob o enfoque do Desenvolvimentismo Clássico e da Teoria Novo Desenvolvimentista é possível fazer um balanço dessas teorias, retirando algumas conclusões que estão aqui divididas em comparações metodológicas gerais, comparação do posicionamento em relação à poupança externa e uma comparação mais de metodologia científica mostrando que a Teoria Novo Desenvolvimentista faz das consequências anômalas às teorias ortodoxas e do Desenvolvimentismo Clássico como fatos científicos novos, dando explicações teóricas para elas.

8 COMPARAÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS

Em termos gerais o Desenvolvimentismo Clássico e a Teoria Novo Desenvolvimentista possuem divergências e convergências. Ambas convergem no método estruturalista de análise. O Estruturalismo Latino Americano e a Teoria Novo Desenvolvimentista, porém, justamente por conta desse método é que as diferenças do contexto histórico de cada teoria podem explicar parcialmente duas divergências entre elas, o resultado do capital externo na história econômica de cada teoria e o refino macroeconômico que o contexto histórico exigia. Essas divergências e convergências serão explicadas abaixo.

A macroeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista como um todo, mas especialmente no tema sobre o qual essa pesquisa se debruçou, a crítica do crescimento econômico com poupança externa, segue o método histórico, visto que seu início se dá exatamente nas observações históricas do péssimo desempenho econômico das economias latino-americanas comparadas com as economias dinâmicas asiáticas, que partilhavam do subdesenvolvimento nas décadas de 1950 – 1960, mas que depois da década de 1980, seguiram trajetórias diferentes, com as economias asiáticas dinâmicas rejeitando a estratégia de crescimento com poupança externa.

As a theory, New Developmentalism is a historical-deductive (not hypothetic deductive) theory based on historical experience. So, it is based on really existing developmentalism, particularly on the successful history of the East Asian countries, but both should not be mixed up. [...] (BRESEPEREIRA, 2015, p. 1)

Como dito anteriormente, parte das divergências entre estes arcabouços teóricos pode ser explicada exatamente pelo contexto histórico no qual estão localizados, até porque, como afirma Schumpeter, a teoria econômica é historicamente condicionada:

Therefore, **any treatise** that attempts to render ‘the present state of science’ **really renders methods, problems, and results that are historically conditioned and are meaningful only with reference to the historical background from which they spring**. To put the same thing somewhat differently: the state of any science at any given time implies its past history and cannot be satisfactorily conveyed without making this implicit history explicit. Let me add at once that this pedagogical aspect will be kept in mind throughout the book and that it will guide the choice of material for discussion, sometimes at the expense of other important criteria. (SCHUMPETER, 2006, p. 3, grifos nosso).

Nesse sentido, a própria base metodológica da Teoria Novo Desenvolvimentista, por meio das contribuições do seu principal teórico, Bresser-Pereira, pode ser explicada tendo em vista o fato histórico novo.

Enquanto a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico se origina no pós-guerra e tem seu auge nos anos 1950, declinando na década de 1960, a reflexão da Teoria Novo Desenvolvimentista inicia-se em 2001-2003, mas tendo como fato original de reflexão exatamente a crise da dívida externa da década de 1970, pois tem importância fundamental como fato histórico novo.

Evidente que a crise da dívida não é explicada por si só, mas tem como antecedentes-causas o fim de Bretton Woods, as crises do petróleo, a mudança da política norte-americana quanto ao dólar e aos juros. A sequência dessa crise é a década perdida de 1980, cujo pano de fundo é a crise e o fim da URSS e a queda do muro de Berlim, trazendo a ascensão do neoliberalismo e o seu primeiro Consenso de Washington, que propõe duas alternativas simultaneamente: uma proposta de reforma do desenvolvimentismo dos países latino-americanos e uma proposta de liberalização geral da economia para assumir o lugar da regulação de Bretton Woods.

O Segundo Consenso de Washington amplia essa proposta de liberalização e está por trás da estratégia de crescimento com poupança externa propagada pelos organismos internacionais, mercado financeiro internacional e líderes dos países desenvolvidos, em um contexto de mercados globalizados.

Assim como a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico vai responder às mudanças trazidas para o crescimento dos países subdesenvolvidos desde a Primeira Guerra, a Grande Depressão e a Segunda Guerra, a Teoria Novo Desenvolvimentista é a teoria para o desenvolvimento dos – agora – países de renda média ou economias emergentes, para o período após as crises do final de década de 1990 e início de 2000, assim como para o período após a crise dos *subprime* de 2007-2008, quando os fatores que haviam trazido um *boom* das economias latino americanas cessaram¹²⁴.

Os autores da Teoria do Desenvolvimentismo Clássico – antes da crise da dívida – contavam com experiências de sucesso em relação à ajuda internacional, tal qual o Plano Marshall, mas também com os avanços das economias Coreana e Japonesa, que tiveram ajuda norte-americana. Já os autores da Teoria Novo Desenvolvimentista tiveram como exemplos históricos a própria crise da dívida, cujos autores fundadores participaram do seu debate, e depois e de uma série de crises financeiras cambiais subsequentes, que afetaram o Brasil. Evidentemente que não é possível quantificar essa influências, mas se os autores da Teoria do Desenvolvimentismo Clássico explicitamente usam o exemplo exitoso do Plano Marshall para incentivarem a entrada de capitais externos, os autores da Teoria Novo Desenvolvimentista colocam o resultado catastrófico da entrada do capital externo desde a década de 1970 como que seu marco histórico inicial, o que tem um significado importante.

Ainda pensando historicamente, como Bresser-Pereira (2001a) bem mostra, a política macroeconômica torna-se estratégica exatamente pelo primeiro fato histórico novo, o da crise da dívida, que gerou a crise fiscal do Estado e o contexto de grande inflação, trazendo tempos difíceis sobre os quais as decisões de política econômica se tornam vitais, da mesma forma que as crises dos últimos trinta anos tornaram essas decisões ainda mais complexas.

¹²⁴ “[...] o recente auge das economias latino-americanas, que é explicado pela coincidência de dois fatores externos que não ocorriam simultaneamente desde os anos 1970: bons preços de matérias-primas (de combustíveis e minérios, mais do que agrícolas) e excepcionais condições de financiamento externo. Neste último caso, a característica marcante foi a entrada massiva de capitais durante os dois períodos de “exuberância” dos mercados financeiros internacionais [2004 – 2007] [...]” (OCAMPO, 2010, p. 61). A esse respeito é interessante notar que o *boom* da economia brasileira no segundo governo Lula parecia ir contra a Teoria Novo Desenvolvimentista, mas após a crise de 2008, inicia-se um novo ciclo de semi-estagnação e crises de Balanço de Pagamentos, como prevê a Teoria Novo Desenvolvimentista.

Por conta desse segundo fato histórico novo é que a Teoria Novo Desenvolvimentista fará um grande percurso de refinamento macroeconômico para chegar ao câmbio como variável-chave da macroeconomia; não obstante, desenvolvendo sua teoria para os outros quatro preços fundamentais macroeconômicos: a taxa de lucro, a taxa de juros, a taxa de inflação e a taxa de salários – e analisando seus respectivos desequilíbrios.

Especialmente para o Estruturalismo Latino Americano, o desenvolvimento de uma teoria macroeconômica não era seu foco principal, embora tenha avançado bastando justamente no planejamento das economias como um todo. Porém, algumas limitações eram claras, basta imaginar que no Brasil, apenas em 1964 há a criação do Banco Central e seus autores não lidavam com as variáveis da macroeconomia como é feito desde a década de 1980, pelo menos, bem como tinham bastantes dificuldades para a coleta de dados (BRESSER-PEREIRA, 2001a).

A Teoria do Desenvolvimentismo Clássico utilizava o modelo de Harrod-Domar como ferramenta macroeconômica, que tem nítidos problemas quanto o estabelecimento da relação causal entre poupança e investimento, de tal forma que não desenvolvia teoricamente nem o modelo, nem o testavam empiricamente; similarmente, não buscavam novos meios para basear os planos e projetos de desenvolvimento, simplesmente o adotaram e o utilizaram, assim como o Banco Mundial fez durante décadas (EASTERLY, 2004). Assim, pela diferença dos contextos históricos, há esse segundo ponto de divergência entre as teorias, o desenvolvimento macroeconômico de suas teorias.

Um ponto de convergência entre a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico e a Teoria Novo Desenvolvimentista é o enfoque estruturalista. É a junção de uma análise mais constitutiva do problema econômico com uma preocupação precípua com o desenvolvimento. A Teoria Novo Desenvolvimentista não desconsidera a própria análise das estruturas econômicas e sociais, sobretudo ao tentar entender como essas estruturas condicionam o desenvolvimento econômico: *“New Developmentalism is an economic theory, but, since it adopts a historical and holistic approach, the social and political aspects are an essential component.”* (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 1).

Por exemplo, para a Teoria Novo Desenvolvimentista, tanto o mercado como o Estado são fundamentais para o desenvolvimento econômico, assim como uma coalização de classes que legitime e sustente uma estratégia para o desenvolvimento econômico, temas que sempre

foram de fundamental importância para o Estruturalismo Latino-Americano, embora o mercado e o Estado estivessem em plena construção nas décadas de 1950 e 1960.

Outro ponto de convergência é o aspecto do nacionalismo que é partilhado entre o Estruturalismo Latino Americano e o Novo Desenvolvimentismo. Há, entretanto, que tomar cuidado com o termo: o nacionalismo aqui referido não se trata de um nacionalismo problemático e xenófobo, ou aquele que é simplesmente avesso a qualquer coisa “internacional”; ao contrário, é o nacionalismo que busca o desenvolvimento nacional, pautado no Estado-Nação, pensando na globalização e no capital internacional não como o motor do desenvolvimento, mas nas suas relações com o desenvolvimento nacional, analisando no que contribui e naquilo que se torna um obstáculo ao desenvolvimento, propondo formas de superá-lo, algo muito mais no sentido do “capital se faz em casa”, o que, para a Teoria Novo Desenvolvimentista não significa que se faça sem capital externo, mas que se faz com superávit ou equilíbrio das contas externas, portanto, com um saldo positivo em relação às entradas de capital internacional, ou no mínimo, um saldo sustentável.

Assim é que para dois fatos históricos novos, como os citados, são necessárias explicações novas, nova teoria, sem contar com todas as mudanças históricas, em especial o fim de Bretton Woods. Essa é a proposta da Teoria Novo Desenvolvimentista, um esforço teórico para explicar tais mudanças e propor alternativas para enfrenta-las. Porém, a preocupação de antes permanece a mesma, como conseguir transformar as economias subdesenvolvidas em desenvolvidas? As duas correntes teóricas convergem com essa preocupação.

9 COMPARAÇÃO SOBRE O CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA

A Teoria do Desenvolvimentismo Clássico não possuía uma teoria específica sobre o crescimento com poupança externa, mas sim uma teoria geral sobre o desenvolvimento. A poupança externa, contudo, tinha um caráter muito importante, visto que poderia ser usada como solução para dois grandes entraves ao desenvolvimento: a carência de poupança e o desequilíbrio externo, em termos do Estruturalismo Latino Americano, ou o duplo hiato, de capital e comércio, em terminologia de Chenery e Strout (1966).

Praticamente todos os autores consideravam a entrada do capital externo como solução¹²⁵, com diferenças no tratamento dessa questão, mas todos colocavam condicionalidades a essa entrada de capitais, que iam desde a forma dessa ajuda, tais como investimento externo direto ou empréstimos governamentais; no questionamento nas mãos de quem ela ficaria e como seria usada, se para ampliar o consumo ou ampliar a poupança; e que deveria ser sustentável e não gerar dívidas impagáveis. Todos chegam à conclusão que deveria ser temporária, até sanar os problemas que identificavam, para atingir um desenvolvimento autossustentável, ou seja, aquele que não necessite de mais ajuda internacional para ocorrer, que tenha seus obstáculos já rompidos, que tenha bases sólidas internas de sustentação.

Esses temas servem para comparação entre as duas teorias, começando pela comparação em relação as respostas aos problemas da restrição externa pelas duas teorias e passando a analisar os condicionantes da ajuda externa especificados pela Teoria do Desenvolvimentismo Clássico em comparação com a Teoria Novo Desenvolvimentista propriamente dita.

Quanto a restrição externa, apenas durante o declínio do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações é que os teóricos do Estruturalismo Latino-Americano tentaram de forma mais clara modifica-lo para exportação de manufaturados¹²⁶, o que enfrentaria os problemas do estrangulamento externo, não usando a poupança externa, mas ampliando as modificações da estrutura produtiva para que as exportações tivessem um papel importante na superação da restrição externa.

Já para Teoria Novo Desenvolvimentista¹²⁷, a exportação de manufaturados tem papel fundamental dentro de um projeto de desenvolvimento, pois: i) ao mesmo tempo que dá dinâmica ao processo de desenvolvimento, permite uma inserção melhor na globalização; ii) esti-

¹²⁵ “From the emphasis on capital accumulation, industrialization, and planning, there emerged a case for foreign aid. The resource gap between the domestic investment required to fulfill the development plan's target growth rate and the possible amount of domestic savings would be filled by foreign aid.” (MEIER, 1984, p. 18-19). Bastos e Britto, ao fazer a introdução ao livro que reuniu textos clássicos do Desenvolvimentismo, chega a mesma conclusão: “A maioria dos autores segue a visão tradicional que relaciona diretamente a existência de um déficit externo, ou a necessidade de poupança externa, a uma carência de poupança interna.” (BASTOS e BRITTO, 2010, p. 22)

¹²⁶ “[...] exaurido a estratégia de substituição de importações, o país terá de recorrer às exportações para crescer, agora usando sua mão de obra de custo relativamente baixo para exportar manufaturados.” (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014, p. 126)

¹²⁷ A parte teórica fundamental que traz essa visão dentro da macroeconomia desenvolvimentista é exatamente a que trata da Doença Holandesa, pois uma vez que se proceda a sua neutralização a conta-corrente torna-se necessariamente superavitária o que resulta em maior crescimento econômico, mas com despoupança externa.

mula o investimento industrial; iii) por meio dos superávits comerciais provocados pela melhora das exportações oriunda do câmbio de equilíbrio industrial, permite o crescimento com superávit em conta corrente ou pelo menos equilíbrio nas contas externas, o que dá resposta à restrição externa e ao problema das duas elasticidades, ao mesmo tempo que traz uma mudança estrutural da economia o que combate também a deterioração dos meios de intercâmbio. De forma simplificada: a resposta à restrição externa dado pela Teoria Novo Desenvolvimentista é a desvalorização cambial que seja compatível com o equilíbrio industrial e que, portanto, neutraliza a restrição externa (BRESSER-PEREIRA, 2014a).

Enquanto Prebisch (1963) e Tavares (2010 (1964-a)) e (2010 (1964-b)) buscavam formas de incentivar ou de recomendar a exportação de manufaturados, para a Teoria Novo Desenvolvimentista a viabilidade da exportação de manufaturados está na taxa de câmbio de equilíbrio industrial, embora haja também uma busca de política de incentivo de exportações e de acordos comerciais que estimulem as exportações, conforme Bresser-Pereira e Nakano (2003a). Por meio da própria estratégia de crescimento com despoupança externa, portanto, contando com o câmbio no patamar de equilíbrio industrial, a taxa de juros não teria mais a função e atrair capitais estrangeiros, que deixariam de ser excessivos, contribuindo ainda mais para estimular o investimento industrial, não apenas das atividades exportadoras.

É importante apontar que embora haja convergência quanto ao papel das exportações para o desenvolvimento, a solução da Teoria Novo Desenvolvimentista não é um simples incentivo, mas a resolução de um problema estrutural, a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da moeda nacional.

Quanto às condicionalidades aos empréstimos internacionais, Nurkse (2007 (1951)), faz considerações em relação a sua instabilidade e ainda diz que os capitais de curto prazo não servem para financiar o desenvolvimento econômico:

Um país exportador de capital não tem obrigação legal de conceder novos empréstimos; pode cessar de fazê-lo e isto, combinado com os requisitos legais de amortização dos velhos empréstimos, induzirá, não simplesmente à cessação, mas de fato a uma reversão do sentido do movimento de capital, a um fluxo de retorno que pode não ter relação alguma com qualquer modificação básica das condições econômicas. A situação é ainda pior no caso dos movimentos de capitais a curto prazo, que podem ser retirados mediante curto aviso. Tais fundos de capital não podem ser usados de modo algum para o desenvolvimento econômico. (NURKSE, 2007 (1951), p. 184-185)

Nurkse via pontos negativos nesses empréstimos quanto à sua precariedade, bem como uma grande incerteza em relação a sua continuidade, podendo os emprestadores encerrarem o fluxo sem qualquer justificativa. A Teoria Novo Desenvolvimentista compartilha de tal preocupação: “O desenvolvimento do país não pode depender da poupança externa. Não apenas porque os fluxos de capital são muito instáveis, revertendo-se a qualquer momento, mas também porque há um elemento perverso neles.” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2002, p. 154).

A diferença é quanto ao enfoque. Embora a Teoria Novo Desenvolvimentista não desconsidere os problemas das incertezas dos fluxos internacionais, sua ênfase está na preocupação das consequências trazidas para o desenvolvimento que ocorrem por conta exatamente desse mecanismo perverso que é explicado macroeconomicamente pela sua teoria: basicamente se refere à depreciação do câmbio e seus efeitos sobre o acesso à demanda, interna e externa, para o capitalista, assim como duas consequências da estratégia de crescimento com poupança externa: a geração de um endividamento explosivo que culmina em crises cambiais cíclicas e uma alta substituição da poupança interna pela externa, por conta da ampliação do consumo causado pela apreciação, o que reduz ou anula seu efeito em relação aos investimentos, daí a perversidade deste mecanismo.

Vários autores da Teoria do Desenvolvimentismo Clássico, especialmente Rosenstein-Rodan, Chenery e Strout, e Singer colocam como condicionalidade da ajuda internacional a sustentabilidade dos empréstimos e até mesmo dos investimentos diretos; estão pensando no hiato de divisas e na própria geração de capacidade de pagamento dos empréstimos.

Singer, por exemplo, está preocupado com o uso do capital externo, pois caso esses recursos sejam utilizados para consumo e não voltados para o aumento da poupança, tanto o período quanto o tamanho da dívida serão infinitos.

[...] obviamente, as respostas a essas questões dependem, em grande parte, do incremento da produção obtidos na evolução do processo de desenvolvimento econômico. No caso limite, se o aumento total for consumido e a poupança líquida permanecer [...] o problema é claramente insolúvel. Dado que as necessidades aumentarão gradualmente com o aumento total da população, o déficit crescerá, o período durante o qual capitais estrangeiros serão necessários se prolongará ao infinito e o encargo final de dívida também será infinito. (SINGER, 2010 (1952), p. 405-406)

Para Chenery e Strout (1966), há ainda uma limitação para a ajuda internacional em termos quantitativos, no montante que complementa o duplo hiato, cessando quando se resolve o problema dos dois hiatos, buscando o desenvolvimento autossustentável:

Total Requirements for External Capital. The total capital required under our assumptions to complete the transition to self-sustaining growth can be determined as the sum of the capital requirements for each phase that the economy goes through. In Phases IA and II, external capital is determined by the cumulative difference between investment and savings. In Phases IB and III, it is the cumulative difference between import requirements and exports. (CHENERY e STROUT, 1966, p. 691)

Pode-se considerar que a ajuda solicitada pela Teoria do Desenvolvimentismo Clássico poderia ser quantificada via modelo de Harrod-Domar, por meio do qual essa quantidade poderia ser calculada pelo déficit de financiamento necessário para viabilizar o investimento. Prebisch chega até a estabelecer um montante para a ajuda externa, não sendo ela ilimitada e ou comandada pelas forças do mercado:

Em que grau deve aumentar-se a inversão de capital estrangeiro? O informe da Secretaria Executiva faz alguns cálculos baseados no coeficiente de poupança que seria necessário manter para obter uma taxa de crescimento de renda semelhante à que se alcançou nos últimos anos. Tomando em conta essas considerações [...] coincidimos em indicar como objetivo provisório de inversões estrangeiras a quantidade de 1 bilhão de dólares por ano. [...] E se bem resulta superior à média do quinquênio passado [...] Dentro da quantidade de 1 bilhão de dólares supõe-se que a inversão de capitais privados haverá de representar de 300 a 350 milhões. (PREBISCH, 1954, p. 123-124)

A preocupação quanto ao endividamento excessivo também é compartilhada pela Teoria Novo Desenvolvimentista, porém, o centro de tal preocupação não é quanto à instabilidade dos fluxos internacionais, como já foi dito.

A diferença do enfoque entre a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico e a Teoria Novo Desenvolvimentista consiste no fato que os autores da primeira colocam como uma das condições que a entrada de capitais internacionais seja sustentável, ou seja, que a entrada possibilite investimentos produtivos que gerem capacidade de pagamento e divisas, assim como quantificam o montante necessário. Porém essa formulação está muito mais para recomendações de prudência no uso do capital externo do que atenta aos reais efeitos que esse capital pode causar.

Uma hipótese a ser aventada sobre esse posicionamento cauteloso é que no período no qual seus trabalhos foram estudados, havia as limitações impostas por Bretton Woods e, especialmente no caso da América Latina, os recursos estavam direcionados para outros continentes, o que exigia uma postura responsável para conseguir atrair os capitais externos. Apenas com a Aliança para o Progresso é que haverá uma reversão dessa tendência. Além disso, o período estudado é anterior ao fato novo histórico, crise da dívida externa, sobre o qual a Teoria Novo Desenvolvimentista inicia sua reflexão.

Independente das explicações possíveis do por que não houve maiores preocupações ou até uma teorização a respeito da possível implosão que a ajuda externa causa, é fato que a Teoria Novo Desenvolvimentista abarca essa questão e se transforma em uma de suas bases para se opor ao crescimento financiado pela poupança externa: o excesso de endividamento e a instabilidade inerente e cíclica inerentes a esse endividamento.

Um ponto importante: como foi explicitado no capítulo que trata da Teoria Novo Desenvolvimentista, sua teoria não é contrária à entrada de capital externo, tampouco nega totalmente uma possível relação entre crescimento e poupança externa, a ponto de ser uma teoria contrária a todo e qualquer capital estrangeiro. Sua teoria tem a entrada de capital externo como aceitável desde que seu fluxo seja superavitário, ou seja, que os países de renda média procurem crescer com despoupança externa. Além disso, deixa bem claro a excepcionalidade da contribuição da poupança externa ao crescimento, desde que algumas condições sejam satisfeitas: (i) a entrada de capitais não tire a taxa de câmbio do equilíbrio competitivo¹²⁸; (ii) que não gere endividamento excessivo¹²⁹; e que, (iii) os recursos sejam direcionados aos investimentos, por conta oportunidades keynesianas de investimentos e condições internas especiais, como mencionado por Bresser-Pereira e Nakano:

Num espaço longo de tempo, é possível que um país se beneficie da poupança externa, desde que, na fase de tomada de empréstimos, invista e aumente sua taxa de crescimento potencial de modo permanente, de tal forma que a taxa menor de crescimento na fase de pagamento da dívida seja mais do que compensada. [...] Assim, se o incentivo para investir for grande, se a taxa de lucro esperada for consideravelmente maior do que a taxa de juros do mercado, a

¹²⁸ A sobrevalorização da moeda nacional aumenta artificialmente os salários, aumentando o consumo e reduzindo a poupança interna, nessas circunstâncias a entrada de poupança externa, em grande medida, substitui a redução da poupança interna causada pela sobrevalorização.

¹²⁹ Níveis sustentáveis dados pela relação da dívida externa em relação tanto às exportações quanto ao próprio PIB.

taxa de investimento poderá ser mais elevada, com a poupança externa complementando a poupança interna, na medida em que a poupança externa torna o investimento financeiramente viável. Se o crescimento da dívida externa for mantido sob controle (isto é, se as relações da dívida se mantiverem dentro de limites prudentes), o ingresso da poupança externa promoverá a taxa de crescimento da economia. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003a, p. 13)

Neste ponto há duas comparações: um dos casos que essa condição excepcional permite comparação é com Rostow (2010 (1956)), já que por meio de sua pesquisa histórica, chega a descrever que há casos em que a poupança externa contribui para o desenvolvimento e outros casos que o desenvolvimento é financiado quase que exclusivamente com capitais internos. Embora essa análise seja apenas uma constatação histórica, não há teorias para explicá-la.

Ainda sobre essa condição excepcional, é possível fazer uma comparação com uma condicionalidade praticamente geral dos autores da Teoria do Desenvolvimentismo Clássico que se divide em duas formas: quanto a preocupação e administração dos recursos externos, se seriam direcionados para os empresários industriais ou que os recursos fossem usados exclusivamente em empreendimentos produtivos, ou seja, que financiassem investimentos produtivos.

A entrada dos capitais externos por meio do modelo de Harrod-Domar serviria para sanar o déficit de financiamento, ou seja, complementar a poupança externa para que o investimento se efetivasse; por outro lado, por meio do conceito de duplo hiato, sua entrada também tinha endereço certo, sanar os problemas das economias subdesenvolvidas, o hiato de capital ou poupança e o de divisas ou de comércio. Assim, é claro para essa teoria que os recursos não deveriam ser usados para ampliar consumo, nas suas várias formas explicativas como consumo conspícuo, efeito demonstração, consumo de luxo, obras e monumentos improdutivo etc.; desta forma os autores aceitam ou requerem a intervenção dos governos para disciplinar o uso dos recursos externos por meio de poupança forçada, tributação do consumo, restrições às importações de bens de luxo, criação de fundos, direcionamento para o sistema bancário para financiamento do investimento etc.

É possível, a título de exemplo, fazer uma rápida análise da preocupação que o recurso externo não se transformasse em consumo. Aqui a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico parte da consideração de um padrão de consumo, portanto, um padrão comportamental, que é determinante na propensão marginal a consumir, é um fato dado, não uma teoria, é muito mais

uma descrição de como as sociedades subdesenvolvidas eram e, a partir de tal descrição, faz-se recomendações de como contorna-la.

Para a Teoria Novo Desenvolvimentista, não é suficiente simplesmente expressar essa condição ou fazer recomendações, pois parte-se do entendimento keynesiano da economia, no qual os empresários vão investir se a taxa de lucro desse investimento for maior do que as taxas de juros de mercado, porém, a inovação teórica é clara, a condição keynesiana da eficiência marginal do capital só é válida se esses empresários tiverem acesso às demandas interna e externa, o que só é possibilitado pela taxa de câmbio competitiva ou de equilíbrio industrial, com patamar desvalorizado, o que a estratégia de crescimento com poupança externa inviabiliza.

Por outro lado, para evitar que os recursos sejam transformados em consumo, novamente o câmbio é fundamental, pois o efeito da entrada desses recursos é a sobrevalorização da moeda nacional, o que aumenta o poder de compra dos ordenados, ampliando o consumo. No contexto histórico da Teoria Novo Desenvolvimentista, há ainda uma grande força que pode atuar favorecendo o aumento do consumo, o uso populista da sobrevalorização da moeda nacional como âncora inflacionária.

Em relação à substituição de poupança interna pela externa, um tema fundamental da Teoria Novo Desenvolvimentista, há um trecho de Nurkse que demonstra uma ligação entre o aumento do consumo com a conseqüente redução da poupança interna, o que faria com que a poupança externa simplesmente substituísse a interna. Como parte também do pressuposto déficit de financiamento do modelo de Harrod-Domar quanto do pressuposto da carência de poupança do duplo hiato, Nurske considera que o papel do capital externo é exatamente tapar essas lacunas; portanto, se houvesse a substituição, seu efeito seria anulado. Diferentemente da Teoria Novo Desenvolvimentista, sua suposição para tal substituição reside nas pressões oriundas da diferença de rendas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos consolidada no efeito demonstração, o que faz ampliar o consumo. Assim ele explica:

Os empréstimos estrangeiros podem permitir que o país tomador empregue livremente esses recursos segundo um programa geral de desenvolvimento econômico, como parece ter sido o caso do Japão. Nada é mais fácil, porém, do que substituir a poupança interna por capitais estrangeiros, de modo que o consumo do país seja aumentado e pouca ou nenhuma adição ocorra na taxa de formação de capital. Isto pode acontecer, mesmo que cada empréstimo estrangeiro pareça produtivamente investido. Se o influxo de capital for acompanhado por um relaxamento dos esforços de poupança interna pode deixar

de haver qualquer modificação na taxa total de formação de capitais. As pressões para que isso aconteça são hoje muito fortes, por causa dos efeitos das discrepâncias internacionais da renda real e dos padrões de consumo. [...] A exigência de ligar-se empréstimos ou donativos específicos a projetos específicos de investimento podem fazer alguma coisa no sentido de assegurar a utilização produtiva dos recursos, mas não é um remédio básico; não é um método infalível de aumentar o ritmo de investimento. Não pode impedir a substituição de fontes domésticas de formação de capitais por fontes externas. (NURKSE, 2007 (1951), p. 129-130).

Como já argumentado nessa pesquisa, há ainda uma mudança de posicionamento, conforme o tempo histórico, principalmente após a mudança da conjuntura política internacional, o que fará com que Prebisch¹³⁰ e Furtado, por exemplo, enrijeçam seu posicionamento frente ao capital externo, tentando impor maiores condições ou ainda rejeitando-o para evitar a maior dependência e a continuidade do processo de subdesenvolvimento.

Não se pode dizer que a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico, nos autores e período aqui estudados, tenha feito vistas grossas à ajuda externa, tampouco que tenha se posicionado indiscriminadamente à entrada de capital externo, isso é demonstrado pelas várias condicionais colocadas à ajuda internacional, que varia de autor para. Porém, a principal condicionalidade é que a entrada do capital externo fosse temporária e fosse usada para derrubar os obstáculos ao desenvolvimento, especialmente os do duplo hiato e, acima de tudo, permitissem alcançar o desenvolvimento autossustentável.

Se a teoria original do desenvolvimento latino-americano sofreu fortes ataques da Teoria da Dependência Associada, sendo um dos fatores para o seu declínio, lembrando Hirschman (1980), a Teoria Novo Desenvolvimentista pode ser considerada uma resposta negativa ao desenvolvimento dependente e associado, mostrando seus perigos e mazelas, trazendo o tema do desenvolvimento econômico novamente para o debate teórico e acadêmico.

A Teoria Novo Desenvolvimentista criou uma teoria a respeito do crescimento com poupança externa, está continuamente investigando empiricamente sua validade, traz inovações

¹³⁰ Prebisch, por exemplo, ao criar e assumir a liderança da UNCTAD terá um papel importante de contestação das políticas norte-americanas: “Internationally he is identified with many of the progressive Third World movements – the confrontations with the United States and other developed countries at UNCTAD, the efforts to regulate transnationals and form common Market arrangements.” (JAMESON, 1986, p. 224)

como o papel central do câmbio para a macroeconomia, mas além disso, conseguiu tirar a máscara do fetiche¹³¹ da poupança externa, que é abrilhantada e reluzida pelo processo de *confidence building* e por prática de populismo cambial, desvendando seus mecanismos perigosos e perversos que trazem obstáculos ao desenvolvimento de fato, fazendo uma crítica contra intuitiva à estratégia de crescimento com poupança externa, portanto, indo além de recomendações e condicionalidades, se posicionando contrariamente a tal estratégia, que, por tudo dito aqui, não foi a bandeira da Teoria do Desenvolvimentismo Clássico, mas sim da economia convencional, do neoliberalismo, tendo seu maior baluarte o Segundo Consenso de Washington e os líderes e governos que ainda hoje lhe sustentam.

Por fim é fundamental destacar que para a Teoria Novo Desenvolvimentista recomendações baseadas na observação históricas não são suficientes, é preciso criar modelos, conceitos e teorias que expliquem as estruturas socioeconômicas, é preciso criar uma teoria que explique quais são as consequências dessa estratégia e quais são suas causas.

10 ANOMALIA E FATO CIENTÍFICO NOVO

Em relação ao Desenvolvimentismo Clássico, durante o período estudado não é possível dizer que a recomendação de recorrer à poupança externa tenha surtido efeito nos países com acúmulo de capitais, pois não houve, ao menos até a Aliança para o Progresso, uma mudança no direcionamento dos capitais norte-americanos para a América Latina, já que sua política internacional ligada aos interesses e estratégias da Guerra Fria, voltaram-se para a reconstrução europeia, a reconstrução do Japão, a Guerra da Coreia e a própria Guerra do Vietnã, situação que vai mudar apenas na década de 1970 com o grande aumento da liquidez internacional causada pelos petrodólares que, agora sim, seriam direcionados aos países latino-americanos.

É possível dizer que apenas no declínio do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações é que o Estruturalismo Latino-Americano vai fazer propostas que não requeiram capital estrangeiro para enfrentar o problema do desequilíbrio externo, a transição de modelo para a indústria exportadora de manufaturados, portanto, apenas depois dessas propostas é que o país poderia crescer com “despoupança” externa, já que enquanto não equacionada a

¹³¹ Usando aqui a ideia do fetiche que Bresser-Pereira e Rossi (2014) usaram criticamente para tratar da crise do EURO.

questão do obstáculo externo e considerando as oscilações cíclicas do comércio internacional e dos termos de troca, a realidade histórica era de déficits externos.

As condicionalidades, anteriores a essa proposta, tinham um caráter muito mais precaucional, como que os cuidados a serem tomados, mas não poderiam conformar uma preocupação teórica em si, sequer houve desenvolvimentos teóricos a esse respeito. Como essa pesquisa demonstra, há apenas trechos de alguns textos no qual essas preocupações aparecem, jamais como um corpo teórico, presente em todos os textos.

Bresser-Pereira explica abaixo as motivações dessa possível falha. Tanto a teoria Desenvolvimentismo Clássico quanto os keynesianos propunham a resolução de um problema óbvio de maneira intuitiva, na falta de dólares, basta recorrer à poupança externa. A explicação da relação entre fato óbvio e resolução intuitiva reside no desconhecimento de sua causa real:

Para explicar um fato óbvio, a falta de dólares para financiar os investimentos que os países em desenvolvimento geralmente enfrentam, o modelo de dois hiatos explica que essa falta de divisas fortes ou restrição externa seria decorrente da elasticidade-renda das importações [...] e de uma elasticidade-renda das suas exportações de *commodities* menor que 1. Na verdade, essa falta de dólares era sobretudo causada pela taxa de câmbio cronicamente sobreapreciada existente nos países em desenvolvimento que não administram devidamente sua taxa de câmbio. Como, porém, **essa tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio era desconhecida, estruturalistas e keynesianos concluíam que esta era uma “limitação estrutural ao desenvolvimento” a ser enfrentada com o endividamento externo** – um endividamento que deveria ser alto, tendo como limitação apenas o risco de crise de balanço de pagamentos. (BRESSER-PEREIRA, 2014a, p. 235-236, itálicos do autor, grifos nosso)

Agora tratando da teoria ortodoxa, os resultados econômicos da estratégia de crescimento com poupança externa são evidentes e trágicos: crises e semi-estagnação, que, dentro do paradigma neoclássico, não podem ser explicados, pois suas teorias não são suficientes para expor as causas desse problema, não conseguem prevê-lo e resolve-lo, insistindo que suas causas estão no descontrole das contas públicas ou na insuficiência das reformas institucionais propostas pelos dois consensos de Washington.

Certamente esses resultados e essa falta de aderência teórica à realidade estão por trás das mudanças ocorridas nos últimos anos com a perda de sua hegemonia em termos de transformação da teoria em recomendações de política econômica, pelo menos na América Latina,

que, pode-se dizer, tem seu capitalismo sob a forma de organização do social-desenvolvimentismo nos anos 2000 (BRESSER-PEREIRA, 2013a) e (BRESSER-PEREIRA, 2015), que não é uma teoria, mas a forma de coordenação econômica que não é liberal, portanto difere das pregações neoliberais.

Porém, para criticar a teoria ortodoxa é necessário desconstruir suas relações intuitivas e óbvias que lhes servem para legitimar o uso de capital externo, no caso da primeira, e de retórica para fazê-la se concretizar em proposições de política econômica, no caso da segunda.

“Given the abundance of capital in the world, it would be enough to obtain foreign savings from the rich countries for growth to accelerate. This is what orthodox economics teaches, because it is apparently true [...]” (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014, p. Versão Kindle).

Ora, essas teorias e recomendação econômicas partem da intuitiva relação de causalidade entre poupança e investimento, que surgem de uma errônea transformação da identidade macroeconômica em causalidade macroeconômica, cuja crítica contra intuitiva se encontra ainda na Revolução Keynesiana¹³². Mas simplesmente dizer que poupança não gera investimento não é suficiente, já que não explica a relação entre semi-estagnação econômica, instabilidade do Balanço de Pagamentos e essa estratégia adotada especialmente nos países Latino Americanos.

Dadas as considerações dos parágrafos anteriores, e utilizando a metodologia da economia com inspiração na obra de Thomas Kuhn (KUHN, 1998), propõe-se aqui que a Teoria Novo Desenvolvimentista vai transformar os fatos que podem ser considerados como anômalos, tanto para a teoria da ortodoxia quanto para a Teoria do Desenvolvimentismo Clássico, em fato científico novo, e esse ponto é que fundamenta a sua crítica a essas teorias.

Explica-se: as consequências não previstas ou sem capacidade de explicação através dessas duas teorias são consideradas anomalias, em termos metodológicos. Já para a Teoria Novo Desenvolvimentista, ocorre o contrário, exatamente essa anomalia é abarcada por uma nova teoria e recebe conceitos e modelos teóricos que lhe explicam, portanto, a trazendo para dentro de sua teoria.

¹³² Que também desconstrói a intuitiva relação proposta pela Lei de Say, de que a oferta gera sua própria demanda, dentre outras.

As discussões sobre a prioridade das descobertas opõem, em mais de um caso, aquele que descobriu o fenômeno desconhecido sob a forma de uma simples anomalia, de uma falha nas teorias existentes, e aquele que faz do fato desconhecido um *fato* científico novo, inserindo-o numa construção científica irredutível ao simples dado bruto. (BOURDIEU, 1983, p. 7)

Bourdieu, nessa citação, está afirmando que aquele cientista ou conjunto de cientistas que fazem essa transformação, acumulam capital científico, podendo adquirir condições para alcançar a condição de ortodoxia dentro do campo, o que, dentro do arcabouço teórico de Bourdieu, significa a teoria dominante ou hegemônica, sendo a heterodoxia àquela que possui estratégias de subversão ou heréticas. O ponto aqui levantado, entretanto, é apenas para destacar a importância dessa transição dentro do campo científico, no caso, o campo da ciência econômica.

A ideia do fato científico novo colocada por Bourdieu dialoga com o conceito de fato histórico novo. Para o entendimento dessa pesquisa, na verdade, ambos os fatos fazem parte duma só lógica, pois, há um imbricamento entre ciência e história, no caso, ciência econômica e história econômica, assim como as disciplinas de análise, história do pensamento econômico e metodologia econômica, numa interpretação que parte da metodologia de Kuhn aplicada às ciências econômicas, mas vai além, seguindo muito mais as abordagens de Earp (1996), Bourdieu (1983) e Ortiz (1983)¹³³.

O método do fato histórico novo funciona como uma construção de contexto histórico que possibilita à própria teoria não toma-lo como algo anormal, mas sim, como uma transformação que engendra uma mudança histórica, chamando assim a atenção da teoria para desenvolver conceitos e explica-lo.

A ciência normal, aquela vigente e consolidada por um paradigma que é implicitamente acordado pelos seus seguidores, não abarca novidades que não podem ser explicadas pela sua teoria. Nesse sentido, Kuhn coloca como fundamental esses fenômenos novos, pois faz parte do processo criativo e de mudança científica, da sua evolução:

A ciência normal não se propõe a descobrir novidades no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem sucedida, não as encontra. Entretanto, fenômenos novos e insuspeitados são periodicamente descobertos pela pesquisa científica; cientistas têm constantemente inventado teorias radicalmente novas. (KUHN, 1998, p. 77-78).

¹³³ “As noções de ‘consenso’, ‘ortodoxia’, ‘heterodoxia’, ‘estratégias de conservação e subversão’ acentuam o aspecto de reprodução do campo social.” (ORTIZ, 1983, p. 24)

O processo dessa mudança está exatamente na tomada de consciência de que existe uma anomalia, ou seja, que há um erro na teoria ou que ela é incapaz de explicar esse novo fenômeno. Porém, Kuhn salienta que não é apenas uma adaptação da teoria que permite que a anomalia se transforme em fato científico novo, ou seja, que possuam uma explicação teórica nova para ele. Assim ele resume o processo que vai desde a descoberta da anomalia até a transformação em fato científico novo:

A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anômalo se tenha convertido no esperado. A assimilação de um novo tipo de fato exige mais do que um ajustamento aditivo da teoria. Até que tal ajustamento tenha sido completado – até que o cientista tenha aprendido a ver a natureza de um modo diferente – o novo fato não será considerado completamente científico. (KUHN, 1998, p. 78).

Algo que se assemelha ao fato novo científico é a explicação do caráter contra intuitivo da crítica ao crescimento com poupança externa. É comum no conhecimento científico novas teorias surgirem exatamente ao contrariarem o que era tido como evidente. Bresser-Pereira (2014a) mostra que antes de Copérnico, era evidente que a terra era plana, assim como antes de Keynes era intuitivo que a poupança gerava investimento.

De forma análoga, a entrada de poupança externa se somaria à poupança interna e traria “naturalmente” o crescimento econômico. Essas colocações se transformam em axiomas, assim, sem necessidade de serem provados empiricamente ou demonstrados de forma mais precisa e aprofundada; sendo assim são incorporados ao paradigma dominante ou da teoria econômica hegemônica, sendo aplicados sem maiores considerações, simplesmente assume-se X situação dado que Y é evidente e intuitivo, o que geralmente ocorre na forma de pressuposto implícito.

Por exemplo, no caso do crescimento com poupança externa, o pressuposto implícito e intuitivo é que se a poupança externa complementa a interna e a poupança total (externa + interna) gera investimento, o país que está aberto e atrai poupança externa terá seu crescimento garantido.

A ligação de evidência e anomalia é, assim clara. A anomalia ocorre não porque há algo errado na teoria. Ela pode ser considerada uma anormalidade, uma exceção, ou ainda, que foi

causada por um conjunto de fatores que coincidentemente ocorreram em forma de acidente simultâneos, sendo deixada a anomalia de lado, ou melhor, do lado de fora da teoria.

Sustenta-se, então, que o algo evidente ou intuitivo seja uma pista do porque um fato pode ser visto como anômalo. Ora, tanto uma explicação ou outra contribuem para o entendimento do paradoxo ou quebra-cabeça de Horioka¹³⁴, por exemplo, já que é evidente que é a poupança externa quem traz o crescimento, não a poupança interna e a relação entre poupança interna e investimento é somente algo anormal, paradoxal, um quebra-cabeças.

Os pontos centrais da macroeconomia Novo-Desenvolvimentista dão exatamente a explicação às anomalias que não eram percebidas ou explicadas pelas teorias do Desenvolvimento Clássico, keynesiana ou pela economia ortodoxa, porém, no lugar de uma simples adaptação dessas teorias, uma reforma, para conseguir explicar as causas e consequências que o crescimento com poupança externa trazem, cria uma nova teoria, alçando, por exemplo, a taxa de câmbio como preço macroeconômico estratégico e fundamental para o desenvolvimento econômico. São os impactos de sobreapreciação cíclica e crônica sobre a taxa de câmbio causados pela Doença Holandesa, crescimento com poupança externa e populismo cambial que podem explicar a semi-estagnação da economia brasileira e suas recorrentes crises de balanço de pagamentos dos últimos vinte anos, assim também como pode ser explicada a inserção subordinada e passiva da economia brasileira à globalização, ou ainda, a presente desindustrialização. Por isso é que a macroeconomia Novo Desenvolvimentista pode ser considerada como uma nova teoria.

¹³⁴ “Um grande número de pesquisas comprovou posteriormente os achados de Feldstein e Horioka. Entretanto, os economistas, surpresos, insistiam em falar no “quebra-cabeça Feldstein-Horioka”. Nos últimos anos, porém, estudos econométricos mostraram que se tratava essencialmente de uma restrição de solvência dos países [...]” (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007, p. 13).

11 BIBLIOGRAFIA

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2010 [1958].

AIZENMAN, J.; PINTO, B.; RADZIWIŁL, A. Sources for financing domestic capital - Is foreign saving a viable option for developing countries? **NBER Working Paper Series**, Cambridge, MA, June 2004. ISSN Working Paper 10624.

ARNDT, H. W. The origins of structuralism, London, v. 13, n. 2, p. 151-159, 1985.

ASSUNÇÃO, V. N. F. D.; SARTÓRIO, L. A. V. A crítica chasiniana à analítica paulista. **Verinotio Revista on-line de educação e ciências humanas**, v. 9, Ano V - Edição Especial: J. Chasin, p. 135-153, novembro 2008. Disponível em: <http://www.verinotio.org/pdfs/r9_10%20artigo%20vania%20lucia.pdf>. Acesso em: 1 maio 2010.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. **Japão: o capital se faz em casa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

BARRETO, C. R.; VELOSO, G. O.; ILHA, A. S. Poupança externa, variações cambiais e crescimento econômico no Brasil: uma abordagem com mecanismo de correção de erros. **XVI Encontro Regional de Economia da Região Sul (ANPEC Sul)**, 2013.

BARRO, R. Economic growth in a cross section of countries. **Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n° 2, p. 407-443, May 1991.

BARRO, R. **Determinants of economic growth: a cross-country empirical study**. Cambridge: MIT Press, 1997.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 7-41.

BELLUZZO, L. G. D. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 4, p. 11-20, jun. 1995.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros I**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, v. 1, 2000. p. 13-68.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento economico brasileiro: o ciclo idelológico do desenvolvimento**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. número especial, p. 729-747, dez. 2012.

BLANCHARD, O. **Current Account Deficits in Rich Countries**. 7 th Jacques Polak Anual Research Conferecen - International Monetary Fund. Washington, DC: IMF. 2006. p. 1-33.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOYER, R. Prefácio: Do "Consenso de Washington" à "Proposta de São Paulo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Carta a Luiz de Eça. **Bresser-Pereira Website**, 1960. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/works/Letters/60-cartaaluizeca.PDF>>. Acesso em: 21 dezembro 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Colapso de uma aliança de classes**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Plano Brady. **Isto É - Senhor**, São Paulo, 22 março 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A teoria da inflação inercial reexaminada. In: REGO, J. M. **Aceleração recente da inflação**. São Paulo: Editora Bienal, 1989c. p. VII-XXII.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A teoria do desenvolvimento economico e a crise de identidade do banco mundial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. n° 1, p. 5-40, janeiro-março 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Incompetência e Confidence Building por trás de 20 anos de quase estagnação na América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. n° 1 (81), p. 141-166, Jan-Mar 2001a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A fragilidade que nasce da dependência da poupança externa relacionada com alto patamar da taxa de juros. **Valor 1000**, São Paulo, setembro 2001b. 34-38.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: CASTRO, A. C. **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, v. 2, 2002. p. 359-398.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da diplomacia do equilíbrio de poderes à política da globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, n. nº 65, p. 91-110, março 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Nova Dependência e subdesenvolvimento industrializado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Editora 24, 2003b. Cap. 8, p. 167-183. originalmente publicado sob o título Dividir ou multiplicar: a distribuição de renda e a recuperação da economia. Revista Visão, dezembro 1970: 114 - 123.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003c.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo-desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 setembro 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo-desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 setembro 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da independência. In: TOLEDO, C. N. D.; (ORGANIZADOR). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005. p. 201-232.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença holandesa e estagnação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 Dezembro 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. nº3, p. 5-24, jul./set; 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Serie Cuadernos del Desarrollo**, Buenos Aires, v. 9, n. (1), p. 1-30, Julio 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. nº 1 (109), p. 47-71, janeiro-março 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro em teoria econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2 (114), p. 163-190, abril-junho 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta a inflação inercial: depoimento. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio no Brasil. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise Global e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010(b). p. 127-151.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos CEBAP**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, março 2010a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Transição, consolidação democrática e Revolução Capitalista. **DADOS –Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. n^a 2, p. 223-258, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Cinco modelos de capitalismo. **Textos para discussão Escola de Economia do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. n^a 280, maio 2011b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. n^o2 (122), p. 305-314, abril-julho 2011c.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, p. 101-121, julho 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. n^o 75, p. 7-28, maio/ago 2012(b).

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Rede Desenvolvimentista e o Novo Desenvolvimentismo**. Desenvolvimento e Crise Global: impactos no Brasil e na América Latina. Campinas: Rede Desenvolvimentista. 2012a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. n^o 75, p. 7-28, maio/ago 2012b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELOME PRADO, L. C.; D'AGUIAR, R. F. **Desenvolvimento Econômico e Crise**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012c. p. 37-65.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Revolução capitalista e Estado desenvolvimentista. www.bresserpereira.org.br, novembro 2013. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5541>>. Acesso em: 2014 março 15.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Developmental capitalism and the liberal alternative**. 1st International Growth, Crisis, Democracy: The political economy of class coalitions and policy regime change. Waseda: Waseda University. 2013a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Nacionalismo e novo desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; **OUTROS O que esperar do Brasil?** São Paulo: FGV, 2013b. p. 7-24.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O tripé, o trilema e a política macroeconômica. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, A. **Dossie da crise IV: economia brasileira na encruzilhada**. Porto Alegre: [s.n.], 2013c. p. 10-18.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The value of the exchange rate and the Dutch disease. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. nº 3 (132), p. 371-387, julho-setembro 2013d.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Development, progress and economic growth. **Textos para discussão da Escola de Economia do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, n. nº 350, Janeiro 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Access to demand. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, n. TD-366, maio 2014b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014c.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflecting on New Developmentalism. **Bresser-Pereira Website**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5946>>. Acesso em: 01 fevereiro 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; ARAÚJO, E.; GALA, P. An empirical study of the substitution of foreign for domestic savings in Brazil. **Economia**, v. 15, nº1, p. 54-67, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; ARAÚJO, E.; GALA, P. Um estudo empírico da substituição da poupança interna pela externa no Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2014/464-Poupan%C3%A7a-Bresser-Eliane-Gala.pdf>>. Acesso em: 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. nº 1 (105), p. 3-19, janeiro-março 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. D.; BASILIO, F. **Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 25-58.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GONZALEZ, L.; LUCINDA, C. Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 327-357, Sept./Dec. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONE, N. **Existe doença holandesa no Brasil?** 4º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: [s.n.]. 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 87, p. 146-180, julho-setembro 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. (2), p. 3-27, abril 2003a.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Developmental Macroeconomics**. London: Routledge - no prelo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Developmental Macroeconomics - New developmentalism as a growth strategy**. 1ª. ed. Abingdon: Routledge, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; ROSSI, P. **Sovereignty, the exchange rate, collective deceit, and the Euro crisis**. Paper presented to European Association for Evolutionary Political Economy Annual Conference. Cyprus: [s.n.]. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. n. 3 (46), p. 811-829, dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; VARELA, C. A. The Second Washington Consensus and Latin America's quasi-stagnation. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 27, n. 2, p. 231-250, Winter 2004.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, F. C. D. Bretton Woods aos 60 anos. **Novos Estudos**, São Paulo, n. nº 70, p. 51-63, novembro 2004.

CHENERY, H. B. The Structuralist approach to Development Policy. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 65, n. 2, p. 310-316, may 1975.

CHENERY, H. B. O papel da industrialização nos programas de desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 (1955). p. 463-482. Artigo publicado originalmente na The American Economic Review em maio de 1955.

CHENERY, H. B.; STROUT, A. M. Foreign Assistance and Economic Development. **The American Economic Review**, v. 56, n. 4, p. 679-733, Sep 1966.

DA COSTA, F. N. Debate sobre Poupança: Questão de Esclarecimento. **Cidadania & Cultura**, 14 março 2015. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/03/14/debate-sobre-poupanca-questao-de-esclarecimento/#more-37514>>. Acesso em: 14 março 2015.

DAMASCENO, A. O. Integração financeira, poupança externa e convergência de renda: teoria e evidência. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. nº 5 (125), p. 751-770, 2011.

DINIZ, E.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio**, São Paulo, n. nº 321, abril 2013.

DORNBUCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. 11a. ed. New York: McGraw-Hill, 2013.

EARP, F. S. Da história do pensamento econômico à história da ciência econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n. 1 (61), p. 57-69, janeiro-março 1996.

EASTERLY, W. **O espetáculo do crescimento**: aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EDWARDS, S. Why are saving rates do different across countries?: an international comparative analysis. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, MA, April 1995. ISSN Working Paper n° 5097.

EICHENGREEN, B.; FISHLOW, A. Contending with Capital Flows: What is Different about the 1990s? In: KAHLER, M. **Capital flows and financial crises**. Ithaca: Cornell University Press, 1998. p. 23-68.

FELDSTEIN, M.; HORIOKA, C. Domestic Saving and International Capital Flows. **The Economic Journal**, v. 90, n. 358, p. 314-329, Junho 1980.

FONSECA, F. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FONSECA, P. C. D. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 29-78.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (1966).

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. A fantasia desfeita. In: FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, v. II, 1997. p. 27-307.

FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: DESENVOLVIMENTO, C. I. C. F. D. P. P. O. **Cadernos do Desenvolvimento**. – Ano. 1, n.1

(2006). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006. p. 195-232.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Memórias do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. ano 1, nº 1, p. 195-232, junho 2007 (1951).

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: D'AGUIA, R. F. **Celso Furtado Essencial**. São Paulo: Penguin e Cia das Letras, 2013 (1961). p. 84-104.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY **colocar**. [S.l.]: [s.n.], corrigir.

GALA, P.; REGO, J. M. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: enasios sobre metodologia em Economia**. São Paulo: Editora 34, 2003.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONZALEZ, L. **Crisis financieras recientes: revisitando as experiências da América Latina e da Ásia**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo, tese de doutorado, 2007.

GONZALEZ, L.; LUCINDA, C. R. Crises financeiras recentes e poupança externa. **Textos para Discussão 166 - Escola de Economia de São Paulo**, Dezembro 2007.

HARVEY, D. I. et al. The Prebisch-Singer Hypothesis: four centuries of evidence. **Review of Economics and Statistics**, Massachusetts, n. 92, p. 367-377, 2010.

HELLEINER, G. Comment. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 262-271.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 (1958).

HIRSCHMAN, A. O. Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo. **El trimestre económico**, México, D.F., v. 47, n. nº 188 (4), p. 1055-1077, octubre-diciembre 1980.

IPEA. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010 (1977).

JAMESON, K. P. Latin American Structuralism: a methodological perspective. **World Development**, London, v. 14, n. 2, p. 223-232, 1986.

JAMESON, K. P.; WARNER, J. M. The role of Eastern Europe in development economics' history. **History of Economics Review**, Sidney, v. 39, p. 65-87, Summer 2004.

JEDLICKI, C. De l'affectation de l'importation d'épargne étrangère dans le cas des grands débiteurs de l'Amérique Latine. **Économie Appliquée**, v. Tome XLI, n. n° 4, p. 875-901, 1988.

JEDLICKI, C. De l'affectation de l'importation d'épargne étrangère dans le cas des grands débiteurs de l'Amérique Latine. **Économie Appliquée**, Genève, v. tome XLI, n. 4, p. 875-901, 1988.

KENNEDY, J. F. **90 - Special Message to the Congress on Foreign Aid**. Public Papers of Presidents of United States. Washington: [s.n.]. 1961.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, J. M. **Tratado sobre el dinero**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

KILSZTAJN, S. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. n° 4, p. 88-99, outubro-dezembro 1989.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LIANG, M.-Y. Savings in Taiwan: an empirical investigation. **Journal of Economic Development**, v. 8, n. 1, p. 109-129, 1983. ISSN ISSN 0254-8372.

LOVE, J. Furtado e o Estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 221-252.

LOVE, J. L. The rise and decline of economic structuralism in Latin America: new dimensions. **Latin American Reseach Review**, v. 40, n. 3, p. 100-125, 2005.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEIER, G. M. The formative period. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 3-22.

MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in Development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984.

MOLLO, M. D. L. R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3 (95), p. 323-343, julho-setembro 2004.

MONTIEL, P.; SÉRVEN, L. **Real exchange rate, savings and growth: is there a link?** Policy Research Working Paper. Washington, DC: The World Bank. 2008.

MYINT, H. Uma interpretação do subdesenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010 (1954). p. 123-160.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NOYOLA-VÁSQUEZ, J. F. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. In: BIESLSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. I, 2000. p. 296-306.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

NURKSE, R. Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos. **Memórias do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. ano 1, nº 1, p. 11-193, junho 2007 (1951).

OBSTFELD, M.; ROGOFF, K. The Six Major Puzzles in International Macroeconomics: Is There a Common Cause? **NBER Macroeconomics Annual**, n. 15, p. 339-390, 2000. ISSN 0-262-02503-5.

OCAMPO, J. A. A macroeconomia da bonança econômica latino-americana. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Doença Holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 61-98.

OLIVEIRA, G. C. D.; MAIA, G.; MARIANO, J. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2 (34), p. 195-216, 2008.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. D.; BASÍLIO, F. **Macroeconomia do desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PALMA, J. G. Structuralism. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. **The New Palgrave: A Dictionary of Economics**. 1ª. ed. New York: The Stockton Press, v. IV, 1987. p. 528-531.

PAULA, A. P. P. D. Guerreiro Ramos: Resgatando o Pensamento de um Sociólogo Crítico das Organizações. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 14 - n.40 - Janeiro/Março, p. 169-188, janeiro-março 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=203&locale=it&locale=fr>>. Acesso em: 8 agosto 2010.

PAULA, L. F. D. Repensando o desenvolvimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. nº 3, p. 47-58, julho-setembro 2006.

PINHO NETO, D. M. Prefácio: A estratégia brasileira em perspectiva internacional. In: BNDES-CEPDOC **O BNDES e o plano de metas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996. p. 5-30.

POSSAS, M. L. Demanda efetiva, investimento e dinâmica. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. (2), jul./dez. 1999.

POSTERNAK, L. **Populismo no Brasil de 1945 a 1964**: as interpretações da Escola de Sociologia da USP, do ISEB e do pensamento econômico liberal, Rio de Janeiro, agosto 2008. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Desigualdade4_Posternak.pdf>. Acesso em: 04 abril 2010. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-RJ.

PREBISCH, R. **A cooperação internacional na política do desenvolvimento latino-americana. Informe preliminar da Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina**. Reunião de Ministros da Fazenda ou de Economia na IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos. Rio de Janeiro: ONU. 1954. p. 1-176.

PREBISCH, R. **Hacia una dinamica del desarrollo latinoamericano**. Décimo período de sesiones de Consejo Economico y Social - CEPAL. Mar de Plata: CEPAL. 1963. p. 1-159.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. I, 2000 (1949a). p. 70-135. Introdução ao Estudio "Económico de la America Latina" de 1948.

PREBISCH, R. Estudo Econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento econômico da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. I, 2000 (1949b). p. 137-178.

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento econômico da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000 (1952). p. 179-215.

REGO, J. M. **Retórica na economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REISEN, H. Sustainable and excessive current account deficits. **Working Paper OECD Development Centre**, Paris, n. 132, p. 1-34, 1998.

ROCHA, F.; ZERBINI, B. Using a panel structure to discuss the Feldstein-Horioka puzzle in developing countries. **Seminário de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, 2002.

ROCHA, M.; GALA, P. Câmbio real, poupança doméstica e poupança externa: análise teórica e evidências empíricas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n° 3, p. 351-367, Set-Dez 2011.

ROCHA, M.; OREIRO, J. L. Acumulação de capital, poupança externa e desempenho macroeconômico dos países emergentes. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n° 1, p. 33-52, Abril 2011.

RODRIGUES, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária., 1981.

RODRIK, D. Goodbye Washington consensus, Hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: Learning from a decade of reform. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 44, n. 4, p. 973-987, December 2006.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **International aid for underdeveloped countries**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Center for International Studies, 1961.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 207-221.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2010 (1943). p. 265-275.

ROSTOW, W. W. Development: the political economy of the Marshallian long period. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 229-261.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2010 (1956). p. 181-211.

SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. Anglo-Saxon Structuralism vs. Latin American Structuralism in Development Economics. In: PEREZ, E.; VARENGO, M. **Ideas, Policies and Economic Development in the Americas**. New York: Routledge, 2005. p. 208-227.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. Abingdon: Routledge, 2006.

SEERS, D. The limitations of Special Case. In: MARTIN, K.; KNAPP, J. **The teaching of development economics: in position in the present state of knowledge**. Chicago: Adline Publishing Company, 1967 [1964]. p. 1-27.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SINGER, H. W. The of trade controversy and the evolution of soft financing: early years in the U.N. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **MEIER, Gerald M.; SEERS, Dudley**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 275-303.

SINGER, H. W. A mecânica do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2010 (1952). p. 395-412.

SINN, S. Saving-investment correlations and capital mobility: on the evidence from annual data. **The Economic Journal**, v. 102, p. 1162-1170, September 1992.

SOUZA, N. D. J. D. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

STIGLITZ, J. E. The post Washington consensus. **The Initiative for Policy Dialogue**, 2004. Disponível em:

<policydialogue.org/./Stiglitz_Post_Washington_Consensus_Paper.pdf>. Acesso em: 11 Fevereiro 2015.

STREETEN, P. P. Development Dichotomies. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. **Pioneers in Development**. Washington: The World Bank e Oxford University Press, 1984. p. 337-361.

SUNKEL, O. A inflação chilena: um enfoque heterodoxo. In: BIESLSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. I, 2000. p. 307-334.

TAVARES, M. D. C. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: SICSÚ, J.; PORTARI, D. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010 (1964-a). p. 39-67.

TAVARES, M. D. C. O caso do Brasil. In: SICSÚ, J.; PORTARI, D. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010 (1964-b). p. 67-124.

TAVARES, M. D. C.; SERRA, J. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente en Brasil. **El trimestre económico**, México, D.F, v. 33(4), n. nº. 152, octubre-diciembre 1971.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. Boston: Pearson, 2015.

UTHOFF, A.; TITELMAN, D. The relationship between foreign and national savings under financial liberalisation. In: FRENCH-DAVIS, R.; REISEN, H. **Capital flows and investment performance: Lesson from Latin America**. Paris: OECD Publishing, 1998. Cap. 2, p. 23-40.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa. Um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.